



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Centro de Tecnologia
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Maria Simone Morais Soares

**Formação da Rede Urbana do Sertão de Piranhas e Piancó da
Capitania da Paraíba Setecentista**

João Pessoa – PB
2012

MARIA SIMONE MORAIS SOARES

**Formação da Rede Urbana do Sertão de Piranhas e Piancó da
Capitania da Paraíba Setecentista**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba, área de concentração em História da Arquitetura e Urbanismo, sob orientação da Professora Dra. Maria Berthilde de Barros Lima e Moura Filha.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Centro de Tecnologia
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Maria Simone Morais Soares

**Formação da Rede Urbana do Sertão de Piranhas e Piancó da
Capitania da Paraíba Setecentista**

Banca Examinadora:

Dra. Maria Berthilde Moura Filha (Orientadora)

Dr. Clovis Ramiro Jucá Neto (Examinador Externo)

Dra. Doralice Sátyro Maia

Dra. Regina Célia Gonçalves

Para Mainha, Painho, Raul, Jonas e Rafael, com amor.

Agradecimentos

As linhas escritas nesta dissertação resultaram de um longo percurso que envolveu reflexões, companheirismo, ansiedade, conversas, ausência, lágrimas, trocas, solidão, alegria, além de meus primeiros cabelos brancos e um "stress no pé". Muitas foram as pessoas que trilharam comigo esse caminho, às quais registro aqui minha gratidão:

Berthilde, pela orientação e ricas contribuições, por acreditar e confiar no trabalho, pela parceria e entusiasmo na jornada de investigação sobre o urbano no período colonial, pela generosidade, mas, principalmente, pela amizade.

Doralice, Regina e Clovis pela disponibilidade, leituras e importantíssimas contribuições. Gostaria de acrescentar que à Doralice devo o gosto pelo mundo da pesquisa e à Regina o grande entusiasmo para investir no tema adquirido em suas exposições nas bancas dos seminários.

Meus pais, Fátima e Juvenal, e irmãos, Raul e Jonas, pelo amor e pela compreensão e ternura demonstradas sempre, mesmo diante da minha ausência e de um "eu não posso" quando me perguntam quando irei em casa; e, pelo orgulho com que sempre reagem aos meus resultados acadêmicos ao longo dos anos.

Minhas avós, Maria e Antônia, meus avôs, José e Avelino (*in memoriam*), tia Jacinta, tio Antônio e Toinho por darem sentido ao Sertão.

Rafael, pelo incentivo diário, por estar sempre disposto a me ouvir e ajudar, por acreditar no que faço, pelas leituras, pelas contribuições, pelas impressões, e, acima de tudo, pelo inestimável companheirismo nesse percurso tão árduo, sem o qual teria sido mais difícil chegar ao fim. Aproveito também para agradecer a Germana e Dona Josete, pelo carinho e atenção, sempre.

Amigos, sem os quais nada se faz: Mellyne, pela amizade incondicional; Rita, pela amizade, exemplo de esforço e por compartilhar comigo o gosto pelas "coisas" do Sertão; Carol, Natália, Edson, Raoni, Camila, pela amizade "mamífera" que nos acompanhará sempre;

Juliana, Zé, Rafaela e Bruna pelas trocas, conversas intelectuais e amizade que surgiu no preâmbulo do mestrado.

Mayara, pelas trocas de materiais e conversas sobre o Sertão.

EITA (Mellyne, Natália, Edson, Raoni), pela compreensão nas ausências nos trabalhos.

Professores do PPGAU – UFPB, em especial, Aluizio, Berthilde, Regina, Nelci, Jovanka, Sônia, Márcio, pelo acompanhamento e incentivo.

Sinval, pelo incentivo, disponibilidade e interesse em resolver nossos problemas, sempre.

Juliano Carvalho, pelos mapas do Arquivo Nacional.

CAPES, pelo apoio financeiro.

Resumo

A presente dissertação tem por objeto de investigação a formação da rede urbana no Sertão de Piranhas e Piancó ao longo do século XVIII. A rede urbana é entendida a partir da política urbanizadora executada pelos agentes coloniais, o Estado, a Igreja e os agentes econômicos, que proporcionou o surgimento de pontos fixos (aldeamentos, arraiais, povoações, vilas e cidades) e de vias de comunicação, vinculados aos fluxos gerados pelo processo de expansão da pecuária. O objetivo central é verificar como se deu a estruturação dessa rede urbana no Sertão de Piranhas e Piancó no século XVIII, através da atuação dos agentes da colonização. Trata-se de um trabalho de síntese histórica que adotou, como procedimento principal, uma análise da história e da documentação escrita e cartográfica sobre o tema. O resultado identificou que a formação de uma rede urbana, no Sertão de Piranhas e Piancó, ocorreu na primeira metade do século XVIII, vinculada ao processo de “Guerra dos Bárbaros”, tendo como resultado os arraiais e os aldeamentos de índios em missões; e, na segunda metade do século XVIII, marcada pelo pós-guerra, houve a realização de uma política de formação de vilas, instituída inicialmente no Período Pombalino (1750 – 1777) e conduzida ao restante do século. Em paralelo, ao longo de todo o século XVIII, foi verificada a formação de capelas para instalação de povoações, pelos interesses dos proprietários rurais em definir seu poder local, através de doações de patrimônios de terras, que dava o aparato inicial para a sua existência. Busca-se, a partir de tais constatações, contribuir para os estudos da história urbana na Paraíba setecentista.

Palavras-chave: Rede urbana. Agentes coloniais. Guerra dos Bárbaros. Arraiais. Aldeamento. Política pombalina. Povoações. Vilas.

Abstract

This dissertation investigates the formation of the urban network in the Hinterland of Piranhas and Piancó throughout the eighteenth century. The urban network is understood from the urbanizing policy implemented by colonial agents, the State, the Church and the economic agents, that sparked the occurrence of fixed points (villages to indoctrinate the natives, barracks, villages, towns and cities) and communication routes, linked to the flows generated by the expansion process of cattle ranching. The main objective is to check how was the structure of this urban network in the Hinterland of Piranhas and Piancó in the eighteenth century, through the activities of colonization agents. This is a research of historical synthesis that adopted, as the main procedure, an analysis of historiography and written documentation and cartographic on the issue. Was concluded that the formation of an urban network, in Hinterland of Piranhas and Piancó, occurred in the first half of the eighteenth century, linked to the process of "War of the Barbarians", resulting in barracks and in villages to indoctrinate the natives; and, in the second half of the eighteenth century, marked by post-war, was implemented a policy of forming villages, initially established in Pombal's Period (1750 - 1777) and conducted to the rest of the century. In parallel, throughout the eighteenth century, was verified a formation of chapels for the installation of settlements, as a result of the interests of landowners in their local setting, through donations of land assets, which gave the initial apparatus for its existence. It is intended to contribute to the study of eighteenth-century urban history of Paraíba from these findings.

Keywords: Urban Network. Colonial agents. War of the Barbarians. Barracks. Villages to indoctrinate the natives. Pombal's Policy. Villages. Towns.

Lista de Figuras

Figura 1 - Delimitação espacial do objeto de estudo	15
Figura 2 - Capitania de Itamaracá - 1616	29
Figura 3 - Representação dos "sertões" no Mapa da Região compreendida entre o rio Amazonas e São Paulo - 1722	30
Figura 4 - Delimitação espacial do Sertão de Piranhas e Piancó por Seixas (1975)	32
Figura 5 - Limites da Paraíba no Mapa da Província da Paraíba – Esboço Corográfico (1888)	35
Figura 6 - Limites aproximados do Sertão de Piranhas e Piancó no século XVIII	36
Figura 7 e Figura 8 - Termo "Tapuia" na Cartografia do século XVIII	38
Figura 9 - Povos Indígenas na Paraíba - Séculos XVII e XVIII	39
Figura 10 e Figura 11 - Formação do Patrimônio Religioso	55
Figura 12 - Rede Hidrográfica do Brasil (Início do século XVIII)	64
Figura 13 - Principais rios na condução da ocupação das capitanias do atual Nordeste	66
Figura 14 - Principais Rios do Sertão de Piranhas e Piancó	68
Figura 15 - Aspectos do relevo referenciado no processo de ocupação do Sertão de Piranhas e Piancó	69
Figura 16 - Recorte da Capitania da Paraíba no Mapa de Georg Marcgraf (1643)	72
Figura 17 - Limites e primeiras vias de comunicação da Capitania da Paraíba do Norte até o fim do Período Holandês (1654)	74
Figura 18 - Possível caminho percorrido por Antonio de Oliveira Ledo para a implantação de Sesmaria na Capitania da Paraíba (1665)	76
Figura 19 - Prováveis caminhos e arraial constituídos na Capitania da Paraíba em 1666 a partir das informações de Almeida (1966)	77
Figura 20 - Primeira extensão da ocupação até 1680	82
Figura 21 - Arraiais e expedições entre 1687 e 1690	90
Figura 22 - Comunicações formadas a partir da Guerra dos Bárbaros	95
Figura 23 - Localização do Arraial de Pau-Ferrado no Mapa Topográfico da Paraíba da SUDENE	98
Figura 24 - Localização do Arraial da Canoa no Mapa Topográfico da Paraíba da SUDENE	100

Figura 25 - Localização do Arraial da Formiga no Mapa Topográfico da Paraíba da SUDENE _____	101
Figura 26 - Localização do Arraial Seco no Mapa Topográfico da Paraíba da SUDENE _____	102
Figura 27 - Localização do Arraial Queimado no Mapa Topográfico da Paraíba da SUDENE _____	103
Figura 28 - Arraiais durante a Guerra dos Bárbaros _____	104
Figura 29 - Localização do Aldeamento dos Pegas _____	111
Figura 30 - Localização do Aldeamento dos Icós _____	112
Figura 31 - Localização do Aldeamento dos Panatis _____	113
Figura 32 - Localização do Aldeamento dos Curemas _____	114
Figura 33 - Localização dos Aldeamentos do Sertão de Piranhas e Piancó até meados do século XVIII _____	116
Figura 34 - Resumo das Capelas fundadas na primeira metade do século XVIII _____	121
Figura 35 - Freguesias instituídas na primeira metade do século XVIII _____	122
Figura 36 - Síntese dos pontos fixos da rede urbana do Sertão de Piranhas e Piancó no final da segunda metade do século XVIII _____	123
Figura 37 - Síntese da rede urbana do Sertão de Piranhas e Piancó no final da primeira metade do século XVIII _____	128
Figura 38 - Principais vias de Comunicação entre as Capitanias do atual Nordeste (Final do século XVII e início do XVIII) _____	131
Figura 39 - Vilas fundadas na Capitania de Pernambuco e Anexas ao longo do século XVIII _____	142
Figura 40 - Aldeamentos na Capitania da Paraíba em 1760 _____	144
Figura 41 - Descimento dos Aldeamentos dos Sertões da Paraíba para constituição de Vilas de Índios _____	147
Figura 42 - Traçado da Vila de Pombal _____	150
Figura 43 - Traçado da Vila de Souza _____	152
Figura 44 - Resumo das vilas de Brancos fundadas na segunda metade do século XVIII _____	153
Figura 45 - Localização das Capelas do Sertão de Piranhas e Piancó na segunda metade do século XVIII _____	155
Figura 46 - Capela de Nossa Senhora dos Milagres _____	158
Figura 47 - Capela de Nossa Senhora da Guia _____	160

Figura 48 - Divisão das Freguesias na segunda metade do século XVIII _____	162
Figura 49 - Síntese dos núcleos urbanos no fim do século XVIII no Sertão de Piranhas e Piancó ____	163
Figura 50 - Estradas identificadas na historiografia _____	166
Figura 51 - Carta Corographica da Parahyba do Norte, extraída da Carta Corographica do Império do Brazil, elaborada pelo engenheiro Conrado Jacob de Niemeyer (1817) _____	170
Figura 52 - Carta Topographica e Administrativa das Províncias do Rio Grande do Norte e Paraíba, de 1848 _____	171
Figura 53 - Mappa das Principaes vias de Comunicação da Província da Paraíba, levantado por Carlos Bless e David Polemann (1858) _____	172
Figura 54 - Resumo da rede urbana no Sertão de Piranhas Piancó em fins do século XVIII _____	173
Figura 55 - Resumo da rede urbana no Sertão de Piranhas Piancó em fins do século XVIII _____	174

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Agentes modeladores das cidades brasileiras no Brasil Colonial _____	46
Tabela 2 - Cartas Patentes dos capitães-mor do Sertão de Piranhas e Piancó _____	51
Tabela 3 - Vias de comunicação até o fim do período de ocupação holandesa _____	73
Tabela 4 - Primeiras Vias de Comunicação com os Sertões de Cariri da Paraíba _____	77
Tabela 5 - Vias de Comunicação traçadas pela Casa da Torre no Sertão de Piranhas e Piancó _____	79
Tabela 6 - Lista das primeiras sesmarias concedidas nos sertões da Capitania da Paraíba _____	80
Tabela 7 - Principais fatos relativos à Guerra dos Bárbaros na Capitania da Paraíba e vizinhas _____	85
Tabela 8 - Documentos referentes ao Arraial do Pau-Ferrado _____	98
Tabela 9 - Documentos referentes ao Arraial da Canoa _____	99
Tabela 10 - Documentos referentes ao Arraial Seco _____	101
Tabela 11 - Documentos referentes ao Arraial Queimado _____	102
Tabela 12 - Referências à Missão dos Pegas _____	110
Tabela 13 - Referências a missão dos Curema _____	115
Tabela 14 - Capelas Instituídas na primeira metade do século XVIII _____	120
Tabela 15 - Vias de comunicação por Caio Prado Júnior _____	129
Tabela 16 - Documentos principais da Política Indigenista Pombalina _____	137
Tabela 17 - Vilas constituídas na segunda metade do século XVIII na Capitania de Pernambuco e Anexas _____	138
Tabela 18 - Relação dos Aldeamentos existentes na Capitania da Paraíba em 1760 _____	143
Tabela 19 - Mapa geral de todas as vilas e lugares que se têm erigido de 20 de maio de 1759 até o último de agosto de 1763 das antigas aldeias do governo de Pernambuco e suas capitanias anexas	145
Tabela 20 - Capelas no Sertão de Piranhas e Piancó na segunda metade do século XVIII _____	154
Tabela 21 - Referências às Estadas na Capitania da Paraíba em Tavares (1982) _____	167

Sumário

Introdução	13
1.0 Adentrando no Objeto: a rede urbana do Sertão de Piranhas e Piancó no Século XVIII. 26	
1.1 Representação espacial do Sertão de Piranhas e Piancó no século XVIII	27
1.2 Representação imagética do Sertão de Piranhas e Piancó no Século XVIII.....	37
1.2 O Conceito de rede urbana aplicado ao século XVIII	41
1.4 Estratégias dos diversos agentes coloniais na formação da rede urbana.....	45
1.4.1 A Ação do Estado	48
1.4.2 Agentes Econômicos.....	53
1.4.3 A Igreja como gente da colonização.....	57
2.0 A rede urbana no Sertão de Piranhas e Piancó até a primeira metade do século XVIII: caminhos, arraiais, aldeamentos e patrimônios religiosos.....	62
2.1 Espaço a colonizar - Os Domínios Físicos.....	63
2.2 Espaço colonizado - O início da rede urbana dos Sertões da Capitania da Paraíba	70
2.3 A rede dos conflitos: “Guerra dos Bárbaros” e a formação de caminhos e arraiais.....	83
2.4 Outros Arraiais – Um complexo de estratégia de defesa?	96
2.5 Os aldeamentos	105
2.6 As Capelas e os Patrimônios Religiosos.....	117
2.7 Síntese da rede urbana no Sertão de Piranhas e Piancó na primeira metade do século XVIII	123
3.0 A rede urbana no Sertão de Piranhas e Piancó na segunda metade do século XVIII ...	134
3.1 A política Pombalina na Capitania de Pernambuco e anexas	135
3.2 As Vilas de Índio na Paraíba e o Fim dos Aldeamentos no Sertão de Piranhas e Piancó	143
3.2 As Vilas de Branco.....	148
3.3 As Capelas e os Patrimônios Religiosos.....	154
3.4 As estradas e a síntese da rede urbana na segunda metade do século XVIII	163
Considerações Finais	176
Referências.....	179

Introdução

A presente pesquisa surgiu a partir de um interesse pelo estudo da morfologia urbana, desenvolvido inicialmente no âmbito de Projeto de Iniciação Científica¹ com foco direcionado para as ruas da Cidade da Parahyba, atual João Pessoa, no século XIX. O aprofundamento do tema em meio às discussões feitas no grupo de pesquisa e o interesse particular pelo espaço denominado atualmente de Sertão da Paraíba² estimularam a observação das plantas das cidades de alguns dos municípios localizados nesta região, fato que suscitou questionamentos acerca dos “porquês” da forma de seus traçados. O que estava por trás daquelas morfologias urbanas? Havia uma ideia de “cidade” que as levaram a ter traçados tão semelhantes à primeira vista? E, ainda, por que e como se constituíram um número tão grande de núcleos urbanos, principalmente de pequeno porte, na referida região?

Uma primeira tentativa de elucidar as referidas questões foi realizada ainda na graduação, na disciplina de Estágio Supervisionado V, através de um breve estudo³ sobre a morfologia de uma das sedes municipais do Sertão da Paraíba, a cidade de Coremas, no século XIX. A realização deste trabalho foi importante, pois levou à observação de que, para entender os traçados urbanos no Sertão da Paraíba em tempos pretéritos, era importantíssimo argumentar anteriormente sobre o processo de ocupação daquela região, bem como sobre os fatores que desencadearam a escolha da *situação* e *sítio* urbano. Estes influíam fortemente sobre o entendimento do traçado, ao tratar, respectivamente, da posição física do núcleo em relação aos demais existentes e do local em que o mesmo foi assentado, levando-se em conta os fatores físicos, como rios, relevo e natureza do solo. (REIS FILHO, 1968, p.126).

Em síntese, era necessário partir para a compreensão da dinâmica urbano-regional do espaço tratado. Nesse sentido, desenvolveu-se o Trabalho Final de Graduação em

¹ Pesquisa desenvolvida no grupo “A rua e a cidade: geografia histórica, morfologia urbana e cotidiana”, coordenada pela Prof.^a Dr.^a Doralice Sátyro Maia, do Departamento de Geociências / UFPB.

² Trata-se de uma das regiões geográficas, localizada no extremo ocidental do Estado da Paraíba, situada a oeste de outras três: “Borborema”, “Agreste” e “Zona da Mata”. Limita-se setentrionalmente com o Rio Grande do Norte, ao sul com Pernambuco, ao leste com a Mesorregião da Borborema Paraibana e ao oeste com o Estado do Ceará. (Atlas da Paraíba, IBGE – 2006). Tal delimitação será discutida posteriormente, considerando o recorte temporal estabelecido para a pesquisa.

³ Trabalho realizado na disciplina de Estágio Supervisionado V do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPB (Período Letivo: 2007.2), orientado pela Prof.^a Dr.^a Maria Berthilde Moura Filha.

Arquitetura e Urbanismo (TFG), no qual foram lançadas breves considerações sobre a formação de uma rede urbana do espaço em questão no século XIX⁴.

O Século XIX foi escolhido porque, segundo a historiografia, é nele que se intensifica a interiorização da ocupação do espaço e a formação de uma rede de núcleos urbanos. O processo da pesquisa reportou bastante para o entendimento do tema em fins do século XVII e durante o século XVIII, que correspondem ao período de gênese da formação de uma rede urbana no Sertão da Paraíba. Tal observação levantou o interesse no aprofundamento desse último período no âmbito do mestrado acadêmico, integrando-se às linhas de pesquisa da área de História da Arquitetura e do Urbanismo do PPGAU, e ao grupo "Cidades e Territórios Luso-brasileiros no século XVIII"⁵.

A proposta inicial era abordar, entre as diversas conjunturas do século XVIII, o Período Pombalino (1750 – 1777), que tem sido veementemente estudado na história urbana, visto que é considerado aquele em que o processo de formação de uma rede urbana se intensifica, dentro de uma política mais centralizadora cujo objetivo era, em linhas gerais, garantir a posse do território português por meio de um programa de construção de vilas (FLEXOR, 2004, p.203). Buscava-se, então, responder se as formações urbanas do Sertão da Paraíba estavam ligadas a essa política. Contudo, haja vista a própria flexibilidade e mutabilidade da pesquisa, diante de novas argumentações e reflexões, esse recorte foi ampliado para todo o século XVIII, na tentativa de entender a síntese do referido processo.

Diante do exposto, a presente pesquisa tem por objeto de estudo a rede urbana do Sertão da Paraíba setecentista. Porém, inicialmente é necessária uma alteração no termo *Sertão da Paraíba* como definidor do espaço que se pretende analisar, já que se trata de uma delimitação atual institucionalizada pelo IBGE⁶. Assim sendo, a designação aqui utilizada será *Sertão de Piranhas e Piancó*, porquanto é assim que usualmente aparece na documentação da Capitania da Paraíba no século XVIII⁷.

A denominação *Sertão* guarda a essência do que o objeto representava para o colonizador português no contexto da época, enquanto espaço físico e dimensão simbólica.

⁴ Trabalho realizado no período letivo 2009.1, intitulado de "Considerações sobre a Rede Urbana no Sertão da Paraíba no Século XIX."

⁵ Grupo de pesquisa coordenado pela Prof.^a Dr.^a Maria Berthilde Moura Filha, que tem por tema a urbanização e a formação do território brasileiro como processos paralelos e relacionados na América Portuguesa do século XVIII, em particular durante o governo pombalino.

⁶ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

⁷ Na verdade, há uma variação muito grande do termo, algumas vezes aparecem na documentação do período *Sertão de Piranhas*, outras de *Sertão de Piancó*, e por fim, *Sertão de Piranhas e Piancó*. Optou-se pelo último visto que é mais veementemente utilizado, e que os dois nomes referem-se aos principais rios que delimitavam esse espaço.

O primeiro é visto como uma área longínqua, desconhecida, desabitada ou pouco habitada, que se opunha ao "Litoral", tido como espaço conhecido, delimitado, colonizado ou em processo de colonização (AMADO, 1995, p. 145). Como uma construção simbólica, foi tido "[...] como área rebelde que precisava ser controlada e domesticada." (AMANTINO, 2003, p.80), habitada por "gentios bárbaros", negros quilombolas, criminosos e aventureiros. Já as referências *Piranhas* e *Piancó* estão ligadas à sua localização enquanto espaço físico banhado pelo Rio Piranhas e seus afluentes, sendo o Piancó o principal, além dos demais que se destacam: os rios do Peixe, Sabugy, Espinharas e Seridó, situados no extremo oeste da Capitania (Ver **Figura 1**). Nesse sentido, trata-se de vários sertões, os quais, na documentação do período, são denominados de Sertão de Piancó, Sertão do Rio do Peixe, Sertão de Espinharas, Sertão de Sabugy e Sertão do Seridó, todos inseridos no contexto maior: o Sertão de Piranhas e Piancó. A utilização dos nomes dos rios como delimitador está relacionada ao fato de que eles foram os vetores mais propícios à ocupação, uma vez que o elemento água é essencial à existência humana. Assim, era comum que fossem titulados por este aspecto físico.

Figura 1 - Delimitação espacial do objeto de estudo



Fonte: Sobreposições de bases em CAD da divisão administrativa dos Estados e da Hidrografia do Brasil disponíveis em IBGE (2010).

Tais ribeiras, desde o século XVII, passaram por um processo de colonização que, como assinalam os principais trabalhos de síntese sobre a história da Paraíba, Joffily (1977 [1892]), Pinto (1977 [1908]), Machado (1977 [1912]), Mariz (1994 [1922]) e Almeida (1978), iniciou-se após a expulsão dos holandeses, em 1654. A partir desse período, a Capitania da Paraíba entra em crise econômica pela decadência da produção do açúcar, que correspondia à sua principal base. Os motivos que levaram a tal quadro, de acordo com Oliveira (2007), foram a queda do preço do produto para exportação, devido ao regime de concorrência após a instalação dos holandeses nas Antilhas, como também o fato de que quando os moradores paraibanos se uniram aos de Pernambuco nos conflitos contra os holandeses, “[...] queimaram e arrasaram suas fazendas, casas de engenho e canaviais de açúcar”. (OLIVEIRA, 2007, p. 83)

O período de crise culmina com a subordinação da Capitania da Paraíba à de Pernambuco, em 1755, perdurando até 1799. Segundo Menezes (2005), o período de subordinação pode ser analisado a partir de dois pontos de vista. O primeiro, dentro dos argumentos do antigo governador da Paraíba, Fernando Delgado Freire de Castilho (1797-1801), que é um protagonista e parte interessada na desanexação, expressa a ideia de que a anexação esteve ligada a um pressuposto expansionista dos governadores de Pernambuco, argumentos seguidos pelos historiadores Almeida (1978) e Oliveira (2007). O segundo está ligado à falência da Provedoria da Fazenda Real da Paraíba, tese seguida por Menezes (2005), já que este era o órgão que possibilitava a ação autônoma dos governantes, na relação de forças entre as várias capitanias de uma determinada região e que enraizava o domínio Português no território brasileiro, através da arrecadação de antigos tipos de impostos e da fiscalização régia. Para o autor, toda a política e práticas colonizadoras se estruturaram através da preocupação excessiva com a administração dos recursos tributáveis, as receitas e as despesas. (MENEZES, 2005, p. 14-15)

Assim, com a crise da produção açucareira, foi incentivada a expansão da pecuária, como alternativa à garantia dos tributos mantenedores das rendas da Provedoria da Fazenda Real. Nesse sentido, aumenta-se o interesse pelos sertões paraibanos, já que eram nesses espaços que a atividade criatória se expandiria, proporcionando “uma nova dimensão econômica das áreas sem riquezas minerais e impróprias para a lavoura comercial” (OLIVEIRA, 2007, p. 85). Este processo intensifica-se no tempo da subordinação da Capitania da Paraíba à de Pernambuco, como coloca Silveira (1999, p.33). O que se pode afirmar a partir dessas colocações é que, durante todo o século XVIII, houve o incentivo à

atividade criatória nos sertões e, conseqüentemente, o aumento do seu povoamento através das fazendas de gado.

No Sertão de Piranhas e Piancó, durante o século XVIII, surgiram também núcleos de povoamento, que se diferenciaram das fazendas de gado. Trata-se inicialmente de arraiais, aldeamentos e povoações em torno de capelas e, posteriormente, da instituição de vilas. Para compreender como eles foram fundados é necessário considerar estes dois citados momentos da política portuguesa em relação à Capitania da Paraíba: o anterior e o da subordinação. Momentos que foram marcados por ações distintas em relação às estratégias de domínio do espaço, que se deu prioritariamente em torno do controle dos povos indígenas que neles habitavam.

O período anterior à subordinação, ou seja, a primeira metade do século XVIII, foi marcado pela resistência dos povos indígenas à ocupação dos colonos. Os conflitos foram denominados de "Guerra dos Bárbaros"⁸, meio pelo qual estes povos, localizados entre os sertões da Bahia e do Piauí, encontraram para garantir a posse do seu território, ameaçado pela ocupação das fazendas de gado. Autores, como Taunay (1936) e Pires (1990), assinalam que os conflitos ocorreram de forma unificada. Porém, trabalhos mais recentes, a exemplo de Medeiros (2000) e Puntoni(2002), descartam essa ideia aliancista, identificando-os mais como uma "[...] serie heterogênea de conflitos que foram o resultado de diversas situações criadas ao longo da segunda metade do século XVII, no quadro das transformações do desenvolvimento do mundo colonial, do que de um movimento unificado de resistência." (PUNTONI, 2002, p. 13). O presente trabalho adota o último posicionamento.

Havia uma série de agentes ligados aos referidos conflitos, cada um com seus interesses: os proprietários rurais, que solicitavam datas de sesmarias nas terras ocupadas pelos indígenas para a criação do gado, objetivavam a "limpeza" do território por intermédio do extermínio ou escravidão; os agentes da Igreja, sobretudo os missionários, visavam a expansão da fé católica para esses povos, bem como evitar seu extermínio; e, por fim, o Estado, prioritariamente a Coroa Portuguesa, o qual se propunha a garantir as rendas da Fazenda Real, geradas através da pecuária. Nesse contexto, o Estado também objetivava garantir aquilo que delineou de "Guerra Justa", isto é, um conflito que permitiria os "negócios" dos proprietários rurais e da Igreja, à medida que consentiria o extermínio e o cativo para os índios ditos "bárbaros" ou de "corso", como almejavam os primeiros

⁸Entre os autores que tratam da Guerra dos Bárbaros, cabe destacar Taunay (1936), Pires (1990), Medeiros (2000), Puntoni (2002) e Pompa (2003).

agentes, e o aldeamento em missões religiosas para aqueles índios ditos “mansos”, ou seja, atendendo as metas da Igreja⁹.

Para o Estado Português tanto era importante a expansão da pecuária, como também a formação dos aldeamentos missionários. Estes, à medida que inseriam os povos indígenas no contexto colonial, criavam aliados para o combate na Guerra dos Bárbaros e contribuíam para delinear as fronteiras da colonização, funcionando como pontos estratégicos no território. Além deles, também eram significantes, no processo de ocupação, a criação de arraiais, pontos eminentemente militares no contexto das lutas da Guerra dos Bárbaros. Seriam, pois, os aldeamentos e arraiais os principais pontos fixos que se diferenciaram das fazendas de gado no Sertão de Piranhas e Piancó, na primeira metade do século XVIII.

Passando agora a tratar do período marcado pela subordinação da Capitania da Paraíba a de Pernambuco, compreendido entre os reinados, em todo império português, de D. José I (1550 – 1777) e de D. Maria I (1777- 1816), observa-se que a política de colonização implantada na primeira gestão foi mantida em quase todos os aspectos durante a segunda. Portanto, o que se aplica àquela pode ser referido para todo o restante do século. A atuação marcante esteve ligada ao programa absolutista do Ministro de Estado de D. José, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, que principalmente objetivou estabelecer Portugal como uma grande potência europeia. Para isso, intuiu que precisaria melhorar o proveito e tirar melhor proveito do potencial dos territórios a ele pertencentes. Assim, foi lançada uma política administrativa centralizadora para o Brasil, que refletiu na formação de núcleos de povoamento¹⁰, à medida que o Marquês de Pombal percebeu rapidamente que uma das formas de garantir seus interesses era estabelecer um programa de vilas no interior.

O estudo desse programa foi aprofundado por diversos pesquisadores¹¹, cabendo destacar Maria Helena Flexor, que, desde 1988, analisa a urbanização pombalina. Para a autora, o programa foi planejado através de um documento principal intitulado “Diretório Pombalino” (1757), inicialmente voltado para o Amazonas, e depois expandido para as

⁹Os termos “bárbaros”, ou “bravos”, e “manso”, associadas aos povos indígenas no Período Colonial, estavam ligados à sua classificação considerando a forma de reação ao contato com o colonizador (Medeiros, 2000,p.26). Nesse sentido, os primeiros eram aqueles que resistiram, enquanto que, o segundo, o que se “enquadraram” ao processo de colonização. A denominação “corso” era sinônimo de “bárbaros”, acrescentando o aspecto do estilo de vida nômade.

¹⁰ Segundo Delson (1997), uma das primeiras autoras a estudar a urbanização setecentista.

¹¹A partir dos estudos de Delson(1997 [1979]), seguiram-se vários outros trabalhos com o interesse na urbanização pombalina, como Flexor (1988), Araújo (1992), Oliveira (1996), Fonseca (2000), Silva (2002), Teixeira (2005), Lopes (2005), Jucá Neto (2007), Sarmento (2007), Carvalho (2008), Derntl (2010), Ferreira (2010), dentre outros.

outras capitanias (1758), o qual visava a libertação, civilização e integração dos índios à sociedade colonial. (Flexor, 2004, p. 205). De tal modo, a política desse período esteve prioritariamente voltada para os povos indígenas, como no período anteriormente tratado, consubstanciando-se na implementação de vilas de índios, principalmente a partir dos antigos aldeamentos.

O reflexo da Política Pombalina no Sertão de Piranhas e Piancó não convergiu para a formação de vilas de índios, mas, no descimento dos povos indígenas aldeados nas missões para a constituição destas vilas no litoral da Capitania da Paraíba e no Rio Grande do Norte. Refletiu, também, na elevação da antiga povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso à categoria de vila, o que significava a presença mais forte do Estado no espaço estudado.

Destaca-se ainda que, durante todo o século XVIII, em um processo paralelo à atuação do Estado, consubstanciada na formação de núcleos de povoamento, a atuação dos proprietários rurais, que investiram no sentido de produzir núcleos urbanos através da doação de patrimônios de terras a um orago, onde constituiriam uma capela. Tal processo foi estudado por Marx (1991), Azevedo (1956), Andrade (2007) e Mata (2002), evidenciando que os proprietários se tornariam padroeiros das mesmas, tendo vários privilégios como o de escolher os clérigos, indicar familiares ou amigos próximos, mantendo assim poder sobre o espaço dominado pela capela; como também, poderiam utilizar as rendas do foro, uma espécie de imposto arrecadado dos moradores residentes dentro do patrimônio da Capela, em caso de necessidade. Cabe salientar que esta era uma forma de manter o poder político, tanto do padroeiro, como de sua família, sobre um determinado espaço. No Sertão de Piranhas e Piancó, vários patrimônios foram doados dessa forma, principalmente os que constituem as atuais cidades de Pombal (1740), Sousa (1740), Piancó (1748), Caicó (1748), Brejo do Cruz (1760 e 1773), São João do Rio do Peixe (1761), Coremas (1765), Patos (1768), Catolé do Rocha (1773), Santa Luzia (1773), Catingueira (1774) e Teixeira (1792).

A partir de tal contextualização, observam-se alguns pressupostos que convergem para a questão central da presente pesquisa. O primeiro é que a crise canavieira e a subordinação da Capitania a Pernambuco aumentam a importância dos Sertões, consequentemente do Sertão de Piranhas e Piancó, para a economia da Capitania da Paraíba, a partir da pecuária. O segundo: há uma gênese de espaços, como os arraiais, aldeamentos, povoações e vilas, conforme demonstrado, que, a partir de agora, se convencionou intitulá-los *urbanos*¹², pelo seu caráter diferenciado daquele instituído no meio rural através da fazenda de gado. O terceiro: evidentemente, a formação desses espaços

¹² Esta denominação será explicada no Capítulo 01.

urbanos se deu a partir de uma série de vias de comunicação entre eles e com os principais núcleos de povoamento localizados nos mais importantes pontos no território, os quais seriam a Cidade da Parahiba, Recife e Olinda. Assim, essas observações induzem que, durante o século XVIII, estruturou-se uma rede de núcleos urbanos no Sertão de Piranhas e Piancó. Configura-se, assim, a questão central da pesquisa: Como se estruturou esta rede? Além desta, ficam outras indagações: O que eram esses “espaços urbanos” no período tratado? Quais os principais agentes envolvidos na formação dessa rede urbana nesse espaço? Quais as principais vias de comunicação que a articulavam?

A partir de tais apontamentos, o **objetivo** geral deste trabalho é identificar como ocorreu a formação da rede urbana no Sertão de Piranhas e Piancó da Capitania da Paraíba no século XVIII, através das estratégias dos agentes coloniais. Como objetivos específicos, busca-se: assinalar os vários significados do conceito de *sertão* e seu rebatimento para o *Sertão de Piranhas e Piancó* no período estudado; identificar os diversos povos indígenas associados a este espaço; identificar quais foram os agentes da colonização envolvidos na constituição e dinâmica dos espaços urbanos; identificar os núcleos que surgiram nesse período e as vias de comunicação que os articularam.

O trabalho está inserido na temática sobre o urbano no século XVIII, a qual tem angariado amplo espaço de pesquisa no âmbito acadêmico. Para exemplificar, assinalam-se os diversos estudos do grupo de pesquisa do qual ele faz parte, “Cidades e territórios luso-brasileiros no século XVIII”, e que contemplam a urbanização setecentista em Estados brasileiros: Bueno (2001) e Derntl (2010) sobre São Paulo; Andrade (2010) sobre o Recôncavo Baiano; Jucá Neto (2007) sobre o Ceará; Ferrare (2006) sobre Alagoas; e Teixeira (2002) sobre o Rio Grande do Norte. No caso da Paraíba, há pesquisas de Moura Filha (2005), que tratam da Cidade da Parahíba entre os séculos XVI e XVIII, além de Carvalho (2008), o qual aborda a formação territorial da Zona da Mata Paraibana. Portanto, ao tratar da região do Sertão de Piranhas, este trabalho procura contribuir para ampliar os estudos relativos ao Estado da Paraíba.

No que se refere aos estudos específicos sobre o urbano no Sertão de Piranhas e Piancó da Capitania da Paraíba, verifica-se que os mesmos ou estão relacionados a uma bibliografia sobre a história de alguns municípios localizados neste espaço, ou estão contemplados, de forma diluída, em obras de síntese da historiografia Paraibana. Naquele primeiro grupo, enquadram-se as obras de Seixas (1962), Cartaxo (1975), Gadelha (1986). No segundo grupo, destacam-se os trabalhos de Joffily (1892), Pinto (1908), Machado (1912), Mariz (1910- 1939), Almeida (1978), Soares & Germano (1997). Além disso, há

alguns que trazem uma coletânea de diversos autores, com uma temática mais específica sobre o urbano, a exemplo de *A Paraíba das Origens a Urbanização*, organizado por Otávio (1983), e mais recentemente, *A Questão Urbana na Paraíba*, organizado por Gonçalves (1999).

No que se refere ao urbano no Sertão de Piranhas e Piancó, destacam-se o trabalho de Guedes (2006), intitulado *A Colonização do Sertão da Paraíba: Agentes Produtores do Espaço e contatos interétnicos (1650-1730)*, e de Sarmento (2007), intitulado *Povoações, Freguesias e Vilas no Brasil Colônia: Pombal e Sousa (1697 - 1800)*. Ressalta-se ainda o trabalho de Medeiros (2000), o qual trata dos aldeamentos no Nordeste, examinando a Paraíba e a área estudada.

Embora os trabalhos citados sejam de extrema importância para a presente pesquisa, verifica-se que os mesmos, ao tratar do Sertão de Piranhas e Piancó, ou abordam o estudo do núcleo urbano isoladamente, ou o processo geral no qual estava inserida a formação destes núcleos, não articulando as duas temáticas. Além disso, não se constata também uma preocupação com as representações gráficas de tal processo. Nesse sentido, o presente trabalho tanto se preocupará com a articulação referida, porquanto se pretende compreender os núcleos urbanos em uma escala de rede, o que convergirá para uma síntese das questões tratadas, bem como o “desenho” dos fatos ocorridos, visto que este é um dos instrumentos importantes para a exposição de fatos urbanos. Fica evidente, portanto, a importância deste estudo, ao se propor preencher esta lacuna da síntese e de representação da rede urbana no Sertão de Piranhas e Piancó da Capitania da Paraíba no século XVIII.

A abordagem se assemelha bastante àquela adotada por Guedes (2006) e por Andrade (2010), principalmente, nas questões metodológicas, no sentido de entender o urbano a partir dos agentes sociais envolvidos na sua constituição. Com o último, assemelha-se ainda na opção por tratar de um tempo longo, ou seja, todo o século XVIII, abordando conteúdos cronologicamente anteriores e posteriores a ele. Tal temporalidade corresponde, de acordo com os estudos de Braudel (1992) a respeito do tempo histórico, como de *longa duração*. Dosse (1992), ao analisá-lo, aponta que se trata de uma temporalidade de fôlego longo, a qual “[...] oferece a vantagem de poder ser decomposta em séries de fenômenos que se repetem, em séries de permanências que deixam aparecer os equilíbrios e a ordem geral subjacente à desordem aparente do domínio factual” (p.118).

Nessa longa temporalidade, a categoria de análise é a da rede urbana, interpretada a partir de Reis Filho (1968) e Roberto Lobato Correa (1997). O primeiro diz que a mesma é resultado da política colonizadora, que também é a política urbanizadora, ligada à ação dos

diversos agentes sociais no sentido de implementar a ocupação do espaço. Por sua vez, o segundo vê a rede urbana como um conjunto articulado de pontos fixos (com funções urbanas) e fluxos, que são as diversas vias de comunicação entre os fixos e por onde circulava toda a dinâmica econômica e social de um determinado espaço. Assim, a opção metodológica do trabalho infere sobre os fixos e os fluxos através da atuação dos diversos agentes coloniais, principalmente, o Estado, a Igreja e os agentes econômicos, como será discutido posteriormente.

Dentro desta abordagem, sinaliza-se que os procedimentos primordiais são a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. A bibliografia utilizada compreendeu os seguintes tipos de trabalhos: aqueles que tratam do urbano no Brasil Colonial; os que tratam especificamente do urbano no século XVIII; as principais obras de síntese da historiografia paraibana; e os trabalhos de história local que inferem sobre os núcleos urbanos do Sertão de Piranhas e Piancó isoladamente.

A investigação documental foi primordial, mas também um grande desafio para a pesquisa, diante do longo período histórico tratado, que pressupõe a análise de uma gama grande e variada de documentos, cuja consulta, durante o curto período de pesquisa destinado ao mestrado, fica limitada. Além disso, a maioria da documentação permanece manuscrita, fato que demanda muito tempo para transcrição. Mesmo assim, foram encontradas inúmeras evidências da documentação primária, como correspondências, ofícios, cartas patentes, ordens régias, requerimentos e relatórios que versam sobre fatos que contribuem para o entendimento da rede urbana no Sertão de Piranhas e Piancó.

Os acervos pesquisados foram os seguintes: o acervo do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), da Paraíba e de Pernambuco, disponível em Cd-Rom e via internet¹³, através do Projeto Resgate, o qual correspondeu a uma das bases primordiais da pesquisa; os Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, publicados em mais de cem livros que contêm uma grande quantidade de documentos oficiais e correspondências sobre a história de todas as Capitanias, a partir dos quais foram feitos alguns dos estudos de síntese sobre a História da Paraíba, como o de Almeida(1966); o acervo do Arquivo Histórico do Estado da Paraíba (AHEP), no qual se percebeu que os documentos mais importantes eram as cartas de doações de sesmarias, já catalogadas por Tavares (1987), que, embora sua obra apresente sínteses das sesmarias, as informações colocadas são suficientes para a presente pesquisa e se optou por usá-las, evitando-se demandar tempo na transcrição dos documentos originais; o acervo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), no qual

¹³ Endereço eletrônico: <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html>.

foram consultadas, prioritariamente, as Revistas do Instituto, desde 1910 até a década de 1990, identificando-se, além da bibliografia que aborda o tema, alguns documentos primários publicados, como os da Torre do Tombo; o acervo do Cartório Cel. João Queiroga, localizado na Cidade de Pombal, que o qual detém registros cartorários sobre o Sertão de Piranhas e Piancó, mas que, infelizmente, não foi possível obter todos os dados nele contidos, devido ao fato de ser composto por mais de cinquenta livros do século XVIII, manuscritos e em péssimo estado de conservação, além do fato de ter seu acesso restrito. Porém, foram utilizados alguns documentos, obtidos através de solicitação a um de seus funcionários, outros cedidos¹⁴, ou ainda encontrados publicados em trabalhos. Por fim, foram também utilizados os documentos primários publicados na íntegra nas obras de Pinto (1977), *Datas e Notas para a História da Paraíba*, e Joffily(1977), *Notas sobre a Paraíba*.

A pesquisa da cartografia histórica foi feita prioritariamente em acervos disponíveis na Internet, como o Arquivo Biblioteca Nacional Digital¹⁵ e o Arquivo Histórico do Exército¹⁶. Já a cartografia atual, que serviu de base para a estruturação de cartogramas¹⁷, constituiu-se de mapas em CAD, obtidos no IBGE (2010), e do Mapa Topográfico da Paraíba (SUDENE, 1974)¹⁸, que disponibilizam detalhes dos atuais nomes dos diversos espaços que hoje compõem distritos e fazendas que, muitas vezes, prevaleceram desde a sua constituição inicial, servindo para inferir sobre possíveis localizações dos espaços estudados no século XVIII.

Diante do exposto, a dissertação estruturou-se, além da introdução e conclusão, em três capítulos:

No **capítulo 01**, são delineadas algumas considerações sobre o espaço Sertão de Piranhas no século XVIII, no que concerne ao conceito de *Sertão*, já que é uma das categorias de análise do objeto de estudo. Em seguida, são abordados os conceitos de *rede*

¹⁴ Alguns documentos do Cartório Cel. João Queiroga foram disponibilizados por Mayara Millena Moreira Formiga, mestranda do Programa de Pós-Graduação em História – UFPB, que também se dedica ao estudo do Sertão de Piranhas e Piancó, sob o aspecto da formação de elites na primeira metade do século XVIII.

¹⁵ Endereço eletrônico: <http://bndigital.bn.br/>.

¹⁶ Endereço eletrônico: <http://www.ahex.ensino.eb.br/>.

¹⁷ Neste trabalho, a cartografia produzida corresponde a *cartograma*, que é “um esquema representativo de uma superfície ou parte dela, sobre a qual são apresentadas informações quantitativas e qualitativas, de eventos geográficos, cartográficos e socioeconômicos” (IBGE, 2010). Ele se diferencia de *mapas* devido a não se valer da precisão absoluta na exposição dos dados.

¹⁸ O Mapa Topográfico da Paraíba da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) foi feito por volta de 1960, inserido nos levantamentos cartográficos feitos pelo órgão para elaboração dos trabalhos para desenvolvimento do Nordeste. Estes foram publicados pelo LEPPAN - UFPB (Laboratório de Ensino e Pesquisa em Análise Espacial) no endereço eletrônico: www.geociencias.ufpb.br/leppan/mapoteca/cartastopograficas/cartastopograficas.htm.

urbana e *urbano* no período estudado, além das estratégias dos agentes do Estado, da Igreja e econômicos, prioritariamente os produtores rurais, em relação à formação desses espaços urbanos.

No **capítulo 02**, o objetivo é identificar a rede formada durante o período anterior à anexação da Capitania da Paraíba a de Pernambuco, ou seja, na primeira metade do século XVIII, ligada aos conflitos da *Guerra dos Bárbaros*. Ao longo deste recorte, foram formados uma série de arraiais e aldeamentos, interligados por vias de comunicação surgidas a partir da mobilização das tropas inseridas nos conflitos. Além destes, é abordada a formação dos patrimônios religiosos pela atuação dos proprietários rurais.

No **capítulo 03**, é identificada a rede formada na segunda metade do século XVIII. Primeiramente, sob a política urbanizadora pombalina, dentro do programa de fundação de vilas de índios. Em seguida, sob os reflexos que esta política imprimiu ao longo do restante do período. Assim, aborda-se: o fim dos aldeamentos no Sertão de Piranhas e Piancó para a constituição de vilas de índios no litoral da Paraíba e no Rio Grande do Norte, a fundação da vila de Pombal (1772) e da vila de Sousa (1800). Além disso, busca-se identificar a disseminação dos patrimônios religiosos e as estradas formadas a partir das antigas vias de comunicação.

Espera-se, dessa forma, apresentar uma contribuição para o entendimento da história da rede urbana na Paraíba, a partir da elucidação desse processo nas escalas de rede no Sertão de Piranhas e Piancó durante o século XVIII.

Capítulo 01

Adentrando no Objeto: a rede urbana do Sertão de Piranhas e Piancó no
Século XVIII

1.0 Adentrando no Objeto: a rede urbana do Sertão de Piranhas e Piancó no Século XVIII

Este capítulo busca uma aproximação com o objeto de estudo da pesquisa, ou seja, a rede urbana no Sertão de Piranhas no século XVIII. Procura responder aos primeiros questionamentos do trabalho: o que se entendia por Sertão de Piranhas e Piancó no século XVIII? E, como se pode compreender a rede urbana no referido período? Tais questionamentos acarretam outros de cunho mais conceitual e teórico que foram especificados na formação dos tópicos do capítulo, como será apresentado.

Inicialmente, assinala-se que o primeiro problema que gira em torno da presente pesquisa é, sem dúvida, saber o que era tratado por Sertão de Piranhas e Piancó no século XVIII. Porém, não se pode responder a essa pergunta sem antes tratar de outra bastante importante: o que se apreendia pela palavra “sertão” no referido período? O vocábulo “sertão” carrega em si significados sociais e culturais imprescindíveis para o entendimento do espaço ora estudado. Todavia, assim como coloca Koselleck (2006, p. 105) “[...] as palavras que permaneceram as mesmas não são, por si só, um indício suficiente de permanência do mesmo conteúdo ou significados por elas designado”. Por isso, recorreu-se a uma busca por suas acepções no recorte temporal estabelecido.

A partir desta preocupação com o conceito e das leituras realizadas, averiguou-se que “sertão”, no século XVIII, não representava o que se entende pelo termo atualmente, principalmente, por exemplo, a sua referência institucionalizada pelo IBGE, como uma das subáreas do Nordeste, caracterizada como árida e pobre, situada a oeste das outras duas, o “Agreste” e a “Zona da Mata” (AMADO, 1995, p. 01). Seu conceito possuía duas conotações no Período Colonial, uma espacial e outra simbólica, que serão caracterizadas para o entendimento do Sertão de Piranhas e Piancó.

Já no que se refere à rede urbana, trata-se de uma inquietação central entender o que se pode considerar por ela no século XVIII, para que este conceito não caia no anacronismo. Em torno do seu estudo há uma preocupação quanto à compreensão da política urbanizadora que, em outras palavras, pode ser entendida como as estratégias dos diversos agentes sociais para a formação dos elementos que a constituem, ou seja, os pontos fixos no espaço e os fluxos que os interligam. Entender o conceito associado a cada elemento é primordial.

Contudo, a explicação feita, justifica a divisão do capítulo em quatro tópicos: 1 – a representação espacial do Sertão de Piranhas e Piancó; 2 – A representação simbólica do Sertão de Piranhas e Piancó; 3 – O conceito de Rede Urbana no século XVIII; 4 – As estratégias dos diversos agentes na formação da rede urbana no século XVIII;

1.1 Representação espacial do Sertão de Piranhas e Piancó no século XVIII

Antes de adentrar especificamente sobre o Sertão de Piranhas e Piancó, buscou-se o significado da representação espacial da palavra “sertão”, enquanto um espaço físico. Trata-se de um espaço definível, mas não delimitável, conforme se demonstrará. Definível através da dicotomia relacionada à representação que os portugueses possuíam acerca dele, como oposição ao litoral. Não delimitável, porque não havia limites e fronteiras¹⁹ precisos a ele associado.

Sabe-se que as fronteiras e os limites dos territórios administrativos e das regiões do Brasil só foram definidos no século XIX, o que leva à indicação da imprecisão desses marcos no Brasil Colonial, principalmente se relacionados a espaços como o aqui tratado. Assim sendo, a representação espacial da totalidade do “sertão” estava mais relacionada a um conceito e a uma representação simbólica do que a um espaço físico delimitado. Esse conceito, disseminado desde os primeiros tempos da colonização, faz referência a um local desconhecido que se opunha ao litoral, e tem sido analisado por pesquisadores, principalmente historiadores. Estes buscam entendê-lo a partir das fontes dos cronistas e viajantes do Período Colonial que, a fim de justificar essa acepção, citam comumente a Carta de Pero Vaz de Caminha, primeiro documento sobre o Brasil, escrito em 1500, onde já aparece o vocábulo, como demonstrado no trecho que segue:

Esta terra, Senhor, parece-me que, da ponta que mais contra o sul vimos, até à outra ponta que contra o norte vem, de que nós deste porto houvermos vista, será tamanha que haverá nela bem vinte ou vinte e cinco léguas de costa. Traz ao longo do mar em algumas partes grandes barreiras, umas vermelhas, e outras brancas; e a terra de cima toda chã e muito cheia de grandes arvoredos. De ponta a ponta é toda praia... muito chã e muito formosa. Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande; porque a

¹⁹ “No período colonial, o limite era uma linha que separava territórios sob distinta soberania e a fronteira era um espaço marginal aos centros de poder econômico, social e político, que podia estar ou não em contato com os domínios de outra potência, de modo que uma fronteira podia ser um limite ou uma zona. A ocupação da fronteira era o primeiro requisito para chegar a conhecer e tornar efetivo o limite”. (PORTO, 2009, p. 25)

estender olhos, não podíamos ver senão terra e arvoredos -- terra que nos parecia muito extensa. (CAMINHA, 1943, p. 239)

A observação de Caminha é representativa do olhar de um agente situado no litoral e dá ideia de espaço desconhecido. Como foi feita no início do século XVI, pode-se afirmar que o colonizador português já utilizava a palavra, provavelmente desde a Idade Média, como assim atesta Rodrigues:

A palavra sertão advém do termo latino desertanum, desertum. No português antigo se falava desertão para designar lugar desconhecido, solitário, seco e não entrelaçado ao conhecimento. Imaginou-se sertão também como a terra apartada do mar, mediterrânea, continental no sentido em que se empregava a palavra em Portugal no final da Idade Média: era a terra para lá das costas ao longo das quais se navegava. (RODRIGUES, 2003, p.266)

O sentido da descrição feita por Rodrigues permaneceu até o século XVIII, ora estudado. Uma evidência é a definição do vocábulo nos dicionários deste período. No primeiro dicionário da língua portuguesa, intitulado *Vocabulário portuguez e latino*, datado de 1713, de autoria do Padre Raphael Bluteau (1638-1734), "sertão" aparece como sendo "[...] o interior, o coração das terras, oppões-se ao marítimo, e costa. [...] O sertão toma-se por mato longe da costa. O sertão da calma i.e. o lugar onde ella He mais ardente [...]" (BLUTEAU, 1713, p. 613). A mesma conotação permanece na própria revisão do referido dicionário, feita em 1789, por Antonio de Moraes Silva, e, ainda, no início do século XIX, no *Diccionario da Língua brasileira* de Luiz Maria da Silva Pinto (1832).

Essa conotação de desconhecido pode ser verificada nas representações cartográficas e iconográficas coloniais, principalmente naquelas que buscavam o reconhecimento da costa brasileira, nas quais o observador, numa posição comparável a de Pero Vaz de Caminha, ou seja, no litoral, representa dois espaços dicotômicos: o litoral, tido como espaço conhecido, delimitado, colonizado ou em processo de colonização, pontuado pelas vilas e cidades, já que a ocupação do território brasileiro se deu a partir da costa para o interior (AMADO, 1995, p. 145); e o Sertão, cujo sentido de desconhecido é expresso nas representações de um horizonte de serras e árvores, uma vez que era isso que se via, como atesta Caminha "[...] porque a estender olhos, não podíamos ver senão terra e arvoredos -- terra que nos parecia muito extensa". (1943, p.239). A **Figura 2** é representativa do exposto.

Figura 2 - Capitania de Itamaracá - 1616

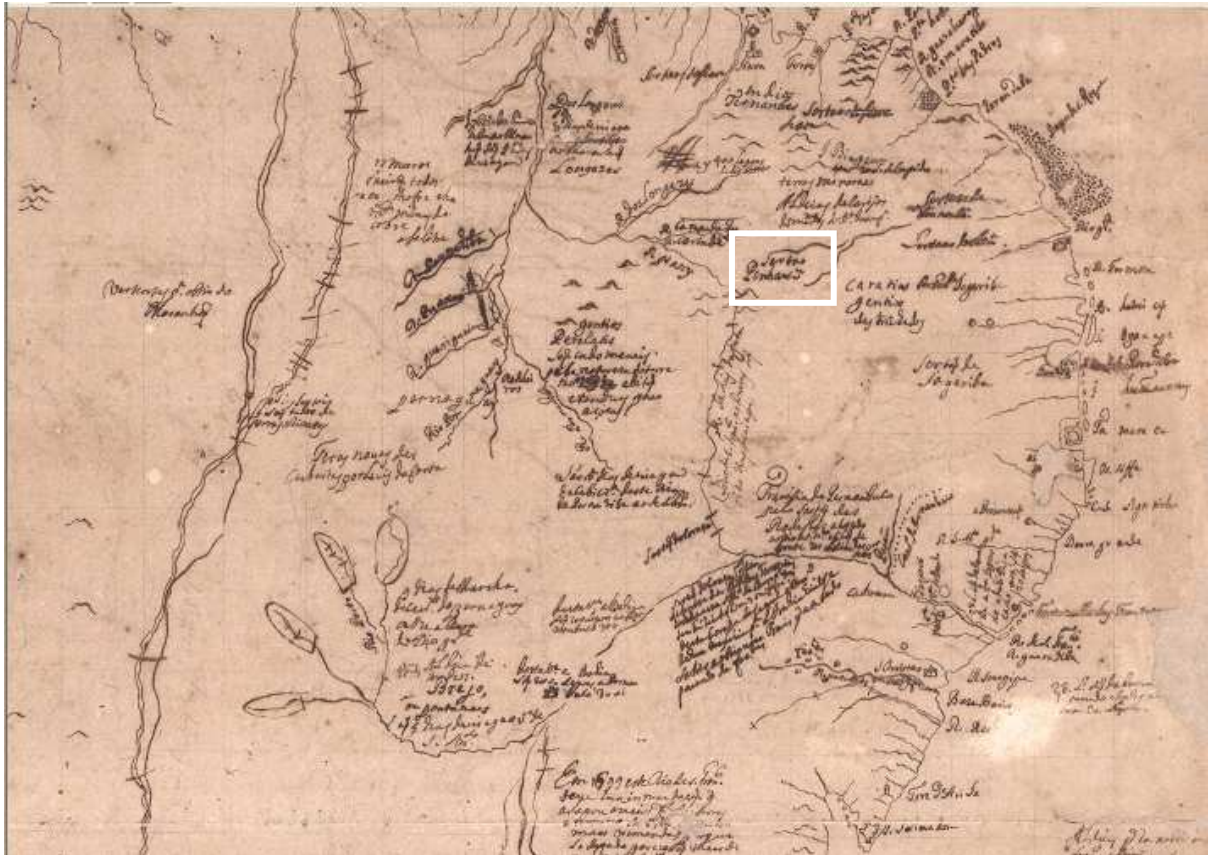


Verifica-se que o interior, ou sertão, está representado por desenhos de serras e árvores.

Fonte: REZÃO do Estado do Brasil – 1616 (1999).

Essas representações cartográficas vão mudando ao longo do século XVIII. Quando se intensifica o processo de ocupação do interior do Brasil, e, os sertões passam a ser alvo de interesse político e econômico para o Estado Português, que precisava controlá-los. A partir daí, o sertão foi melhor cartografado, por ser este instrumento de representação uma das vias para este controle a partir do conhecimento. As Cartas Sertanistas são exemplos deste fato, como aquela denominada de *Região compreendida entre o Rio Amazonas e São Paulo*, de 1722, conforme **Figura 3**.

Figura 3 - Representação dos “sertões” no Mapa da Região compreendida entre o rio Amazonas e São Paulo - 1722



Em destaque, referência ao Sertão de Piranhas e Piancó através da expressão *Sertão Pinhancó*.

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em:
http://consorcio.bn.br/cartografia/cart_colonial.html.

No Mapa, é esboçada a referência a vários sertões, inclusive o de Piranhas e Piancó, conforme destacado. Verifica-se que os rios, da mesma forma que no litoral, eram fatores preponderantes para o reconhecimento do território, como será abordado no Capítulo 02. A partir desta cartografia é possível afirmar que, embora a conotação do sertão no século XVIII ainda estivesse ligada à sua distinção em relação ao litoral, o reconhecimento da área possibilitava, em uma escala local, delimitá-lo. Pois, com a chegada dos agentes coloniais, a delimitação passa a ser representada, na documentação, através das referências a algum componente geográfico importante, comumente o rio, uma vez que a ocupação se empreendia nas suas proximidades. A partir desta observação, parte-se para o entendimento do espaço estudado durante o século XVIII.

Primeiramente, sabe-se que o espaço estudado se refere ao extremo oeste do atual Estado da Paraíba, antiga Capitania da Paraíba, denominada na documentação setecentista como sendo *Sertão de Piranhas e Piancó*. Recebeu tal denominação devido ao Rio Piranhas e

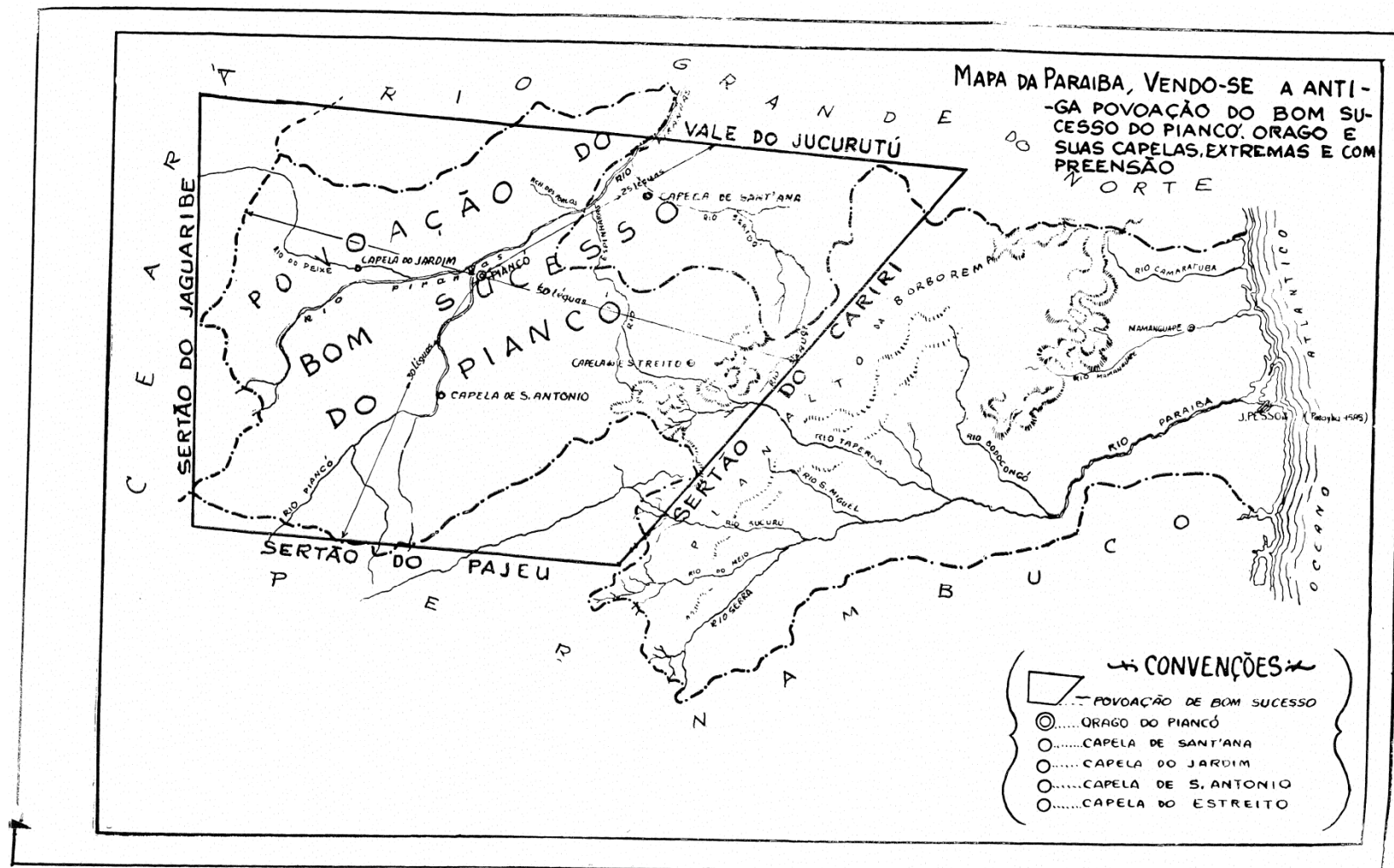
ao Rio Piancó, os principais do espaço ora estudado, mas também é composto por outros afluentes, os quais designam vários sertões, cada qual correspondente a um deles: Sertão de Piranhas, Sertão de Piancó, Sertão do Rio do Peixe, Sertão de Sabugy, Sertão do Seridó. Inicialmente, para delimitá-los, procuraram-se evidências na cartografia referente ao período.

Infelizmente, a Capitania da Paraíba do Norte não foi bastante cartografada durante o século XVIII, não possibilitando ver de que forma era, então, delimitado o Sertão de Piranhas e Piancó. Porém, nos trabalhos historiográficos, a delimitação deste espaço é comumente feita através de uma cartografia produzida por Wilson Seixas (1975), na qual o autor representou essencialmente este Sertão de Piranhas e Piancó. O documento não é exatamente um mapa histórico, mas, por seu significado, foi tido como ponto de partida (Ver **Figura 4**).

A fonte da delimitação de Seixas (1975), bem como as utilizadas nos diversos trabalhos sobre o Sertão de Piranhas e Piancó, como o de Guedes (2006) e de Sarmiento (2007), é um documento do Arquivo da Torre do Tombo de Lisboa, de 1757, no qual se destaca a *Relação da Povoação do Piancó e seus distritos, extremas e compreensão*, conforme segue:

Esta povoação se divide pela parte do nascente com o sertão do Cariri, cuja divisão lhe faz a serra chamada Borborema e da parte do poente com o sertão do Jaguaribe e vila do Ico, e tem de distancia de uma a outra extrema pouco mais ou menos cinqüenta léguas; ficando-lhe no meio, com pouca diferença a dita povoação, de que se trata, por detraz da qual da parte do poente corre o rio chamado Piancó, que tem seu nascimento na mesma serra da Borborema e em distância de meia légua abaixo da Povoação se une com o rio Piranhas, o qual também nasce da serra da Borborema e corre buscando quase o nascente e faz barra no mar, donde lhe chama Açu, distrito do Rio Grande, cidade do Natal, cuja capitania se divide do distrito desta Povoação em uma fazenda de gados a beira do dito rio Piranhas, chamada Jucurutu, do qual a esta Povoação distam vinte e cinco léguas e da mesma Povoação buscando sul pelo rio Piancó acima até o sertão do Pajeu, nessa mesma ribeira em distancia de trinta léguas extrema o distrito desta mesma Povoação, capitania da cidade da Paraíba, com a capitania de Pernambuco. (R.I.H.G.P._1953: p.06 – Manuscritos da Torre do Tombo de Lisboa – 1757)

Figura 4 - Delimitação espacial do Sertão de Piranhas e Piancó por Seixas (1975)



Fonte: Seixas (1975, p.22).

O referido documento, bem como o mapa de Seixas (1975), mostra que o Sertão de Piranhas e Piancó compreendia o extremo oeste da antiga Capitania da Paraíba, incluindo parte da região banhada pelo Rio Seridó até a Fazenda Jucurutu, no atual território do Rio Grande do Norte, e parte da área banhada pelo Rio Pajeú, pertencentes atualmente a Pernambuco. Observa-se, assim, que os limites antigos entre as três capitanias, principalmente em relação ao Rio Grande do Norte, eram imprecisos, como atesta Joffily:

Os limites com o Rio Grande do Norte não são naturais, são convencionais e em geral incertos e confusos. Os dois Estados geográficamente formam uma mesma região, aos quais são comuns diversos rios e serras.(...) No tempo de colônia as duas capitanias dividiam-se por uma linha traçada em rumo quase recto de Este a Oeste, do litoral ao mais remoto sertão; pertencia então a Parahyba toda a ribeira do rio Seridó. (JOFFILY, 1977, p. 91).

Os inúmeros documentos de solicitação de sesmaria no Sertão do Seridó²⁰ atestam ser este pertencente à Capitania da Paraíba. O mesmo acontecendo em relação a Pernambuco, na área de travessa do Rio Pajeú para o Rio Piancó. Estes últimos limites são representados no Mapa da Província da Paraíba – Esboço Corográfico, de 1888, levando à consideração de que, até fins do século XIX, davam-se em uma linha acima da atual Cidade de Afogados da Ingazeira, conforme mostra a **Figura 5**, o que denota que este era o limite aproximado com a Capitania de Pernambuco, no Sertão de Piranhas e Piancó. A cartografia também evidencia que a região banhada pelo Rio Seridó, cujo núcleo principal no período foi a atual Cidade de Caicó, já não pertencia ao território da Paraíba.

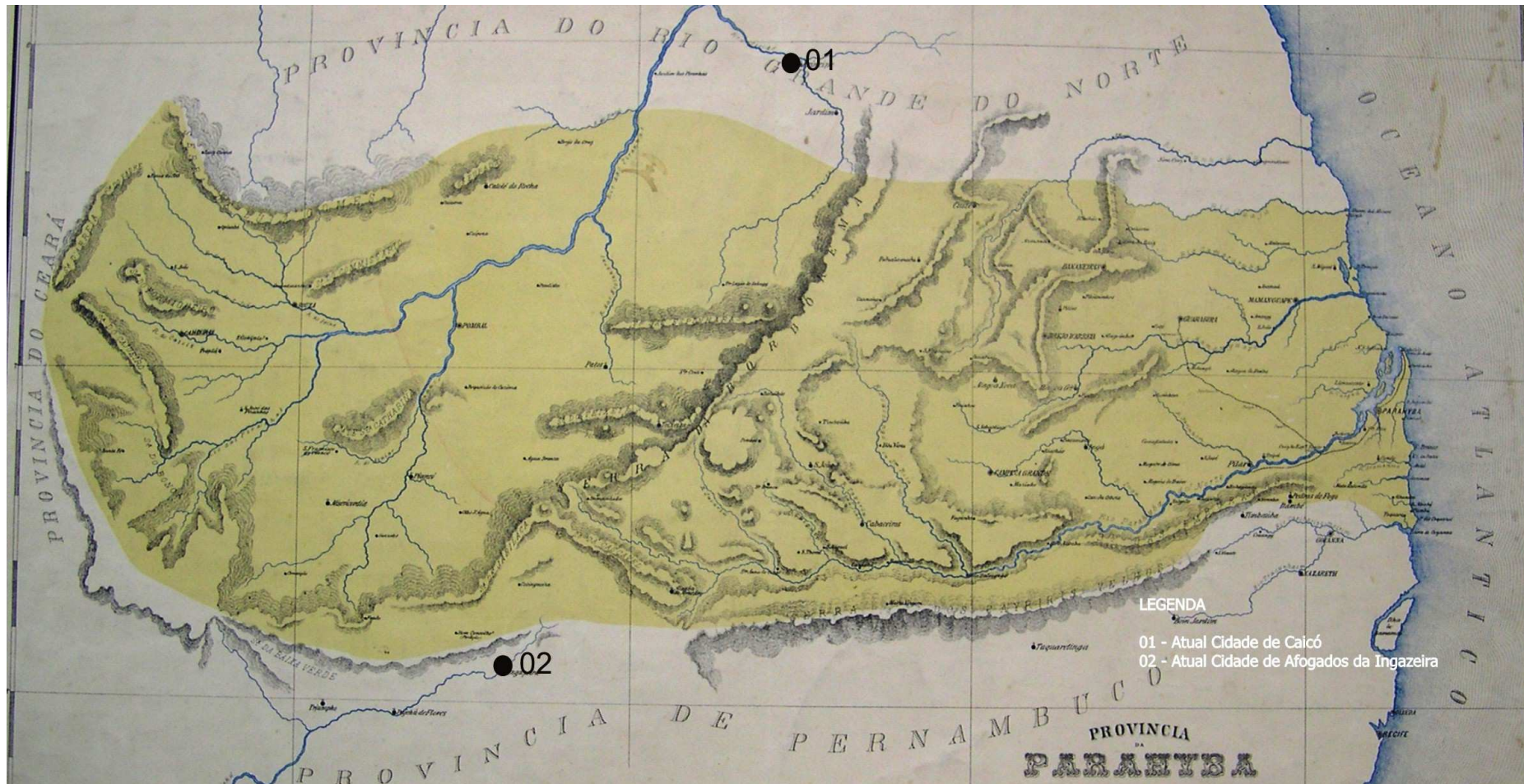
Essas questões de limites foram bastante abordadas por Guedes (2006), que identifica serem imprecisos não somente entre o Rio Grande do Norte e Pernambuco, mas também com o Ceará. Sua constatação se deu a partir das datas de sesmarias solicitadas nas três capitanias ao governo da Paraíba. Nesse sentido, conclui que:

[...] eram imprecisos os limites territoriais entre as capitanias da Paraíba e suas vizinhas pelo sertão. Pelo que se vê, as disputas políticas relacionadas a esses limites só começaram a ter resolução a partir do período imperial sendo este aspecto em particular da formação territorial da Paraíba um interessante objeto de estudo devido às questões econômicas, políticas e identitárias que ela envolve. (GUEDES, 2006, p.52)

²⁰ Muito embora, na segunda metade do século XVIII, com a criação da Freguesia de Santana do Seridó (1748) e a sua posterior elevação à vila com o nome de Vila Nova do Príncipe (1788), o Sertão do Seridó tenha se tornado, principalmente administrativamente, definitivamente ligado à Capitania do Rio Grande, ele será aqui abordado devido as relações próximas que manteve com o Sertão de Piranhas e Piancó.

A partir de tais considerações, delineou-se uma provável delimitação espacial do Sertão de Piranhas e Piancó, mostrada na **Figura 6**. Sobre esta, serão traçadas todas as informações a respeito da rede urbana, tais como os pontos fixos e os fluxos.

Figura 5 - Limites da Paraíba no Mapa da Província da Paraíba – Esboço Corográfico (1888)



O Mapa representa a Província da Paraíba, em amarelo, em fins do século XIX. Nele, pode-se inferir sobre os limites com as Províncias do Rio Grande do Norte e de Pernambuco, contribuindo para entendê-los no século XVIII.

Fonte: PROVÍNCIA DA PARAÍBA Esboço Corográfico, 1888.

Figura 6 - Limites aproximados do Sertão de Piranhas e Piancó no século XVIII



Fonte: Sobreposições de bases em CAD da divisão administrativa dos Estados e da Hidrografia do Brasil disponíveis em IBGE (2010); R.I.H.G.P._1953: p.06 – Manuscritos da Torre do Tombo de Lisboa – 1757; PROVÍNCIA DA PARAÍBA Esboço Corográfico, 1888; Seixas (1975, p.22).

1.2 Representação imagética do Sertão de Piranhas e Piancó no Século XVIII

Por representação imagética se compreende “[...] um discurso valorativo referente ao espaço, que qualifica os lugares segundo a mentalidade reinante e os interesses vigentes” (MORAES, 2002, p. 361, 362). Dentro do imenso universo bibliográfico sobre o sertão, verifica-se, de maneira bastante generalizada, que durante o Período Colonial, na visão do colonizador, o *Sertão* apresentou principalmente as seguintes representações imagéticas: espaço de riquezas, espaço habitado por índios “Tapuias” e espaço sem lei.

Como espaço de riquezas, o sertão era relacionado ao local onde “[...] estariam o ouro, a prata e os possíveis escravos indígenas. Ou seja, o *Eldorado* [...] Assim, o interesse da Coroa e também dos colonos em localizar riquezas prevaleceria sobre o medo e sobre as dificuldades impostas à conquista desta área.” (AMANTINO, 2003, p.82). A partir da visão dos cronistas do Brasil Colonial, a autora aponta para os diversos mitos ligados às riquezas no sertão, por exemplo, o da “Lagoa Dourada”, onde nasceria o Rio São Francisco e se encontraria muito ouro e outras riquezas. Para além do ouro e outras matérias preciosas, estava a busca por escravos indígenas, que motivaram inúmeras expedições aos sertões.

A respeito da Capitania da Paraíba, há uma série de documentos do Arquivo Histórico Ultramarino relatando a descoberta de minas de ouro no Sertão. Isso implica dizer que ao longo desse período, houve uma preocupação em encontrar tais riquezas. Já em relação aos povos indígenas, essa busca para escravizá-los fez parte da motivação da participação de vários sertanistas nos conflitos indígenas, já que, na “Guerra justa”, os índios que não se rendiam ao processo estavam passíveis de serem exterminados ou escravizados, principalmente na primeira metade daquele século.

Quanto à conotação do sertão enquanto local associação com os índios “Tapuias”, está relacionada a uma das primeiras tentativas de classificação dos povos indígenas no Brasil, que, segundo Medeiros, fez-se:

Principalmente utilizando o critério lingüístico, procedimento adotado inicialmente pelos missionários jesuítas desde o início da colonização para distinguir os povos falantes de línguas ligadas ao tronco Tupi e espalhados por quase toda a costa durante o período de contato inicial e os outros, chamados genericamente de Tapuias. (MEDEIROS, 2000, p. 26)

Como já apontou Guedes (2006), tal relação pode ser elucidada a partir da observação da cartografia do século XVIII, uma vez que o espaço relativo ao interior,

principalmente no Nordeste, ao invés de ser representado pelo nome Sertão, o é pelo termo “Tapuia”, como pode ser verificado nos exemplos das **Figuras 7 e 8**:

Figura 7 e Figura 8 - Termo “Tapuia” na Cartografia do século XVIII



Fonte: Respectivamente, HOMANN (1704) e PRÉVOST(1757).

As mesmas referências das representações cartográficas podem ser vistas nos textos de cronistas e viajantes do Período Colonial, como o exemplo apresentado no *Tratado de Terras no Brasil* (1576), “[...] não se pode numerar nem compreender a multidão de bárbaro gentio que semeou a natureza por toda esta terra do Brasil; porque ninguém pode pelo sertão dentro caminhar seguro [...]” (GÂNDAMO, 1980, p. 48). Ou ainda no *Diálogos das Grandezas do Brasil* de 1618, “[...] Êstes tapuias vivem no sertão, e não têm aldeias nem casas ordenadas para viverem nelas, nem menos plantam mantimentos para sua sustentação; porque todos vivem pelos campos [...]”. (BRANDÃO, 1943,P.346)

Estas denominações são comumente encontradas na documentação que infere sobre o Sertão de Piranhas e Piancó no século XVIII, principalmente, por ser um período de intensos conflitos entre os povos indígenas e os colonizadores, no que se intitulou de “Guerra dos Bárbaros”, que será bastante importante para a compreensão da formação da rede urbana. Essa questão será tratada melhor posteriormente, cabendo aqui entender quais eram esses povos indígenas, intitulados “bárbaros”, associados ao espaço estudado no século XVIII.

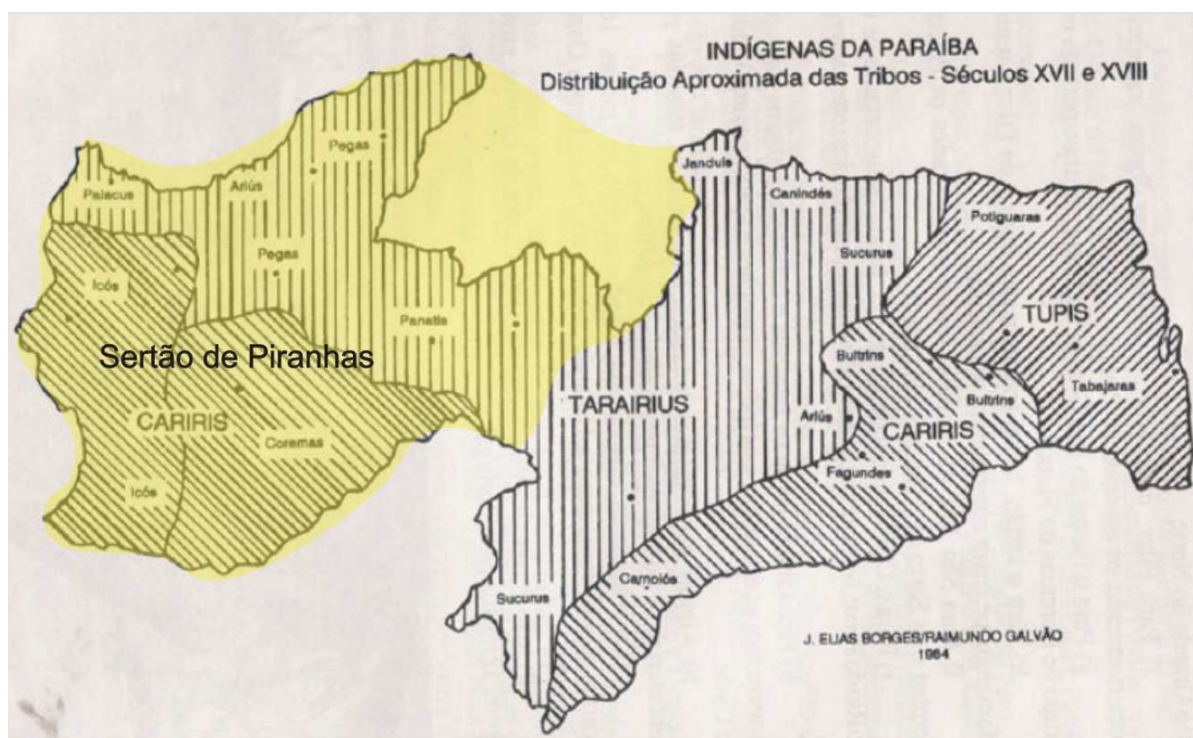
Uma emblemática associação do Sertão da Capitania da Paraíba aos índios “Tapuias” foi realizada, já em 1639, pelo governador holandês Elias Herkmans, quando o processo de

interiorização ainda não havia iniciado. Assim, trata-se de umas das referências imagéticas criadas pelo colonizador, posicionado no litoral, como sugere o trecho abaixo:

Os tapuias formam um povo que habita no interior para o lado do ocidente sobre os montes e em sua vizinhança, em lugares que são os limites os mais afastados das Capitanias, ora ocupados pelos brancos, assim portugueses como neerlandeses. Dividem-se em várias nações. Alguns habitam transversalmente a Pernambuco, são os Cariris, que tem como rei Kerioukeiou. Uma outra nação reside um pouco mais longe, é a dos Caririwasys, e o seu rei é Karupoto. Há uma terceira nação, cujos índios se chamam Cereryjouws. Conhecemos particularmente a nação ou Tapuias chamados Taraiyouu; Janduwy é o rei de uma das partes dela, e Caracará da outra. (HERKMANS, 1982, p.211)

Partindo dessa observação, José Elias Borges (1993) faz uma das primeiras tentativas de cartografar os povos indígenas na Paraíba, inclusive aqueles denominados “Tapuias”, nos séculos XVII e XVIII. Utilizou, como fontes, as informações de cronistas coloniais e a documentação burocrática, em vista a classificar os povos indígenas nos seguintes grupos: Tupi, Cariri e Tarairiú. O resultado pode ser visto no mapa de distribuição destas tribos²¹, comumente utilizados nos trabalhos sobre esta temática, conforme **Figura 9**.

Figura 9 - Povos Indígenas na Paraíba - Séculos XVII e XVIII



Destacado, em amarelo, a área correspondente ao Sertão de Piranhas e Piancó.

Fonte: Borges (1993).

²¹ Embora José Elias Borges (1993) utilize o termo “tribo”, a historiografia/antropologia contemporânea refere-se à organização social desses povos a partir do conceito de “nações”.

Segundo a classificação de Borges (1993), como mostra a parte destacada em amarelo na **Figura 9**, os povos antes intitulados "Tapuias", associados ao Sertão de Piranhas e Piancó, compreendiam os Pegas, os Panatis, os Ariús, os Palacús, integrados à Nação Tarairius; os Coremas e Icós, da Nação Cariri. Porém, esta tentativa de classificação foi analisada por Medeiros (2000), o qual apresenta duas críticas:

A primeira é de que normalmente estes dados são trabalhados de forma sincrônica, não privilegiando a perspectiva temporal. A segunda, é que não é feita uma análise crítica do autor das crônicas, e, conseqüentemente, tende-se a desprezar os interesses e a visão de mundo que está por trás destas informações, além de questões básicas, como por exemplo, a maneira como o autor obteve as informações transmitidas. (MEDEIROS, 2000, p.36)

Esta constatação partiu da crítica das fontes dos cronistas que incidiram sobre os povos indígenas, em relação à "[...] instituição à qual estava relacionado, a sua visão de mundo, a sua vivência ou não com os povos descritos e, além disso, a localização espacial e temporal dos povos indígenas no seu relato" (MEDEIROS, 2000, p. 36). Neste sentido, no que concerne aos povos associados ao Sertão de Piranhas e Piancó no século XVIII, o autor se refere aos Pegas, Icós, Panatis, Curemas. Estes foram aldeados em missões, por isso, há mais informações sobre eles durante o período estudado. Neste trabalho, será verificado como estes passaram pelos diversos processos ligados ao contato com o colonizador que influíram na estruturação de uma rede urbana.

Por fim, a última relação imagética do Sertão se refere a um lugar sem lei. Tal fato carrega a ideia de um "[...] lugar inculto, sem recursos, longe das povoações maiores, tendo um vago significado de civilização inexistente ou pouco desenvolvida" (EGLER, 1951, p.70). Tal definição se faz por oposição através de uma ideia de civilização, associada à presença do colonizador português e relacionada com o controle e a lei. Diante da ausência de agentes ligados ao Estado, os sertões propiciavam a presença de criminosos e desordeiros. Muitos documentos do AHU do século XVIII atestam essa colocação para o Sertão da Capitania da Paraíba:

Diz Pedro Barbosa Cordeiro de Albuquerque Tenente Coronel do regimento de Cavalaria auxiliar da Capitania da Parahiba do Norte onde [possue] dous engenhos em distância de muitas legoas andando [continuadamente] em jornadas de [...] sendo todos os caminhos desertos cheios de facinorosos e ladrões que só por meio das armas se pode qualquer [...] melhor livrar delles [...] modo anda a [...] disciplinar a sua vida por este motivo percorre a V. Mag. Lhe conceda licença para nas jornadas que fizer poder usar de pistolas nos coudres graça esta que V. Mag. tem concedido a muitos principalmente

aos que estão empregados no seu leal serviço como o suplicante. (AHU_ACL_CU_014, Cx. 31, D. 2274, 1792)

Diz Bento Bandeira de Melo Capitão-mor da Cidade da Paraíba do Norte, que não só em [...] das diligências é continuamente se lhe incumbem do Real serviço de V. Mag. mas [também] por ser senhor de engenho, precisa andar viajando por aqueles Certoens impestados de salteadores e criminosos por este motivo exposto a todo o instante tiram-lhe a vida, motivos estes pelos quais se faz digno de V. Mag. de lhe conceda provisão para poder usar de pistollas nos coudres graça esta que V. Mag. Tem concedido a outros com iguais circunstâncias. (AHU_ACL_CU_014, Cx. 31, D. 2285, 1793)

São requerimentos de moradores da Capitania solicitando à Rainha, D. Maria I, permissão para utilizar armas de fogo, em seus coldres, por circularem em estradas no Sertão. *Facínorosos, ladrões, salteadores e criminosos* são as referências que fazem ao universo do Sertão Paraibano, o que corresponde a uma imagem de lugar sem lei, disponível para o abrigo de tais grupos.

1.2 O Conceito de rede urbana aplicado ao século XVIII

A compreensão do surgimento do urbano no Brasil Colonial estimulou pesquisas de arquitetos, urbanistas, historiadores, geógrafos e outros investigadores de áreas afins, no sentido de identificar quais os fatores responsáveis pelo processo. Os vários enfoques dados consideraram, prioritariamente, duas escalas de análise: a do núcleo e da rede urbana. Em torno da primeira, o debate girou, principalmente, sobre a morfologia que estes núcleos adquiriram quanto ao traçado e sua “espontaneidade” ou “regularidade”²². Por sua vez, a segunda esteve relacionada tanto a trabalhos que procuraram pontuar cronologicamente os diversos núcleos no território, dando destaque às vilas e cidades, desconsiderando os demais núcleos²³; como também àqueles que buscaram teorizar os aspectos ligados à estruturação da rede urbana.

²² Este debate teve como ponto de partida uma reflexão contraposta à ideia de Sérgio Buarque de Holanda, em seu livro *Raízes do Brasil*, publicado originalmente em 1936, sobre a forma das cidades coloniais brasileiras que não “[...] produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta confunde-se com a linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, sempre esse abandono característico, que se exprime bem na palavra ‘desleixo’[...]” (HOLANDA, 1956, p.152).

²³ O clássico deste grupo que procurou fazer um apanhado sobre as vilas e cidades no Brasil Colonial é o apanhado cronológico de Aroldo de Azevedo intitulado *Vilas e Cidades do Brasil Colônia*, publicado em 1956. A ele, pode-se acrescentar o trabalho de Pedro Pinchas Geiger (1963), *Evolução da Rede Urbana no Brasil*.

Como a preocupação desta parte do capítulo é inferir sobre o que se entendia por rede urbana no século XVIII, interessam aqueles trabalhos que buscaram teorizar sobre a mesma. Entre eles, duas abordagens se destacaram: a de Nestor Goulart Reis Filho²⁴ e a de Roberto Lobato Corrêa²⁵.

O primeiro autor, ao analisar as formações urbanas no Brasil, afirma que o surgimento destas esteve atrelado à política colonizadora, que tem grande interseção com uma política urbanizadora, definida como o resultado da ação dos agentes coloniais sobre o território, visando “[...] controlar e influir sobre as transformações que ocorrem num processo de urbanização” (REIS FILHO, 1968, p.66). Este processo teve como decorrência direta a concretização de uma rede urbana, sobre a qual o autor, embora trate como ela se processou a partir da política colonial entre 1500 e 1720, não abordou os elementos resultantes da mesma, ou seja, as aglomerações urbanas e as estradas que as interligava.

Por sua vez, Roberto Lobato Correa define a rede urbana como:

[...] conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si. É, portanto, um tipo particular de rede na qual os vértices ou nós são os diferentes núcleos de povoamento dotados de funções urbanas, e os caminhos ou ligações dos diversos fluxos entre esses centros. [...] é um produto social, historicamente contextualizado, cujo papel crucial é o de, através de interações sociais espacializadas, articular toda a sociedade numa dada porção do espaço, garantindo a sua existência e reprodução. (CORREA, 1997, p. 94).

Assim, o autor coloca os elementos que caracterizam a rede urbana, ou seja, os fixos, que são os núcleos urbanos em si, e os fluxos, que é o conjunto de ligações entre eles, isto é, as vias de comunicação. Além disso, pontua que existem três condições para a existência de uma rede urbana: sociedade vivendo em economia de mercado, com transações comerciais; pontos fixos no espaço, onde as transações são realizadas; e a existência de uma diferenciação hierárquica entre os pontos.

A partir da interação entre os dois autores, identifica-se que para compreender a rede urbana há de se partir de dois pontos. O primeiro consiste em contextualizar, dentro do período estudado, as diferentes estratégias ou política urbanizadora implementada para o referido espaço, segundo os diversos agentes - Estado, agentes econômicos e Igreja. O segundo em pontuar, dentro de cada contexto identificado, quais foram os pontos fixos e

²⁴ *Evolução urbana no Brasil: 1500-1720*, livro resultante da tese de livre-docência apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP em 1964.

²⁵ Sua obra evidencia inúmeros trabalhos sobre o tema. Suas contribuições iniciaram desde a década de 1960 e culminaram no livro intitulado *A Rede Urbana* de 1989.

os fluxos resultantes das estratégias de cada agente social. O tópico seguinte dessa seção buscará inferir sobre estes pontos no contexto do Sertão de Piranhas e Piancó. Porém, antes disso, há ainda que se esclarecer uma questão mais geral: o que se entendia por *urbano* no século XVIII?

Para responder a essa pergunta, é necessário atentar para o fato de que o processo de ocupação do território foi estabelecido primeiramente no meio rural, quer através dos latifúndios de cana-de-açúcar nas áreas costeiras, quer através das fazendas agropecuárias no sertão nordestino. O urbano se estabeleceu como espaço que se opunha a este meio, apresentando funções concretizadoras do processo de colonização, sede dos poderes político e militar, além de ordenação dos diversos fluxos do espaço.

Em sua constituição física, o urbano poderia ser identificado a partir de dois elementos principais: a existência de certo número de pessoas residindo em casas próximas uma das outras e a existência de uma capela. Nesse sentido, o fator arquitetônico, o casario e a igreja, eram definidores desses espaços. Um apontamento de Elias Herkmans, no século XVII, sobre o que designava como povoação, é bem emblemático para compreender essa colocação, pois, ele via como “[...] um lugar onde se aglomera um certo número de pessoas para viverem juntamente” (1982, p. 165). Outra percepção que contribui para este entendimento está nos documentos que fazem os “sensos” das ribeiras, no século XVIII, na Capitania da Paraíba. Por exemplo, um documento de 1774²⁶ (JOFFILY, 1977, p. 318) identifica duas categorias para os diferentes espaços de ocupação: as fazendas e as capelas. Assim, notadamente a capela simbolizava a representação de um espaço que se diferenciava do rural representado pelas fazendas.

A presente pesquisa identificou, através da documentação, que, durante o século XVIII, no Sertão de Piranhas e Piancó, os espaços que se diferenciaram do meio rural nas condições descritas foram os seguintes: os arraiais, os aldeamentos, as povoações, as freguesias e as vilas. Não há referência a nenhuma cidade, pois como se sabe, durante todo o Período Colonial, a única que houve na Capitania da Paraíba foi a sua capital, então, Cidade da Paraíba. Assinala-se como importante entender esses termos, pois correspondem, em conjunto, aos pontos fixos da rede urbana e serão tratados ao longo da pesquisa.

²⁶Título do documento: “*Idéa da população da Capitania de Pernambuco e das suas anexas, extensão se suas costas, rios e povoações notáveis, agricultura, numero de engenhos, contratos e rendimentos reaes, augmentos que estes têm tido, etc, etc., desde o ano de 1774 em que tomou posse do governo das mesmas capitanias o Governador e Capitão-General, José Cesar de Meneses*”.

O *arraial*, segundo o dicionário de Rafael Bluteau, significa: “[...] um alojamento de hum exército na campanha [...]” (1713, p. 544). Era, assim, um acampamento militar e representou esta conotação no Sertão de Piranhas no século XVIII, já que surgiram atrelados aos conflitos ligados à “Guerra dos Bárbaros”, como será tratado posteriormente. Muitas vezes, quando se estabelecia certa população definitiva, perdia sua função militar e se tornava sinônimo de povoação. Porém, nem sempre o arraial tinha esse caráter militar. Na região de Minas Gerais, por exemplo, apresentava-se como acampamento para a população que se estabelecia no garimpo do ouro.

Juntamente como os arraiais, no que concerne ao Sertão da Paraíba, foram surgindo, como resultado da “Guerra dos Bárbaros”, os *aldeamentos*, também chamados de *missões*; locais onde eram reunidos povos indígenas que aderiam ao processo de colonização, “[...] sob a administração de padres regulares, às vezes seculares, para certos fins específicos. A evangelização ou catequese de seus habitantes é sua razão de ser precípua, aliás, implícita neste nome.” (TEIXEIRA, 2003, p. 57). Ou seja, eram os antigos aldeamentos indígenas organizados e administrados pelas ordens regulares.

A *povoação*, como pontuado, possui um caráter de lugar onde se aglomerava uma quantidade de pessoas próximas. Inicialmente era um *arruado*, pois muitas vezes possuía uma única rua, que deveria se tornar a primeira rua de uma aglomeração nascente. Com o passar do tempo, transformava-se em *povoado*, o qual, posteriormente, seria uma *povoação*, assumindo um nível hierárquico mais elevado sobre as duas primeiras denominações e dispondo de dois ou três elementos estruturadores do espaço, que os demais não possuíam: a capela, a praça e o cemitério (TEIXEIRA, 2003, p.54).

Outra denominação era a *freguesia* ou *paróquia* que, segundo Murilo Marx (1991), ligava-se à oficialização da capela de uma povoação a um nível hierárquico mais elevado, quando esta era visitada por um Cura e transformada em Igreja Matriz. Era a forma que a Igreja Católica utilizava para melhor administrar a religião e controlar a população cristã, isto é, dividia o território físico-espacial em unidades menores. Essa parcela do território estava sob a responsabilidade de um pároco e possuía uma igreja matriz, que também servia para controlar mais de perto a população, pois nelas estavam registrados os nascimentos, através dos batismos, os casamentos e os óbitos. Era muito comum também, no Período colonial, que os censos demográficos fossem realizados a partir das listas que os párocos faziam dos comungantes e dos que se confessavam.

A denominação que representava o nível hierárquico acima de todos os já citados é a *vila*, caracterizada por ser o centro de uma jurisdição administrativa, tendo um governo local, o senado da câmara, com sua casa de câmara, e o pelourinho na praça central. Para Teixeira (2003, p.55) “[...] a expressão implicava, portanto, uma dimensão político-administrativa, e referia-se a uma pequena comunidade urbana dotada de certa autonomia política na esfera municipal. Empregada desde a época colonial, a palavra manteve esta conotação política e administrativa até 1938”.

O termo *Cidade* representava o nível hierárquico mais importante. Como a *vila*, ela também se caracterizava por apresentar um governo local, o senado da câmara, com sua casa de câmara, e o pelourinho na praça central, ou seja, eram bastante semelhantes, porém a particularidade estava na sua formação, pois, no período colonial, a cidade:

[...] se referia especificamente a um núcleo urbano que tivesse sido formado diretamente pela administração metropolitana, contrastando com a vila que era um núcleo formado pelo donatário. A diferença estava no *status* político de cada um e não no tamanho, sendo que muitas vezes as vilas eram até maiores que as cidade [...] (SILVA & SILVA, 2005, p.51).

Como já foi dito, no Sertão de Piranhas e Piancó, não se verificou a presença de cidade. Seu conceito foi aqui apresentado por fazer parte do universo urbano no Período colonial.

Por sua vez, os fluxos eram as vias de comunicação entre os diversos pontos fixos. Inicialmente, no processo de interiorização do Nordeste, os rios foram as vias naturais que comunicavam estes espaços. Em momentos posteriores, foram abertos caminhos, as veredas, ou seja, “caminho estreitos, aberto no meyo de um campo [...] qualquer caminho estreito, pouco trilhado” (BLUTEAU, 1713, p. 438), os quais, posteriormente, desde que usualmente trilhados, transformaram-se em estradas, que eram denominadas como um “caminho publico, por onde todos passam, a pé, a cavalo em coche [...]” (BLUTEAU, 1713, p. 329)

Entendendo, pois, a rede urbana, os fixos e fluxos a ela associados, parte-se para compreender quais estratégias giraram em torno da constituição de todos esses elementos.

1.4 Estratégias dos diversos agentes coloniais na formação da rede urbana

Quem produziu os espaços urbanos destacados na seção anterior? Para responder, parte-se de um trabalho emblemático sobre esta questão desenvolvido pelo geógrafo

Pedro de Almeida Vasconcelos (1997), que, através de um apanhado nos principais estudos sobre os agentes produtores da cidade capitalista moderna e colonial brasileira, elaborou uma proposta sobre os desdobramentos dos agentes que tiveram um importante papel na produção do espaço urbano colonial. A **Tabela 1** sintetiza suas observações:

Tabela 1 - Agentes modeladores das cidades brasileiras no Brasil Colonial

Agentes	Correspondentes
A Igreja	Clero secular
	Clero regular
As Ordens leigas	Ordens Terceiras
	Irmandades
O Estado	A Coroa e seus representantes
	As câmaras
Agentes econômicos	Os proprietários rurais
	Os comerciantes e financistas
	Os artesãos
A população	Profissionais liberais
	Escravos alforriados
Movimentos sociais	Rebeliões de tropas, da população livre e dos escravos
Fonte: VASCONCELOS (1997)	

A análise da tabela induz à consideração de que esta classificação é referente aos agentes de colonização e aos escravos que a eles estavam associados. Nela, o autor não destaca a presença dos povos indígenas, os quais tiveram uma grande importância na produção urbana colonial, como já demonstrado. Apesar dessa ressalva, a divisão apresentada se torna um excelente ponto de partida para o entendimento dos agentes da colonização.

Primeiramente, destaca-se que a classificação feita por Vasconcelos (1997) se refere à produção do espaço interno do núcleo urbano, priorizando aqueles que mais se destacavam no contexto colonial, a exemplo de Salvador e Rio de Janeiro. Como o presente trabalho busca inferir prioritariamente sobre a dinâmica da rede urbana, bem como de um espaço que corresponde a uma área bastante distinta da tratada pelo autor, procurou-se identificar, dentre os agentes apontados, quais se destacavam no contexto ora estudado.

Verificou-se, então, o destaque dos agentes econômicos, da Igreja e do Estado. Assim como Vasconcelos (1997), entende-se que é necessária uma ênfase maior nos dois últimos. Contudo, discorda-se da colocação em um segundo plano dos agentes econômicos, dentre os quais se destacavam os proprietários rurais e os comerciantes. Esse dissenso se baseia no fato de que, ao tratar do urbano no processo de interiorização da colonização, os agentes econômicos apresentavam papel preponderante, como demonstrado na seção anterior. A este respeito, Pessoa diz que embora a chefia do processo de colonização estivesse por conta dos agentes ligados ao Estado “[...] o poder estaria de fato nas mãos dos grandes latifundiários, que exerciam o monopólio do controle da terra, o principal meio de produção de uma sociedade eminentemente agrária.” (PESSOA, 2003, p. 101)

Salienta-se ainda que, dentre os agentes citados por Vasconcelos (1997), não estiveram na produção urbana do século XVIII, no Sertão de Piranhas e Piancó, as ordens leigas. Aqui serão apresentados os agentes ligados ao Estado, à Igreja e econômicos, em uma tentativa de elucidar quais os seus interesses e funções prioritárias na formação da rede urbana. Sobre estes interesses, Pessoa (2003) é bastante enfático na síntese dos mesmos:

A motivação para a empresa de colonização surgiu com o sucesso da experimentação da produção açucareira, que permitiu a união de esforços entre os principais grupos da sociedade lusitana: os fidalgos arruinados ou seus filhos encontraram um vasto território para conquistarem e estabelecerem o seu domínio feudal, a igreja encontrou um caminho de expansão do catolicismo através da catequese dos indígenas, a Coroa poderia firmar seu domínio sobre a nova terra através da fixação de marcos de povoamento, os comerciantes poderiam encontrar um produto de grande mercado e rentabilidade que permitisse o retorno de seus investimentos e as classes mais baixas poderiam através da sorte encontrar riqueza no novo mundo”. (PESSOA, 2003, p.100 - 101)

A separação feita para explicar tais agentes não pretende sugerir que atuaram de forma separada. Cada um apresentava um papel de destaque, além de estarem fortemente imbricados, a exemplo da Igreja e do Estado, conforme descreve Vasconcelos:

A Igreja Católica é examinada por um lado, pela estrutura hierárquica da Igreja, ligada ao Estado pelo estabelecimento do Padroado e, por outro lado, pelas ordens religiosas. O Padroado correspondia a um acordo entre o Papado e a Coroa portuguesa, em que a mesma recebia os dízimos relativos à Igreja, e ficava responsável pela manutenção das despesas da Igreja no Brasil. (VASCONCELOS, 2009, p. 67)

O autor ainda continua dizendo que o Estado apresentava um “[...] papel de apoio às atividades econômicas, na sustentação dos funcionários, do clero, e, sobretudo na realização de obras defensivas e a manutenção das tropas”. (VASCONCELOS, 2000, p. 68-69). Além

disso, os agentes da igreja também assumiram funções empreendedoras como proprietários de terras rurais, imóveis urbanos, lavouras e engenhos, além de escravos. Em relação ao Sertão de Piranhas, tal conotação pode ser evidenciada a partir de Guedes (2006), quando afirma que o clero foi um grupo social bastante privilegiado entre os registros de concessão de sesmarias (2006, p. 119). Estes fatos reforçam a ideia da interligação dos vários agentes coloniais.

1.4.1 A Ação do Estado

Os agentes ligados ao Estado tinham a função comum de controlar e administrar o território e compreendiam, em linhas gerais, a Coroa e seus representantes, além das Câmaras Municipais. A Coroa, enquanto representação do governo metropolitano, apoiava as atividades econômicas, sustentava o corpo de funcionários e o clero, comprometendo-se com a manutenção da igreja e realização de obras de defesa, além de manter as tropas militares. Já a Câmara, ligada à administração local, tinha um papel importante na condução dos negócios da aglomeração urbana. (VASCONCELOS, 1997)

Segundo Delson (1997), a ação do Estado, no que concerne à formação da rede urbana no século XVIII, decorreu da descoberta do ouro, no caso da região de Minas Gerais, e da ocupação da *hinterlândia*, através da pecuária, no caso do Nordeste, por serem atividades que atraíram um grande número de colonos e geraram proveitos para os cofres reais. Acrescenta-se ainda que essa ação do Estado teve como substrato as ameaças de invasão estrangeira do território ao longo do processo histórico, além da preocupação em garantir as fronteiras com a Espanha. Por todos estes fatores, a Coroa Portuguesa começou a investir em medidas de controle do território.

Em relação ao espaço do atual Nordeste, Pires (1990) acrescenta que as estratégias do Estado português foram uma “[...] forma de garantir a segurança da Colônia à luz de novos ataques estrangeiros, como ocorreu nas invasões holandesas. E por último, pelo próprio produto em si, quando a criação de gado começa a se tornar atividade com vistas à exportação”. (1990, p.37). Neste sentido, além de controlar, o Estado também procurou tirar proveito econômico da situação da ocupação das Capitanias do Norte.

O proveito se dava através do aumento das rendas da Fazenda Real, que era o órgão de arrecadação dos tributos cobrados sobre as diversas atividades econômicas. No caso específico do Nordeste, após a ocupação dos holandeses, ficando as rendas do açúcar em crise, o que dificultava o sustento dos cofres da Fazenda Real, a solução era incentivar outra

atividade, despontando a pecuária como uma saída para o problema. Para melhor compreender o exposto, faz-se necessário esclarecer sobre o que eram as Provedorias da Fazenda Real. Segundo Menezes:

[...] foram estabelecimentos que enraizaram e asseguraram o domínio do estado Português na colônia brasileira. Foram também, pode-se dizer, a pedra angular que determinou os níveis e as possibilidades de ação autônoma dos governadores, na correlação de forças entre as várias capitanias que compunham uma determinada região. A existência ou não de uma capitania autônoma estava condicionada à necessária e irremediável possibilidade de ser a Provedoria da Fazenda capaz de gerir todos os gastos com pessoal e segurança, além de atender às exigências dos eternos socorros à Coroa Portuguesa [...]. (MENEZES, 2005, p. 12)

Havia, portanto, uma constante preocupação da Provedoria das Capitanias em garantir sua autonomia, buscando tirar proveitos de todas as atividades econômicas, a partir da arrecadação de tributos. O sistema de sesmaria para a implantação de fazendas de gado foi uma das formas de garantir as receitas da Fazenda Real durante o século XVIII nas Capitanias do Norte.

Nesse contexto, como foi especificamente a ação do Estado nas Capitanias do Norte, no intuito de manter a ordem e tirar proveito da formação de uma rede urbana ao longo do século XVIII? Sabe-se que, neste período, o processo de ocupação dos Sertões Norte se deu a partir de conflitos entre os povos indígenas e os colonos, culminando no que a historiografia intitulou de "Guerra dos Bárbaros".

A "Guerra dos Bárbaros" foi uma série de conflitos travados entre "[...]os colonos e os povos nativos do grupo denominado Tapuia, inserida no contexto da expansão da pecuária nos sertões nordestinos durante a segunda metade do século XVII e início do século XVIII" (PIRES, 1990, p. 17). Outros autores, como Medeiros (2000), apontam para o mesmo conceito, porém estendendo o recorte temporal até meados do século XVIII. Aqui, adota-se esta última delimitação, pois, embora os conflitos armados tenham ocorrido, prioritariamente, no período entre fins do século XVII e duas primeiras décadas do século seguinte, na documentação consultada do Sertão de Piranhas e Piancó, verifica-se sua permanência até meados do século XVIII. Os espaços onde se deram os conflitos foram destacados por Medeiros:

- a) o sertão do Recôncavo baiano e a margem baiana do rio São Francisco, incluindo o sul da capitania do Piauí, atingido pela expansão baiana na segunda metade do século XVII;
- b) o sertão das capitanias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande e Ceará, incluindo a margem pernambucana do rio São Francisco, e mais

especificamente o sertão do Ararobá e as ribeiras dos rios Moxotó e Pajeú; c) o sertão das capitanias do Maranhão e do Piauí, onde se encontram, no século XVIII, as entradas vinda do sertão da Bahia com as vindas do Maranhão. Além do corte espacial político-administrativo, este agrupamento correspondeu, grosso modo, à seqüência temporal na qual os conflitos adquiriram maior intensidade segundo a documentação pesquisada. (MEDEIROS, 2000, p.103)

Nesses espaços identificados, a Coroa atuou, veementemente, de modo a controlar os povos indígenas. Este controle se dava visando garantir os interesses ligados aos sesmeiros e à Igreja. Os primeiros almejavam o extermínio da população para a “limpeza do território”, visando a expansão da pecuária. Por seu lado, a Igreja investia no sentido de evitar esse extermínio e expandir a fé católica para estas populações. A Coroa Portuguesa ficava no meio desses conflitos. A estratégia para resolvê-los, de modo a garantir os interesses de todos esses agentes, foi implementar a “Guerra Justa”, a qual, em linhas gerais, previa o cativo e o extermínio para os “índios bárbaros” e o aldeamento para os “índios mansos”.

Analisando a formação da rede urbana no Sertão de Piranhas e Piancó, por este ponto de vista, são verificados dois momentos distintos na sua constituição. Um **primeiro momento**, ligado à rede resultante desse processo de “Guerra dos Bárbaros”, desde o fim da ocupação holandesa até a primeira metade do século XVIII. Um **segundo momento** no período pós-guerra, ou seja, a segunda metade do século XVIII, quando há o fim dos aldeamentos indígenas do Sertão de Piranhas, a partir da política pombalina de instituição de vilas de índios no litoral, bem como a constituição de vilas de brancos.

Como já foi discutido, no primeiro momento, o intuito era dizimar os “índios bárbaros” para a “limpeza” e ocupação do território pela pecuária. As nações que aderiam ao processo de colonização, seja se entregando, seja até contribuindo com os colonos, eram aldeadas em missões religiosas. Nota-se, então, que o resultado compreendia dois tipos de núcleos de aglomeração de população: um de ordem militar, os **arraiais**, e outro de ordem religiosa, os **aldeamentos**. Sobre o último, Medeiros ressalta que correspondia a uma estratégia antiga, já que:

Desde o século XVI percebe-se um interesse da Coroa portuguesa em atrair os povos indígenas a habitar próximo dos núcleos de povoação portugueses. Este interesse tinha objetivos econômicos, estratégicos, políticos e culturais. Do ponto de vista econômico, havia o interesse no aproveitamento da mão-de-obra indígena e, posteriormente, com o seu aldeamento, a liberação de terras para a ocupação pelos colonos. Do ponto de vista estratégico, serviam como defesa seja contra inimigos externos ou internos, neste caso funcionando como “barreiras dos sertões”. Do ponto de vista cultural, a

concentração numa área restrita facilitava a atuação dos agentes colonizadores na incorporação ao sistema colonial. Neste processo, a atuação da Igreja Católica, através da ação missionária, foi fundamental. (Medeiros, 2000, p. 145)

Para que tais estratégias fossem praticadas, era lançado o corpo militar para os sertões, sendo criados vários cargos de ordenanças e doadas patentes militares. Na Capitania da Paraíba, a primeira patente militar para os sertões foi concedida a Antonio de Oliveira Ledo. Tratava-se do cargo de *Capitão de infantaria da ordenança dos moradores de todo o sertão da Capitania da Paraíba* e foi concedida devido ao seu serviço no descobrimento do sertão da Capitania: “[...] com grande risco de sua vida e dispêndio de sua fazenda, congraçando conosco todo o gentio bárbaro, de que se seguiu grande utilidade a Fazenda Real, por se povoarem as terras que o dito gentio ocupava” (Documento do Arquivo do Estado da Bahia Apud ALMEIDA, 1978, p.18-19). A doação dessa patente é emblemática da estratégia de ocupação do Sertão de Piranhas, visto que, além de congregar o intuito de ordenação, ainda ressalta a preocupação em alimentar a Fazenda Real.

A partir deste período, e ao longo de todo o século XVIII, várias patentes militares foram destinadas a cargos ligados ao Sertão da Paraíba. Porém, principalmente até a primeira metade do século XVIII, as justificativas para elas estavam atreladas à participação na guerra contra os “tapuias”. Algumas foram as seguintes:

Tabela 2 - Cartas Patentes dos capitães-mor do Sertão de Piranhas e Piancó

Data	Patente
1682	Capitão de infantaria da ordenança dos moradores de todo o sertão da Capitania da Paraíba- Antônio de Oliveira Ledo
1692	Capitão-mor das fronteiras das Piranhas, Cariris e Piancó – Constantino de Oliveira Ledo(sobrinho de Antônio de Oliveira Ledo)
1694	Capitão-mor das fronteiras das Piranhas, Cariris e Piancó - Teodósio de Oliveira Ledo (Irmão de Constantino de Oliveira Ledo)
1725	1 - Capitão-mor dos Distritos de Piranhas e Piancó, da serra da Borborema para dentro – João de Miranda 2 - Capitão-mor dos sertões - Teodósio de Oliveira Ledo

Fontes: Almeida (1978); Almeida (1978); Pinto (1977); Seixas (1975).

Cabe destacar que os donos dessas patentes foram os maiores sesmeiros da região, visto que, por seus serviços, eram retribuídos com a concessão de Datas de Sesmarias pela

Coroa. A família Oliveira Ledo, por exemplo, foi detentora de um número relativamente grande de sesmarias, como pode ser visto a partir de Tavares (1982).

O fim deste primeiro momento se justifica pelo fato de as menções aos índios e às guerras irem sumindo na documentação, processo que se inicia a partir da segunda metade do século XVIII: “[...] à medida que os índios que estabeleceram pazes e foram reduzidos em aldeias, tiveram suas aldeias transformadas em vilas e povoados, dentro das transformações impostas pela política indígena no período pombalino” (MEDEIROS, 2005, p. 02). É quando se verifica o segundo momento nas estratégias da Coroa para a formação da rede urbana caracterizado pelo pós-guerra e “relativa limpeza” dos povos indígenas do território, havendo uma ocupação mais efetiva com a pecuária. A política implementada tem sido bastante estudada na história urbana e ocorreu conforme as seguintes medidas:

[...] a elevação de antigas aldeias, as maiores a vilas e as menores a lugares ou povoações, desmembrando-as de outras Câmaras, e entregando sua administração aos índios. Dependendo da localização, e tipo de população pré-existente, foram ainda criadas freguesias, aldeias e julgados. O objetivo, na prática, era civilizar, educar e obrigar os índios a falar a língua portuguesa e integrá-los na sociedade dos brancos, em núcleos urbanos para, assim, povoar, ocupando efetivamente o solo e defender o território da América portuguesa. (FLEXOR, 1996, p. 602)

Trata-se da política realizada a partir da administração de D. José, marcada pela ação de seu ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, expressão do despotismo esclarecido e da filosofia iluminista no Império Português. No Brasil, suas diretrizes políticas se basearam, principalmente, em uma administração mais centralizada, na busca de uma demarcação territorial que, em alguns de seus limites (como norte e sul), estava ameaçada pelos espanhóis.

Dentre as várias ações realizadas, destacam-se: as constituições de Missões Demarcatórias destinadas a dar cumprimento aos Tratados de Limites relativos às terras da América, celebrados entre Portugal e Espanha (Tratado de Madri 1750 e, posteriormente, o de Santo Idelfonso 1777); a divisão territorial do Brasil em dois eixos: um acompanhando o Rio Amazonas, com sede em Belém (Grão-Pará e Maranhão), e outro seguindo a costa no Estado do Brasil com sede no Rio de Janeiro (1763), com acesso mais fácil à região aurífera de Minas Gerais, sendo assim, constituída a nova capital; a expulsão dos Jesuítas do território brasileiro (1759); e a criação de aglomerações urbanas para fixar os habitantes ao solo, dentro de um programa de criação de vilas.

Assim, é nesse momento em que se lança, no Sertão de Piranhas e Piancó, o corpo administrativo da câmara, através da criação da Vila de Pombal (1772). É também marcado pelo descimento dos aldeamentos indígenas para a construção de vilas de índios na Zona da Mata da Paraíba, bem como no Rio Grande do Norte.

A divisão dos capítulos 01 e 02 se baseou no entendimento de que foram dois momentos distintos na primeira e na segunda metade do século XVIII, os quais serão abordados com o intuito de definir mais precisamente como surgiram e onde se localizaram os pontos fixos e os fluxos, ou seja, a rede urbana, no Sertão de Piranhas e Piancó.

1.4.2 Agentes Econômicos

Entre os agentes econômicos citados por Vasconcelos (1997) no início do capítulo, os comerciantes, financistas e proprietários rurais, o que mais se destacou no desenvolvimento de estratégias para a formação da rede urbana no processo de ocupação dos Sertões foram os últimos, a partir da fundação de fazendas para a criação do gado e da instalação de patrimônios religiosos.

Em relação à instalação das fazendas, a ação partia da solicitação de sesmarias para a criação de gado "Vacum e Cavallar". Um dos fatores que possibilitou a expansão dessa atividade para o extremo oeste das capitanias do atual Nordeste foi a difícil convivência entre a pecuária e as atividades agrícolas, eminentemente a cana-de-açúcar, como atesta Manoel Correia de Andrade:

A permanência da pecuária nas áreas próximas às de agricultura, trouxe problemas de convivência, de vez que o gado era criado solto e destruía as plantações, fazendo com que o Governo estabelecesse que os criadores de gado deveriam se interiorizar, ficando as áreas de criação distantes das áreas agrícolas". (ANDRADE, 1996, p.101).

Uma Carta Régia de 1701, comumente referida em trabalhos que abordam o processo de interiorização no Nordeste, parece ter indicado a solução para o problema, porquanto proibia a atividade criatória a menos de 10 léguas de distância da costa. Isso fez com que muitos colonos adentrassem para o interior. Além disso, havia a necessidade de animais para abastecer o mercado da zona açucareira, a qual, embora estivesse em crise, como atesta Oliveira (2007), consumia produtos resultantes da pecuária. Acrescenta-se ainda o fato de que, conforme discorre Nascimento (2000), o interior nordestino se mostrava adequado às práticas da pecuária pela "[...] disponibilidade de grandes extensões de terras,

sistema de criação, forma de remuneração do trabalho e inexistência de mercado competidor, visto que nos pastos do sul esta prática ainda não era conhecida” (2000, p. 03).

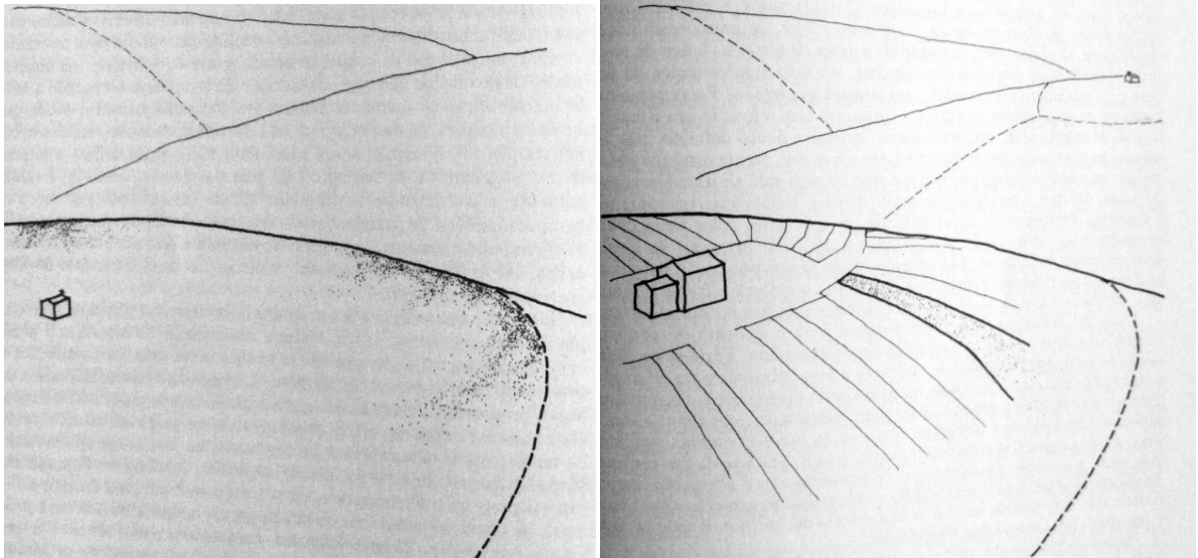
Além disso, o baixo custo para a instalação das fazendas de gado, se comparado com o dispêndio necessário aos engenhos da zona açucareira, e a grande disponibilidade de terras próximas a algum curso de água, facilmente adquiridas através de solicitação de sesmarias, favoreciam a prática da pecuária que consistia, basicamente, em “[...] algumas cabeças de gado, poucos vaqueiros para o pastoreio e uma habitação com curral, que eram construídos usando os recursos do próprio meio natural”. (NASCIMENTO, 2000, p.03).

Nessas fazendas viviam muitos dos produtores rurais, no seu próprio domínio, muito separados uns dos outros, em economia fechada, incitados, por sua própria solidão, a organizar lugares de reunião. Nesse sentido, é possível que Pierre Defonttaines tivesse razão ao afirmar que os espaços urbanos nasceram “[...] antes de uma necessidade de vida social, necessidade [...] de romper a monotonia da solidão do Sertão; o sertanejo vem à cidade como o nômade do deserto vem ao oásis”. (DEFONTTAINES, 1938, p.16).

A constituição desses locais de reunião se deu a partir da doação de patrimônios de terras dos proprietários rurais a um orago, onde se constituiria uma capela. Sobre esses espaços, Murilo Marx, em seu livro “Cidade no Brasil, terra de quem?”, define-os como sendo “[...] porções de terras doadas nominalmente a uma devoção, a um santo padroeiro. Passava a constituir um patrimônio desse orago, de sua capela, administrado por uma entidade que deveria merecer a autorização da Igreja” (1991, p.39).

A partir da doação da terra, outros meios surgiam para a construção da capela, muitas vezes propiciados pelos produtores das fazendas próximas, que também se beneficiariam com a presença da Igreja. Doavam dinheiro e bens móveis, até periodicamente, ao santo consagrado na capela. “[...] Propiciavam, assim, as condições para a construção do templo, para a sua manutenção e reparo, para o seu equipamento litúrgico e funcionamento efetivo.” (MARX, 1991, p.39).

Figura 10 e Figura 11 - Formação do Patrimônio Religioso



Respectivamente, representação da capela constituindo-se entre as sesmarias e pequenas porções de gleba de moradores acolhidos por ela.

Fonte: Marx (1991, P.43).

A capela era um dos elementos centrais desse processo, tornando-se o ponto de convergência das populações das fazendas mais próximas, o que levaria à constituição de uma povoação. Dentre os papéis desempenhados, era solicitada para a celebração de festas religiosas, a realização de batismos, casamentos e óbitos, contribuindo para a consolidação do núcleo urbano a partir do aumento de sua dinâmica social. Estas “vindas” às aglomerações urbanas geravam fluxos regulares, portanto articulação na rede urbana, principalmente em dias de missas, ou de eventos, procissões e festas, ligadas ao calendário religioso. A esse respeito, Azevedo afirma:

“[...] era a presença da Igreja a grande força catalizadora, a cuja influência ninguém ousava resistir. Principal fator de coesão para os aglomerados nascentes, jamais cessou de constituir um motivo para a presença obrigatória não apenas da população urbana, mas também da gente da zona rural circunvizinha, que não titubeava em fazer sacrifícios para assistir às missas dominicais e não se furtava ao prazer de tomar parte nas festividades do calendário católico, oportunidades ansiosamente esperadas numa época de vida social tão restrita” (AZEVEDO, 1956, p. 64).

Com o tempo, além do poder religioso, as povoações passam a concentrar o poder civil e administrativo. Quando o corpo administrativo do Estado ainda não se fazia presente, através das Câmaras, dos militares, para impor a ordem, este se fazia através dos agentes

da Igreja que atuavam nas referidas capelas. Esse fato mostra o quanto o poder estatal e o eclesiástico estavam imbricados no Período Colonial.

Voltando às estratégias dos proprietários rurais em relação à constituição de uma rede urbana, cabe destacar que elas estavam imbuídas de interesses²⁷. Pois, ao fixarem as bases estruturais da povoação, através da capela, esperavam, em momento posterior, com a expansão do tecido urbano, tirar proveito das terras que lhes pertenciam. Sobre este processo, Aroldo de Azevedo tece um comentário bastante explicativo:

Dêsse tipo é o patrimônio religioso, pelo qual o proprietário de uma gleba de terras escolhe certa área para doá-la ao Santo de sua devoção através de documento público em que o beneficiário é representado pela autoridade eclesiástica; assim fazendo, o proprietário torna patente sua fé e demonstra o desejo de vê-la difundida por intermédio da Capela que significará o sinal de posse, ao mesmo tempo que espera auferir lucros com a valorização e a posterior venda dos lotes situados na área que continua de sua propriedade. Nesta hipótese, o doador fixa as bases estruturais do futuro aglomerado, procurando atrair moradores para o local, os que se estabelecerem no chão doado ao Santo patrimonial pagarão seus foros à Diocese e os que se fixarem nas redondezas tornar-se-ão arrendatários ou mesmo proprietários dos lotes ocupados. No primeiro caso, o produto do aforamento destina-se à construção da Capela ou à melhoria da que já existir, à manutenção do culto, ao estabelecimento do Cemitério, etc." (AZEVEDO, 195, p. 57).

Através destes preceitos, de doação de patrimônio e do proveito que tirariam através dela, os produtores rurais atuaram na constituição da rede urbana no Sertão de Piranhas e Piancó durante todo o século XVIII. Tratou-se de um processo paralelo àquele instituído pelos Agentes do Estado. No decorrer do Capítulo 02 e 03, que foram divididos através das duas diferentes estratégias do Estado na constituição do urbano, serão identificados os resultados urbanos, ou seja, as povoações surgidas dentro do processo aqui descrito.

Porém, antes de finalizar esta seção, é importante discutir outras duas questões. A primeira diz respeito a outro agente urbano, que se enquadraria como produtor rural: o vaqueiro ou boiadeiro. Embora não fosse dono de terra, ligava-se ao quadro das fazendas de gado, desempenhando papel importante na produção do urbano, principalmente por que era quem se encarregava da circulação da boiada entre nos caminhos das capitanias e, conseqüentemente, dos seus locais de pouso, com os currais, os quais posteriormente se transformaram em aglomerações urbanas, como assim descreve Defontaines (1938):

O litoral recebia do sertão a carne e o gado de trabalho. Os bois e as vacas desciam em grandes rebanhos, em boiadas; eram conduzidos por

²⁷ Tais interesses serão mais detidamente discutidos no tópico 2.6 – As capelas e os Patrimônios no Sertão de Piranhas, deste capítulo.

boiadeiros, outros personagens típicos do interior do Brasil. As estradas de boiadas eram batizadas em pousos [...] que progressivamente se tornaram pequenas aglomerações [...] (DEFONTAINES, 1938, p.145).

Embora não haja evidências no Sertão de Piranhas de aglomerações formadas por pousos de vaqueiros, sua participação não pode ser negada quando da constituição e consolidação dos caminhos da rede urbana, bem como enquanto agente responsável pelos fluxos econômicos, e ainda das ideias, ao longo das diversas vias e pontos fixos no território.

A segunda questão a ser exposta, para finalizar esta seção, diz respeito às feiras. Durante o século XVIII, era comum que os moradores das aglomerações urbanas fossem agricultores que deixavam suas casas para cultivar as terras próximas e cuidar da criação de animais. Esses agentes, consoante indica Azevedo, levavam para os aglomerados urbanos “[...] os produtos de seus sítios e fazendas. Daí o movimento de suas “vendas” e de suas modestas lojas, a realização de feiras semanais, a presença de ruas tipicamente comerciais [...]” (AZEVEDO, 1956, p. 64).

Diante do exposto, a agricultura e a pecuária determinavam o pequeno comércio, nas vendas e/ou nas feiras semanais, onde se destacava a figura do comerciante, ou negociante, como aparece em alguns documentos. As feiras tiveram um papel significativo para a dinâmica desses núcleos urbanos, pois eram “[...] manifestação da atividade comercial, em que pequenos agricultores vendiam os produtos por eles cultivados ou pequenos comerciantes revendiam algumas mercadorias de necessidade imediata” (MAIA, 2006, p. 05). Sabe-se que muitas aglomerações urbanas na Paraíba, a exemplo de Campina Grande, Pedras de Fogo, Itabaiana e Areia, tiveram seu crescimento urbano a partir dessa relação com as feiras. Contudo, esses argumentos ainda não estão claramente elucidados em relação ao Sertão de Piranhas e Piancó. Aqui foram pontuados porque a importância das feiras se dá principalmente na atração dos fluxos para elas, o que colocou as aglomerações citadas em pontos estratégicos da rede urbana, sendo bastante importantes para o entendimento dos caminhos e das estradas, como será visto posteriormente, ao longo do trabalho.

1.4.3 A Igreja como gente da colonização

Como pode ser visto a partir da exposição das duas seções anteriores, a Igreja atuou ativamente nas estratégias desencadeadas pelos agentes econômicos e pelo Estado, seja nos aldeamentos das missões ou mesmo nas capelas instituídas pelos proprietários rurais.

Consoante demonstra Vasconcelos (1997), os agentes ligados à Igreja compreendiam o **clero secular**, composto em uma sequência hierárquica pelos diáconos, presbíteros (padres), bispos, arcebispos, Bispo de Roma (Papa), e o **clero regular**, submetido às Ordens, entre as quais cabe destacar os Franciscanos, Beneditinos, Carmelitas, Oratorianos, Capuchinhos e Jesuítas. Além destes, havia as **Ordens Leigas** que compreendiam as Ordens Terceiras e as confrarias. Diante desse quadro, é pertinente a seguinte indagação: entre os agentes ligados à Igreja, quais atuaram mais efetivamente na constituição da rede urbana?

Pelo já exposto, verifica-se que uma das maiores atuações na formação da rede urbana estava ligada ao clero regular e ao secular. O primeiro, nas estratégias implementadas pelo Estado, principalmente na primeira metade do século XVIII, atuou veementemente ligado às Juntas de Missões. No caso da Capitania da Paraíba, havia associação à Junta de Missão de Pernambuco, que iniciou sua atuação a partir de 1692.

Os aldeamentos eram o resultado da estratégia do Estado para aqueles povos indígenas ditos “mansos”, dentro do processo da “Guerra Justa”, conforme já abordado. Em relação ao Sertão de Piranhas, como será discutido melhor no capítulo 02, vários foram os aldeamentos que configuraram a rede urbana na primeira metade do século XVIII. Eles são extintos na segunda metade, a partir do “descimento” desses povos para a constituição de vilas de índios na Zona da Mata e no Rio Grande do Norte. Entre as ordens que atuaram nesse quadro, os documentos se referem mais aos carmelitas, beneditinos e Capuchinhos²⁸.

No que se refere ao clero secular, para compreender sua atuação, tomou-se como ponto de partida o trecho de Andrade (2010), no qual são enumerados vários papéis da Igreja Católica na formação da dinâmica urbana no Recôncavo Baiano setecentista, os quais podem ser rebatidos para o entendimento do presente objeto de estudo, são eles:

[...] ação concreta de produção e organização do espaço urbano; ocupação e divisão administrativa do território; associação com a Coroa na regulação do uso do espaço e controle social; estabelecimento de centralidades e conseqüente atração de fluxos regulares (missas, circulação de religiosos) e eventuais (procissões, festas); assumiu também papel de instrumento de agrupamento social com uniformidade étnica, econômica, laborial e de gênero; produziu unidades materiais (conventos, hospitais, seminários, igrejas e capelas) que se transformaram em centros de ocupação; também assumiu funções empreendedoras como proprietária de terras rurais e

²⁸ Embora a historiografia paraibana aponte para uma grande atuação dos Oratorianos nos Sertões da Capitania do Norte, não foram encontradas nenhuma referência documental a eles no Sertão de Piranhas e Piancó.

imóveis urbanos, lavouras e engenhos, além de posses de escravos. (ANDRADE, 2010, p.200)

O primeiro papel exposto pelo autor é sua função concreta na produção e organização do espaço urbano, que está relacionada com o Padroado Real e consistia no poder dado pela Cúria Romana aos monarcas ibéricos, instituindo-os como chefes da igreja católica. (MARX, 2003, p.22). Para Murilo Marx (2003), a união entre Igreja e Estado foi regulada ao longo das “ordenações” e através de concordatas entre a monarquia lusa e o papado. Através delas, os cânones interferiam sobre os diversos aspectos da vida durante os primeiros séculos do Brasil. Consequentemente, também se impuseram na configuração e no delineamento de aglomerações urbanas. As leis tinham sempre a presença do braço espiritual e secular, como as ordenações do reino (Afonsinas, Manuelinas, Filipinas, além de 19 concordatas).

A presença do clero secular teve grande influência na formação material dos territórios urbanos, através do cumprimento das determinações de alguns documentos, como as constituições Sinodais do Bispado de Coimbra (1591), as Constituições do Bispado de Funchal (1597) e, principalmente, as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1719). Especificamente sobre o urbano, as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia garantiam o privilégio do foro para os eclesiásticos, proibiam a edificação, reedificação e fundação, sem licença eclesiástica, de qualquer igreja, ermida, capela, mosteiro, convento ou colégio e, por fim, criaram critérios para a localização da capela, para a definição e orientação dos templos e abrangência de seu adro. (MARX, 2003, p.22).

Quanto à ocupação e divisão eclesiástica do território, também eram papéis do clero secular. Tratava-se das divisões eclesiásticas, denominadas de freguesias, as quais correspondiam a parcelas do território sob a responsabilidade de um clérigo e que possuíam uma igreja matriz. Portanto, as principais aglomerações urbanas de um determinado espaço correspondiam à sede de tais freguesias, as quais controlavam e faziam o registro dos nascimentos, batismos, casamentos e óbitos. (MARX, 2003, p.22). Assim, era muito comum que os censos demográficos fossem realizados a partir desta divisão territorial. Além deles, os relatórios dos governantes da Capitania também apresentavam seus dados a partir dessa divisão, o que demonstra a importância da atuação desse agente.

A terceira observação de Andrade (2010) atesta o papel da Igreja no estabelecimento de centralidades, a partir da formação de capelas e povoados. Por fim, os agentes da igreja também assumiram funções empreendedoras como proprietários de terras rurais, imóveis

urbanos, lavouras, engenhos, além de escravos. Em relação ao Sertão de Piranhas e Piancó, tal conotação pode ser evidenciada a partir de Guedes (2006), quando destaca que o clero foi um grupo social bastante privilegiado entre os registros de concessão de sesmarias.

Em suma, tais observações delineiam que a atuação da Igreja na formação de territórios urbanos no Sertão de Piranhas da Capitania da Paraíba, evidenciando o papel preponderante que tiveram.

Capítulo 02

A rede urbana no Sertão de Piranhas e Piancó até a primeira metade do século

XVIII: caminhos, arraiais, aldeamentos e patrimônios religiosos

2.0 A rede urbana no Sertão de Piranhas e Piancó até a primeira metade do século XVIII: caminhos, arraiais, aldeamentos e patrimônios religiosos

No Capítulo 01, ao abordar as estratégias dos diversos agentes na formação de uma rede urbana no Sertão de Piranhas e Piancó, foram identificados dois momentos distintos da atuação dos agentes ligados ao Estado. Este capítulo tratará especificamente do primeiro momento, cujos objetivos estão voltados para caracterizar a rede estabelecida no recorte temporal da primeira metade do século XVIII, quando o processo de interiorização da colonização, devido à expansão da pecuária, gerou inúmeros conflitos entre os povos indígenas, que habitavam o espaço estudado, e os colonos, intitulados, tanto na historiografia, quanto na documentação, de Guerra dos Bárbaros.

Verificou-se que, no contexto apontado, a atuação do Estado esteve dividida visando atender aos interesses dos outros agentes envolvidos nesse processo: os econômicos, representados principalmente pelos produtores rurais, que tinham por objetivo a “limpeza” do espaço ocupado pelos povos indígenas para a expansão da pecuária, bem como o cativeiro dos mesmos; e o dos agentes ligados à Igreja, dentre os quais se destacavam os missionários que, em uma visão oposta, buscavam a expansão da fé católica e evitar o extermínio desses povos. A forma encontrada para “acomodar” os referidos interesses foi a “Guerra Justa”, que defendia o extermínio e escravidão dos índios “bárbaros” e o aldeamento em missões religiosas para os índios “mansos”.

Paralelo a este processo conduzido pelo Estado, havia outro orientado pelos agentes econômicos, novamente os produtores rurais, que instituíam a formação de Patrimônios Religiosos, através da doação de parte de suas sesmarias, estabelecendo fortes relações de poder, tornado-se “padroeiro” de uma capela, o que lhes garantia privilégios como, por exemplo, indicar os Clérigos e utilizar, em benefício próprio, suas rendas, oriundas do foro, quando necessário.

A exposição do resultado espacial da rede urbana formada a partir do exposto foi dividida em seis tópicos, visando explicar: 1 - os domínios físicos privilegiados para a ocupação; 2 - os limites da rede urbana da Capitania da Paraíba até o início do processo de interiorização; 3 – a rede formada durante o período mais acirrado dos conflitos da Guerra dos Bárbaros; 4 – a formação dos Arraiais; 5 – a formação dos aldeamentos; 6 – e, por último, o processo estabelecido pela instituição dos Patrimônios Religiosos por ação dos proprietários rurais.

2.1 Espaço a colonizar - Os Domínios Físicos

Por terra aproveitavam as trilhas dos índios; em falta delas seguiam córregos e riachos, passando de uma para outra banda conforme lhes convinha [...]; balizavam-se pelas alturas, em busca de gargantas, evitavam naturalmente as matas [...] (ABREU, 2006, p.109).

Essa descrição de Capistrano de Abreu sobre os percursos seguidos pelos bandeirantes paulistas é bastante significativa para caracterizar os aspectos físicos mais importantes na condução do processo de ocupação do interior do Brasil: os cursos d'água, o relevo e as trilhas dos povos indígenas. Estas trilhas são um aspecto pouco estudado por não haver subsídios documentais para abordá-las, ao contrário dos cursos d'água e do relevo, comumente referenciados nos documentos que tratam do processo de ocupação do território, a exemplo das cartas de doação de sesmarias. Nesta parte do trabalho, serão tratados estes dois últimos aspectos com vista à compreensão dos elementos naturais que determinaram a *situação*²⁹, ou posição, dos pontos fixos da rede urbana do Sertão de Piranhas e Piancó.

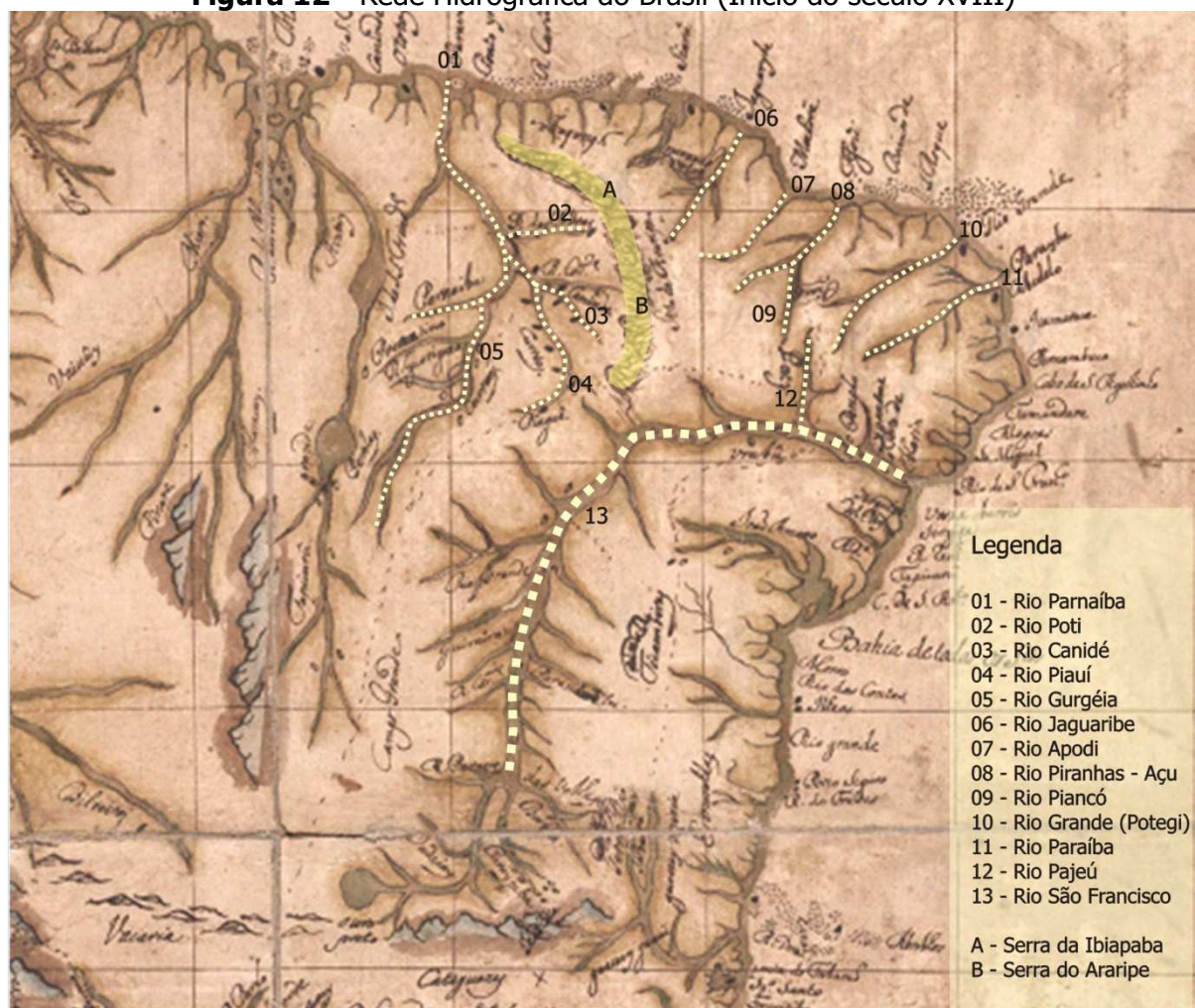
Os cursos d'água foram elementos determinantes da situação dos pontos fixos na rede urbana. Se fosse analisada a relação entre a rede fluvial e os núcleos urbanos que surgiram durante o século XVII e XVIII no interior de todo o Brasil, com certeza se verificaria que a grande maioria posiciona-se ao longo de rios. Isto é evidente por serem eles as vias naturais a serem percorridas, já que seus eixos interligavam várias partes do território e seus leitos, principalmente no período de estiagem, constituíam verdadeiras vias abertas a conduzir a ocupação; além disso, o fator água é preponderante à instalação humana, já que é indispensável à sua sobrevivência. Congregando estes aspectos, Caio Prado Júnior tece o seguinte comentário:

[...] Os fatores naturais, em particular a ocorrência da água, tão preciosa neste território semi-árido, têm aí um papel relevante. É sobretudo na margem dos poucos rios perenes que se condensa a vida humana. [...] As "cacimbas" (poços d'água) congregam quase todo o resto do povoamento; assim, onde o lençol de águas subterrâneas é mais permanente e resiste mais às secas prolongadas, bem como onde ele é mais acessível aos processos rudimentares de que dispõe a primitiva e miserável população local, o povoamento se adensa. "Olho d'água" é uma designação que aparece freqüentemente na toponímia do interior nordestino: a atração do líquido é evidente. (PRADO JÚNIOR, 2006, p. 63)

²⁹ A Situação, segundo Reis Filho, define um núcleo urbano em relação a "sua posição no sistema urbano [ou rede urbana], que determina as modalidades de relações que seus habitantes poderão estabelecer com as outras áreas do sistema e com o exterior" (REIS FILHO, 1968, p.124).

A cartografia do território é representativa da colocação de Caio Prado júnior (2006). Os rios eram bem representados na cartografia de reconhecimento da costa, produzidas no século XVI, quando o processo de ocupação ainda se encontrava na faixa litorânea. Da mesma forma, são os rios bastante evidenciados na cartografia que apresenta o território no interior, no século XVIII, pois a estes cursos eram atribuídas diversas funções durante o Período Colonial, entre elas, caminhos para entrada no território, canais de ligação entre as diversas áreas produtoras, porta de ataque de inimigos externos, etc. As Cartas Sertanistas, já citadas anteriormente, representaram bastante a hidrografia do interior do Brasil. Um bom exemplo é a *Rede Hidrográfica do Brasil*, atribuída ao Pe. Domingos Capassi, elaborada no início do século XVIII, sobre a qual foi recortado um trecho que corresponde à atual Região Nordeste, a fim de destacar, na **Figura 12**, os principais rios.

Figura 12 - Rede Hidrográfica do Brasil (Início do século XVIII)



A Figura corresponde a um recorte da área da atual Região Nordeste, do Mapa intitulado *Rede Hidrográfica do Brasil* produzido, possivelmente, no início do século XVIII, e atribuído ao Pe. Domingos Capassi.

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em:
http://consorcio.bn.br/cartografia/cart_colonial.html.

O recorte do mapa representa os principais cursos d'água, os quais foram os percursos naturais do processo de interiorização do atual Nordeste. Embora nem todos os nomes manuscritos na cartografia correspondam aos que constam na legenda, as suas localizações e o desenho de seus traçados levaram a identificá-los conforme são apresentados. Destaca-se o Rio São Francisco em relação aos demais, pois seu percurso foi o principal eixo de ocupação de todo o espaço tratado. Nas Capitanias, foram evidenciados seus principais eixos de expansão. No Piauí, são os rios Parnaíba, Gurgéia, Piauí, Canindé e Poti; no Ceará, o rio Jaguaribe; no Rio Grande do Norte, os rios Apodi, Assu e Rio Grande (Potengi); na Paraíba, os rios Paraíba, Piranhas e Piancó; por último, em Pernambuco, o rio Pajeú. Ao longo desses rios principais, foram sendo instalados os primeiros colonos e, posteriormente, expandindo-se a rede urbana.

Como a cartografia histórica apresentada é um desenho esboçado, portanto sem preocupação com a precisão, não é possível compreender com exatidão as conexões que haviam entre os rios citados. Para tanto, os mesmos foram representados em cartografia atual, conforme **Figura 13**, evidenciando o quadro dos caminhos naturais por onde se processou a formação de pontos de fixação, na atual Região Nordeste.

A partir da **Figura 13**, legitimam-se as observações feitas no mapa histórico. Ressalta-se que a preponderância do Rio São Francisco na condução da ocupação dos sertões do Nordeste se deu por seu percurso atravessar desde o atual Estado de Minas Gerais, cortando toda a Bahia, dividindo Sergipe e Pernambuco (no atual Estado de Alagoas, anteriormente pertencente a Pernambuco). As ligações dos afluentes deste rio com aqueles que pertenciam às outras capitanias representaram os eixos de condução da ocupação de seus territórios. Por exemplo, a proximidade dos rios Gurgéia, Piauí e Canindé com alguns afluentes do São Francisco, foram os eixos de entrada para ocupação do Piauí, e posteriormente do Maranhão.

Da mesma forma, as primeiras entradas na Capitania da Paraíba, vindas da Bahia, deram-se a partir da conexão entre o São Francisco e o Pajeú, estabelecendo dois eixos: o dos Sertões do Cariri, através do rio Paraíba; e o do Sertão de Piranhas e Piancó, pelo rio Piancó.

Além dos referidos cursos d'água, havia aqueles que ligavam diretamente as capitais das capitanias, localizadas na costa, aos seus sertões. Foi ao longo deles que se conduziram as entradas estabelecidas pelos governos das Capitanias. Em Pernambuco, era o Capibaribe; na Paraíba, o já citado Rio Paraíba; no Rio Grande, o Rio Grande (Potengi); no Maranhão, os

rios Itapecurú, Mearim, Grajaú, e Pindoré; no Ceará, conduzia-se a partir do Jaguaribe, principalmente. O Piauí foi o único cuja capital se estabeleceu no sertão (1759).

Figura 13 - Principais rios na condução da ocupação das capitanias do atual Nordeste



Destacam-se os eixos naturais de comunicação, principalmente com o interior da Capitania da Paraíba. Verifica-se que foram adotados os limites atuais dos Estados, visto que os das capitanias mudaram bastante durante o século XVIII.

Fonte: Sobreposições de bases em CAD da divisão administrativa dos Estados e da hidrografia do Brasil disponíveis em IBGE (2010).

Para adentrar especificamente ao contexto da Paraíba, utiliza-se a descrição encontrada na Corografia Basílica (1817), na qual, em relação aos rios localizados no extremo oeste da Capitania da Paraíba, apresenta-se a seguinte descrição:

Na parte ocidental nota-se o rio das Piranhas, ao qual deram nome os peixes de que abunda. Principia na falda da serra dos Carirís perto d'um monte, que retumba; e depois de vinte ou mais léguas de curso recolhe pela margem esquerda o rio do Peixe que vem da serra de Luiz Gomes com quinze ou mais léguas d'extensão sempre por campinas, onde há numerosidade de emas; e em cuja vizinhança se tem achado ouro e prata. Sete léguas abaixo desta confluência recebe pela direita o rio Pinhancó, que lhe he pouco inferior e também vem da serra dos Cayriris, atravessando tortuozamente um extenso terreno povoado de gado vaccum pertencente a vários fazendeiros, que por alli vivem dispersos. Depois de grande espaço, e já caudalozo com o tributo d'outras torrentes entra na Provincia do Rio Grande, onde tornaremos a falar delle. (CASAL, 1817, p. 199).

Nota-se que os cursos que se destacavam eram o rio Piranhas, como sendo o principal, e seus afluentes, o rio do Peixe e o Piancó. Além deles, havia os rios Espinharas, Seridó, Sabugy, entre outros tantos que são referenciados na documentação e intitularam os diversos “sertões” da área estudada. Os principais são destacados na **Figura 14**.

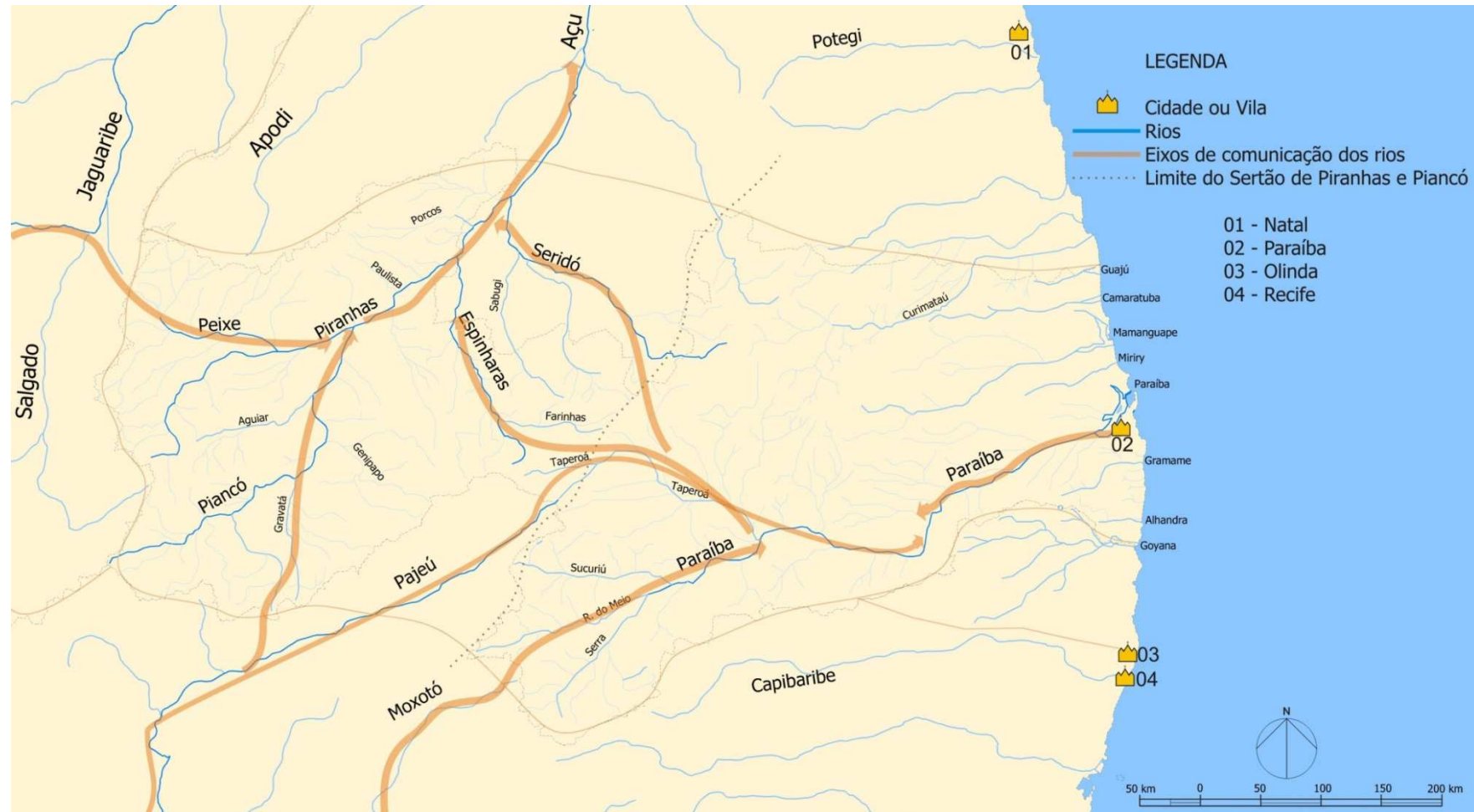
Não se pode deixar de notar a ligação entre o rio Pajeú e o Paraíba e entre aquele e a região do Rio Jaguaribe, no Ceará, por onde adentraram os primeiros colonos deste espaço. A ligação do rio Paraíba com o Sertão de Piranhas e Piancó se dava pelo rio Taperoá, antigo rio Travessia, conectando-se com o Espinharas, seguindo para o rio Piranhas, ou diretamente para rio Piancó.

Além dos rios, como já exposto, verifica-se a importância do relevo, principalmente nos documentos históricos e cartográficos, como pontos de referência para a ocupação do espaço. Durante o processo, foram identificadas várias referências a serras e boqueirões³⁰, que serão bastante referenciadas neste trabalho, devido a sua importância na localização dos diversos pontos fixos do território. Os principais³¹ são destacados na **Figura 15**.

³⁰Um boqueirão é um canal aberto entre duas serras ou montes, por onde passa um rio. Fonte: <http://www.webdicionario.com/boqueir%C3%A3o>.

³¹ Cabe ressaltar que não se pretende fazer uma análise do quadro do relevo da área estudada, nem mesmo são utilizadas com exatidão as nomenclaturas vigentes deste aspecto físico do território, o objetivo é apenas fazer referências aos marcos principais interessantes ao tema abordado.

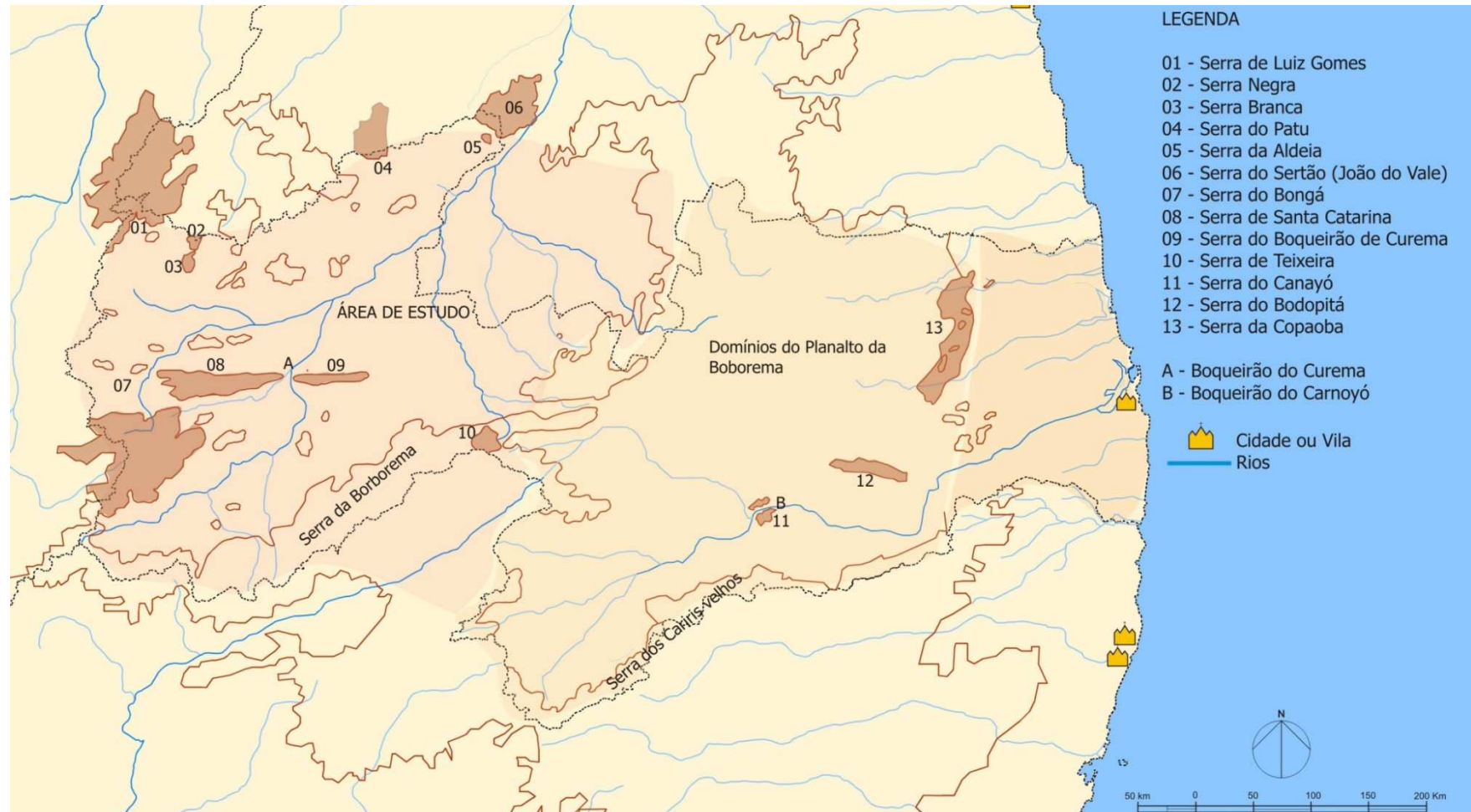
Figura 14 - Principais Rios do Sertão de Piranhas e Piancó



A Figura apresenta os principais rios e eixos de comunicação por onde foi conduzida a interiorização da ocupação no Sertão de Piranhas e Piancó da Capitania da Paraíba nos séculos XVII e XVIII.

Fonte: Sobreposições de bases em CAD da divisão administrativa dos Estados e da hidrografia do Brasil (IBGE, 2010); MAPA DO ESTADO DA PARAYBA (1923).

Figura 15 - Aspectos do relevo referenciado no processo de ocupação do Sertão de Piranhas e Piancó



Foram pontuadas as principais referências do relevo que constam na documentação, bem como serão referenciadas ao longo do trabalho. Identifica-se que a área estudada corresponde aquela além do Planalto da Borborema, como muitas vezes é denominada nos documentos da época.

Fonte: Sobreposições de bases em CAD da divisão administrativa dos Estados, hidrografia e relevo do Brasil (IBGE, 2010); MAPA DO ESTADO DA PARAYBA (1923); JOFFILY (1977 - 1892).

Esses pontos do relevo do Sertão de Piranhas e Piancó serão referenciados na localização dos arraiais e dos aldeamentos, principalmente. Além deles, foram destacados outros marcos, por sua significativa importância na compreensão do processo de interiorização da colonização da Capitania da Paraíba, como a serra da Copaoba, comumente citada na documentação como marco dos limites da capitania a oeste, com o fim da ocupação dos holandeses.

Tais aspectos da hidrografia e do relevo foram expostos no intuito de caracterizar o quadro natural onde se processou a colonização do Sertão de Piranhas e Piancó. É importante compreendê-los, pois serão tratados durante o processo de localização dos pontos fixos e dos fluxos no decorrer deste capítulo e do seguinte.

2.2 Espaço colonizado - O início da rede urbana dos Sertões da Capitania da Paraíba

Entendido os domínios físicos, a próxima pergunta que se faz nesta pesquisa é: até onde se encontravam os limites ocupados pelos colonizadores na Capitania da Paraíba quando se iniciou o processo de ocupação de seu interior, após a expulsão dos holandeses? Quando e como se constituíram as primeiras expansões desses limites? Esta parte do capítulo buscará respostas para estas perguntas, entendendo-as como ponto de partida para posterior explicação da rede que se formou a partir dos principais conflitos da “Guerra dos Bárbaros”. Os limites cronológicos desta seção irão desde a expulsão dos holandeses (1654), assinalado pela historiografia como o marco inicial da expansão do interior, até por volta de 1687, quando, embora já houvesse conflitos ligados à Guerra dos Bárbaros, eles começaram a ser mais acirrados e a materializar pontos de fixação no território, como os arraiais e os aldeamentos.

Como já destacado, as referências historiográficas apontam que a ocupação dos sertões do atual Nordeste aconteceu somente após a expulsão dos holandeses, que dominaram, entre 1630 a 1654, uma longa faixa do litoral³², compreendida entre os atuais Estados de Sergipe e Ceará, tendo por sede do seu governo a Capitania de Pernambuco. Como seus interesses estavam concentrados em dominar as atividades produtivas lucrativas

³² De maneira geral, a historiografia que trata da ocupação holandesa no Nordeste diz que os motivos que levaram ao interesse dos holandeses pelas Capitanias do Norte foram a imposição de barreiras comerciais para o fornecimento de produtos asiáticos, feitas pela Espanha, o que os levou às expedições marítimas, e a invasão de territórios das Coroas Ibéricas. As primeiras investidas no Brasil começaram desde 1624.

destas capitanias, principalmente a produção de açúcar, não houve preocupação com a ocupação de novos espaços. Fernandes e Amorim (1999) apontam que, desde a fundação da Cidade da Paraíba (1585), até o fim da ocupação dos holandeses, o povoamento ficou confinado até os contrafortes do planalto da Borborema, ou seja, nesta cidade, e " [...] pelos rios Gramame, Mamanguape e Camaratuba, chegando a contar 18 a 20 engenhos." (1999, p.24-25), configurando a região da Zona da Mata Paraibana³³, localizada imediatamente próxima à costa. Os limites que marcaram esta ocupação foram referenciados por Elias Herkmans, em 1639, nos seguintes termos:

A Capitania da Paraíba, situada ao Norte de Pernambuco, é uma das principais províncias do Brasil. Entre os seus limites e os de Pernambuco fica a Capitania de Itamaracá que com ela confina pelo sul; ao oriente o mar oceano ou mar do norte, como os espanhóis o denominam; ao norte a capitania do Rio Grande, e para ocidente estende-se pelo sertão a dentro até onde os moradores a quiserem povoar, o que até o presente não se observa senão até as montanhas da Ocupaoba. (HERCKMANS, 1982, P.155).

A Serra da Copaoba, ou Ocopaoba, ou Ocupaoba, ou ainda Copaiba³⁴, era o ponto mais a oeste da capitania, considerando o percurso do Rio Mamanguape. Ao considerar a ocupação do rio Paraíba, eixo mais importante na condução dos colonos para os sertões da capitania, Herckmans faz referência ao engenho "Tapoa", ou "Itapoa", e ao curral de Jerônimo Cavalcanti, como pontos mais ocidentais:

De Tapoa, o Rio Paraíba prolonga-se ainda pra cima, quase sempre ao ocidente e sudoeste, mas já não é habitado, notando-se apenas alguns currais situados sobre as suas margens. Desses currais, o último e o mais afastado é o de Jerônimo Cavalcanti, que fica seis milhas acima de Itapoa. Daí para o sertão a terra é ainda desconhecida. (HERCKMANS, 1982, P.181).

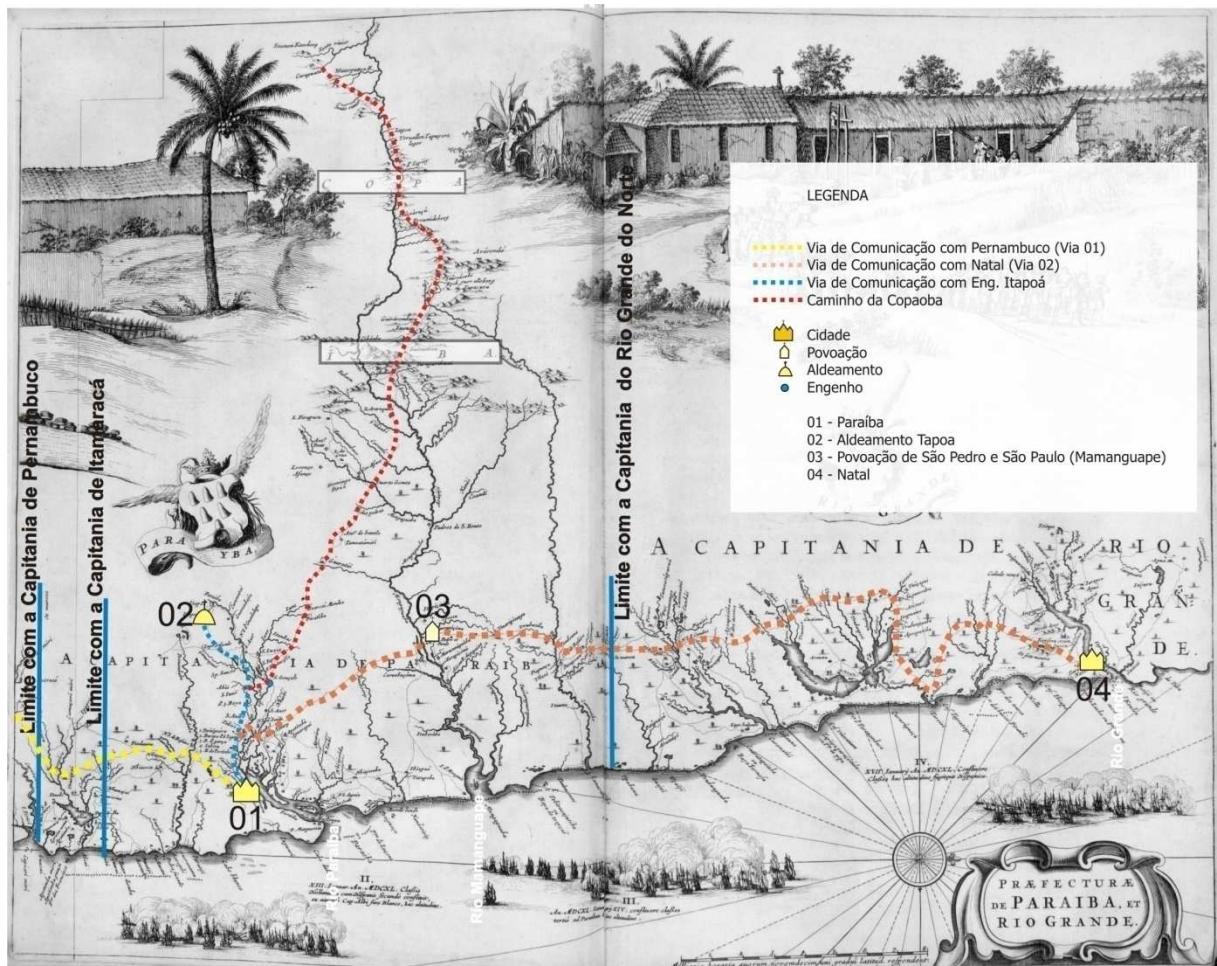
Para corroborar o exposto existe um registro cartográfico elaborado por Georg Marcgraf, em 1643. Assim como o relato de Elias Herckmans, o referido mapa faz parte do grande legado de descrições e imagens feitas durante o período holandês para as Capitanias ocupadas. Nele, especificamente, o autor representa, de sul a norte, os domínios holandeses das Capitanias de Sergipe Del Rey, Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, mostrando detalhes de caminhos, engenhos, áreas povoadas e acidentes geográficos

³³Sobre a análise da urbanização desta área no século XVIII, ver CARVALHO (2008).

³⁴ Estas são as diversas nomenclaturas para o referido espaço encontradas na documentação escrita e cartográfica.

(MENEZES, 2011, p.8). Nele estão demonstrados os limites da Capitania da Paraíba, conforme **Figura 16**.

Figura 16 - Recorte da Capitania da Paraíba no Mapa de Georg Marcgraf (1643)



Destacaram-se algumas informações no sentido de identificar as primeiras vias de comunicação e limites da Capitania da Paraíba até a fim do Período Holandês.

Fonte: (Marcgraf, 1643).

Os dois documentos citados, o mapa de Marcgraf e a Descrição da Capitania da Paraíba de Herkmans identificam as principais vias de comunicação existentes nesse período, correspondentes àquelas ligações entre os marcos referenciais do espaço, ou seja, a Cidade da Paraíba, a serra da Copaoba, o Engenho Taipu e Curral de Jerônimo Cavalcanti. Além disso, expressa que havia, na direção sul, uma via de comunicação entre a Cidade da Paraíba e Pernambuco (Olinda e Recife); e, na direção norte, com o Rio Grande (Natal). Em resumo, a **Tabela 3**, descreve-as:

Tabela 3 - Vias de comunicação até o fim do período de ocupação holandesa

Nome³⁵	Pontos fixos interligados
Via 01	Cidade da Paraíba – Olinda e Recife
Via 02	Cidade da Paraíba – Natal - Fortaleza
Caminho da Copaoba	Cruz do Espírito Santo - Copaoba (proximidades de Guarabira)
Caminho até o Curral de Jerônimo Cavalcanti	Cidade da Paraíba – Curral de Jerônimo Cavalcanti

Fonte: HERKMANS (1982 [1639]) e Marcgraf (1643).

Sobre *Via 01* descrita na Tabela, Irineo Joffilly (1977), ao falar sobre as estradas da Paraíba, faz o seguinte comentário:

Da fundação de sua capital resultou a estrada que a unio logo a Pernambuco, por onde vinhão todos os recursos para consolidação e prosperidade da nascente colônia.[...] Esta estrada teve sempre o seguinte traçado: Partindo de Olinda, ia á vila de Iguarassú, depois a de Goyanna, sede da capitania de Itamaracá, e, penetrando na Parahyba, chegava á capital, depois de tocar na aldêas de Taquara, Alhanda e Jacoca. (JOFFILY, 1977, p. 219).

De fato, essa foi possivelmente a primeira via de comunicação por terra com a Capitania da Paraíba, já que esta sempre manteve ligações importantes com a Capitania de Pernambuco, pois, dentro das estratégias de ocupação do território ao norte, foi o “[..] núcleo de apoio que constituiria uma ‘porta de acesso’ aos demais territórios da costa setentrional do Brasil” (MOURA FILHA, 2010, p. 51). Assim sendo, a partir da Cidade da Paraíba, foram conduzidas a ocupação do Rio Grande do Norte e Ceará. A via de comunicação terrestre que surge desse processo, *Via 02*, prolongou-se da Capitania da Paraíba às demais capitanias, pelo litoral, conforme aponta Irineu Joffily (1977, p.219).

Em relação ao *caminho da Copaoba*, a documentação do século XVIII faz muitas referências a ele, visto que a serra da Copaoba foi um lugar bastante visitado, consoante destaca Coriolano de Medeiros (1910), em seu texto intitulado *Entradas*, em que discute as principais expedições feitas na Paraíba. Sobre a Copaoba, o autor admira o interesse de tantas expedições por ela, “[...] como que havia nos alcantis imensos da serra, alguma cousa que atraísse a atenção de colonos!” (1910, p. 13). Em 1615, há referências a esse caminho, como a solicitação de sesmaria de Affonso Netto, “morador nesta capitania do

³⁵ Nem todas as vias de comunicação de comunicação da Capitania da Paraíba possuíam denominações, por isso, alguns nomes dados nas tabelas que seguirão nesta seção são apenas representativos.

princípio da povoação della”, que, em função de ter gasto dinheiro na guerra contra os franceses, solicita data de terra no caminho da “Cupaóba”. (TAVARES, 1982, p. 37)

O *Caminho até o curral de Jerônimo Cavalcanti* foi resultante do processo de ocupação das várzeas do Rio Paraíba pelos engenhos de açúcar, seguindo o percurso natural do rio, partindo da Cidade da Paraíba, em direção aos atuais territórios de Santa Rita, Cruz do Espírito Santo e Pilar. Pode-se dizer que foi a primeira via de comunicação que deu abertura para os sertões do Cariri, Piranhas e Piancó, a partir da referida cidade. O mapa que segue, **Figura 17**, representa todas as vias descritas.

Figura 17 - Limites e primeiras vias de comunicação da Capitania da Paraíba até o fim do Período Holandês (1654)



Fonte: Sobreposição de bases em CAD da divisão administrativa dos Estados e da hidrografia do Brasil (IBGE, 2010). Ainda foram utilizados: MAPA DO ESTADO DA PARAYBA (1923); MARCGRAF (1643); BLESS & POLEMMAN (1848).

Estes eram os limites ocupados, os pontos fixos e as vias de comunicação existentes na Capitania da Paraíba até o fim do Período Holandês³⁶. A partir deles, pode-se entender a extensão da rede urbana que se formou no interior durante o século XVIII.

Porém, é após este período que se inicia a crise da produção açucareira no Nordeste, em decorrência da criação de novas áreas produtoras, como foi o caso das Antilhas. Na Capitania da Paraíba, o problema se agrava devido às inundações do Rio Paraíba, em 1641, as pragas que acometiam os canaviais, as epidemias, além da destruição e queima de engenhos e canaviais pelos seus proprietários, como meio que encontraram para resistência (FERNANDES & AMORIM, 1999, p.25). Nesse momento de crise, os sertões da capitania passaram a apresentar interesse econômico, garantindo as rendas da Fazenda Real, através da expansão da pecuária.

Ainda na década de 1650, começam a ser registradas as primeiras doações de sesmarias para a instalação das fazendas de gado no interior da Capitania. A primeira de que se tem registro foi doada a André Vidal de Negreiros³⁷, em 1656, “[...] dez léguas de terra em quadra”. (D.H.B.N., V. 19, p. 156-157). Seus limites se faziam com a sesmaria de Lourenço Cavalcanti, filho de Jerônimo Cavalcanti, conforme Almeida (1966, p. 18), o que induz ao fato de que a sesmaria solicitada confrontava com o limite ocupado do Rio Paraíba.

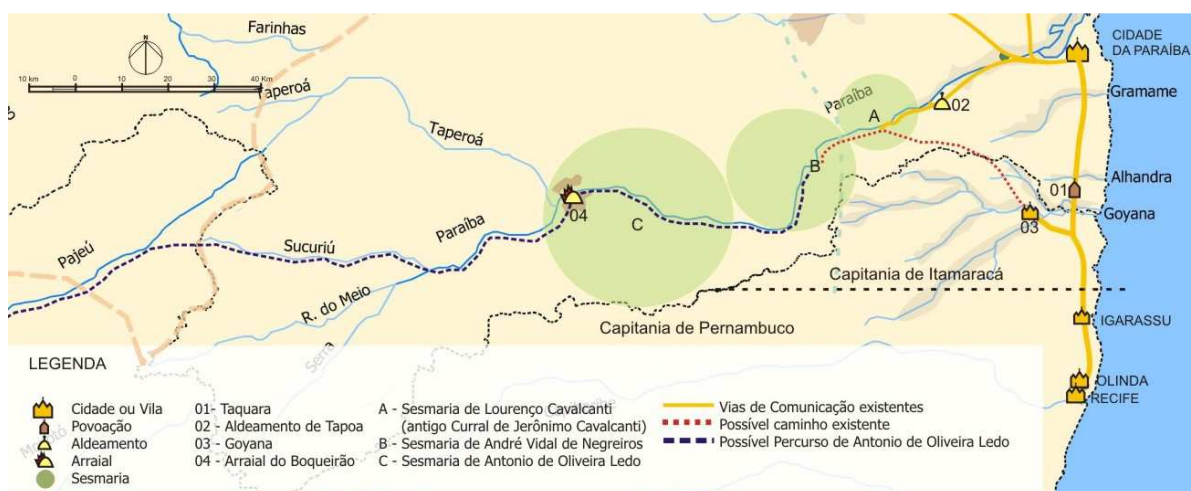
Já em 1665, Antônio de Oliveira Ledo e mais 10 pessoas, moradores da Bahia, requerem trinta léguas de terras, demarcadas a partir da de Vidal de Negreiros, dizendo estar no local por volta de três anos, ou seja, desde aproximadamente 1662 (D.H.B.N., V. 22, p. 62 – 67). Essa duas sesmarias, identificadas por Almeida (1966), representam, possivelmente, as primeiras expansões dos limites de ocupação do Rio Paraíba, a partir do fim do Período Holandês, tomando como ponto de partida o Curral de Jerônimo Cavalcanti.

Quanto à ocupação da sesmaria de Antonio de Oliveira Ledo, como era oriundo da Bahia, é provável que tenham seguido os caminhos naturais de comunicação desse espaço, vindo da ribeira de São Francisco, subindo o Pajeú, adentrando o rio Paraíba. (Ver **Figura 18**).

³⁶ Há uma referência, levantada por Medeiros (1910) e retomada por Sarmento (2007), em torno da existência de uma “Situação do Flamengo”, no norte do Sertão de Piranhas e Piancó, que corresponderia a uma possível ocupação dos Holandeses neste espaço, já que aparecem em documentos, como é o caso das sesmarias. Porém, aqui não foram tratadas porque não há subsídios que indiquem que a mesma veio a contribuir para a formação da rede urbana no século XVIII.

³⁷ Então Governador de Pernambuco.

Figura 18 - Possível caminho percorrido por Antonio de Oliveira Ledo para a implantação de Sesmaria na Capitania da Paraíba (1665)



Fonte: Sobreposição de bases em CAD da divisão administrativa dos Estados e da hidrografia do Brasil (IBGE, 2010). Ainda foram utilizados: MAPA DO ESTADO DA PARAYBA (1923); MARCGRAF (1643); BLESS & POLEMMAN (1848).

Ainda sobre a sesmaria de Antônio de Oliveira Ledo, Horácio de Almeida (1966) registra que, bem no centro dela, o sertanista estabeleceu a *Situação* ou *Arraial* do Boqueirão de Cabaceiras³⁸, às margens do Rio Paraíba (1966, p.18). E, logo em seguida, partiu para Pernambuco em busca de missionários para doutrinar os povos indígenas que habitavam a região.

Almeida (1966) diz que Antonio de Oliveira Ledo trouxe o Capucho Francês Teodoro de Lucé para a tarefa de doutrina dos índios, a partir do estabelecimento de um aldeamento missionário no arraial do Boqueirão de Cabaceiras. Este atuou na região por volta de 15 meses, voltando para Recife e enviando, para continuar sua tarefa, o Padre Martin de Nantes.

O trajeto percorrido pelo sertanista e os dois missionários, nas idas e vindas para Recife e Olinda, correspondeu a uma via de comunicação entre o Aldeamento de Boqueirão de Cabaceiras, Olinda e Recife. O caminho descrito pelo padre Martin de Nantes, provavelmente, representa o traçado dessa via. Conforme Almeida, o Padre:

[...] partiu de Olinda pela estrada velha de Goiânia, atravessou Pedras de Fogo até alcançar o Paraíba na altura de Salgado ou Itabaiana. Daí para cima o rio faz muitas voltas, ao contornar os municípios de Natuba, Aroeira e Umbuzeiro, de onde inflerte para oeste, passando pelos atuais municípios

³⁸ Tal informação é questionável, já que Horácio de Almeida (1966) não apresenta nenhuma documentação sobre o fato.

Neste mesmo período em que ocorreram as primeiras doações de sesmarias ao longo do rio Paraíba, ou seja, em um processo paralelo, os estudos que tratam da ocupação do Sertão de Piranhas e Piancó destacam a presença de representantes da Casa da Torre neste espaço. Tratava-se de uma instituição familiar dos Ávilas⁴⁰, da Bahia, que se “[...] empenharam em participar da governança da terra, de forma a manter e ampliar seu patrimônio e expandir seus negócios” (PESSOA, 2007, p. 05). Atuaram durante séculos com este objetivo, contribuindo para a interiorização do processo de ocupação do atual Nordeste.

A expansão do patrimônio da Casa da Torre se deu através de solicitação de imensas sesmarias “com o objetivo de apropriar-se previamente, por vias jurídicas, dos potenciais recursos existentes de uma região” (PESSOA, 2003, p. 129). Em seguida, como seus domínios eram grandes e a própria família não daria conta de ocupá-las, arrendava, em seu nome, as terras solicitadas a outros proprietários, para torná-las produtivas, já que para a posse efetiva das sesmarias este era um pré-requisito. A administração e cobrança do foro das terras eram feitas por procuradores em cada Capitania. Na Paraíba, por exemplo, a família Oliveira Ledo exerceu esse papel.

Conforme aponta Wilson Seixas, a Casa da Torre, “[...] detivera em suas mãos quase um terço das terras do sertão da Paraíba. Era sesmeira de Piancó, Piranhas de Cima e Rio do Peixe.” (1975, p.64). Para mostrar os domínios territoriais, o autor utiliza vários documentos existentes no Cartório de Pombal, principalmente, escrituras públicas de arrendamentos nos domínios destes espaços. Além destes, há um grande número de documentos de sesmaria em Tavares (1982), que atestam este fato, tanto pela referência a limites de terras da Casa da Torre, quanto pelas solicitações de títulos de posses, feitas por foreiros desta instituição, os quais reivindicavam o direito, alegando estarem povoando as terras há muito tempo. Uma das solicitações mais emblemáticas é a seguinte:

Doutor Manoel Araújo de Carvalho, Conego da Cathedra de Olinda, Bispado de Pernambuco, diz que como legítimo herdeiro de seus paes, Coronel Manoel de Araújo Carvalho e D. Anna Fonseca Gondim, possui a mais de 60 anos um sítio de crear gados, chamado Olho d’Água, na ribeira do Rio do Peixe, povoado por seu paes, e não obstante pagar foro à casa da Torre que se acha indevidamente senhora de todas as terras que outros descobriram e povoaram, e porque S. M. pela ordem de 20 de outubro de 1753 annullou aquellas doações e domínios que tinha a casa da Torre e outras, mandando dar por nova graça aos cultivadores, queria por sesmaria três legoas de comprido e uma de largo no mesmo Sítio Olho d’Água [...]. (TAVARES, 1982, p. 283).

⁴⁰ Vários trabalhos se empenharam em entender a atuação da Casa da Torre, cabe destacar o de Pessoa (2003). Nele é exposta toda a discussão que gira em torno desta instituição, desde os primeiros aos mais recentes trabalhos.

Observa-se a contestação em torno da posse das terras ditas da Casa da Torre, que “indevidamente” se disse dona delas, citando até a ordem régia de 20 de outubro de 1753, a qual anulou os domínios das grandes empreendedoras de terras. Esta, assim como nas demais solicitações encontradas em Tavares (1982), foram feitas no Rio do Peixe, Piranhas e Piancó, o que parece corroborar com a hipótese de Seixas (1975) de ter sido a Casa da Torre:

[...] a primeira a ocupar as terras do Piancó, Piranhas e Rio do Peixe, a partir de 1664, quando o Coronel Francisco Dias d’ávila, transpondo o São Francisco, subiu o rio Pajeú, afluente do grande rio nordestino, daí se comunicando com a bacia do Piranhas. (SEIXAS, 1975, p. 65).

Esse roteiro corresponde àqueles caminhos naturais das ribeiras, já expostos anteriormente, e a Casa da Torre parece ter contribuído para o início da consolidação do mesmo. Além deste já descrito, havia outro que correspondia à ligação com o atual território do Piauí, em cujo processo de ocupação se empenhou mais veementemente Francisco Dias d’Ávila, juntamente com Domingos Sertão Manfrense. O roteiro traçado é descrito por Seixas nos seguintes termos:

Partindo dos sertões do Piauí, tomou a Casa da Torre rumo oposto às suas primeiras expedições e, imprimindo outro roteiro, atravessou a chapada do Araripe, descendo o rio Salgado até chegar ao Icó, daí se comunicando com o Rio do Peixe. Foi esta certamente uma das rotas de penetração da Casa da Torre por onde durante anos importantes para o território paraibano começou a receber as primeiras sementes de gado, com que fundaram as primeiras fazendas e currais. (SEIXAS, 1975, p.65).

Novamente, a descrição de Seixas corresponde aos caminhos naturais já descritos. O resumo das novas vias de comunicação segue conforme a **Tabela 5**:

Tabela 5 - Vias de Comunicação traçadas pela Casa da Torre no Sertão de Piranhas e Piancó

Nome	Pontos interligados
Via 04	Pajeú – Piancó – Piranhas – Rio do Peixe – Ceará
Via 05	Piauí – Chapada do Araripe – Rio Salgado – Icó – Rio do Peixe

Fonte: Seixas (1975); Tavares (1982)

Mas, não somente os representantes da Casa da Torre haviam ocupado as terras do Sertão de Piranhas e Piancó por volta da década de 1660, pois há requerimentos, nesse

período de datas, de sesmarias da família Oliveira Ledo e de outros sesmeiros neste espaço. Provavelmente, essa frente de colonização partiu da área já ocupada no Cariri paraibano, cujo ponto fixo principal era o Arraial de Boqueirão. Os documentos que evidenciam esta observação estão expostos na **Tabela 06**.

Tabela 6 - Lista das primeiras sesmarias concedidas nos sertões da Capitania da Paraíba

Data	Solicitante	Localização	Dimensões
1664	Sebastião B. d'Almeida Maria Barbosa d'Almeida Antonio de Oliveira Ledo Balthazar da Mota Custodio de Oliveira Ledo	Capitania do Rio Grande: Rio Guayana e Rio Mupobú,	Seis léguas em quadro
1664	Sebastião B. d'Almeida Maria Barbosa d'Almeida Antonio de Oliveira Ledo Balthazar da Mota Custodio de Oliveira Ledo	Capitania do Rio Grande: Rio Putugy	20 léguas de comprimento e 12 de largura
1670	Antônio de Oliveira Ledo	Capitania da Paraíba: Rio Farinhas	12 léguas de largura e 50 de comprimento
1670	Francisco de Abreu de Lima Antonio de Oliveira Ledo e Outros	Capitania da Paraíba: Rio Espinharas	50 léguas de comprimento
1673	Antônio Pereira de Oliveira, Gonçalo de Oliveira Pereira, Francisco Pereira de Oliveira, Mateus Pereira de Oliveira, Padre Paulo da Costa de Barros	Capitania da Paraíba: Rio Piranhas	12 léguas de comprimento e 4 de largura.
1673	Cristovam Fernandes de Oliveira	Capitania da Paraíba: Rio Paraíba, confrontando com a de André Vidal de Negreiros	02 léguas de terra
1673	Manoel Fragoso de Albuquerque e outros	Capitania da Paraíba: Rio Paraíba, confrontando com a de Antônio de Oliveira Ledo	10 Léguas em quadro
1677	Antônio Galhardo e outros	Capitania da Paraíba: Confrontando com a de Constantino de Oliveira	18 léguas pelo rio Paraíba acima
1678	Baltazar Pereira de Matos e outros	Capitania da Paraíba: Rio Paraíba	12 léguas pela ribeira acima
1680	Constantino de Oliveira e 18 pessoas.	Capitania da Paraíba: Rio Buti, Sertão de Piancó	54 léguas
1681	Domingos Escórcio	Capitania da Paraíba: Rio Guaxemum, no Sertão das Piranhas	5 léguas

Fonte: Documentos Históricos da Biblioteca Nacional; Almeida (1977)

Os documentos correspondem às sesmarias doadas pelo Governador da Bahia e foram citados por Almeida (1977), através de consulta nos Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Não compreendem todas as doações feitas no período, pois ainda há aquelas concedidas pelo Governo da Capitania da Paraíba, que não foram citadas nem por Tavares (1982), nem por Joffily (1977), porquanto estes deixaram uma imensa lacuna de informações sobre o século XVII. Elas fazem referência à ocupação no Rio Farinhas, Piranhas, Piancó e Rio Grande. O Rio Farinhas foi passagem entre o Sertão do Cariri e Piranhas, podendo ter sido feita, através dele, uma via de comunicação. Outra possível comunicação se deu através do Rio Seridó, indo em direção ao Rio Grande. A síntese destas informações, bem como das descritas ao longo desta seção, estão expostas na **Figura 20**.

A partir da **Figura 20**, nota-se que o Sertão de Piranhas e Piancó, até a década de 1680, encontrava-se ocupado por fazendas de gado e interligado às diversas partes da Capitania. Posteriormente, os fluxos começam a se consolidar com a intensificação dos conflitos ligados à Guerra dos Bárbaros, através da movimentação de tropas e fundação de pontos fixos de ocupação do espaço.

Fonte: Sobreposições de bases em CAD da divisão administrativa dos Estados e da hidrografia do Brasil (IBGE, 2010); MAPA DO ESTADO DA PARAYBA (1923); MARCGRAF (1643); BLESS & POLEMMAN (1848).

2.3 A rede dos conflitos: "Guerra dos Bárbaros" e a formação de caminhos e arraiais

Entendidos os espaços ocupados da Capitania da Paraíba até por volta de 1680, parte-se para a compreensão do momento posterior, ou seja, aquele no qual os conflitos com os povos indígenas ficaram mais acirrados devido à instalação das fazendas de gado, o que veio a intensificar a movimentação no Estado, através do envio de terços militares e da fundação de arraiais e aldeamentos, no intuito de resolver os problemas. Neste sentido, a constituição da rede urbana passa a se estabelecer. Para compreender de que forma isto acontece, toma-se como ponto de partida o trabalho de Medeiros (2000), que se dedicou a compreender os povos indígenas no Período Colonial, a partir dos contatos com os colonos.

O referido autor, como já destacado, aponta que os conflitos da "Guerra dos Bárbaros" aconteceram em várias partes do território do interior do atual Nordeste, principalmente, no Recôncavo Baiano (segunda metade do século XVII); nos Sertões da Capitania de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande e Ceará (em fins do século XVII e primeira metade do século XVIII); e no Sertão do Maranhão e Piauí (no século XVIII).

Os conflitos que interessam neste trabalho são os que ocorreram nas Capitanias de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande, mais especificamente, aqueles intitulados por alguns historiadores de "Guerra do Assu". Tiveram uma duração longa, até por volta da primeira metade do século XVIII, sendo mais acirrados, como se nota através da documentação e da historiografia, entre 1687 e o início do século XVIII.

Sobre estes conflitos, Pires (1990) destaca que, pelo fato dos povos indígenas serem muitos e conhecerem a área melhor, "[...] o início da guerra progredia a seu favor. Os colonos, que enfrentavam sérias perdas e danos, começaram a pressionar as autoridades para que preparem expedições militares contra esses povos." (PIRES, 1990, p. 65). Muitos foram os esforços neste sentido e autores que tratam do assunto, como Taunay (1936), Pires (1990), Medeiros (2000), Puntoni (2002) e Silva (2010) se referem a uma série de expedições para contê-los.

Para compreender como se processaram essas expedições, parte-se das definições de Silva (2010) sobre a natureza das tropas mantidas pela Coroa que as compunham. Tratava-se de:

[...] tropa burocrática, ou seja, o exército profissional português, conhecido também como tropa regular ou tropa de linha; as tropas institucionais – milícias e ordenanças. Essas últimas são classificadas como institucionais devido ao fato de serem organizadas e sancionadas pela Coroa, mas, de não

serem profissionais, nem pagas, nem permanentes. Contrapõem-se, em geral, tanto às tropas burocráticas quanto às tropas irregulares; nesta última categoria estando classificados todos os tipos de tropa de cunho privado, organizadas à revelia do Estado, mas sob a órbita da sociedade colonial, como as tropas dos senhores de engenho e as bandeiras. (SILVA, 2010, p. 247).

Assim, o combate na Guerra dos Bárbaros foi feito a partir da presença dessas tropas, que se organizavam em terços, burocráticos, institucionais ou privados, conforme a definição de Silva (2010). Para compreender o terços, Pires (1990) diz que eram:

[...] Chefiados por um Mestre-de-campo que comandavam alguns Capitães da Infantaria, seus soldados e uma certa quantidade de índios armados, retirados das aldeias missionárias. Era comum, também, a participação de criminosos e degradados nesses terços, pois recebiam perdão do crime se fossem lutar contra os povos indígenas [...]. (Pires, 1990, p.28)

Assim, os terços burocráticos eram formados pelo comando de mestre-de-campo de tropas burocráticas e organizavam-se a partir de Olinda e Recife. Nesta classificação, atuaram os terços de Manoel Soares de Abreu e Antônio de Albuquerque Maranhão. Por sua vez, os terços institucionais eram chefiados por um mestre-de-campo de milícias ou ordenanças. São exemplos dessa última modalidade os terços dos Henrique⁴¹, o de Jorge Luis Soares e as infantarias de ordenanças de Antônio de Oliveira Ledo.

Em relação aos terços privados, entre os quais se destacaram os bandeirantes paulistas, nos conflitos da Guerra dos Bárbaros na Paraíba, Rio Grande, Pernambuco e Ceará, foram chefiados por Domingos Jorge Velho, Matias Cardoso e Morais Navarro, e enviados pelo Governo Geral do Brasil. Sobre a atuação destes, Puntoni (2002), tece a seguinte colocação:

Os sertanistas da vila de São Paulo de Piratininga particularizaram-se, desde o final do século XVI, por possuir um estilo militar perfeitamente adaptado às condições ecológicas do sertão [...] Essas 'bandeiras' paulistas tinham uma dinâmica e um modo de operação ajustados para seus intentos de penetração nos sertões em busca do provável mineral precioso ou do infalível cativo indígena. Sabiam manejar a situação de carência alimentar e eram destros para a navegação nos matos fechados, nos cerrados ou caatingas. (PUNTONI, 2002, p.196)

Diante dessas particularidades dos Paulistas, durante o fim do século XVII e primeira metade do XVIII, foi incentivado, segundo Pires (1990), o "bandeirismo de contrato", principalmente pelo Governo Geral do Brasil, o qual entendia como de extrema importância utilizar a experiência destes sertanistas para conter os conflitos com os povos indígenas.

⁴¹ Tropa de negros livres formada durante as guerras holandesas por Henrique Dias. (Silva, 2010, p. 91)

Porém, interessa expressar que a mobilização do terços burocráticos, institucionais e de Paulistas contribuíram para a gênese da rede urbana no Sertão de Piranhas e Piancó da Paraíba, principalmente no período mais acirrado dos conflitos, entre a década de 1680 e início do século XVIII, quando representaram os fluxos da ocupação. Neste sentido, passa-se a uma tentativa de espacializar os diversos fatos ocorridos, ordenando-os cronologicamente, a partir da tabela feita por Silva (2010), que teve base em Pires (1990) e Puntoni (2002), acrescentando outras informações encontradas na documentação e na historiografia paraibana. O objetivo é sintetizar os conflitos mais representativos para, posteriormente, representá-los em cartografia.

Tabela 7 - Principais fatos relativos à Guerra dos Bárbaros na Capitania da Paraíba e vizinhas

Data	Descrição
1687	Expedição de Manoel Prado Leão, de Natal para Açu
	Expedição do Terço de Manoel Soares de Abreu , de Pernambuco para a região de Açu.
	Estabelecimento de Arraial de Açu , por Manoel Soares de Abreu.
	Expedição do terço de Antônio de Albuquerque da Câmara para próximo a Açu, Casa Forte do Cuó.
	Antônio de Albuquerque da Câmara sai de Açu para a ribeira de Piranhas,
	Fundação de uma estacada na ribeira de Piranhas por Antonio de Albuquerque Câmara
1688	Expedição de Manoel de Abreu Soares
	Expedição do Terço de Henriques comandado pelo Mestre-de-campo Jorge Luis Soares , de Pernambuco para Assu.
	Expedição do Paulista Matias Cardoso , de São Paulo para São Francisco, em Pernambuco, no local chamado Reimanso.
	Chega a Açu Domingos Jorge Velho , vindo das Margens do São Francisco, onde estava organizando sua tropa para a empresa da Guerra dos Palmares.
1689	Expedição da Tropa do paulista Morais Navarro : 23 índios e brancos, como acréscimo para a tropa de Matias Cardoso .
	Saída de Jorge Velho do Assu para montar seu quartel no Rio Piranhas.
1690	Coronel Albuquerque Câmara já havia retirado seu arraial das Piranhas, devido à reforma feita pelo governador, que determinava a saída da infantaria paga, miliciana e Henriques do Sertão. Permanência dos terços Jorge Velho.
	Expedição de Matias Cardoso , nomeado mestre de campo e governador-geral do novo estilo de Guerra aos Bárbaros; Partiu de São Paulo, acampou no São Francisco, depois montou quartel na Ribeira do Jaguaribe, no Ceará.
1691	Em novembro, Matias Cardoso mudou o seu arraial do Ceará para o Açu, no Rio Grande. Os 800 homens do seu terço estavam reduzidos a menos de 200.
1692	Acordo de paz entre o Governador Geral do Brasil e os índios Janduí.
1694	Ordem régia para a formação de seis aldeias nos sertões de Açu, Jaguaribe e Piranhas , cada um com 100 casais de índios e 20 soldados com seus cabos. (06/03/1694)
	Carta de Custódio de Oliveira Ledo, informando da necessidade de fundar aldeamento nas Piranhas, em decorrência da Ordem Régia de 06/03/1694

1695	Capitão-mor da Paraíba informa que não havia mais índios rebelados no Sertão de Piranhas, portanto, não havia necessidade de fundar aldeia, como havia sido ordenado em Carta régia de 1684.
	Uma carta do governador-geral informa da necessidade de fundar os aldeamentos na Piranhas. A justificativa se dá tanto pelas insurreições dos índios, quanto pela abertura de um novo caminho entre Maranhão e Salvador.
	Saída do Terço de Matias Cardoso do Açu.
	Ordem do Governador-geral para envio de índios do Ceará para a fronteira do Jaguaribe, desacompanhados de sua família.
	Manoel de Araújo Carvalho foi nomeado para combater os índios no Sertão de Pernambuco. Foi da Bahia para Pernambuco, instalando-se no Pajeú.
1696	Dissolução do terço de Matias Cardoso , devido ao fato do governador de Pernambuco jamais pagar o soldo dos oficiais e praças.
	Expedição de Afonso Albuquerque Maranhão , capitão-mor das entradas do sertão: 36 henriques de Pernambuco, 20 criminosos perdoados, e Janduís aldeados nas Guaraíras, Rio Grande.
	Manoel de Araújo Carvalho foi para Espinharas, combateu, junto com Teodósio de Oliveira Ledo os Panatis. Posteriormente, partiu para Piancó, onde enfrentou os Coremas.
1698	Manoel de Araújo Carvalho conseguiu paz com os Coremas, em episódio sem guerra. Depois tornou a Piancó. Foi para Olinda e conseguiu três sacerdotes seculares para os sertões. Fundou a Igreja do Cariri (não se sabe onde)
	Expedição do terço do paulista Manuel de Moraes Navarro (nomeado governador da campanha contra os índios do São Francisco ao Ceará) para Assu.
1699	Chacina de índios pelo mestre de campo Manoel de Moraes Navarro (04 de agosto), em Jaguaribe, onde atraiu índios da tribo Paiaçus, dizendo estar em missão de paz e fez chacina, matando mais de 400 e deixando cerca de 250 prisioneiros.
1700	Dissolução do Terço de Açu de Moraes Navarro .
1701	Decretada a prisão de Moraes Navarro em decorrência da Chacina de Jaguaribe. (8 de abril de 1701).
1709	Levante dos povos indígenas Pegas e Coremas
1715	Carta Régia sobre a conveniência de se extinguir o terço dos Paulistas do Assu.
1718	Registro de entrada para castigar "Tapuio no Sertão" da Capitania da Paraíba
Fonte: Silva (2010); Almeida (1978).	

Cabe repetir que a data final da tabela não corresponde ao fim dos conflitos, que perduraram até o fim da segunda metade do século XVIII. Estes foram expostos pela sua representatividade no entendimento dos processos espaciais formados.

Para espacializar os fatos descritos na **Tabela 7**, foram de primordial importância as correspondências encontradas, nos Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, entre o Governador Geral da Bahia e os Capitães-mor e oficiais da Câmara das Capitanias do Norte. Trata-se de um conjunto de documentos que informam as diversas estratégias dos agentes do Estado em relação a esses conflitos.

Nas referidas correspondências, foram identificados, em 1688, quatro pontos fixos no território onde estavam instalados os quartéis ligados ao conflito da Guerra dos Bárbaros, que eram: um em Assu, sob o comando de Manoel Soares de Abreu; outro no Ceará, em Jaguaribe, que é sempre citado, porém não é exposto exatamente a quem pertencia; dois na ribeira de Piranhas, sendo um comandado por Antonio de Albuquerque e o outro por Domingos Jorge Velho. Estes quartéis, também chamados de arraiais⁴², tinham jurisdição independente, ou seja, atuavam separadamente e sob as estratégias de seu mestre-de-campo, como segue descrito:

[...] Antonio de Albuquerque da Camara, a quem a exemplo do Paulista fiz agora Governador de toda a gente que tiver á sua ordem, com as mesmas preeminências, e soldo de Mestre de Campo, escrevendo a ambos, e ao Capitão-mor Manoel de Abreu Soares, que tenham todos jurisdição independente uns dos outros subordinadas porém ao Capitão-mor Agostinho Cesar, mas que para o serviço de Sua Magestade se conformem entre si segundo a ocasião, tempo, e logar o pedirem. (D.H.B.N., V. 1, p.337)

Além destes arraiais, é bem possível que houvesse ainda, na ribeira de Piancó, outro sob o comando de Antonio de Oliveira Ledo, que, desde 1682, obteve a patente de Capitão de Infantaria da Ordenança dos Moradores de todo o sertão da Capitania da Paraíba, além de se manifestar em Entradas para combate dos povos indígenas no Sertão de Piranhas e Piancó. Enfim, para compreender a rede que se formou, é necessário tomar como ponto de partida os primeiros pontos fixos fundados, ou seja, os arraiais. Cabe, então, a seguinte pergunta: onde estavam localizados?

Em 1687, como mostra a **Tabela 7**, foi fundado o Arraial de Assu no Rio Grande do Norte, por Manoel Soares de Abreu, às margens do Rio Assu, onde hoje está localizada a Cidade de mesmo nome⁴³. Em seguida, ainda no mesmo ano, são instalados os arraiais de Jaguaribe e de Piranhas. O primeiro localizou-se onde hoje é a Cidade de Icó, no Ceará, na ribeira do Jaguaribe, e, embora sempre haja referência a ele, os documentos não informam quem estava no seu comando entre os anos de 1687 e 1690, quando o Paulista Matias Cardoso nele se instala. O segundo estava localizado na Capitania da Paraíba, onde, atualmente, encontra-se a Cidade de Pombal, às margens do Rio Piancó, e esteve, até 1690, sob a jurisdição de Antonio de Albuquerque Câmara.

⁴² As denominações *Quartéis* e *Arraiais* apresentavam-se como sinônimos na documentação consultada, e significavam um ponto onde estava instalada uma base militar. Portanto, para melhor entendimento será utilizado, a partir de então, a palavra *Arraial*.

⁴³ Antes da fundação do Arraial, já havia sido feita um expedição ao local, organizada na Cidade de Natal e comandada por Manoel Prado Leão, conforme exposto na **Tabela 7**.

Para analisar mais detidamente a fundação dos arraiais descritos, toma-se como ponto de partida a exposição da movimentação das primeiras expedições e fundações de pontos militares, os quais serviam para conter os conflitos da Guerra dos Bárbaros.

Neste sentido, cabem considerações sobre o primeiro ponto fixo militar que aparece na documentação sobre o Sertão de Piranhas e Piancó: a *Casa Forte do Cuó*, localizada na ribeira do Seridó, onde hoje está instalada a Cidade de Caicó, no Rio Grande do Norte. Esta casa forte foi fundada antes mesmo dos arraiais de Assu, Piranhas e Jaguaribe, como apontam alguns documentos do Cartório de Pombal, levantados por Macedo (2004), que se referem a ela, em 1683, em um memorando:

[...] enviado por Antonio Gomes de Alencar Gonçalves, da Ribeira do Acauã (hoje, Seridó) ao Rei de Portugal no qual é relatado que um “*holandez*” compareceu no Vale da Casa Forte do Seridó (a Casa Forte do Cuó) a mando de S.M. e havia matado vinte e um potiguaras que estavam na espreita de alguns holandeses na Serrota do Giz (Carnaúba dos Dantas-RN). (MACEDO, 2004, p. 06)

Este foi um ponto estratégico de combate contra os povos indígenas, como se pode concluir a partir da citação e das informações relativas à Guerra dos Bárbaros. Segundo Taunay (1936, p. 36), em 1687, uma expedição burocrática, comandada por Antônio de Albuquerque Câmara, é enviada e parte de Olinda em direção ao Assu, a fim de aumentar as forças militares no conflito.

No mesmo ano de 1687, Antônio de Albuquerque Câmara sai da Casa Forte do Cuó, deixando nela instalada seu Sargento-mor, partindo para a ribeira de Piranhas, onde funda uma *Estacada*⁴⁴, a qual, segundo Horácio de Almeida (1966), foi localizada onde hoje é a Cidade de Pombal, na ribeira de Piancó. Tratava-se, pois, da fundação do referido Arraial de Piranhas. A escolha do local possivelmente decorreu do seu caráter de ponto estratégico para o combate contra povos indígenas, por estar no entroncamento dos dois principais rios da região, Piranhas e Piancó.

Antônio de Albuquerque Câmara ficou instalado no Arraial das Piranhas até 1690, provavelmente voltando para seu antigo posto na Casa Forte do Cuó, pois um documento de 1698 autoriza sua permanência neste local (MACEDO, 2004, p. 06).

Com a saída de Antônio de Albuquerque Câmara do Arraial de Piranhas, este fica sendo comandado por Constantino de Oliveira Ledo, que fora nomeado, em 1688, para o

⁴⁴A denominação Estacada era sinônima de arraial.

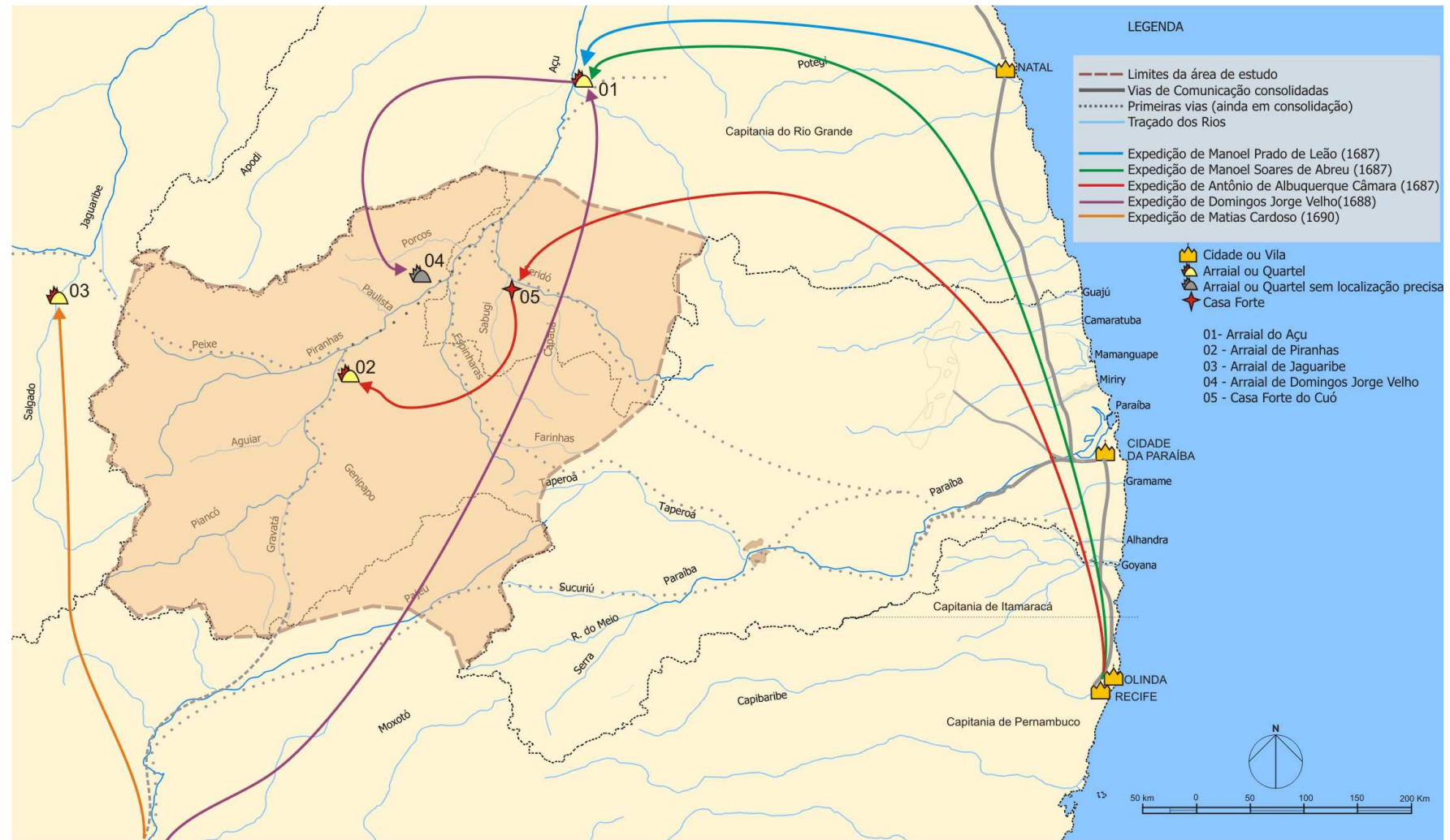
posto de Capitão-mor das Fronteiras de Piranhas, Cariris e Piancó, em substituição de seu tio, Antonio de Oliveira Ledo. Ao analisar as correspondências para a instalação do aldeamento no local do arraial, em 1694, percebe-se que o direcionamento das cartas foi feito em nome de Constantino de Oliveira Ledo, como será demonstrado posteriormente.

Além do Arraial de Piranhas, havia também outro arraial do mestre-de-campo paulista Domingos Jorge Velho, que chegou a Assu em 1688 e partiu para o rio Piranhas em 1689. A localização dele é imprecisa. Machado (1977) diz que foi chamado de Arraial da Formiga, mas não mostra a fonte de tal informação. Por outro lado, Almeida (1966) afirma que, embora os documentos oficiais informem que foi instalado no Rio Piranhas, por essa expressão “[...] entendia-se todo o alto sertão da Paraíba, das Espinharas ao Rio do Peixe e parte do Rio Grande do norte. A geografia da época estava ainda por definir-se. Há, contudo que admiti-lo no território rio-grandense.” (1966, p. 56)

Essa afirmação de Almeida (1966) pode ser questionada pela própria documentação por ele utilizada, visto que nos documentos está expresso que o quartel localizava-se no “rio” Piranhas e não no “Sertão” de Piranhas. Isso demonstra o fato de que este arraial tenha se instalado na margem do referido rio. Há também outro fato que merece ser exposto: Domingos Jorge Velho parece ter sido o único Paulista a instalar ponto fixo no Sertão de Piranhas e Piancó e, nele, verifica-se a presença de um riacho, que deságua no Rio Piranhas, chamado Riacho do Paulista, onde foi identificado, como veremos na próxima seção, um arraial chamado *Queimado*. É bem possível que aí tenha se instalado o paulista, porém não há maiores indícios esclarecedores. (Ver **Figura 21**)

Além dos arraiais citados, demonstrados na **Figura 21**, é possível que outros tenham sido fundados no espaço estudado, pois se verificou a presença de diversos terços. Um exemplo é aquele comandado por Manoel de Araújo Carvalho, a quem Almeida (1966) atribui várias vitórias em conflitos contra os povos indígenas, juntamente com Teodósio de Oliveira Ledo, nos seguintes pontos: Rio Espinharas, contra os Povos Panatis; Rio do Peixe, contra os Coremas; Rio Piancó, também contra os Coremas, de onde partira para obter, pela paz, aliança com estes povos e depois teria voltado para seu “posto de Piancó” (Almeida, p. 48). Tal fato leva à afirmação de que houve outros pontos militares espalhados pelo Sertão de Piranhas e Piancó, contudo, não se pode afirmar a quem pertenciam, ou quando foram fundados, pois não foram encontradas evidências documentais. A possibilidade de existência desses arraiais será discutida na seção 2.4 deste capítulo.

Figura 21 - Arraiais e expedições entre 1687 e 1690



Fonte: Sobreposições de bases em CAD da divisão administrativa dos Estados e da hidrografia do Brasil (IBGE, 2010). Ainda foram utilizadas: MAPA DO ESTADO DA PARAYBA (1923); MARCGRAF (1643); BLESS & POLEMMAN (1848).

Entendido onde se localizaram os principais arraiais ligados à Guerra dos Bárbaros, parte-se para identificar as vias de comunicação por onde se mobilizaram as tropas, já que foram elas que consolidaram os primeiros caminhos da ocupação. Várias são as correspondências entre o Governador Geral do Brasil e o governador de Pernambuco, bem como entre aquele e os Capitães-mores da Paraíba, Rio Grande e Ceará, que fazem referências a estas ligações, como será demonstrado.

Em 1688, o Governador do Brasil envia uma carta ao Governador de Pernambuco, falando sobre o aviso que fez o Capitão-Mor da capitania do Rio Grande, Agostinho Cesar, aos Cabos Domingos Jorge Velho e Antonio de Albuquerque da Câmara, dos apertos que se encontravam nos conflitos com os “Bárbaros”, devido ao grande poder que estes tinham e sobre a falta de gente, armas, munição e mantimentos essenciais para o combate. Diante desse quadro, o Governador do Brasil resolveu contribuir para reverter a situação nos seguintes termos:

[...] me resolvi a mandar-lhe formar qua(re)nta arrobas de polvora fina, e cento e vinte de chumbo, que vão nesta sumaca⁴⁵ de João Alvares a entregar nesse Recife á ordem do Provedor da Fazenda João do Rego Barros, para elle remetter dahi a Parahiba, em outra embarcação por esta em que vão não ter Prático⁴⁶: e o Capitão-mor Amaro Velho mandar camboiar por terra pela distancia ser mais breve dos quartéis das Piranhas, a entregar tudo aos ditos dous Cabos para entre si o dividirem igualmente e por terra mando dous troços e gente um de cento e cinquenta homens brancos, e até trezentos Indios reduzidos das Aldeias, e vizinhanças de uma, e outra banda do Rio São Francisco pela parte do sertão, a entregar ao Mestre de Campo dos Paulistas Domingos Jorge Velho, e outro das Aldeias, e Ribeiras de duzentos brancos, e trezentos Indios juntos na Villa de Penedo para Antonio de Albuquerque da Camara [...]. (D.H.B.N, V. 10, p. 336-337)

Identifica-se, então, que, a partir da Bahia, a mobilização de ajuda, de munição e gente para o combate na Guerra dos Bárbaros se dava a partir de duas rotas. A primeira ia pelo mar, do porto de Salvador, em uma sumaca, até o porto de Recife; de lá, seguia em outra embarcação para o porto da Cidade da Paraíba, indo desta para os quartéis da Piranha “com a segurança necessária pelos riscos dos bárbaros” (D.H.B.N., V.10, p. 345), pelo caminho mais breve. Esta rota, que seria mais curta, portanto, mais protegida, era feita para evitar os “assaltos” das munições, pelos povos indígenas, que poderiam utilizar os próprios

⁴⁵ “Barco pequeno, de dois mastros, muito usado, antigamente, na América do Sul.” (Dicionário Online de Português, disponível em: <http://www.dicio.com.br/pratico/>).

⁴⁶ “Piloto, navegante que conhece bem determinado caminho marítimo.” (Dicionário Online de Português, disponível em: <http://www.dicio.com.br/pratico/>).

colonos. Era muito mais difícil que estas chegassem ao seu destino indo diretamente da Cidade da Bahia por terra.

A segunda rota era feita por terra, a partir do Rio São Francisco. Deveria seguir os roteiros mais próximos. Uma possibilidade era seguindo o Pajeú, entrando pelo rio Piancó até arraiais das Piranhas. Outra seria subindo o Rio Moxotó, em Pernambuco, entrando no rio Paraíba, seguindo para os quartéis pelo rio Espinharas.

Para compreender o roteiro feito dentro do território da Capitania da Paraíba das municações enviadas aos arraiais de Piranhas, parte-se de uma carta do Governador do Brasil, datada de 1688, ao Capitão-mor da Paraíba, na qual se recomenda maiores cuidados na condução do armamento, nos seguintes termos:

[...] A importância de serem soccorridos é grande, mas igual a ella o perigo que pode ter no caminho este socorro; não só pela falta que lhes pode fazer, como por ficarem com elle os Barbaros tão acostumados ás armas de fogo, como os nossos, e não menos que ambas a brevidade. Pelo que tanto qe Vossa Mercê receber esta mande ajuntar todos quantos Indios houver das Aldeias de sua Jurisdição, e da gente miliciana cem homens escolhidos, e bem armados, e encarregando tudo ao Capitão da infantaria de maior valor com a sua Companhia a que prefaça do ramo das outras ao menos cincoenta infantes, e preparando cavalgaduras, mantimentos, e tudo o mais necessário para este comboi, a que assistirá o Provedor da Fazenda e Camara com a despesa, para a qual se não devem escusar os moradores dessa capitania como tão interessados na do Rio Grande, e dependentes do bom sucesso daquellaguerra; informando-se Vossa Mercê primeiro de todos os homens práticos dos caminhos que há dessa cidade até os nossos quartéis, **elegendo o mais breve, e o menos ocasionado a qualquer ostilidade dos Bárbaros**, e dos homens práticos dous outros para guias ponha Vossa Mercê em marcha tudo quanto antes puder ser o dito socorro, e escolta delle de tal forma que se segure de toda, e qualquer avançada dos Bárbaros que se offerecer: dando Vossa Mercê ordem ao dito Capitão que for por Cabo, e aos da Ordenança que o acompanharem que tanto que entregarem a dita polvora e chumbo aos dous Mestres de Campo, cobre recibo de um e outro, que trará a Vossa Mercê e Vossa Mercê remetterá ao Provedor-mor da Fazenda para a despesa do Almoxarife. [...] Bahia 6 de Dezembro de 1688. (D.H.B.N., V. 10, p. 151-153).

Fica evidente a preocupação para que a carga de munição chegasse aos arraiais, não só porque os cabos deles necessitam, mas também por que poderia ser assaltada pelos índios, o que era um problema, já que estes ficariam armados. Assim, deveria tomar o caminho mais breve, no qual houvesse menos ocorrências de hostilidades dos “bárbaros”. Diante do quadro, fica a pergunta: qual era esse caminho mais breve a ser tomado?

Antes de buscar respostas para o questionamento, cabe apresentar uma última colocação exposta em Carta de 02 de novembro de 1696, do Governador Geral, D. João de

Lencastro, para o Governador de Pernambuco sobre a “Guerra no Pinhancó”, na qual identifica os mesmos roteiros da carta anterior, bem como a mesma preocupação, porém pontua outro destino:

[...] a qual serve só de vos dizer que o Capitão-mor das Piranhas Theodósio de Oliveira Ledo teve um bom sucesso com os Barbarosdaquelles sertões, sem mais favor, nem socorro que o do seu valor, e gente que pôde ajuntar. Pedir-me vinte arrobas de pólvora, e quarenta de chumbo, e que ordeneis aos Cabos do Assu, e Jaguaribe lhe façam entradas. As vinte arrobas de pólvora, e quarenta de chumbo fareis camboiar até Goaianna, e dalli pelo caminho que mais breve for ás Piranhas; porque se não ache desprevenido aquelle lugar que Sua Magestade que Deus guarde tem particularmente encarregado esteja bem provido de tudo o que necessario for para a resistência dos Barbaros.[...]. (D.H.B.N., V.38, p. 409-410)

Nota-se, pois, que nem sempre as ajudas enviadas da Bahia seguiam diretamente para o porto da Paraíba. Conforme o documento anteriormente citado, pelo menos uma vez, essa carga permaneceu em Goiana, de onde partiu para a Paraíba. Exposto esse outro caminho, parte-se, então, para identificar quais seriam os “caminhos mais breves” para os Arraiais, tão citados na documentação.

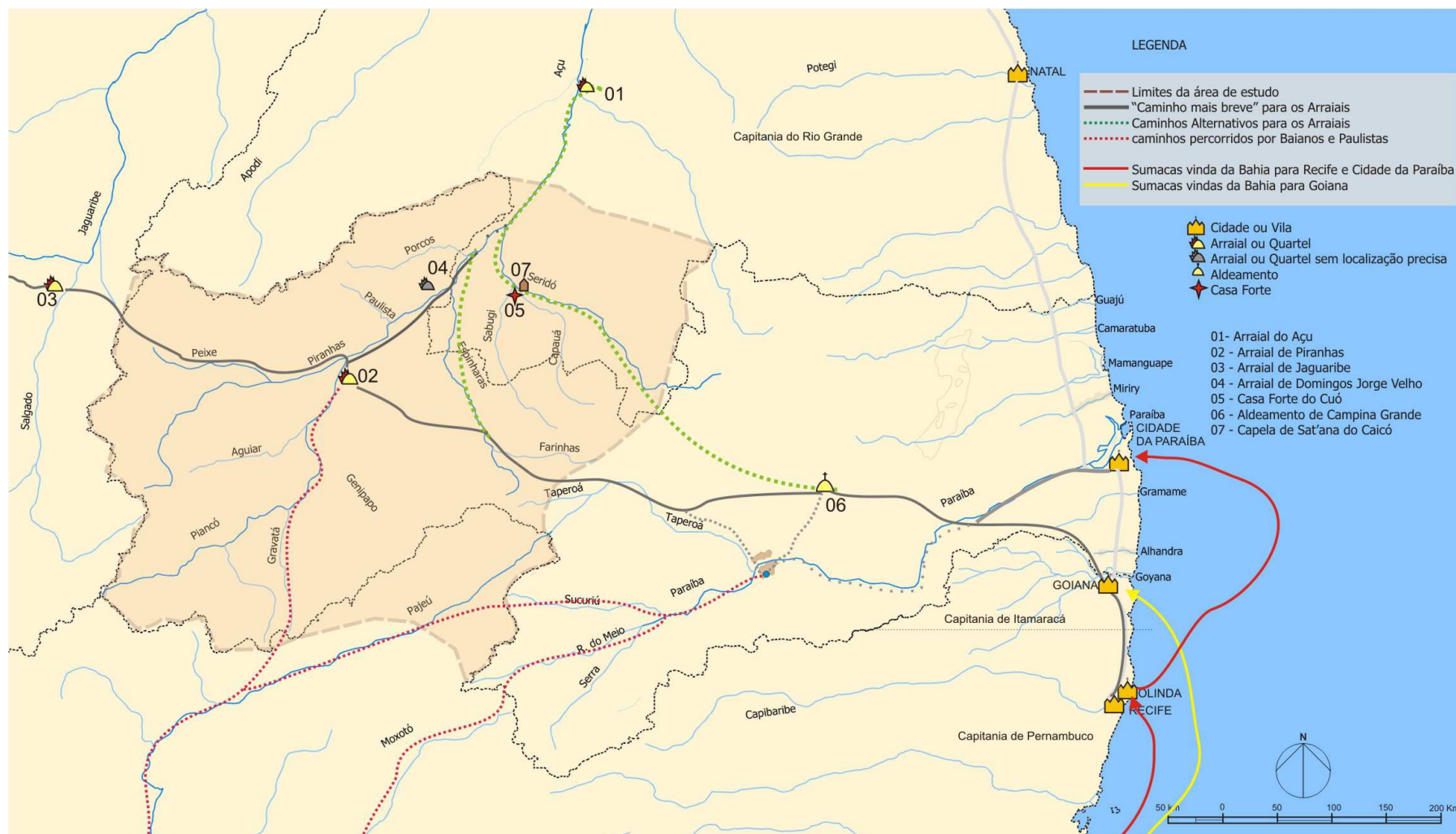
No item 2.2 deste capítulo, foi demonstrado que, até 1680, já haviam sido traçados caminhos de comunicação entre o Sertão de Piranhas e Piancó e a Cidade da Paraíba, bem como entre aquele e Recife e Olinda. Portanto, os “caminhos mais breves” interligando esses espaços corresponderam a percursos já esboçados anteriormente. Poderiam seguir duas rotas: a primeira, partindo de Recife, ia para Goiana (ou partia desta, quando as embarcações aí ficavam) e, posteriormente, para as atuais cidades de Pedras de Fogo, Itabaiana, Ingá, Boqueirão de Cabaceiras, seguindo os rios Taperoá, Farinhas e Espinharas, até Piranhas, onde estavam os arraiais.

A segunda partiria de Recife, seguia para Goiana, posteriormente Pedras de Fogo, Itabaiana e Ingá, igualmente como a rota anterior. Depois seguia para o atual território de Campina Grande, onde, em 1697, teria sido instalado um aldeamento. De lá partia até o Rio Espinharas e, em linha reta para o Rio Piancó, chegando ao local onde havia o Arraial do Pau-Ferrado⁴⁷. Daí, seguia até aos Arraiais de Piranhas. Esta última rota foi bastante freqüentada, e é tratada na correspondência entre Teodósio de Oliveira Ledo e o Governador do Brasil, Dom João de Lencastro.

⁴⁷ Este arraial será referenciado posteriormente.

O último roteiro corresponderia àquele que partia da Cidade da Paraíba, seguia a estrada que margeava o Rio Paraíba até Ingá e, posteriormente, pegava uma das duas rotas anteriores. A síntese de todos os roteiros descritos está na **Figura 22**.

Figura 22 - Comunicações formadas a partir da Guerra dos Bárbaros



Fonte: Sobreposições de bases em CAD da divisão administrativa dos Estados e da hidrografia do Brasil (IBGE, 2010). Ainda foram utilizadas: MAPA DO ESTADO DA PARAYBA (1923); MARCGRAF (1643); BLESS & POLEMMAN (1848).

Contudo, o traçado das vias de comunicação, a partir da Guerra dos Bárbaros, seguiu os seguintes percursos justificados por alguns argumentos:

- As expedições que partiam de Pernambuco foram feitas, principalmente, a partir da mobilização das tropas de terços burocráticos, por exemplo, o de Manoel Soares de Abreu ou/e de Antônio de Albuquerque Câmara. O caminho mais breve para os Arraiais de Assu, Piranhas e Jaguaribe, era traçado de Recife ou Olinda, seguindo pela Paraíba, depois para Ceará ou Rio Grande.
- A partir da Bahia, como demonstrado, havia a rota feita por mar, principalmente quando se tratava de munição e mantimentos, seguindo para Pernambuco, Recife ou Goiana, ou ainda para o Porto da Paraíba, de onde partiam, pelo caminho mais próximo, aos arraiais de Piranhas.
- Da Bahia, também partia a mobilização de tropas por terra, a partir do Rio São Francisco, penetrando no território do Sertão de Piranhas e Piancó, através dos Rios Pajeú e Moxotó.
- Da mesma forma, os bandeirantes paulistas, por exemplo, que de São Paulo, seguiam pelo Rio São Francisco. É bem possível também que fossem pelo Piauí, depois para o Ceará, nos roteiros já descritos da Casa da Torre.
- Outras vias de comunicação foram feitas pelos terços institucionais, principalmente as ordenanças, através de Entradas, que eram organizadas pelos capitães-mor das Capitanias, partindo de suas capitais, ou seja, Cidade da Paraíba, Natal e Fortaleza.

Nota-se, pois, que os argumentos e as rotas descritas correspondem ao que Abreu (2006) intitulou de “Sertões de Dentro” e “Sertões de Fora”, respectivamente, espaços ocupados pelas correntes vindas da Bahia e de Pernambuco, rebatidos para o recorte espacial do Sertão de Piranhas e Piancó.

2.4 Outros Arraiais – Um complexo de estratégia de defesa?

[...] e como a guerra dos Bárbaros é desordenada, e as suas invasões repentinas, ao mesmo tempo em diversas partes, sendo estas distantes, e impossível que um só sujeito possa acudir a todas, é preciso que em cada uma governe separadamente o Cabo a que tocar resistir-lhe, ou cometel-o”. (D.H.B.N, V.10, p. 337)

Este texto, extraído de um documento datado de 04 de dezembro de 1688, mostra a estratégia da Coroa em relação à formação de pontos militares no que concerne à Guerra dos Bárbaros. Ou seja, quanto mais houvesse pontos, melhor seria para combater a resistência. Nesse sentido, é possível que tivesse existido um número maior de arraiais em cada capitania, além daqueles principais já tratados. Em relação à Capitania da Paraíba, há várias referências a espaços denominados arraiais, como assim apontou Sarmiento (2007), ao se referir aos seguintes: Arraial do Pau-Ferrado, Arraial da Formiga, Arraial Seco, Arraial da Canoa e Arraial Queimado. A documentação apresentada em Tavares (1982) é a que expõe o maior número dessas referências. Não havendo outras fontes documentais a pesquisar, não foi possível identificar datas de fundação ou a quem pertenciam estes arraiais.

Porém, ao se verificar o Mapa Topográfico da Paraíba (SUDENE, 1974), no recorte correspondente ao Sertão de Piranhas e Piancó, nos aspectos do relevo, hidrografia e distritos rurais e urbanos, percebeu-se a permanência de muitos dos nomes citados na documentação de sesmarias encontradas em Tavares (1982), relativa aos arraiais ao longo do século XVIII. Esta seção vai expor o cruzamento dessas informações com vista a identificar as possíveis localizações destes arraiais, podendo, a partir daí, tecer algumas considerações sobre eles.

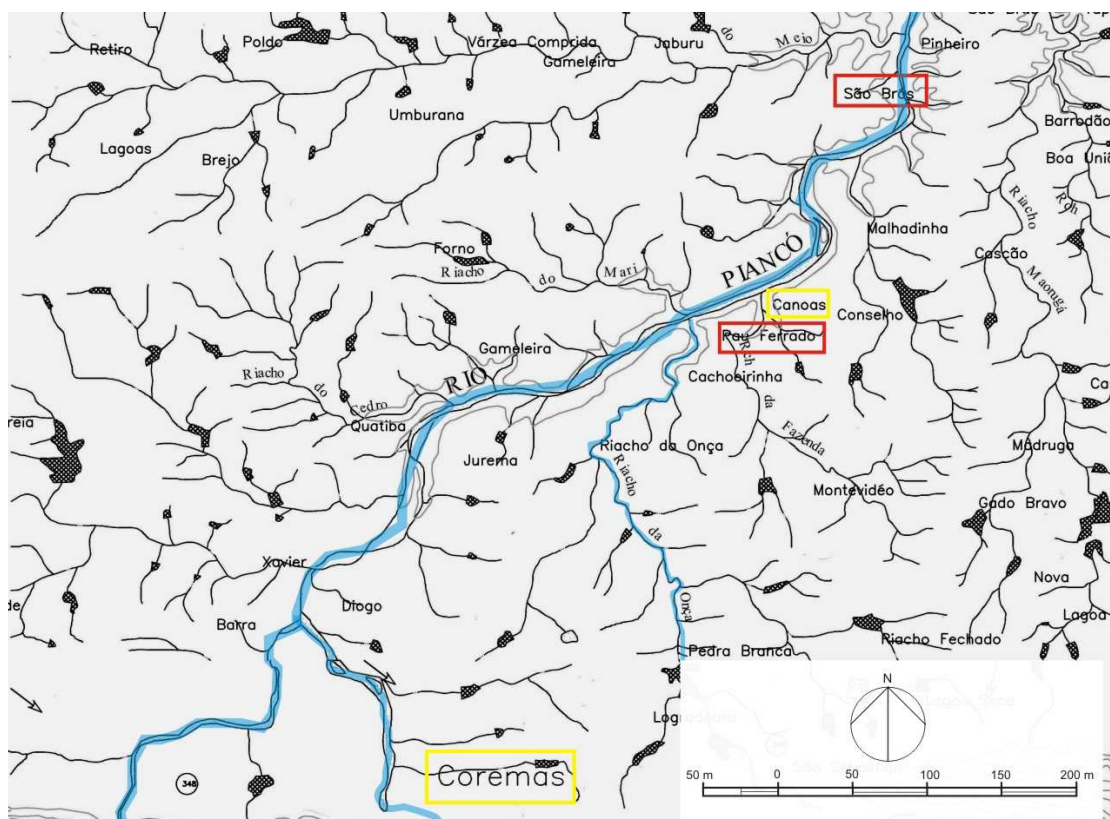
Entre os arraiais citados, o único que aparece em documentação, além das referidas por Tavares (1982), é o Arraial de Pau-Ferrado. Em uma carta para o Governador Geral do Brasil, Teodósio de Oliveira Ledo descreve uma entrada que fez ao Sertão de Piranhas, chegando em Paz ao "arrayal do pau ferrado" (AHU_ACL_CU_015, Cx. 18, D. 1794, 1699). Seixas (1975), em seu mapa de delimitação do Sertão de Piranhas e Piancó, também o menciona, localizando-o ao sul do Arraial de Piranhas. Sarmiento (2007) segue a mesma linha de raciocínio. A partir da análise da documentação de sesmaria publicada por Tavares (1982), foram identificadas as seguintes referências:

Tabela 8 - Documentos referentes ao Arraial do Pau-Ferrado

Data	Solicitante(s)	Localização	Confinada entre:
1762	Caetano Barreiros Pereira	Fazenda chamada <i>Pão-Ferrado</i> ; localizada no <i>Rio Piancó</i> , extremando com <i>Riacho da Onça</i> e <i>riacho do Maia</i> .	Nascente: Terras de José Dias e João de Melho; Poente: <i>Boqueirão do Curema</i> ; Norte: Lagoa do <i>Coronel José Gomes de Sá</i> ; Sul: Serra do Araújo (Serra Campo Grande)
1768	Alferes Antônio Gonçalves Reis Lisboa	Terras entre o Rio Piancó e Piranhas, onde havia um lugar chamado Riacho do Inferno, principiando, em um taboleiro <i>Craveiros</i>	Terras do Logradouro <i>Pau-ferrado</i> , a que se acham léguas do <i>Coronel José Gomes de Sá</i> , com terras dos sítios de <i>São Braz</i> e <i>Arraial da Canoá</i>
1788	Antonio da Silva Lacerda	Sobras de terras na fazenda <i>Pao Ferrado</i> e Boqueirão, na ribeira do Piancó	Nascente: <i>sítio do arraial</i> , Poente: <i>Boqueirão</i> , Sul: Serra do Araújo (Serra Campo Grande)

Fonte: Tavares (1982), pela ordem cronológica, respectivamente, p. 306, p.336, p.436.

Os pontos citados foram identificados na cartografia da SUDENE (1974). Assim, a localização provável do Arraial Pau-Ferrado apresenta-se conforme **Figura 23**.

Figura 23 - Localização do Arraial de Pau-Ferrado no Mapa Topográfico da Paraíba da SUDENE

Fonte: SUDENE (1974); Tavares (1982).

Verifica-se a permanência em torno do local chamado Pau-Ferrado, dos seguintes nomes: Canoas, provavelmente o Arraial da Canoa, São Braz, Riacho da Onça e Boqueirão do Curema. Esta localização condiz com a de Seixas (1975) e de Sarmiento (2007). Assim, se houve um arraial chamado Pau-Ferrado, possivelmente esta era a sua situação.

Partindo para o Arraial da Canoa, as cartas de sesmaria apresentam as seguintes referências:

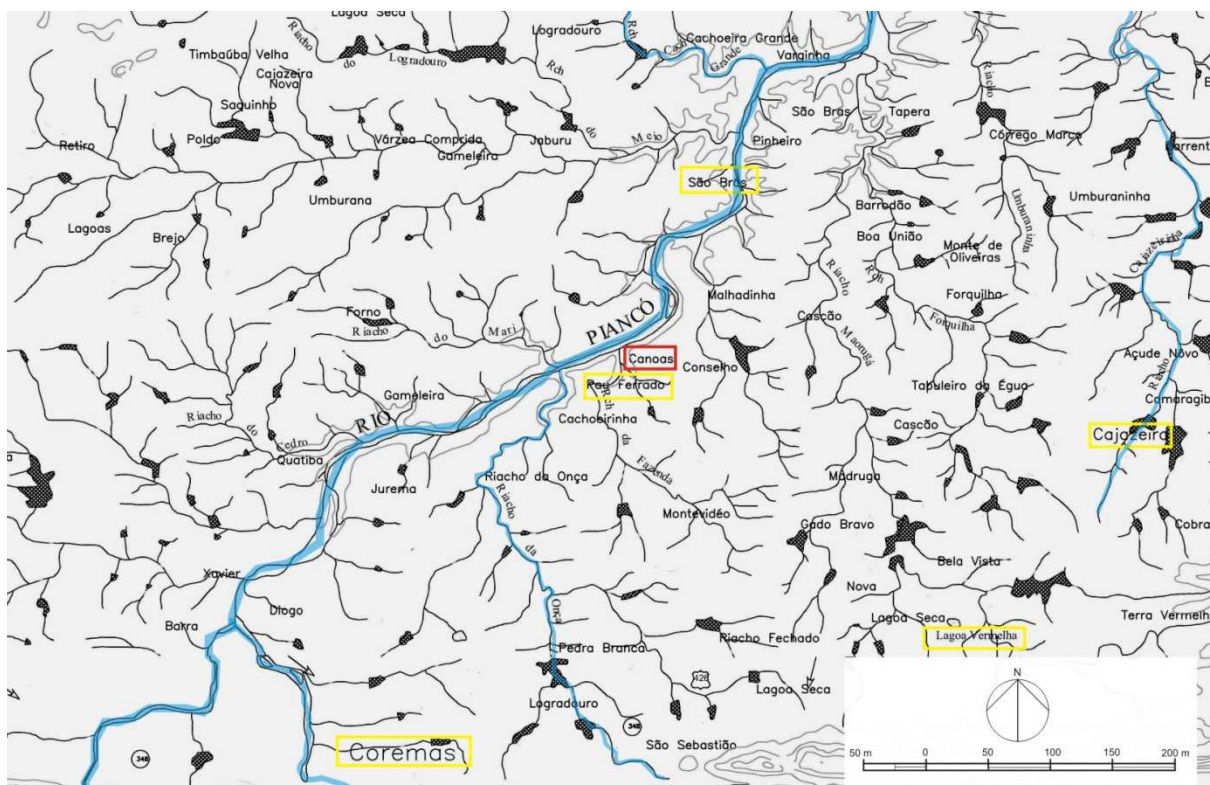
Tabela 9 - Documentos referentes ao Arraial da Canoa

Data	Solicitante(s)	Localização	Confinada entre:
1759	João de Melo Leite	Sítio Arrayal da Canôa	Sul: Serra de Campo Grande (Serra do Araújo) buscando Alagoa Vermelha. Poente: Terras do Pao-Ferro Norte: Rio Piancó Nascente: Riacho Cachoeira.
1761	Alferes José Dias da Cruz	Sítio Arrayal da Canôa	Poente: Serra do Guiqui Nascente: Sítio João de Mello Norte: Sítio de São Braz Sul: Sítio Pao Ferrado na malhada da Cajazeiras, e Poço dos Cavallos
1784	Capitão Francisco José de Sá	Sobras dos Sítios Braz, Arraial da Canôa e do Sítio Melado	Barra do rio cachoeirinha, pelo riacho da Cajazeira acima, até contestar com a Serra do Campo Grande

Fonte: Tavares (1982), pela ordem cronológica, respectivamente, p. 272, 294, 404.

Nota-se que vários referenciais ao Arraial do Pau-ferrado são repetidos no Arraial da Canoa, como o Sítio Braz, a Serra do Araújo (Serra Campo Grande). Cruzando as informações na Cartografia da Sudene(1974), ainda podem ser identificados outros pontos, como o riacho da Cajazeira, conforme **Figura 24**.

Figura 24 - Localização do Arraial da Canoa no Mapa Topográfico da Paraíba da SUDENE

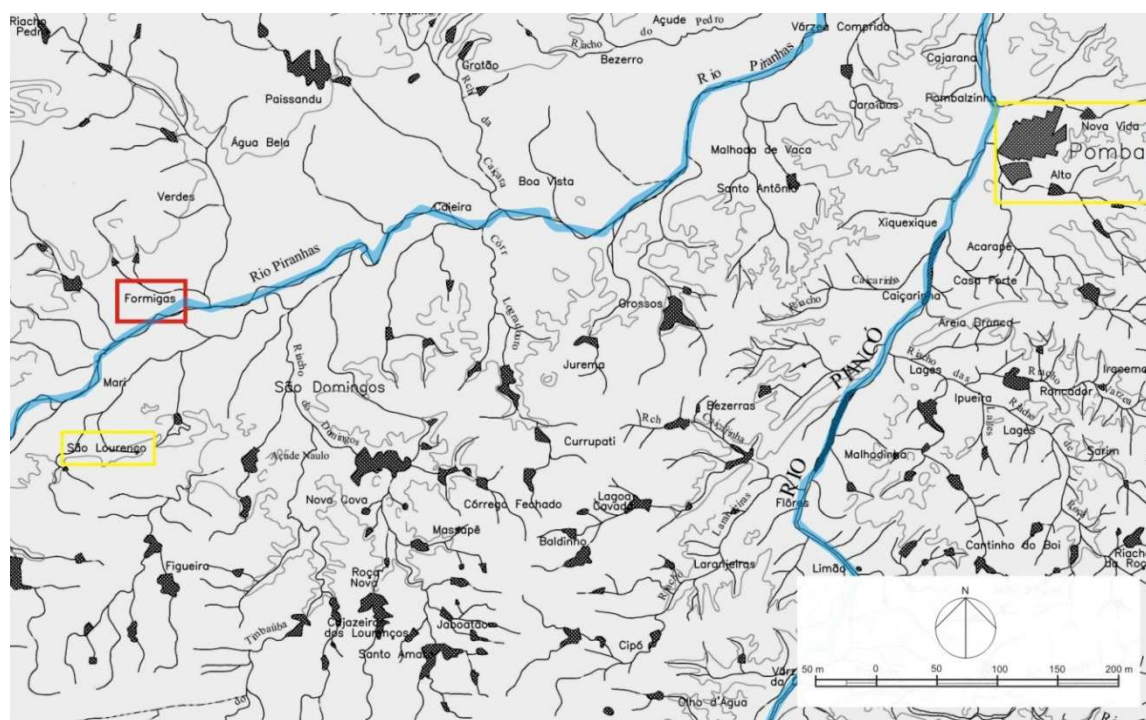


Fonte: Sudene (1974); Tavares (1982).

Bem próximo aos dois arraiais mostrados, parece ter sido localizado o Arraial da Formiga, conforme indica um documento de 1768, que solicita terras entre os rios Piranhas e Piancó. Por sua representação, será destacado um trecho:

Alferes Antônio Gonçalves Reis Lisboa, solicita terras entre o Rio Piancó e Piranhas, onde havia um lugar chamado Riacho do Inferno, principiando em um taboleiro *Craveiros*. Na parte do Rio Piranhas, confronta com terras dos Sítios Arraial da Formiga, S. Lourenço, outras das Marrecas e Timbaúba. (TAVARES, 1982, p. 336)

A referência que se repete, nos documentos e na cartografia em relação ao Arraial da Formiga, é Sítio São Lourenço, indicado na **Figura 25**. Assim, ele estaria localizado na ribeira de Piranhas, bem próximo aos demais arraiais. Um documento de sesmaria pode ser significativo para contribuir com essa afirmação, pois, ao solicitar terras em Piranhas, apresenta que elas estão confinadas entre os *Arraiaes* e *Bom Sucesso* (TAVARES, 1982, p. 247). Pela localização, pode ser que estejam se referindo aos arraiais de Pau ferrado, Canoa e Formiga.

Figura 25 - Localização do Arraial da Formiga no Mapa Topográfico da Paraíba da SUDENE

Fonte: SUDENE (1974); Tavares (1982).

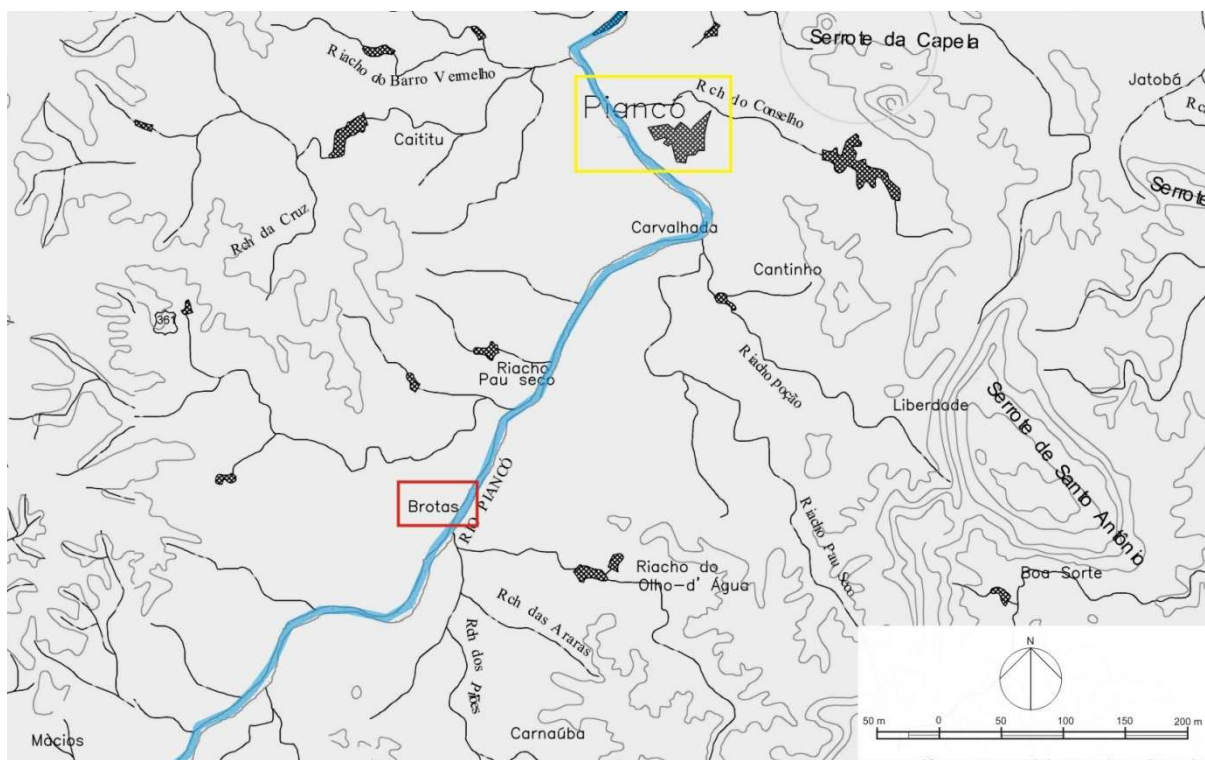
Machado (1977) diz que o Arraial da Formiga pertenceu ao paulista Domingos Jorge Velho, mas não indica a fonte de tal informação, impossibilitando tecer maiores comentários a esse respeito.

Quanto ao Arraial Seco, na cartografia da SUDENE (1974), não foi identificada nenhuma referência a um local chamado com esta denominação. Porém, todas as cartas de sesmarias de Tavares (1982), que a ele se refere, trás o nome do Sítio Brotas, e, este sim, foi encontrado na Cartografia, conforme mostram a **Tabela 10** e a **Figura 26**.

Tabela 10 - Documentos referentes ao Arraial Seco

Data	Solicitante(s)	Localização	Confinada entre:
1759	Pedro Alvares de Araujo	Data de terra o sítio Arrayal Secco	Nascente – Sítio das Brotas; Poente – Sítio dos Cavalletes; Sul – Serras da Furada; Norte – terras do Aguiar.
1762	Ângelo de Lucena Barros	Terras devolutas no Sertão de Piancó, em lugar chamado Sanguengue no Riacho do Arapuá	Nascente: Faz. Santo Antoninho e fazenda dos Brotas; Poente: Serras do Boqueirão; Norte: Fazenda do ajudante Manoel Alexandre; Sul – Terras da Fazenda Arrayal Secco.
1776	Cosmosta Pereira	Solicita sesmaria das sobras do Sítio das Brotas, onde tem seu logradouro chamado Pilões	Nasc. com a serra da Borburema, Poente com o alto chamado Boa Vista, Sul com o Arrayal Secco, Norte: Terras do Santo AntOnio

Fonte: Tavares (1982), pela ordem cronológica, respectivamente, p. 273, 306, 367.

Figura 26 - Localização do Arraial Seco no Mapa Topográfico da Paraíba da SUDENE

Fonte: SUDENE (1974); Tavares (1982).

Conforme a **Figura 26**, o Sítio Brotas confina com diversos locais descritos na documentação sobre o Arraial Seco, como Arapoá, Serra do Boqueirão, logradouro chamado Piões. Portanto, é provável que o referido arraial estivesse nas suas proximidades, ou seja, às margens do Rio Piancó, ao sul da atual cidade de Piancó, antigo povoado de Santo Antônio.

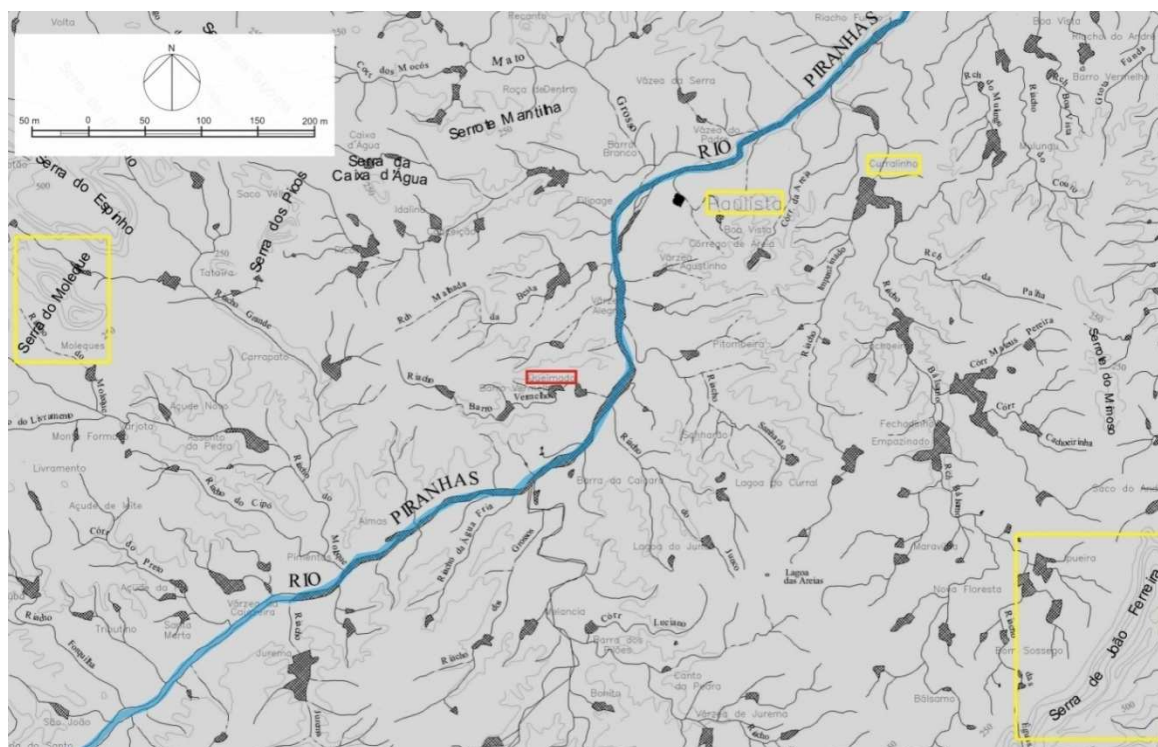
O último arraial referido, pelas seguintes cartas de sesmarias, é o Arraial Queimado:

Tabela 11 - Documentos referentes ao Arraial Queimado

Data	Solicitante(s)	Localização	Confinada entre:
1771	Antônio da Silva Ferreira	Sobras de terras e sítios no Riacho do Paulista	Poente: Riacho do paulista acima e lugar chamado Malhada do Buraco. Outras ref.: Terras do Antônio Alves e tenente Antonio da Siva, Sítio da Caipora, Várzea Grande, Riacho do Paulista e Arraial Queimado
1778	José Felix Machado	Terras de sobra no sítio do Paulista	Nascente: <i>Serra João Ferreira</i> , Sul: Arrayal Queimad, Norte: Curralinho de cima.
1791	Domingos Fernandes Carneiro e Antônio Rebello da Costa	Data de terras.	Nascente: Arrayal Queimado. Norte e noroeste: Riachão e Caiporas do Capitão João Ribeiro da Costa Monteiro. Outras referências: Serra do Sacodo Gonçalo (Serra Mato Grosso ou do Moleque) e Jatobá.

Fonte: Tavares (1982), pela ordem cronológica, respectivamente, p. 273, 306, 367.

Figura 27 - Localização do Arraial Queimado no Mapa Topográfico da Paraíba da SUDENE

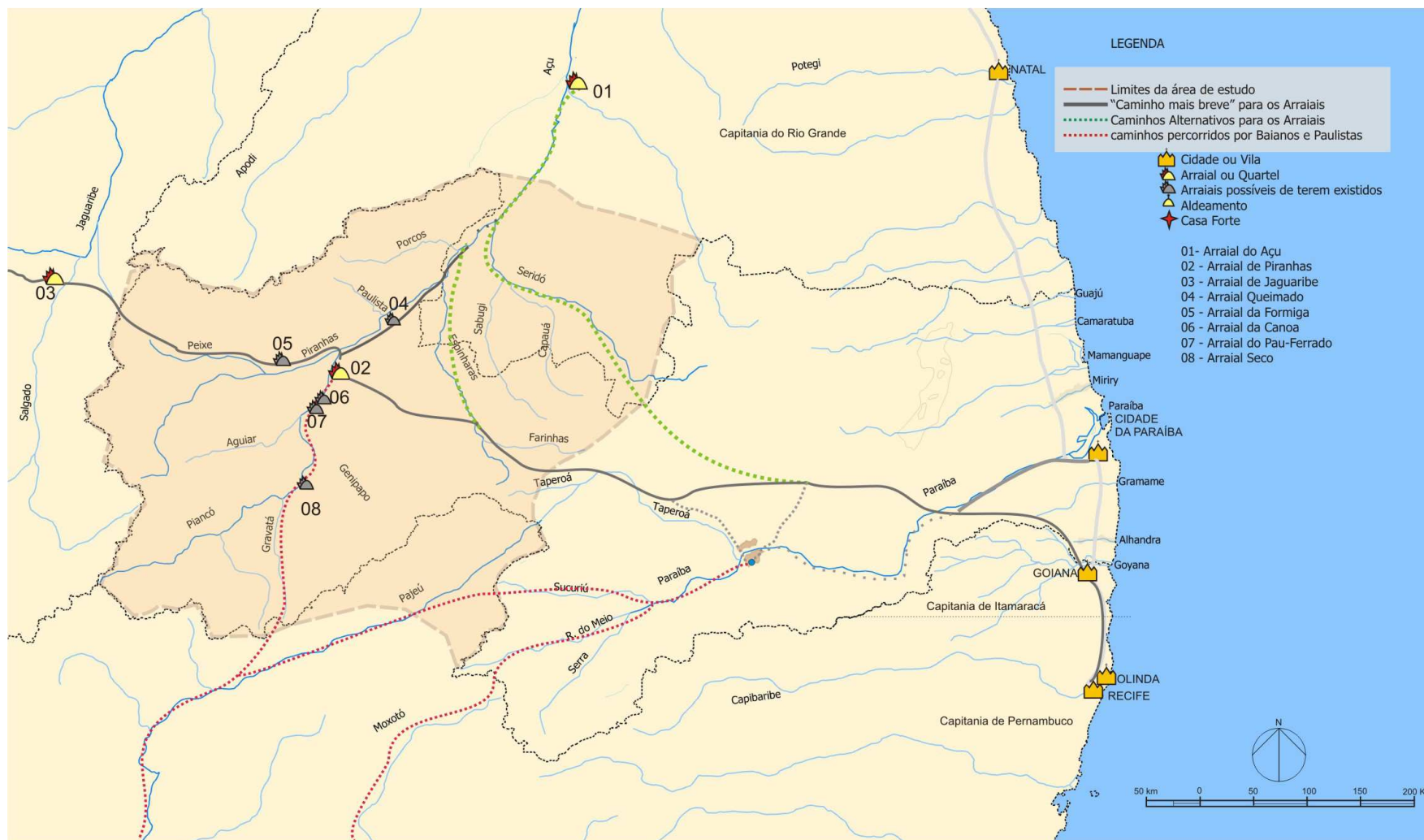


Fonte: SUDENE (1974); Tavares (1982).

Na **Figura 27**, é identificada a proximidade do Arraial Queimado com os seguintes pontos: Riacho do Paulista, Curralinho, Serra do Moleque e Serra de João Ferreira. Assim, também indicado por Sarmento (2007), este estaria ao norte do Arraial de Piranhas, às margens do Rio Piranhas, podendo-se levantar a hipótese de que teria sido o arraial do paulista Domingos Jorge Velho, pela sua proximidade com o riacho que leva o nome de Riacho do Paulista.

Todas as informações foram reunidas na **Figura 28**, cuja observação evidencia que a localização dos arraiais pode conduzir à conclusão de que os rios Piranhas e Piancó eram aqueles que mais representavam interesses em ser “controlados”, pois, se estes arraiais existiram, localizaram-se nestas duas ribeiras, com vista à proteção militar da área. Porém, infelizmente, não há documentação, nem referências suficientes para indicar outros aspectos desses espaços, como quando e quem foi responsável pela fundação. Embora a documentação apresentada seja um indício de que existiram de fato os arraiais, todos ou alguns deles, podem ter sido somente nomes dados a determinadas fazendas de gado. Por isso, esta seção, não conduz a uma resposta, mas a um questionamento: seriam os arraiais indicados um complexo defensivo ligado às estratégias de militares durante a “Guerra dos Bárbaros”?

Figura 28 - Arraiais durante a Guerra dos Bárbaros



Fonte: sobreposições de bases em CAD da divisão administrativa dos Estados e da hidrografia do Brasil (IBGE, 2010). Ainda foram utilizadas: MAPA DO ESTADO DA PARAYBA (1923); MARCGRAF.

2.5 Os aldeamentos

Como já exposto no Capítulo 01, as estratégias coloniais ligadas aos povos indígenas visavam ao extermínio e à escravidão para aqueles ditos “bárbaros” ou de “Corso” e ao aldeamento, em missões, dos “índios mansos”. Estes últimos, em relação ao Sertão de Piranhas e Piancó, podem ser estudados através de trabalhos de síntese, como o de Pires (1990), Medeiros (2000), Puntoni (2002) e Cavalcanti (2009) e naqueles que se dedicaram exclusivamente a esse espaço, como são os casos de Guedes (2006) e Sarmiento (2007). Neles, há sempre referência a quatro aldeamentos, dos Pegas, Panatis, Icós e Curema. Porém, o primeiro que surgiu no Sertão de Piranhas e Piancó, não parece ter sido nenhum desses povos, como se demonstrará, antes de falar especificamente destes quatro.

Sabe-se que os aldeamentos no período estudado funcionavam, também, como ponto militar. Eram comumente tratados como “fronteiras” da colonização, pontos estratégicos de defesa no território. As fronteiras eram estabelecidas através dos grupos indígenas existentes, ou seja, aqueles integrados ao processo de colonização. Desse modo, qual era a diferença entre um aldeamento e um arraial? Na verdade, esta se fazia pela presença de um religioso para a catequização e pela instalação de uma capela.

Já instituídos os arraiais de Piranhas, Assu e Jaguaribe, a Coroa Portuguesa lança uma ordem, em 06 de março de 1694, para que em cada um destes arraiais sejam fundados dois aldeamentos, cada qual composto por 100 casais de índios e 20 soldados com seus cabos. Há uma vasta documentação de correspondência do Governador Geral do Brasil, então D. João de Alencastro, para os capitães das Capitanias de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande no sentido de colocar em prática tal ordem.

No caso do Arraial de Piranhas, a ordem estabelecia que o proovessem de aldeamento com “caboclos da Aldeia que chamam Mamanguape e dos Caryrys, além de vinte soldados escolhidos e um Cabo de Satisfação a Ordem de Custódio de Oliveira”, a quem o Governador solicitava essa ação, em carta de 02 de novembro de 1694 (D.H.B.N., V.38, p. 325 – 328). Entretanto, em 1695, este aldeamento ainda não tinha sido fundado, pois o Capitão-mor da Capitania da Paraíba não achava necessário, visto que não havia novas investidas dos índios “Tapuias”. A resposta enviada pelo Governador Geral foi a seguinte:

Vossa Mercê a execução desta ordem [de fundar aldeamento no Arraial de Piranhas] de que me daria conta, em Carta sua de 22 de Março deste ano,

que informando-se de pessoas daquelles Sertões, não havia novas de Tapuyas, e nunca, outra tal se vira por ahi, e parecia que se haviam passado a outras terras. Os que informaram a Vossa Mercê lhe occutaram a verdade, porque no mesmo tempo me fizeram aqui petições alguns donos de curraes que tem no Pinhancó, donde se padeceram algumas hostilidades de Tapuyas que mataram mais de doze pessoas, e muito gado, roubando-lhe as casas com tal ferocidade, que não há quem queira ir assistir naquelles curraes, e ficam perdidos todos os gados: o que eu não acabava de crer, pela supposição de estar provido o posto das Piranhas, e pela confiança que faço a Custódio de Oliveira de cuja jurisdição são os Pinhancós. [...]. (D. H.B.N., V.38, p. 331 – 334).

Ou seja, havia, de fato, um interesse por parte do Governador do Brasil em estabelecer um aldeamento no Arraial de Piranhas, como ponto estratégico de defesa. Porém, em 1701, ainda não havia ocorrido, conforme o documento que segue:

Capitão-Mór da Capitana da Parahyba. – Eu El-Rei vos envio muito saudar. Por ser presente, que nos sertões dessa capitania se achão hoje muitos índios aldeados e ser conivente o conservarem-se estes e fazer-se toda diligência para se aldearem os qual andam espalhados, dando-se-lhes tudo que for necessario para que possam preestir nas ditas aldeias e radicarem-se na fé, seguindo-se deste fructo não só o serviço de Deus no espiritual, mas o meo no temporal, Fui servido resolver que na aldeia de Camaratuba se faça uma Igreja e que nella existam um Missionario para administrar os sacramentos a estes índios[...]com o titulo de capellão e que se lhe dê de cõgrua vinte e cinco mil réis para fabrica e guisamento de hostias e vinho, e que isto mesmo se obre **com o que existe em Campina-Grande e da mesma maneira com o das Piranhas**, pagando-se-lhe as cõgruas e fabricas da Fazenda Real e para edificação destas Igrejas me pareceo ordenar-vos persuadais e obrigueis aos moradores, que se achão visinhos e juntos aos sitios destas mesmas aldeias, concorrer para as despesas que se entendem não poder ser de gande importancia [...]junto assim poderem os mesmos Indios ajudar no trabalho destas obras, e os mais que faltar se suprirá da Fazenda Real e dareis a entender aos ditos moradores o grande beneficio que logrão em terem estas Igrejas e Padres, porque escusão ir satisfazer o preceito da Igreja em maior distancia e sobretudo que poderão ter com estas aldeias uma mais importante conveniencia, como costumão ter onde ha índios domesticos, que vivem com luz e conhecimento da verdade e religião catholica; e do que obrares neste particular me dareis conta. (JOFILLY, 1977, p.313-314)

Nota-se que nele está descrito que deverão fazer, em Piranhas e Campina Grande, um aldeamento missionário, da mesma forma que se fez Camaratuba, com a construção de uma capela e instituição de um Capelão, ou seja, ainda não tinha sido feito o aldeamento definitivamente nestes locais. Além disso, o documento elucida a estratégia do Estado em relação aos aldeamentos na Capitania da Paraíba, ou seja, como pontos militares no território e onde os agentes da Igreja, principalmente os missionários, congregavam no sentido de inserir os povos indígenas no processo de colonização.

Em 1702, um documento dá notícia da ordem de se fazer o aldeamento, porém não identifica se o mesmo havia sido estabelecido:

Capitão mor da Parahiba. Eu El Rey vos envio muito saudar. Havendo visto o que representastes sobre o requerimento que vos fizera os índios das aldeias que mandei se situar no Camaratuba para haverem de ser passados para a Bahia da Traição,asy por ser o mesmo de indio, como também para poderem socorrer a Atalaya que tenho mandado fazer nella e ajudar a obra da sua edificação e o Capellão ficar administrando os sacramentos a infantaria da Atalaya ou fortificação ou dos mesmos índios. E porque estas conveniências se não vem deprezar. Me pareceu aprovar que se faça na dita parte a dita igreja e no que respeita a nomeação dos Capellães para esta Igreja e para **as que madei se fizessem nas Piranhas e na Campina Grande**. Me pareceu dizervos que estas nomeações pertecem ao Bispo de Pernambuco e os providos nestas capellarias com os seus provimentos [...]. (PINTO, 1977, p. 96)

Nele também pode ser visto que a jurisdição já se encontrava sobe o Bispado de Pernambuco, na Junta de Missões. A confirmação de que, de fato, este aldeamento foi instituído é feita pelo seguinte documento:

Hachãose hoje os certões desta capitania muy povoados de gente, fazendas, e gados,e entre muitos citios, se hacha o das Piranhas, Pahó e Cariris como povoações;capela e capelão que lhe administra os sacramentos; distão estes 50 - 60 – e 80 léguas desta Praça e outros muitos mais. (AHU_ACL_CU_014, Cx. 4, D. 310, 1710)

Ou seja, somente a partir de 1710 é possível afirmar que já havia uma Igreja nas Piranhas, com o primeiro intuito de ser aldeamento, localizada onde estava o Arraial de Piranhas que, posteriormente, estabeleceu-se enquanto Povoação com o nome de Nossa Senhora do Bom Sucesso. A referência à igreja do aldeamento é feita a partir da denominação "Igreja Velha", encontrada na delimitação da doação do Patrimônio da Igreja do Rosário: "[...] cem braças de terra principiando das ribanceiras do rio Pinhancó, para o Nascente e mais tudo por detraz da parede da Igreja Velha lhe encher as ditas cem braças dentro das quais fica a Igreja Nova Matriz desta povoação." (Seixas, 1962, p.44).

É bem provável que o aldeamento tenha sido "deslocado" para outro lugar, já que, em 1724, há um documento do Arquivo Ultramarino, do Ouvidor-mor, que identifica que indo em "correição" à Ribeira de Piranhas e Piancó e na povoação dessas ribeiras, ou seja, o povoado de Nossa Senhora de Bom Sucesso, como já era chamado, achou-o um dos melhores da capitania, visto que sua população era composta de "[...] homens bons e quase todos filhos do Reyno, e naturaes da Provincia de entre Douro e Minho, que vivem do seu trabalho, e cultura, por serem muito applicados a grangear com o suor do rosto [...]"

(AHU_ACL_CU_014, Cx. 5, D. 426, 1724). Isto é, possivelmente não se tratava mais de um aldeamento indígena, mas de uma povoação de “brancos”, o que implica dizer que os povos indígenas que se instalaram no aldeamento haviam sido deslocados.

Além disso, a historiografia paraibana tem assinalado que a Povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso surgiu de um aldeamento de Povos indígenas da Nação Pega. Porém, como demonstrado, nenhum documento indica essa referência, há somente menção a povos “caboclos de Mamanguape” e “tribo Cariri”.

Entendido como foi instalado o aldeamento no Arraial de Piranhas, passa-se a tratar dos demais que surgiram nesse período: Pegas, Panatis, Coremas e Icós. Ressalta-se que a mobilização dos povos indígenas foi comum durante todo o Período Colonial, atendendo às estratégias do Estado que os deslocavam de acordo com os seus interesses, sendo tarefa difícil localizá-los em uma escala de rede urbana. Por isso, apresenta-se aqui apenas uma tentativa nesse sentido.

A primeira questão que surge: em que período esses aldeamentos surgiram? Não há documentação que especifique essa data. Porém, um documento existente no Arquivo Histórico Ultramarino de Pernambuco, datado de 1699 (AHU_ACL_CU_015, Cx. 18, D. 1794, 1699/ Pernambuco)⁴⁸, já faz uma referência ao aldeamento em missão dos Curemas, ou seja, antes mesmo daquele instituído na Povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso. É provável que os demais tenham surgido por essa época, como resposta à estratégia de colonização implementada pelo Estado. Um dos primeiros documentos que já identificam todos eles é o seguinte:

Representei a V. Mag.de q seria mui conven.te nestas contenddas dos religiosos observantes de N. Shra do Carmo com os da Reforma, que V. Mag.de deve esses da Reforma o convento de Olinda com obrigação de tomarem a sua conta as miçoins desta capitania; e por q de presente se achão os gentios destes certos com alguma desconfiança, e se achão sem mecionario a nação dos **Curêmas**, a dos **Panatis**, a do **Fagundes**, a dos **Icos**, e a dos **Pegas**, **Canindes**, e **Caburé**, gentios, com q a maior parte dellestiverão já mecionario e se achão sem elle. (...) Me pareceu dar esta carta a V. Mag.de p.a q se faça servido do remédio a esta falta, ao mandando encarregar estas miçoins a dita Religião da Reforma, ou aos de Santa Tereza ou aos da Comp. de Jesus por q nos mais ha mui pouco zello, como mostrarei de alguma em outra carta q darei junto com esta e V. Mag.de mandara o que for servido. (AHU_ACL_CU_015, Cx. 5, D. 349, 1715)

⁴⁸ Infelizmente, a qualidade em que se encontra o documento não possibilita a sua transcrição.

Assim, já em 1715, há referência da existência de todos os quatro aldeamentos no Sertão de Piranhas e Piancó. A partir do documento, ainda se infere que eles, naquele momento, estavam sem missionários, o que foi uma característica bastante comum aos aldeamentos do Sertão da Paraíba, contribuindo bastante para os sucessivos deslocamentos dos mesmos. Um dos motivos também para esta característica era a falta de côngruas para os missionários.

Para este trabalho, é conveniente entender a movimentação dos referidos povos indígenas, visto que foram os pontos fixos do território durante a primeira metade do século XVIII. Além disso, a historiografia paraibana sempre infere que tais aldeamentos convergiram para importantes núcleos urbanos no Sertão de Piranhas e Piancó. Autores como Horácio de Almeida (1977) e Celso Mariz (1994) afirmam categoricamente que as atuais cidades de Pombal, Sousa, Coremas e Piancó tiveram seus núcleos iniciais ligadas aos aldeamentos, respectivamente, dos Pegas, Icós, Curemas e Panatis. Será que esta afirmação é coerente?

Uma das primeiras discussões sobre as localizações dos aldeamentos foi feita por Sarmento (2007). A autora faz um apanhado sobre os antigos aldeamentos do Sertão de Piranhas e Piancó, através da documentação do Arquivo Histórico do Estado da Paraíba, e aponta para possíveis pontos onde eles teriam sido instalados. Aqui, busca-se refletir um pouco sobre essa questão.

Antes de começar, vale destacar que, metodologicamente, trabalhou-se esta seção com o mesmo procedimento adotado na anterior, ou seja, procurou-se na documentação, principalmente nas Cartas de Sesmarias, referências aos aldeamentos. Em seguida, foram confrontadas com as informações contidas na cartografia da SUDENE (1974), no intuito de localizá-los.

Inicialmente, parte-se do aldeamento dos Pegas. Como demonstrado, a Povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso não surgiu de um aldeamento destes povos indígenas, conforme indicou Almeida (1977) e Mariz (1994). Então, onde eles se localizaram? A primeira referência sobre a sua localização é a carta de requerimento de sesmaria de 1738 para a instalação do aldeamento, pois “[...] careção de terras para suas lavouras e criação do seo gado sem mistura com os brancos para nella situarem sua aldeia, requeriam por isto três léguas de terras de comprido e uma de largo, principiando do olho d’água Quixacó. (Tavares, 1982, p. 150). Instalaram-se na Serra do Peixacó, como comprova a documentação, em 1738. Mas, não há informações sobre onde estavam antes.

Um documento do Arquivo Histórico Ultramarino, de 1740, indica que o Aldeamento dos Pegas estava localizado no Sítio Quixá (na Serra do Peixacó), nas Piranhas, ou seja, no local onde solicitaram sesmaria em 1738, possuindo 60 casais e um missionário Capuchinho. Ele também mostra que a Junta de Missões de Pernambuco estabeleceu o descimento da população ali instalada para o aldeamento dos Sucurus, localizado no atual território de Bananeiras, que só possuía 40 casais e se encontrava sem missionário (AHU_ACL_CU_015, Cx. 11, D. 920, 1740). Tal ordem não foi cumprida, visto que, em 1750, uma carta de sesmaria indica a presença dos Pegas no Sertão de Piranhas e Piancó. (Tavares, 1982, p. 211)

Em 1755, há uma contestação de terras feita por João do Vale, alegando que toda a Serra do Apody (então serra do Sertão, antiga Quixacó, onde estava instalado o aldeamento dos Pegas) lhe pertencia (R.I.H.G.P._1953: p.25 – Manuscritos da Torre do Tombo de Lisboa – 1757). Indo em correição ao Sertão de Piranhas e Piancó, o ouvidor-mor da Capitania da Paraíba buscou informações a este respeito, para então se posicionar em relação ao caso. Foi-lhe informado que, há muitos anos, o Aldeamento dos Pegas estava situada na referida serra, o que corrobora a sua presença nela, pelo menos até serem transferidos para uma vila de índios no litoral, por volta de 1760, como será discutido no **Capítulo 03**.

Onde se localizava essa Serra de nome Peixacó e que depois se chamou Serra do Sertão? A **Tabela 12** que segue contribui para essa localização.

Tabela 12 - Referências à Missão dos Pegas

Data	Solicitante(s)	Localização	Confrontamento
1738	Índios Pegas e seu Capitão-mor, Francisco de Oliveira Ledo	Rio Piranhas	"Principia no olho d'água chamado pela sua língua Quixacó que nasce na serra chamada Peixacó e os brancos chamam serra do sertão."
1750	Padre Antônio Saraiva da Silva	Rio Piranhas	"[...] na serra chamada pelo gentio Peixaco e na Branca Serra do Sertão, que corre para o poente e para o nascente[...] cujas terras confrontam da parte sul com terras da missão do gentio Pega, da parte poente com testada do capitão João do Vale Bizerra na mesma serra e na parte do nascente com o rio das Piranhas"
1757	Padre Antônio Saraiva da Silva	Rio Piranhas	"[...] logradouro do dito sítio as sobras que se achassem entre o Baijão e riacho dos porcos e terras das missões do Pega e os Providos do Panema [...]"
1779	Estevão Pereira de Moura	Rio Piranhas	Serra de João do Vale (antiga boqueirão e Serra do Sertão), fazendo referência ao "Sítio que foi do Pega, hoje Aldeia, ou antigo."

Fonte: Tavares (1982), pela ordem cronológica, respectivamente, p. 149-150; p.211; p. 252; p. 383.

A partir da análise, identifica-se a localização de acordo com a **Figura 29**.

Figura 29 - Localização do Aldeamento dos Pegas



Fonte: Sudene (1974); Tavares (1982); Google Maps (2012).

A partir do cruzamento das informações documentais com a cartografia, pode-se identificar a localização da Serra do Peixacó, depois Serra do Sertão e Serra do Apody. No complexo dessa Serra, há uma que se intitula Serra da Aldeia, onde, possivelmente, instalou-se a Missão dos Pegas. Ou seja, estavam ao norte da Povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso, como assim colocou Sarmiento (2007).

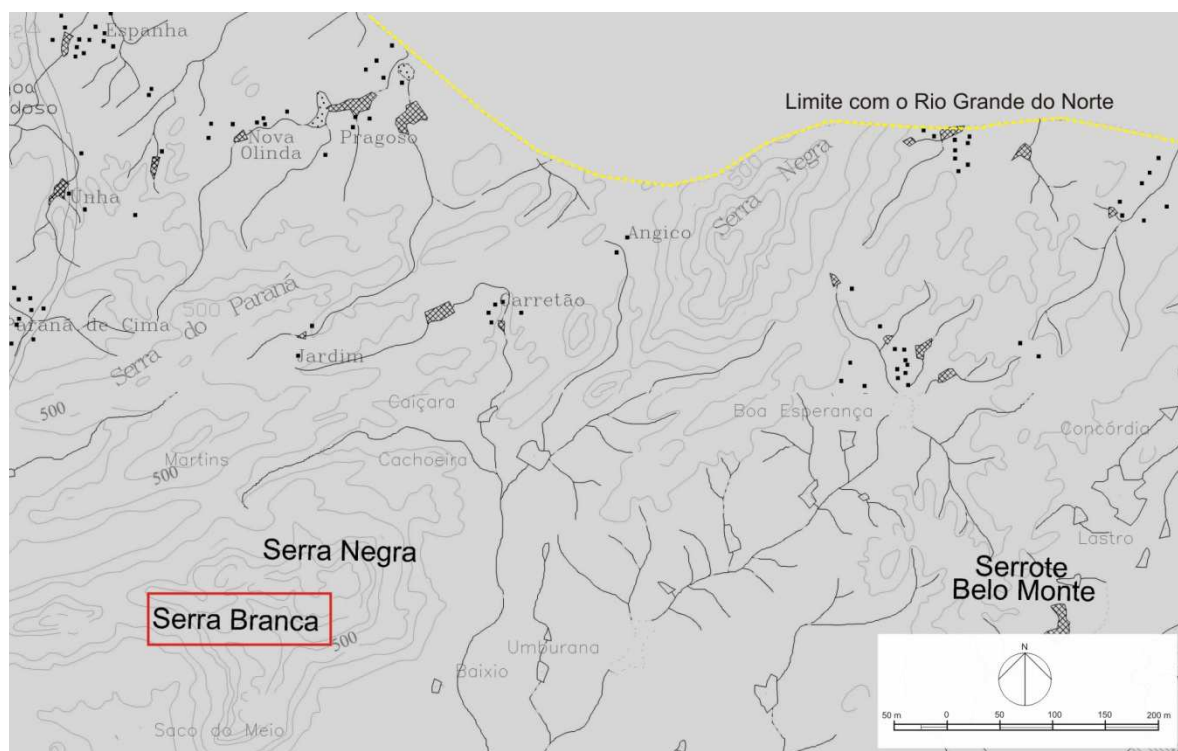
Parte-se para entender onde estava localizado o aldeamento dos Povos indígenas Icós, ou Icozinhos, ou ainda Icós-pequenos, que habitavam a região do Rio do Peixe, como aponta um documento de sesmaria de 1708, “[...] descobriu um riacho chamado do Peixe, habitado da nação chamada Icó-pequeno, que deságua no Rio Piranhas”. (TAVARES, 1982, p. 70). Não há referência específica de quando foram aldeados, porém a Junta de Missões de Pernambuco, a respeito da Capitania da Paraíba, em 17 de outubro de 1739, diz o seguinte:

[...] Aldeas dos índios Icozes pres-mente cituados na Serra-branca aonde não há a mínima conveniencia para o sustento do missionario, e outras circunstancias que fazem em sofrivel hum tal Citio, tomarâ a tal aldea quando se disponha no [...] Citio, do Bom Jardim, terra do seu nascimento, donde a se tirão em desarmonias com os moradores vizinhos quarenta e tantos annos. (AHU_ACL_CU_015, Cx. 11, D. 920, 1740)

Ou seja, a decisão da Junta das Missões de Pernambuco foi que ocorresse o descimento do Aldeamento dos Icós da Serra Branca, onde estavam instalados, para o Sítio Bom Jardim, “terra do seu nascimento”, de onde saíram devido a desarmonias com os moradores locais. Isso vem identificar que, no local onde se instalou a povoação do Bom Jardim, atualmente Cidade de Sousa, houve um aldeamento dos Icós, conforme indicaram

Almeida (1977) e Mariz (1994)⁴⁹. A transferência do aldeamento do Sítio Jardim para a Serra Branca ocorreu por volta do final do século XVII. O retorno, em 1739, possivelmente não ocorreu, porque, embora a Junta de Missão o tivesse instituído, o Capitão-mor da Paraíba não concordou com o fato.

Figura 30 - Localização do Aldeamento dos Icós



Fonte: Sudene (1974); Tavares (1982); Google Maps (2012).

Em relação ao Aldeamento dos Panatis, sabe-se que, em 1739, estava instalado no local chamado *Casa Forte*, próximo à povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso, e possuía 100 casais. Neste ano, encontrava-se sem missionários, o que fez a Junta de Missão achar conveniente uni-lo ao aldeamento dos Curemas, no Boqueirão, por este ter missionários. (AHU_ACL_CU_015, Cx. 11, D. 920, 1740)

É possível que essa união com o aldeamento dos Curemas não tenha sido feita, já que, em 1746, a *Relação das aldeias que há no distrito de Pernambuco e capitanias da Paraíba sujeitas à junta de missão deste bispado* (MEDEIROS, 2005) identifica a presença

⁴⁹ Outra evidência nesse sentido é que na Carta de doação do Patrimônio para a Capela de nossa senhora dos Remédios, há uma referência “a nova capela de novo erecta”, ou seja, já havia uma neste local, possivelmente a da missão, muito semelhante ao que aconteceu com a de Nossa Senhora do Bom Sucesso.

Tabela 13 - Referências a missão dos Curema

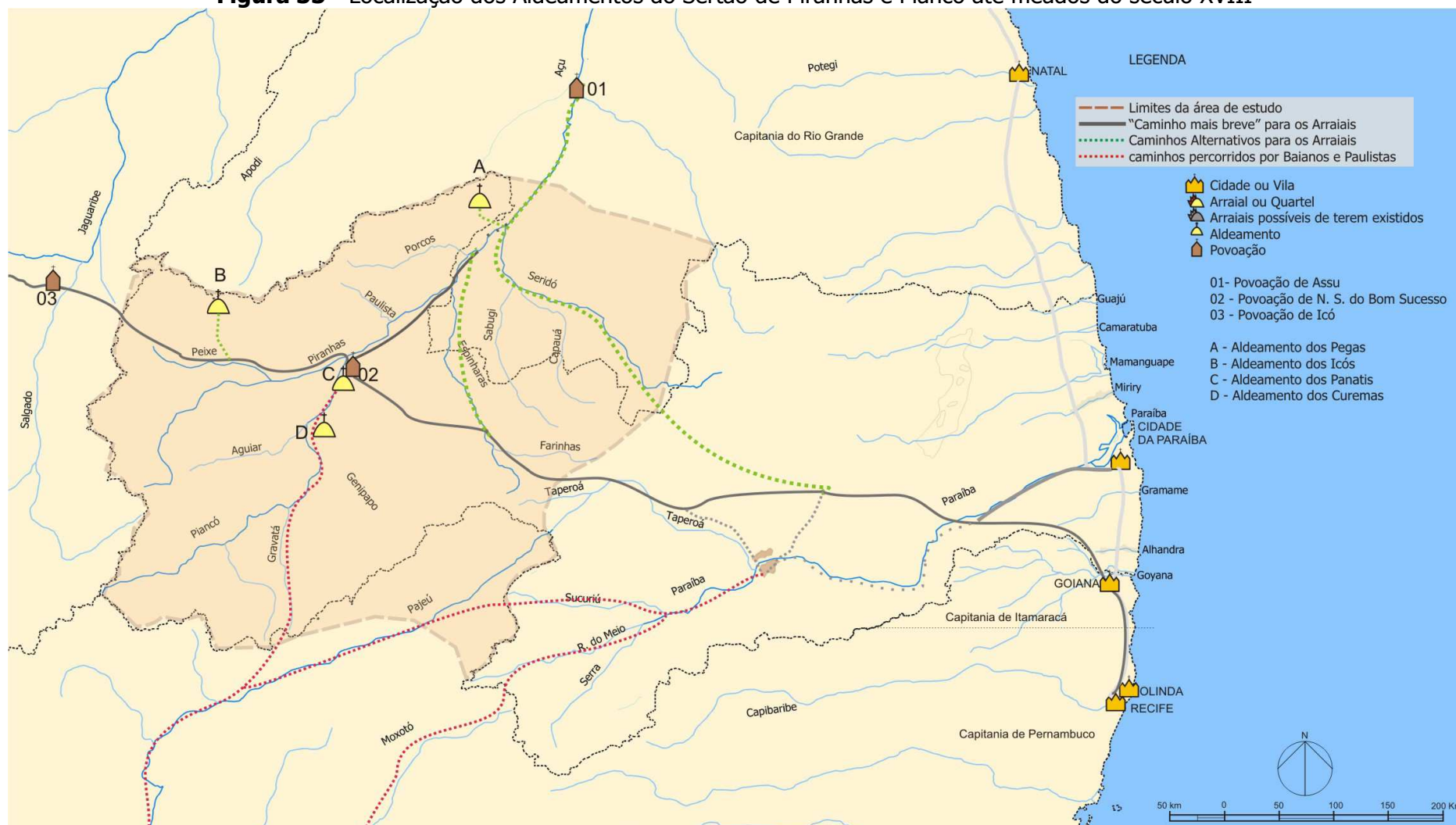
Data	Solicitante(s)	Localização	Confrontamento
1745	Mestre de Campo Mathias Soares Taveira e Alferes Elsébio Barbosa Tinoco	Olho d'água Pedra Vermelha	Faz Boqueirão Junto a aldeia dos Coremas para a parte do nascente entre o rio das Espinharas e o riacho da serra Branca." (TAVARES, p. 198)
1752	Alferes Felix Barbosa Tinôco Dona Maria dos Prazeres Ponce de Leon	Olho d'água Pedra Vermelha	Faz Boqueirão Junto a aldeia dos Coremas para a parte do nascente entre o rio das Espinharas e o riacho da serra Branca." (TAVARES, p. 217)

Fonte: Tavares (1982), pela ordem cronológica, respectivamente, p. 198; p. 217.

Uma referência importante a esta missão é encontrada no documento de doação de Patrimônio para a construção de uma capela, no Boqueirão de Curema, destinada à Santa Rita de Cássia, em 1765. Nele há menção a uma capela antiga que, em tempos de missão, era dedicada à Nossa Senhora da Conceição. (Acervo do Cartório I Ofício de Notas, 1765, folhas não identificadas).

Diante do exposto, é bem possível que, no final da primeira metade do século XVIII, até antes dos aldeamentos serem extintos do Sertão de Piranhas, por volta de 1763, as localizações dos aldeamentos no Sertão de Piranhas e Piancó se apresentassem conforme **Figura 33**.

Figura 33 - Localização dos Aldeamentos do Sertão de Piranhas e Piancó até meados do século XVIII



Fonte: sobreposições de bases em CAD da divisão administrativa dos Estados e da hidrografia do Brasil (IBGE, 2010); MAPA DO ESTADO DA PARAYBA (1923); SUDENE (1974); Tavares (1982).

2.6 As Capelas e os Patrimônios Religiosos

Além das capelas que surgiam juntamente com os aldeamentos, ou seja, como parte da política instituída pelo Estado Português de “Guerra Justa”, havia também aquelas fundadas pelos proprietários rurais. Estes doavam parte de sua terra como patrimônio a um santo, onde, posteriormente, seria erigida uma capela para devoção do referido santo. O objetivo dos proprietários ao fazer tal ato era tornar-se “padroeiro” da dita capela, podendo assim, em um processo semelhante ao Padroado Real, obter vários privilégios em torno desse fato; e, ainda, tirar proveito do espaço quando este viesse a expandir além dos limites do patrimônio doado, ou seja, para suas terras, já que a primeira encontrava-se inserida na segunda. Nesta seção, será tratada a formação dos primeiros patrimônios desta natureza, que instituíram a gênese desse processo e que tomará bastante proporção na segunda metade do século XVIII e, principalmente, no século XIX.

Murilo Marx (1991) e Azevedo (1956) dedicaram-se a entender estes patrimônios, já citados anteriormente. Mais recentemente, Andrade (2007) tratou deles no contexto de Minas Gerais, afirmando que o interesse dos proprietários rurais em doá-los consistia em estabelecer relações de poder no local instituído, visto que:

A administração dos rendimentos da capela era geralmente controlada pelo instituidor (e sua família) que, sendo reconhecido pelo bispo ou principalmente pela Coroa, obtinha o privilégio do padroado local, figurando como administrador/ patrono (ou padroeiro) da capela. Isso conferia prestígio ao senhor, e garantia para o grupo familiar uma posição destacada na localidade que induzia ou reforçava as alianças. (ANDRADE, 2007, p. 156).

O autor ainda cita que eram previstos em lei vários privilégios a esses patronos, tais como: gerir diretamente as rendas do patrimônio eclesiástico; apresentar candidato ao benefício eclesiástico da capelania, além do indicado, geralmente, ser um clérigo que fosse seu parente ou amigo; ainda tinham o direito de ser auxiliado quando em situação de necessidade em relação às suas rendas, podendo supri-las através das rendas da capela. Além de todo esse aparato material, também havia os privilégios simbólicos que lhes trariam projeção políticas: “[...] Ele era honrado com o direito às preces, aos assentos especiais nos cultos e à precedência em cerimônias e procissões. O patrono distinguia-se ainda pelo direito a uma sepultura em lugar privilegiado da igreja.” (2007, P. 158). São bastante evidentes estas características na doação do Patrimônio de Nossa Senhora do Remédio, da Povoação

de Bom Jardim do Rio do Peixe, na Procuração que Francisco Dias de Avilla faz a João de Miranda, para a doação do Patrimônio em 1740:

Francisco Dias de Avilla Fidalgo Cavalheiro da caza de Sua Magestade que Deus Guarde Coronel do Regimento da Guarnição de Marinha da cidade da Baia Morgado e Senhor da Caza da Torre. Por esta por mim feita e assignada faço em tudo meu bastante procurador o Capitão-mor o Senhor João de Miranda, a quem "in solidum dou" todos os poderes que em direito me são consedidos especialmente para que por mim como se presente fosse faça e assigne uma Escriptura de dote que faço a Capella de Nossa Senhora dos Remédios de novo erecta nas minhas terras do Rio do Peixe no meu Sítio Jardim cujo sitio dou dado e traspasso por dote a dita Capella com condição que os rendeiros ham de ser postos da minha mão como administrador da dita Capella e outro sim que em mim e meus sucessores se há de continuar o direito e regalia do Padroado della para que só eu e meus sucessores possamos apresentar os Capellões e tiral-os passado o anno de sua provizão ou conserval-os se nos parecer porque com estas condições lhe faço o dote com o dito sitio do Jardim e suas rendas a dita Capella e tudo pelo dito Senhor feito e obrado na dita Escriptura o darei por firme e valiosa como se por mim estando presente fosse feito e obrado. Caza da Torre de Outubro trinta e hum de mil setecentos e trinta e nove. – Francisco Dias de Ávilla. (ESCRITURA apud Gadelha, 1986, p. 173)

Nota-se que os termos utilizados nos documentos corroboram especificamente com o que Andrade (2007) apontou. Francisco Dias de Avilla doou o patrimônio para a capela de Nossa Senhora dos Remédios no Rio do Peixe, com a condição de que ele e seus sucessores pudessem ter os direitos e as regalias do "Padroado da Capela", já expostos.

Estas capelas eram construídas em locais onde havia a possibilidade de serem habitados; "[...] os doadores estavam certos de que em torno da capela surgiriam casas. Do contrário é difícil aceitar que as autoridades eclesiásticas aceitassem tal prática" (MATA, 2002, p. 46). Isso se dava porque era do *foro*, ou seja, do tributo anual dos terrenos que seriam loteados no entorno da igreja, que se tirava a renda para garantir a sustentação da mesma, com seus clérigos, além de garantir, nos casos de necessidade rendas aos padroeiros e família. Além do foro, havia também o *dízimo*⁵⁰, que correspondia à décima parte de toda a produção do espaço, incentivando o Estado, umbilicalmente ligado à Igreja, a favorecer a criação destas capelas, uma vez que elas poderiam servir para administrar a coleta de tal tributo na área de sua influência. Talvez seja por estes motivos que os

⁵⁰ Segundo Caio Prado Júnior, o *dízimo* era o principal tributo cobrado no Período Colonial e "[...] constitui um antigo direito eclesiástico, cedido pela Igreja, nas conquistas portuguesas, à Ordem de Cristo, e que se confundiu mais tarde com os do Rei, que se tornou, como se sabe, Grão-Mestre da Ordem" (PRADO JÚNIOR, 2004, p. 321). Em outras palavras, era um tributo cobrado garantido ao Estado a partir do Padroado Real.

primeiros patrimônios tenham sido doados em locais onde já estavam estabelecidos os povoamentos.

Além do *foro* e do *dízimo*, a expansão do povoado poderia vir a criar um tipo de patrimônio leigo para o doador das terras. Por exemplo, a doação se dava em uma pequena porção (medida em braças) inserida em suas terras, que se constituíam em grandes extensões medidas em léguas. Assim, quando a povoação se expandia além dos limites do patrimônio doado, ou seja, para as terras do doador, estes podiam loteá-las e tirar proveito do foro das mesmas. Os herdeiros da Casa da Torre pareciam estar conscientes desse processo, visto que foram responsáveis pela doação, além do já citado patrimônio de Nossa Senhora dos Remédios da Povoação do Jardim do Rio do Peixe (1740), do de Nossa Senhora do Bom Sucesso (1740), e, segundo Seixas (1962), do de Santo Antonio do Piancó (1740), na atual Cidade de Piancó⁵¹.

Além das capelas formadas nos patrimônios doados pela Casa da Torre, verificou-se, em 1737, a presença de mais algumas no documento analisado por Moraes (2008) ao estudar os inventários de testamentos no Sertão de Piranhas na primeira metade do século XVIII, contexto em que cita doações feitas por Manoel Ferreira Velho, que na tentativa de “[...] procura se redimir e agradar a seu Deus distribuindo a partir de suas fazendas (conjunto de haveres) quantias para diferentes santos, capelas, missas e ‘nossas senhoras’ [...]” (MORAES, 2008, p. 06). Entre os beneficiários estavam Nossa Senhora do Bom Sucesso desta freguesia, Capela de Santo Antônio⁵², Nossa Senhora dos Prazeres do Piancó de Cima e Nossa Senhora do Ó. Ou seja, além das duas primeiras, o documento identifica a existência de mais duas capelas, que estavam localizadas, mais especificamente, na região do Seridó.

As capelas de Nossa Senhora dos Prazeres e de Nossa Senhora do Ó foram identificadas por Macedo (2008), quando trata da Ribeira do Seridó, no século XVIII, dizendo que nela existia:

[...] A vila Nova do Príncipe, criada em 1788 a partir da Povoação do Seridó / Caicó e que era sede da freguesia, contando com dois templos, a capela de Nossa Senhora do Rosário de Penedo (1695) e a Mariz da Senhora Santa

⁵¹ Parece até que foram eles responsáveis também pela doação do patrimônio para a constituição da povoação de Flores no Sertão do Pajeú (PE).

<http://www.construindoahistoria.com/search/label/HIST%C3%93RIA%20MUNICIPAL%20-%20PE>

⁵² No documento, nota-se que a data da Capela de Santo Antônio diverge da apresentada por Seixas (1962), o que pode ter acontecido como a de Pombal, ou seja, primeiro a construção, depois a doação do patrimônio.

Ana do Seridó, (1748); 2 – A povoação de Nossa Senhora dos Aflitos do Jardim das Piranhas (1710); 3 – a povoação de Nossa Senhora do Ó da Serra Negra, cujo primeiro templo foi erguido em 1735 e transferido para o local onde se encontra hoje em 1774; 4 – a povoação de Nossa Senhora da Guia do Acari (1738) [...]” (MACEDO, 2008, p. 18)

A partir do exposto, conforme **Tabela 14** e **Figura 34**, tem-se o presente quadro com o resumo das capelas constituídas na primeira metade do século XVIII.

Tabela 14 - Capelas Instituídas na primeira metade do século XVIII

Capela	Data*	Doação de Patrimônios	Nome atual
Nossa Senhora do Rosário do Penedo	1695	Não foi encontrado	Caicó (RN)
Nossa Senhora do Bom Sucesso	1710	Não houve doação	Pombal (PB)
Nossa Senhora dos Aflitos	1710	-	Jardim de Piranhas (RN)
Igreja dedicada a Nossa Senhora do Bom Sucesso	1721	Foi doado em 1740, por Francisco Dias D'Ávila.	Pombal (PB)
Nossa Senhora do Ó	1735	1774	Serra Negra (RN)
Santo Antônio	1737	Foi doado em 1748, por Francisco Dias D'Ávila.	Piancó (PB)
Nossa Senhora da Guia	1738	Não foi encontrado	Acari (RN)
Nossa Senhora dos Remédios	1740	Foi doado em 1740, por Francisco Dias D'Ávila.	Sousa (PB)
Igreja de Senhora Santa Ana do Seridó	1748	Não foi encontrado	Caicó (RN)

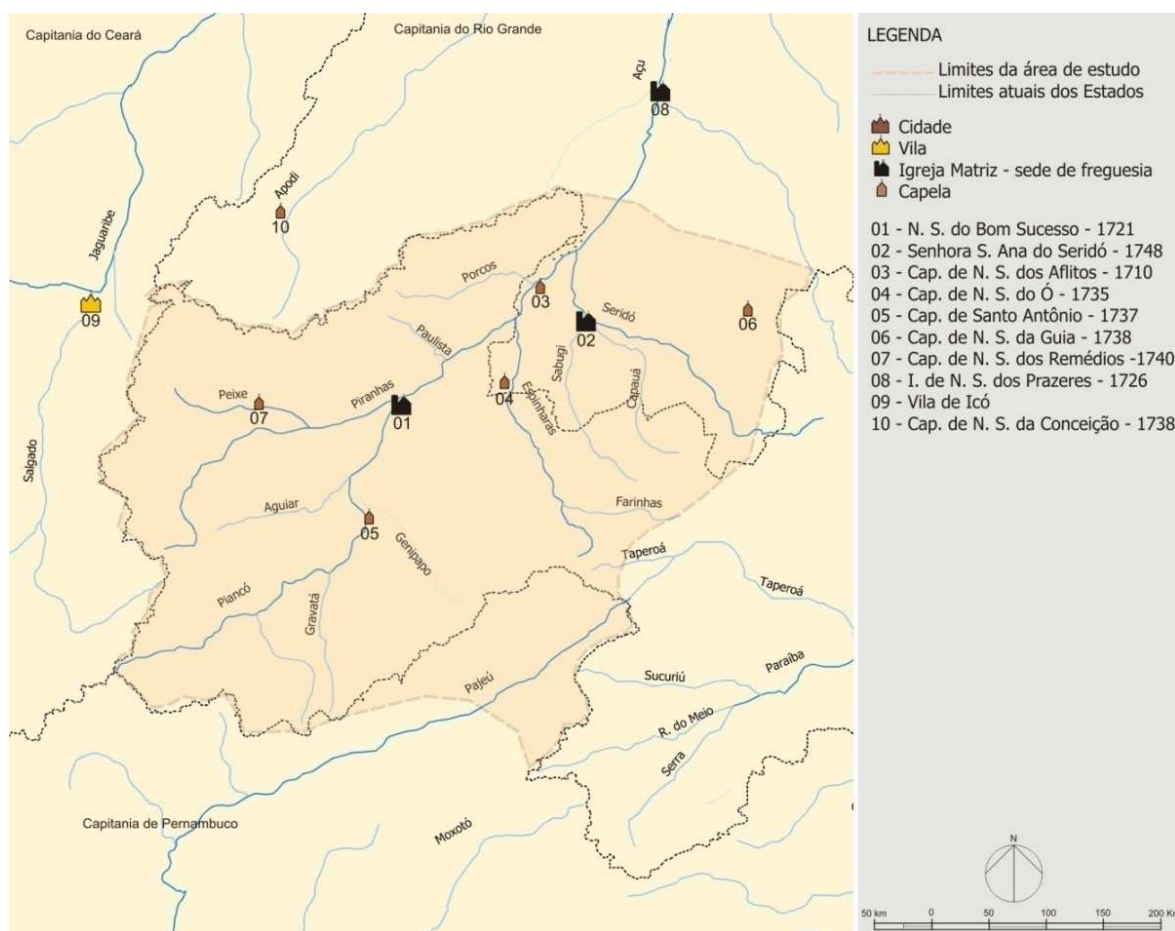
* A data trata da referência mais antiga tida em relação à capela.

Fonte: Acervo do Cartório I Ofício de Notas “Cel João Queiroga” (Pombal-PB); Seixas (1962); Abreu (2011)

A instituição de uma capela, embora fosse direcionada pelos proprietários de terra, deveria ter a aprovação do bispado ao qual estava submetida. No caso da Capitania da Paraíba, a deliberação para a criação destas capelas foi feita no Bispado de Olinda, já que era esta a jurisdição religiosa da capitania.

O resultado da produção destas capelas está ligado à administração do território, que, na ausência do Corpo administrativo do Estado, subdividia-se em freguezias, com sede em uma das povoações de maior notabilidade na área. A primeira freguesia criada no Sertão de Piranhas e Piancó foi a de Nossa Senhora do Bom Sucesso, em 1721, quando foi instituída a construção da igreja para abrigá-la.

Figura 34 - Resumo das Capelas fundadas na primeira metade do século XVIII

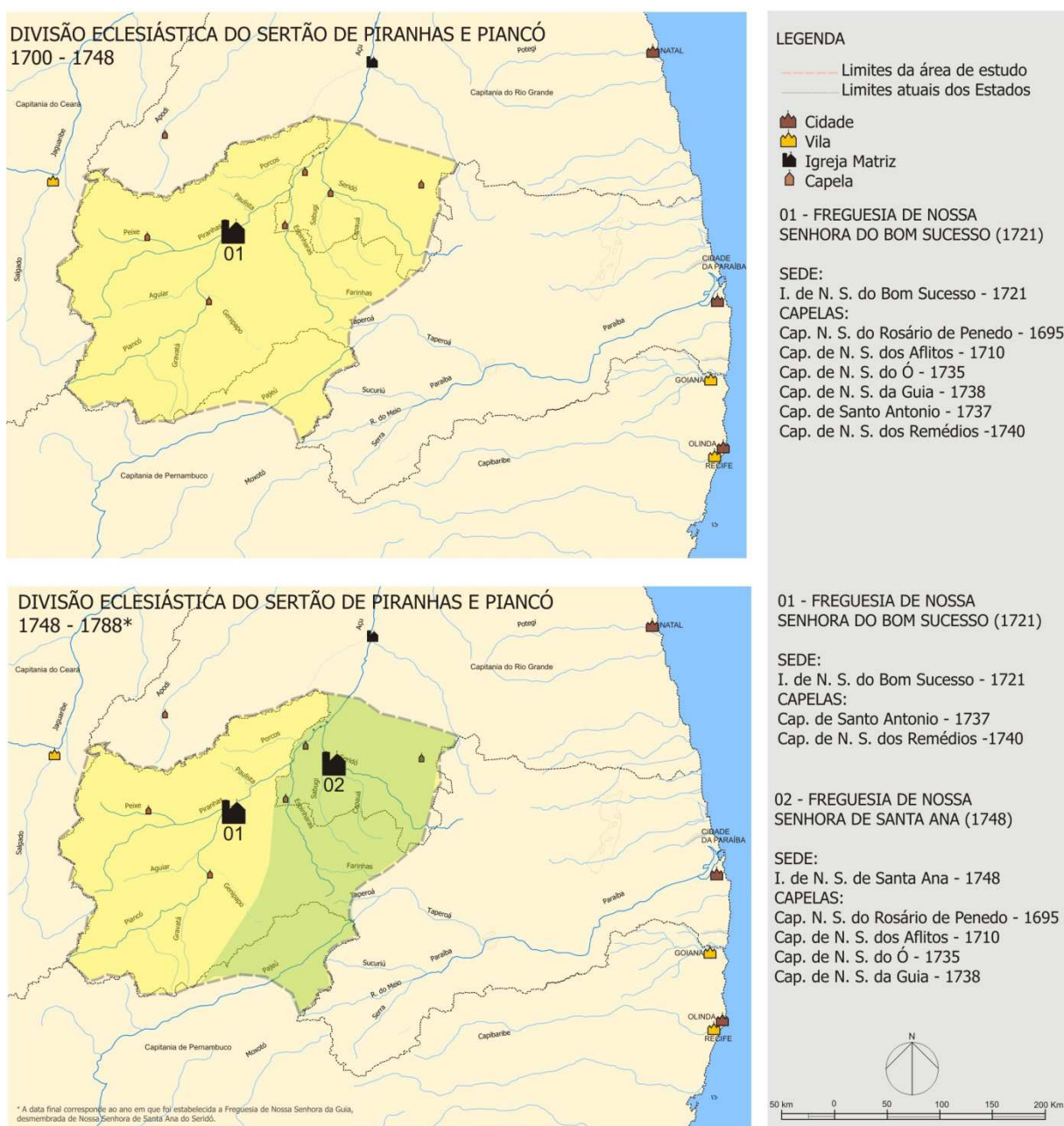


Fonte: Acervo do Cartório I Ofício de Notas "Cel João Queiroga" (Pombal-PB); Seixas (1962); Abreu (2011).

A primeira divisão de influência desta freguesia deu-se em 1747. Segundo Macedo, houve uma visita do Bispo de Olinda, Dom Frei de Santa Teresa, oportunidade em que ordenou:

[...] ao Visitador Geral dos Sertões do Norte, Manoel Alves Freire, que indo a Piancó e Icó (Ceará), dividisse aqueles curatos. Da Freguesia do Piancó, desmembrou-se a freguesia do Seridó, sob o título e invocação da Senhora Sant'Anna. No Piancó, o Visitador lavrou e expediu o decreto de criação da freguesia, determinando que sua matriz fosse estabelecida no lugar chamado Caicó, um ponto equidistante entre as duas capelas do Acauã e Serra Negra. (MACEDO, 2000, p. 17)

Assim, foi estabelecida a construção da igreja Matriz de Santa Ana, em Caicó, já que a antiga capela, construída em 1695 (de Nossa Senhora do Rosário de Penedo), não apresentava condições para abrigar a matriz. A instalação da freguesia ocorreu em 15 de abril de 1748, com o nome de Freguesia de Nossa Senhora Santa Ana do Seridó. Em síntese, a divisão territorial em freguesias está apresentada na **Figura 35**.

Figura 35 - Freguesias instituídas na primeira metade do século XVIII

Fonte: Seixas (1962); Pinto (1977); e, Joffily (1977 [1892]).

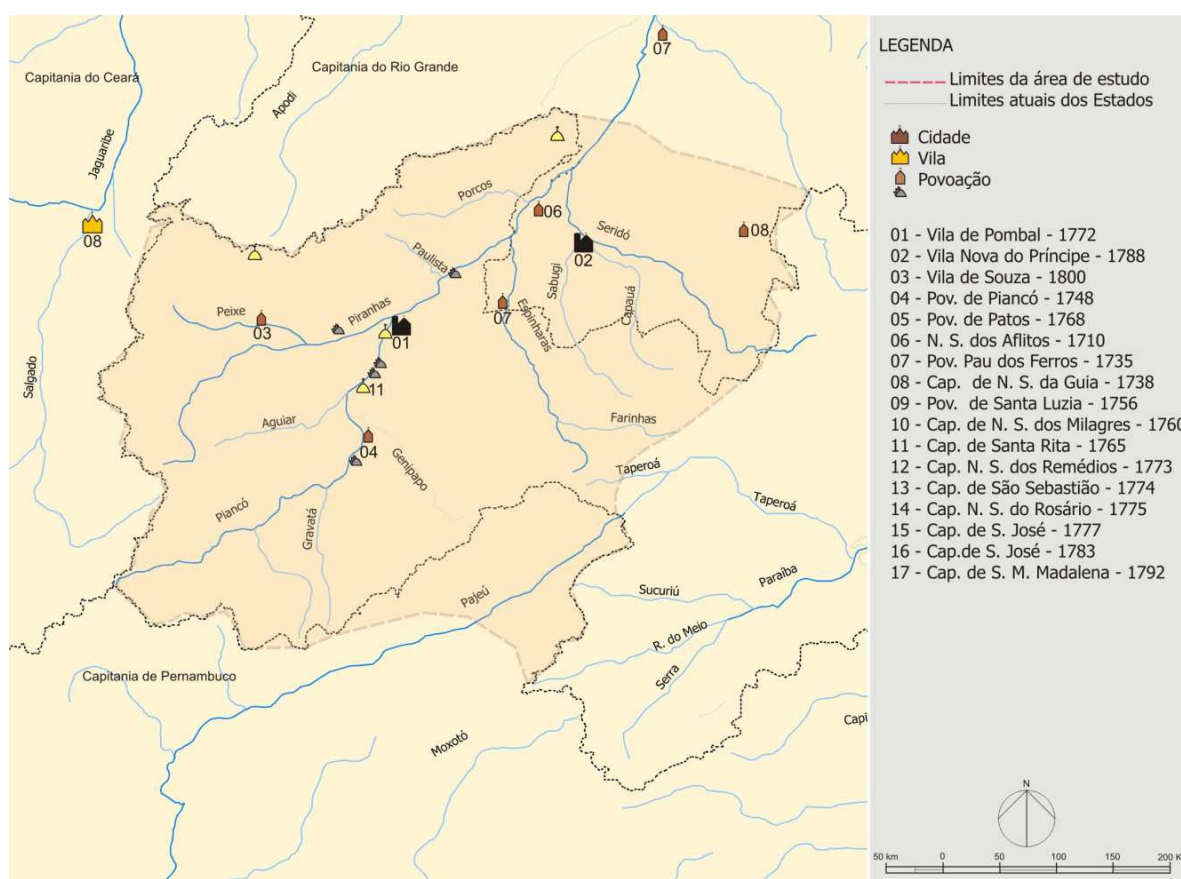
Em meio ao exposto, para finalizar o tópico, cabe mencionar que as doações de patrimônio, que propiciavam condições para a constituição de capelas no Sertão de Piranhas e Piancó, não se processavam unicamente por intermédio dos interesses dos proprietários, da Igreja e do Estado, dispostos em tirar proveito dos tributos delas obtidos, mas, também, da necessidade que os povoadores desses espaços longínquos tinham de vida religiosa, pautada nas missas, celebrações de batismo e casamento, por exemplo, além da

minimização do isolamento de suas fazendas, gerando redes de comunicação. Tal observação, embora óbvia, pode ser evidenciada pelo fato de que, quando um proprietário doava parte de suas terras para um patrimônio, os demais que moravam na vizinhança davam condições dela ser construída e mantida, como pode ser visto nas doações feitas, em dinheiro e bens materiais, para os santos das capelas existentes no Cartório de Pombal.

2.7 Síntese da rede urbana no Sertão de Piranhas e Piancó na primeira metade do século XVIII

Em síntese, o quadro dos pontos fixos no Sertão de Piranhas e Piancó, no fim da primeira metade do século XVIII, é apresentado na **Figura 36**:

Figura 36 - Síntese dos pontos fixos da rede urbana do Sertão de Piranhas e Piancó no final da segunda metade do século XVIII



Fonte: sobreposições de bases em CAD da divisão administrativa dos Estados e da hidrografia do Brasil (IBGE, 2010); MAPA DO ESTADO DA PARAYBA (1923); SUDENE (1974); Tavares (1982).

Como foi discutido, os arraiais, aldeamentos e as capelas, surgiram a partir dos interesses do Estado, da Igreja e dos proprietários rurais na fixação dos habitantes em

aglomerações como pontos fixos estratégicos para domínio, controle e “limpeza” dos povos indígenas para a ocupação da *hinterlandia* pela atividade criatória, garantindo assim rendas para a Coroa, diante da crise da atividade canavieira que iniciou desde a segunda metade do século XVII. Os pontos fixos eram de extrema importância, já que nele se concentrariam as funções necessárias ao desenvolvimento da dinâmica da pecuária, sendo pontos indispensáveis para a circulação do gado e derivados dessa atividade, à medida que poderiam ser pousos e área de controle e administração.

As primeiras vias de comunicação desses pontos fixos foram discutidas ao longo do capítulo, destacando as primeiras entradas de colonos e dos terços ligadas à Guerra dos Bárbaros, fatores essenciais para o entendimento dos seus traçados. Mas, ainda não foi melhor discutida a importância da circulação de mercadorias nessas vias, ou seja, o que geravam os fluxos que vieram, principalmente a partir da segunda metade do século XVIII, consolidar as primeiras estradas do Sertão de Piranhas e Piancó, ligando-o com os demais espaços da colônia? Para compreender como ocorriam esses fluxos é necessário partir do entendimento da pecuária.

A atividade criatória surgiu juntamente com a açucareira, porém, a partir do século XVIII ela é separada em definitivo, em carta régia de 1701, mencionada anteriormente, impulsionando a interiorização do processo de ocupação dos sertões do Brasil.

O processo de interiorização da pecuária e sua característica de principal vetor da ocupação do sertão nordestino é discutido por Jucá Neto (2012) em seu livro *primórdios da urbanização do ceará*. Nele, o autor destaca, a partir da análise de historiadores econômicos clássicos com Furtado (1987) e Prado Júnior (1985) os motivos que levaram à ampliação desta atividade para o Sertão, quais sejam, a disponibilidade de terras, a condição extensiva do criatório, o baixo investimento de técnica e de capital, o que oferecia mais atrativo que o litoral açucareiro aos colonos sem recursos. Destacando ainda, a possibilidade que os vaqueiros tinham de obter terras, através do sistema de quarta, onde adquiriam a quarta parte da produção do proprietário onde trabalhava, tendo justificativa para requerer terras dentro do sistema de sesmaria, ampliando, por conseguinte, a ocupação do território.

São ainda discutidas por Jucá Neto (2012), as duas linhas de visão da pecuária enquanto economia que impulsionou a ocupação do sertão, a partir da historiografia clássica e da produção atual, onde a primeira, pautada nos trabalhos de Furtado e Prado Júnior, trata a pecuária como uma economia secundária e acessória da atividade açucareira, voltada

somente a subsistência, o que não gerou rendas significativas para a colônia, já que não era produto de exportação.

E a segunda, pautada em trabalhos recentes como Ribeiro júnior (2004), Mott (1976) e Teixeira da Silva (1996), ao contrário da historiografia econômica clássica:

[...] reforça o papel fundamental do criatório no desenvolvimento de uma atividade comercial interna, capaz tanto de abastecer o sertão e as principais vilas e cidades brasileiras litorâneas durante o século XVIII – mesmo quando a atividade açucareira já havia entrado em declínio – como de promover, por menor que fosse, a acumulação de rendas em determinados pontos do território ocupado, onde posteriormente foram criadas as vilas. (JUCÁ NETO, 2012, P. 171)

Assim, o papel da pecuária na formação de uma rede urbana está associado à atividade comercial interna que ela impulsionou:

[...] tanto a relação da pecuária com o litoral canavieiro, a sua contida capacidade acumulativa e o real interesse português diante de sua pequena produtividade e baixa rentabilidade, como as especificidades da prática comercial estabelecida não pode ser desconsiderada na análise da organização do espaço territorial do sertão nordestino brasileiro e de suas vilas, e, em nosso caso, o cearense. (JUCÁ NETO, 2012, P. 175)

Assim, para compreender a rede urbana do Sertão de Piranhas e Piancó, como em todo o sertão nordestino, não há como deixar de compreender quais as relações comerciais que estes espaços mantinham. Nesse contexto, os primeiros sinais de comércio em torno da pecuária na Paraíba estão ligadas a relação de suas fazendas e núcleos urbanos com o litoral e brejo, com as feiras de gado, localizadas na zona de transição entre o litoral e o sertão, e assim como o Ceará, “[...]com os portos da Paraíba, Pernambuco e Bahia, de onde seguiam os couros em cabelo, os atanados e as solas para as cidades do Rio de Janeiro, Porto e Lisboa” (JUCÁ NETO, 2012, p. 176)

Os produtos comercializados da pecuária eram, inicialmente, o gado em pé, e, posteriormente, a partir da década de 1740, é incentivada a técnica da salga, sobre este aspecto, Caio Prado Júnior comenta o seguinte:

Além do gado em pé, fornece o sertão a carne-seca. A conservação e redução do peso da carne sob esta forma, cerca de 50%, permitiu obviar ao problema do transporte nas distâncias enormes, servidas por meios precários de condução, que é o caso do sertão. E a falta de umidade é naturalmente, para este fim, circunstância altamente favorável. (PRADO JÚNIOR, 2006, p. 195-196)

O gado em pé servia para abastecer o movimento dos engenhos (mesmo em crise) e também o abastecimento dos açougues de carne verde. Além deles, existiam outros subprodutos:

[...] Relativamente à criação de gado vacuum, é preciso lembrar ainda os subprodutos, sobretudo couros, de que se faz um comércio de certo vulto. Em todos os portos do Norte, desde o Maranhão a Bahia, eles figuram nos dados da exportação em proporções importantes: couros salgados, curtidos, solas, vaquetas. (PRADO JÚNIOR, 2006, p.196)

Assim, destinados à exportação estavam os subprodutos do couro. Mas, mais que para a exportação, os subprodutos do gado serviam para a vida cotidiana dos sertões, ou seja, para o consumo interno, tanto que Capistrano de Abreu os intitulou de civilização do couro, pois:

De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água; o mocó ou alforge para levar comida, a mala para guardar roupa, mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as bruacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os bangüês para curtume ou para apurar sal; para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz. (ABREU, 1963, 149)

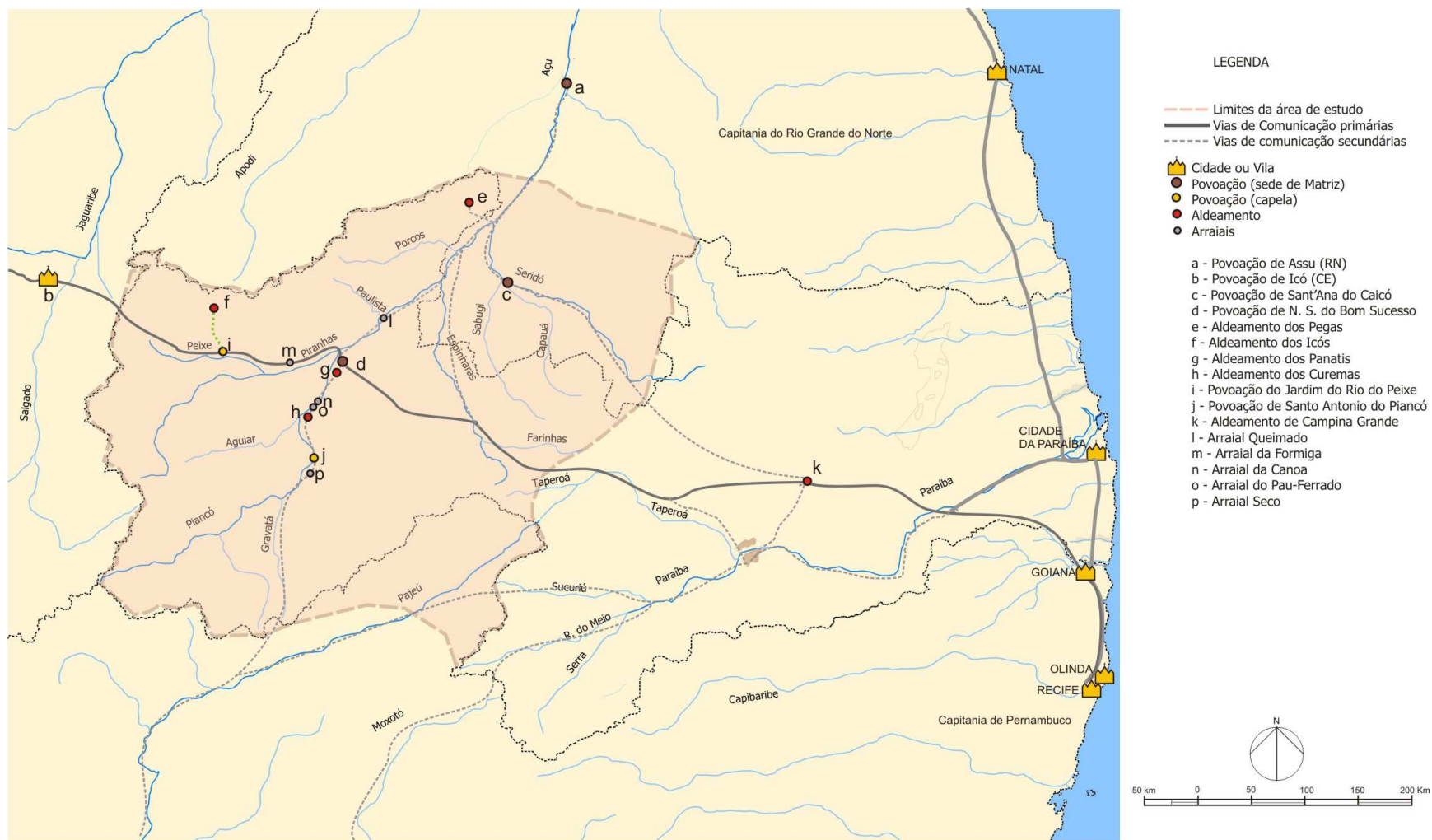
A comercialização dos produtos se dava nas feiras localizadas em pontos da área de transição entre o litoral, onde estavam as áreas consumidoras, como Recife e Olinda e o Sertão, área produtora. No percurso para Olinda e Recife, foram surgindo as primeiras feiras de gado, que inicialmente ocorreram em Igarauçu - PE, depois foram transferidas para Goiana - PE e em seguida para Pedras de fogo - PB, e, finalmente, para Itabaiana - PB. Outras grandes feiras localizavam-se em Campina Grande - PB e na segunda metade do século XVIII, surge a de Brejo de Areia - PB.

Os moradores dos Sertões não somente levavam seus produtos para a venda nas feiras, mas delas traziam artefatos para sua subsistência, principalmente para alimentação, já que a atividade da agricultura era inexpressiva. A região do Brejo foi uma das principais produtoras de gêneros de subsistência para abastecer os sertões de Piranhas e Piancó e do Cariri, por isso foi intitulada pela historiografia de "Celeiro do Sertão", consolidando-se, principalmente, a partir da segunda metade do século XVIII com a formação da feira em Areia - PB.

Também é possível que das feiras, como das cidades portuárias como Recife, Olinda, e a própria Cidade da Paraíba, os habitantes do Sertão de Piranhas e Piancó consumissem objetos de sua necessidade do cotidiano, pois os estudos de inventários de habitantes da região identificam vários bens materiais desse tipo. Moraes (2008), ao tratar do inventário de duas famílias no sertão, identifica em seus bens, não somente a presença de gado, mas, de objetos de vestuário (timão de seda, saia de crepe, manto de tafetá velho, saia de sarja de linho, saia de Serafina e vestia de seda velha) e ainda bens móveis de uso do cotidiano, como cabeções, pratos de estanho, colheres de latão, toalha de mesa de algodão, toalha de mão, enxadas, selas, freios, canastras, imagens de santo, tachos de cobre).

Pelo exposto, a configuração desta rede inicial, deu-se a partir da circulação de mercadorias oriundas da pecuária e da necessidade de consumo dos habitantes da região do Sertão de Piranhas e Piancó, através de vias de comunicação traçadas pela movimentação das cargas dessas mercadorias. A **Figura 37** configura a síntese dessas vias de comunicação com os diversos pontos fixos no território.

Figura 37 - Síntese da rede urbana do Sertão de Piranhas e Piancó no final da primeira metade do século XVIII



Fonte: sobreposições de bases em CAD da divisão administrativa dos Estados e da hidrografia do Brasil (IBGE, 2010); MAPA DO ESTADO DA PARAYBA (1923); SUDENE (1974); Tavares (1982)

Para compreender como essas vias de comunicação do Sertão de Piranhas e Piancó se articulou com as demais capitanias do atual Nordeste, parte-se de uma análise de Caio Prado Júnior (2006), que destaca como ponto central da articulação das vias de comunicação deste espaço, a Capitania do Piauí, mais precisamente a sua antiga capital Oeiras, como assim destaca:

Tal região [de Oeiras] se liga intimamente ao Maranhão, contígua como é da zona principal desta capitania que se estende ao longo do Itapicuru; e ao mesmo tempo, pelo Parnaíba, como o litoral piauiense. Em sentido oposto, partem dela três grandes linhas de comunicação que se dirigem respectivamente para leste, sudeste e sul, simples ou com variantes lançando cada qual ramais secundários. (PRADO JÚNIOR, 2006, p. 241)

Os três ramais indicados por Prado Júnior estão descritos na **Tabela 15**.

Tabela 15 - Vias de comunicação por Caio Prado Júnior

Nome	Descrição
Linha Leste	"Dirige-se para o Ceará , onde passa por Arneirós e Icó; daí dirige-se à Paraíba, que atravessa pelo eixo do seu território, tocando em Pombal e Patos, alcançando o Rio Paraíba que acompanha até o lugar onde hoje está Itabaiana. Ai se bifurca, continuando, um ramo pelo mesmo rio até a capital da Capitania; infletindo o outro para o sul em demanda de Pernambuco." (p. 241).
Linha Sudeste	"[...] procura o São Francisco, já se constitui no Piauí com três variantes. A mais oriental alcança aquele rio entre Cabrobó e a confluência do Rio Pontal; a mais ocidental, conhecida como <i>travessia velha</i> , sobe pelo rio Piauí a última e mais freqüentada, a <i>travessia nova</i> , segue entre as duas primeiras, subindo pela margem do Canindé e tomando a contra vertente do rio Pontal. [...] todas três se unem na margem do rio São Francisco, convergindo em Juazeiro onde se acha um registro ou alfândega seca. E cruzando o rio, o caminho agora unificado, demandava à Bahia [...](p. 241).
Linha Sul	"[...] acompanha o Rio Gurgéia até Paranaguá, e atravessando as chapadas que separam o Piauí do território que é hoje baiano, mas então pertencia a Pernambuco, alcançando o rio Prêto, afluente do Grande, que cruza na passagem de Vaus, unindo-se aí a outra estrada que vem diretamente da capital baiana. Continuando por esta região ocidental do São Francisco, inflete para oeste, e subdividindo-se, alcança Goiás por duas passagens abertas nas chapadas que dividem as águas do São Francisco e do Tocantins: a do Douro para as comunicações com a comarca do norte goiano; a da Tabatinga, para alcançar os núcleos meridionais da capitania, inclusive a capital." (p. 242)

Fonte: PRADO JÚNIOR, 2006.

As duas primeiras linhas identificadas por Prado Júnior, a leste e a sudeste, são as mais importantes, já que por elas se comunicaram todos os sertões do Nordeste. A segunda, por exemplo, estabeleceu a ligação com o então Estado do Maranhão e do Brasil, muito

almejada pelos Governadores durante o Período Colonial, já que a ligação pelo mar era difícil, devido aos ventos contrários. Há uma Carta, enviada ao Capitão-mor da Paraíba, datada de 21 de maio de 1695, em que a Caroa Portuguesa, recomenda a Guerra dos Bárbaros, devido a abertura deste caminho:

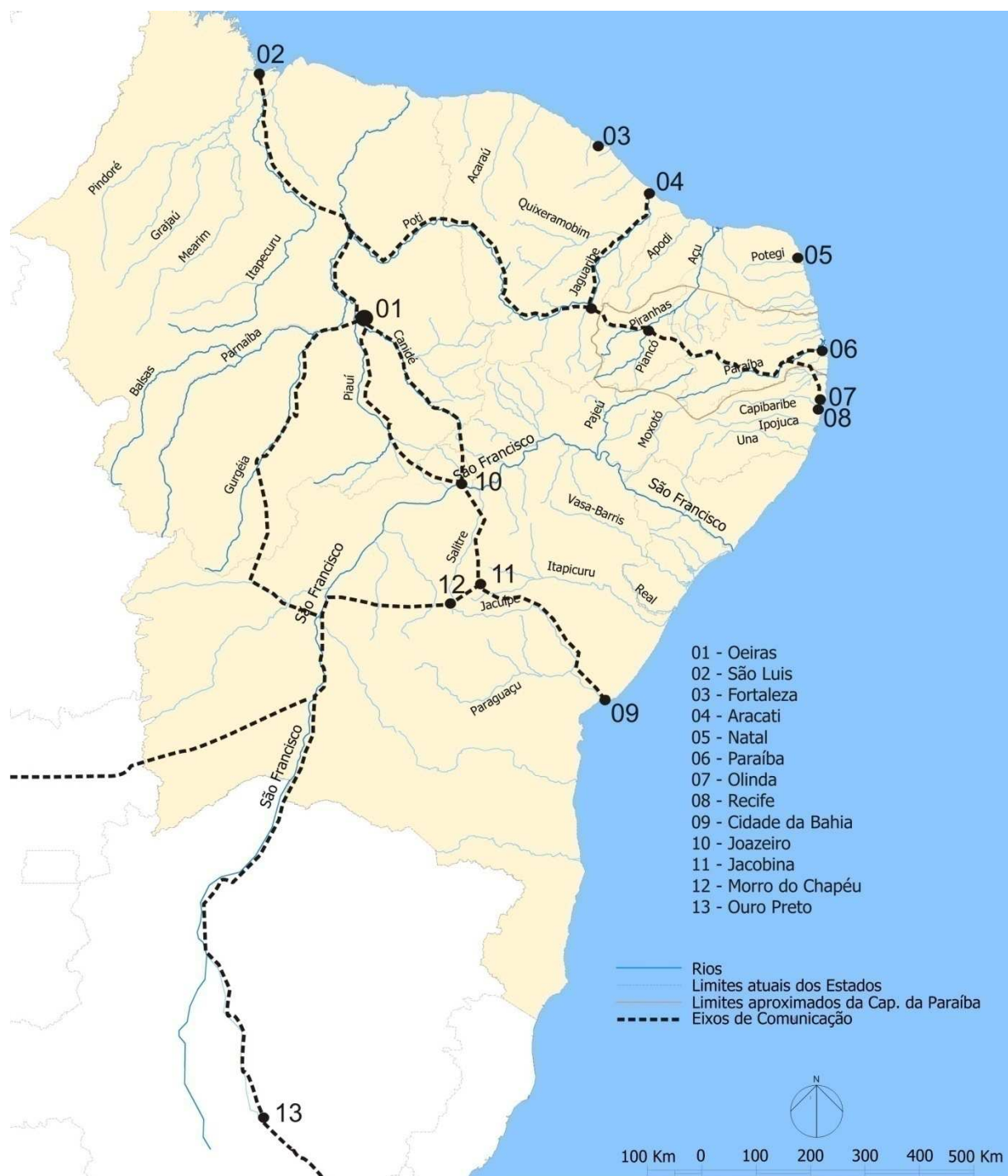
Sua Magestade torna a recommendar a guerra dos Bárbaros, que ainda agora é mais necessária, não só pela segurança dos moradores dessas Capitanias, e interessados desta, mas pelo novo Caminho que se abriu do Estado do Maranhão, até esta praça, como Sua Magestade mandou: pois se se não desimpedir dos Barbaros, se não poderá freqüentar por elle a comunicação dos dois Estados. (D.H.B.N., V.38, p. 337 – 338)

Esse caminho interligando a Bahia ao Maranhão é descrito pelo sertanista baiano Domingos Sertão Manfrense, que esteve, juntamente com a Casa da Torre, no processo de ocupação do Sertão do Piauí, em uma carta enviada ao Governador do Brasil, D. João de Lencastro. Tal documento foi transcrito por Goulart (1963), do qual se apresenta um trecho importante:

A cidade da Bahia ia uma estrada coimbrã pela Jacobina até o rio São Francisco, numa extensão de aproximadamente trinta léguas, pela qual vinham a maior parte dos gados que se criavam naqueles sertões, para o sustento da cidade e seus arrabaldes. Dali se seguia para o Norte, sempre beira-rio, umas 20 leguas ao cabo das quais se começava uma outra estrada, também coimbrã por onde vinham os gados das povoações novas do <<Callindê>> (Canindé). <<Piagohy>> Piauí e << Parnaíba>>. Da entrada do rio São Francisco aos currais de gado do primeiro povoado distavam umas 40 léguas e deste último, para o lado do Maranhão 30 léguas, daqui até a cidade do Maranhão iam umas 70, havendo também um caminho mandado descobrir por Dom João de Lencastro, mas todo ele despovoado, devido ao gentio bravo que por ali havia. Também da mesma povoação partia uma estrada para o Ceará, Rio Grande, Paraíba e Pernambuco, por onde poderiam ir socorros sempre que fosse preciso, em carros e cavalos, porque todas aquelas paragens havia muitos currais de gados e farinhas para o sustento desses comboios, salvo nas 70 léguas já indicadas. (CARTA DE DOMINGOS SERTÃO MANFRESENSE Apud. Goulart, 1963, p. 31)

A partir da citada carta, Jucá Neto (2007, p.07) representou graficamente os espaços descritos, o que contribuiu, juntamente com as demais informações expostas ao longo do texto, para a espacialização das articulações das principais vias de comunicação do sertão de Piranhas e Piancó com as demais capitanias do atual Nordeste no início do século XVIII, conforme **Figura 38**.

Figura 38 - Principais vias de Comunicação entre as Capitanias do atual Nordeste (Final do século XVII e início do XVIII)



O mapa mostra os principais rios por onde foi conduzida a ocupação do nordeste. Destaca os eixos naturais de comunicação, principalmente com o interior da Capitania da Paraíba. Verifica-se que foram adotados os limites atuais dos Estados, visto que os limites das capitanias mudaram bastante durante o século XVIII.

Fonte: Sobreposições de bases em CAD da divisão administrativa dos Estados e da hidrografia do Brasil disponíveis em IBGE (2010), Jucá Neto (2007, p.07).

Foi a partir das vias expostas que se articularam os fluxos das tropas durante a Guerra dos Bárbaros, bem como dos colonos nas diversas ribeiras, impulsionando o crescimento da ocupação e a produção ligada à pecuária. Essa movimentação se deu durante todo o século XVIII, o que fez com que se consolidassem essas vias de comunicação, transformando-as em estradas, como será tratado no **capítulo 03**, quando se entende que os fluxos da atividade da pecuária se encontravam mais efetivos, já que o território teria sido apaziguado ou “limpo” dos povos indígenas, objetivo sobre o qual se trabalhou os agentes coloniais.

Capítulo 03

A rede urbana no Sertão de Piranhas e Piancó na segunda metade do século
XVIII

3.0 A rede urbana no Sertão de Piranhas e Piancó na segunda metade do século XVIII

A rede urbana formada na segunda metade do século XVIII reflete os diversos momentos da política urbanizadora para o território brasileiro instituída por Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marques de Pombal, enquanto Ministro de Estado durante o reinado no Império português de D. José I (1750-1777). Tal política, primeiramente lançada para a Região do Amazonas, a partir dos Alvarás de 06 e 07 de junho de 1755 - que instituíam liberdade aos índios do Grão-Pará e Maranhão - e do "Directório que se deve observar nas Povoações dos índios do Pará, e Maranhão enquanto Sua Majestade não mandar o contrário", de 05 de maio de 1757, é ampliada para as demais capitanias, com o Alvará 08 de maio de 1758.

Nas Capitanias de Pernambuco e Anexas, é lançada em 18 de maio de 1758 a "*Direção com que interinamente se devem regular os índios das novas vilas e lugares eretos nas aldeias da capitania de Pernambuco e suas anexas*" (DIREÇÃO...,1983, p.121-171). A partir de tal documento implanta-se uma política de criação de vilas, que apresentou três momentos distintos:

O primeiro momento esteve atrelado à elevação dos aldeamentos jesuíticos a vilas ou lugares; no segundo momento, verificou-se a expansão da elevação de vilas para os demais aldeamentos das capitanias, constituindo as vilas de índios; no terceiro momento, verificou-se a proibição de sítios volantes e houve um incentivo à fixação dos habitantes em povoações a partir da Carta Régia de 22 de julho de 1766, o que justificou a elevação de algumas povoações existentes a vilas de brancos.

Em paralelo ao programa pombalino, mas não aquém dele, continuaram as fundações de capelas pelos proprietários rurais, apresentando um número maior que o da primeira metade do século XVIII, visto que houve um aumento do processo de ocupação.

Este capítulo buscará refletir sobre o quadro esquematizado para o Sertão de Piranhas e Piancó e se divide da seguinte forma: a primeira seção tratará de um panorama geral da política pombalina; a segunda da maneira pela qual as estratégias dessa política influenciaram no fim dos aldeamentos existentes no Sertão de Piranhas e Piancó; a terceira da formação das vilas de branco; a quarta da instituição de povoações através dos patrimônios; a quinta e última discutirá sobre como todos os pontos fixos formados no

território se articularam a partir das estradas e dos fluxos, construindo, assim, uma síntese da rede urbana formada no século XVIII.

3.1 A política Pombalina na Capitania de Pernambuco e anexas

Segundo Nestor Goulart (1968), o século XVIII é tido como o período onde se processou uma política mais centralizadora com vistas à produção de núcleos urbanos no Brasil. A partir desta constatação, as pesquisas em História Urbana vêm demonstrando que tal centralização se estabeleceu principalmente a partir do reinado de D. José I (1750 – 1777), marcado pela administração do Ministro de Estado Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, cuja atuação foi tão importante que a historiografia denomina o seu recorte temporal como Período Pombalino.

O Período Pombalino foi caracterizado por uma reorganização do sistema administrativo português, moldada no despotismo esclarecido, ou, como prefere Falcon (2009), absolutismo esclarecido ou Ilustrado⁵³, cujos princípios:

[...] são de natureza racionalista e seu objetivo maior é promover o *bem comum*. O governo é a máquina de cuja eficiência tudo o mais depende. Trata-se, de fato, de uma redefinição do campo de ação do soberano, devendo-se em princípio remover todos os obstáculos que se oponham ao exercício do poder absoluto do príncipe. Logo, nenhum setor ou segmento da sociedade pode ficar fora da soberania. (FALCON, 2009, p.14)

Na prática, tal ideologia política absolutista se deu a partir do empreendimento de reformas econômicas, administrativas e culturais em Portugal e colônias, diante do estado de instabilidade em que se encontrava o Império português:

[...] cujas causas estavam na perda da arrecadação tributária nas colônias, no déficit demográfico metropolitano e na crise da produção agrícola. Além disso, no cenário político, a questão da delimitação das fronteiras entre as Américas espanhola e portuguesa criou certa turbulência institucional. Nestas circunstâncias, mudanças nas estruturas econômica, administrativa e cultural foram necessárias tanto na própria metrópole portuguesa, quanto nos seus domínios de além-mar. (CANCELA, 2007, p.43-44)

⁵³ A substituição do termo despotismo esclarecido por absolutismo esclarecido ou ilustrado já ocorre há bastante tempo entre os historiadores, visto que no termo há uma contradição, pois um déspota não seria capaz de apresentar práticas dentro de uma ideologia ilustrada ou esclarecida. (FALCON, 2009, p. 13).

Dentre as várias medidas tomadas, cabe destacar a redução ou eliminação da influência eclesiástica, principalmente dos Jesuítas, o que culminou com sua expulsão definitiva do território brasileiro em 1759⁵⁴ (FALCON, 2009, p.14); as anexações das capitanias, visando centralizar mais a administração do território; a instalação das companhias privilegiadas de comércio, que tinha como objetivo “reafirmar o comércio exclusivo das Colônias com Portugal, reprimir o contrabando, a influência inglesa e integrar o desenvolvimento da agricultura nas Colônias com a industrialização no Reino.” (DIAS, 2005, p. 01). Na Capitania da Paraíba, esta medida se refletiu na sua anexação à Capitania de Pernambuco. Além disso, um outro reflexo, de cunho econômico, foi a criação da Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba, que “tentou recuperar o controle luso sobre o comércio de exportação e também intensificar o intercâmbio entre metrópole e colônia.” (CANCELA, 2007, p.43-44)

Também foram constituídas as Missões Demarcatórias destinadas a dar cumprimento aos Tratados de Limites relativos às terras da América, celebrados entre Portugal e Espanha (Tratado de Madri 1750 e, posteriormente, o de Santo Idelfonso 1777); divisão territorial do Brasil em dois eixos: Estado do Grão-Pará e Maranhão, com sede em Belém, e Estado do Brasil, com sede no Rio de Janeiro (constuída nova capital, transferida de Salvador, em 1763, por estar mais próxima à região aurífera de Minas Gerais).

Para colocar em prática essas medidas de garantia do território era necessário incentivar a urbanização, já que os pontos fixos garantiriam a sua administração. Assim, foi implementada uma política de fundação de aglomerações urbanas para fixar os habitantes ao solo, dentro de um programa de criação de vilas, que vem sendo objeto de estudo da História Urbana, a partir da análise dessa realidade em várias regiões do Brasil⁵⁵. Tal

⁵⁴ Falcon (2009) enumera as causas principais deste fato: “[...] primeira – as reais ou supostas riquezas materiais constituídas por tesouros, terras, prédios, rebanhos e escravos, espalhados pelo Reino e seus domínios ultramarinos; segunda – as desavenças e conflitos no Grão-Pará e Maranhão a partir da chegada ali, como capitão-general, de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão de Carvalho e Melo e que logo entrou em choque com os inácianos a propósito do controle e exploração do trabalho da mão de obra indígena, uma questão que desde o reinado de D. João V opunha colonos a padres jesuítas; algumas novas complicações que vieram agravar a situação, desta vez no sul da América portuguesa, em consequência do apoio ostensivo dos padres da Companhia aos índios dos Sete Povos das Missões do Uruguai que se levantaram em armas contra as comissões demarcadoras de limites previstas pelo Tratado de Madri de 1750; e, terceira – o atentado sofrido por D. José I, em 1758, pelo qual foram incriminados elementos da alta nobreza, como os Tavoras, entre outros, mas que teria tido a participação, ou, no mínimo a conivência, dos jesuítas.

⁵⁵ A urbanização pombalina foi inicialmente estudada por Roberta Marx Delson (ano exato, 1997), seguidas de pesquisas de Flexor (1988, 2004) sobre São Paulo e Bahia; Renata Malcher de Araújo (1992); Cláudia Damanesco Fonseca em Minha Gerais (2000); Renata Malcher de Araújo (2001) no Mato Grosso; Rubenilson Brazão Teixeira (2005) e Fátima Martins Lopes (2005) no Rio Grande do

programa insidia diretamente sobre o controle da população indígena, sendo colocadas em prática através dos seguintes marcos legais:

Tabela 16 - Documentos principais da Política Indigenista Pombalina

Documento	Objetivos
Alvará de 06 de junho de 1755	Liberdade aos índios do Estado do Grão-Pará e Maranhão.
Alvará 07 de junho de 1755	Mudança na forma de administração dos índios, retirando poderes das ordens regulares e determinando que fossem governados por principais.
Diretório de 03 de maio de 1757	"Directório que se deve observar nas Povoações dos índios do Pará, e Maranhão enquanto Sua Majestade não mandar o contrário". O objetivo foi regulamentar as novas regras de convivência interétnicas, já incluídas no Alvará de 06 e 07 de junho de 1755
Alvará de 08 de maio de 1758	Medida que estabelece a extensão da Lei do Diretório para as demais colônias portuguesas.
Fonte: Cancela (2007); Flexor (2004).	

Em linhas gerais, esses documentos buscavam dar "liberdades" aos índios, inserindo-os no processo de colonização cujo objetivo, "na prática, era civilizar, educar e obrigar os índios a falar a língua portuguesa e integrá-los na sociedade dos brancos, num núcleo urbano para, assim, povoar e tomar conta do solo." (Flexor, 2004, p 205). Porém, tal liberdade era relativa, já que estavam submissos ao "Directório que se deve observar nas Povoações dos índios do Pará, e Maranhão enquanto Sua Majestade não mandar o contrário", feito, inicialmente, para os povos indígenas no Amazonas e expandido para as demais capitanias em 08 de maio de 1758, conforme **Tabela 16**.

Do ponto de vista da configuração do território na Capitania de Pernambuco e Anexas, o resultado da política pombalina é representado na **Tabela 17**, a qual identifica o conjunto das vilas formadas na segunda metade do século XVIII, cujas fundações fizeram parte de três momentos distintos nas estratégias de urbanização: primeiro momento – elevação dos aldeamentos jesuítas à condição de vilas ou lugares (cor verde); segundo momento – elevação dos aldeamentos das demais ordens religiosas a vilas (amarelo); terceiro momento – Proibição de sítios volantes (1766), fato que justificou a elevação de algumas povoações à condição de vila, diferentemente do diretório pombalino, que tratava das vilas de índios, ocorreu fundação de vilas de brancos (azul).

Tabela 17 - Vilas constituídas na segunda metade do século XVIII na Capitania de Pernambuco e Anexas

	Nome	Ano de Instalação
Ceará		
1	Vila do Soure	1755
2	Vila de Messejana	1758
3	Vila de Arrounches	1759
4	Vila de Viçosa Real	1759
5	Lugar de Monte- Mor-o-Novo	1760
6	Vila de Monte- Mor-o-Novo (Elevação do Lugar de Monte- Mor-o-Novo)	1764
7	Vila Real do Crato	1764
8	Vila Real de Sobral	1773
9	Vila de Granja	1776
10	Vila de Campo Maior	1789
11	Vila Nova de El'Rei	1791
12	Vila de São Bernardo das Russas	1801
Rio Grande		
1	Vila Nova de Extremoz (Guajiru)	1760
2	Arês (Guaraíras)	1760
3	Vila de Portalegre	1761
4	Vila Flor (Igramació)	1762
5	Vila de Mipibu (Vila de São José do Rio Grande)	1762
6	Vila Nova da Princesa (Assu)	1788
7	Vila do Príncipe (Caicó)	1788
Paraíba		
1	Vila de São Miguel da Baía da Traição	1762
2	Vila de Monte-mor - o -novo	1762
3	Vila de N. S. do Pilar	1763
4	Vila do Conde	1764 -5
5	Vila de Alhandra	1765
6	Vila de Pombal	1772
7	Vila Nova da Rainha	1790
8	Vila Real de São João	1800
9	Vila Nova de Souza (1776)	1800
Pernambuco		
1	Vila da Ilha de Santa Maria	1761
2	Vila da Ilha de Assunção	1761
3	Lugar de Porto Real	1762
4	Vila de Cimbres (Pesqueira)	1762
5	Lugar de Águas Belas	1762
6	Lugar Barreiros	1763
7	Vila Atalaia	1764

Fonte: Jucá Neto (2009, p. 52-53); Medeiros (2007); Seixas (1962), Pinto (1977); Carvalho (2008); Derntl e Carvalho (2010).

No primeiro momento, foram criadas quatro vilas e um lugar na Capitania do Ceará e duas vilas na Capitania do Rio Grande, a partir da Carta Régia de **14 de setembro de 1758**, enviada pela regente D.Maria⁵⁶, para o Governador de Pernambuco, Luiz Diogo Lobo da Silva, determinando que:

[...] se transformasse em Vilas as Missões de Pernambuco e suas Anexas administradas pelos Jesuítas, repartindo-se entre elas as terras necessárias para as suas lavouras, criando-se uma Câmara de Vereadores nos distritos que se erigissem em vilas, conforme os artigos do Diretório dos Índios, passando os índios nelas a residentes exercer a liberdade de suas pessoas, bens e comércios, à maneira do já adotado para o Estado do Grão-Pará e Maranhão. Os missionários jesuítas que atuavam nas Missões deveriam ser recolhidos em seu Colégio em Olinda. (LOPES, 2005, p. 101).

O documento que direcionou estas criações foi uma versão do Diretório do Maranhão, intitulado "*Direção com que interinamente se devem regular os índios das novas vilas e lugares eretos nas aldeias da capitania de Pernambuco e suas anexas*", datado de 18 de maio de 1758. Conforme Medeiros (2005), nele "[...] alguns capítulos são idênticos, no entanto, são feitas algumas alterações. Entre estas, o incentivo à extração do gravatá e à pecuária, a proibição de serem tratados ou se tratarem entre si pelos termos cativo, caboclo e Tapuia." (2005, p. 03).

Neste primeiro momento, não foi criada nenhuma vila de índio na Capitania da Paraíba, que não possuía aldeamento administrado pelos jesuítas. Tal fato só ocorreu a partir de uma portaria de 26 de abril de 1761, enviada pelo Governador de Pernambuco aos capitães e/ou oficiais das aldeias desta Capitania e Anexas, através do juiz de fora, Miguel Carlos de Pina Castelo Branco e do ouvidor geral das Alagoas, Manuel de Gouveia Alvares, com o objetivo de criar vilas em 23 aldeias da Capitania de Ceará, Paraíba e Pernambuco, bem como, 24 aldeias na região sul da Capitania. (MEDEIROS, p. 05).

A referida portaria marcou os procedimentos da política pombalina no segundo momento aqui estabelecido. Na Paraíba, houve a fundação de cinco vilas, todas na Zona da Mata, nenhuma no Sertão de Piranhas e Piancó. O processo de criação de vilas já foi bastante estudado por Medeiros (2005) e Carvalho (2008). Aqui o interesse é demonstrar que essas fundações influenciaram no fim dos aldeamentos existentes no espaço estudado, a partir do descimento das populações indígenas para a constituição das vilas de índios, fato que será discutido na seção 3.2 deste capítulo.

⁵⁶ D. Maria, filha de D. José, exercia regência devido ao atentado feito pelos Távoras a D. José, em 3 de setembro de 1758.

Resta explicar o terceiro momento apresentado, que foi baseado na Carta Régia de 22 de julho de 1766, que determinava a proibição de sítios volantes nas capitanias, obrigando que todas as pessoas, com exceção dos roceiros, rancheiros e bandeirantes, a se instalar em povoações civis. Tal carta foi direcionada para os governadores de várias capitanias, entre eles o de Pernambuco que a encaminha para as Capitanias do Ceará, Paraíba e Rio Grande. A referida carta apresentava os seguintes termos:

Conde de Villa-Flôr, Governador e capitão General de Pernambuco e Parahiba. – Amigo. Eu El-Rei vos envio muito saudar, como aquelle que amo. Sendo presente em muitas, e muito repetidas queixas, os crucis e atrozes insultos, que nos sertões desta Capitania tem cometido os vadios e os facinorosos, que nelles vivem como féras separadas da sociedade civil e commercio humano. Sou servido ordenar que todos os homens, que nos ditos sertões se acharem vagabundos, ou em sítios volantes sejam logo obrigados a escolherem logares acomodados para viverem juntos em povoações civis, que pelo menos tenham de cinquenta fogos para cima com juiz ordinário, vereadores e procurador do Conselho, repartindo-se entre eles com justa proporção as terras adjacentes: e isto debaixo das penas de que aquelles, que no termo competente, que se lhes assignar no editais que se afixarem para este efeito, não apparecerem para se congregarem e reduzirem a sociedade civil nas povoações acima declaradas, serão tratados como salteadores de caminhos e inimigos comuns e como taes punido com a severidade das leis. Exceptuando-se com tudo: Primeiramente os rosseiros que com creados, escravos e fabrica de lavoura vivem das suas fazendas sujeitos a serem infestados d'aquelles infames e perniciosos vadios: Em segundo lugar os rancheiros, que nas estradas publicas se achão estabelecidos com seos ranchos para hospitalidade e comodidade dos viajantes em benefício do commercio e da comunicação das gentes: Em terceiro logar as bandeiras ou tropas que em corpo e sociedade útil e louvável vão aos sertões congregadas em bôa união para nellesfazerem novos descobrimentos; Sou servido outrossim, que os mesmos rosseiros, rancheiros e tropas e bandeiras tenham toda a necessária autoridade para prenderem e remeterem às cadeias publicas das comarcas que estiverem mais visinhas, todos os homens que se acharem dispersos, ou seja nos ditos e chamados sítios volantes sem estabelecimento permanente e solido, ou seja nos caminhos e mattos, remetendo com eles, autoados os logares, estados e circuntâncias em que estiverem ao tempo, em qua os encontrarem com as justificações feitas com as pessoas que as taes prisões assistirem, posto que não sejam officiaes de justiça, por que para estes casos lhes concedo autoridade publica em benefício da tranquillidade e de meos fieis vassallos. Para melhor execução e esgarmento de homens tão infames, e tão perniciosos: Mando, que nas comarcas desse Governo se observem inviolavelmente os decretos e leis da policia que tem estabelecido neste reino o mesmo socego publico, servindo de intendente da policia nessa capital o ouvidor geral della, e nas outras comarcas os seus respectivos ouvidores geraes. Para que assim se observe inviolavelmente vos mando remeter as sobreditas leis e decretos, os quaesfareis dar a sua devida execução depois de publicados, sem duvida ou embargo algum qualquer que seja. O que tudo fareis executar com aquelle zelo e atividade, que de vós confio. Escripta do Palacio de Nossa Senhora da Ajuda, a 22 de julho de mil setecentos e sessenta e seis. Rei – Para o Conde de villa-Flôr. – Primeira

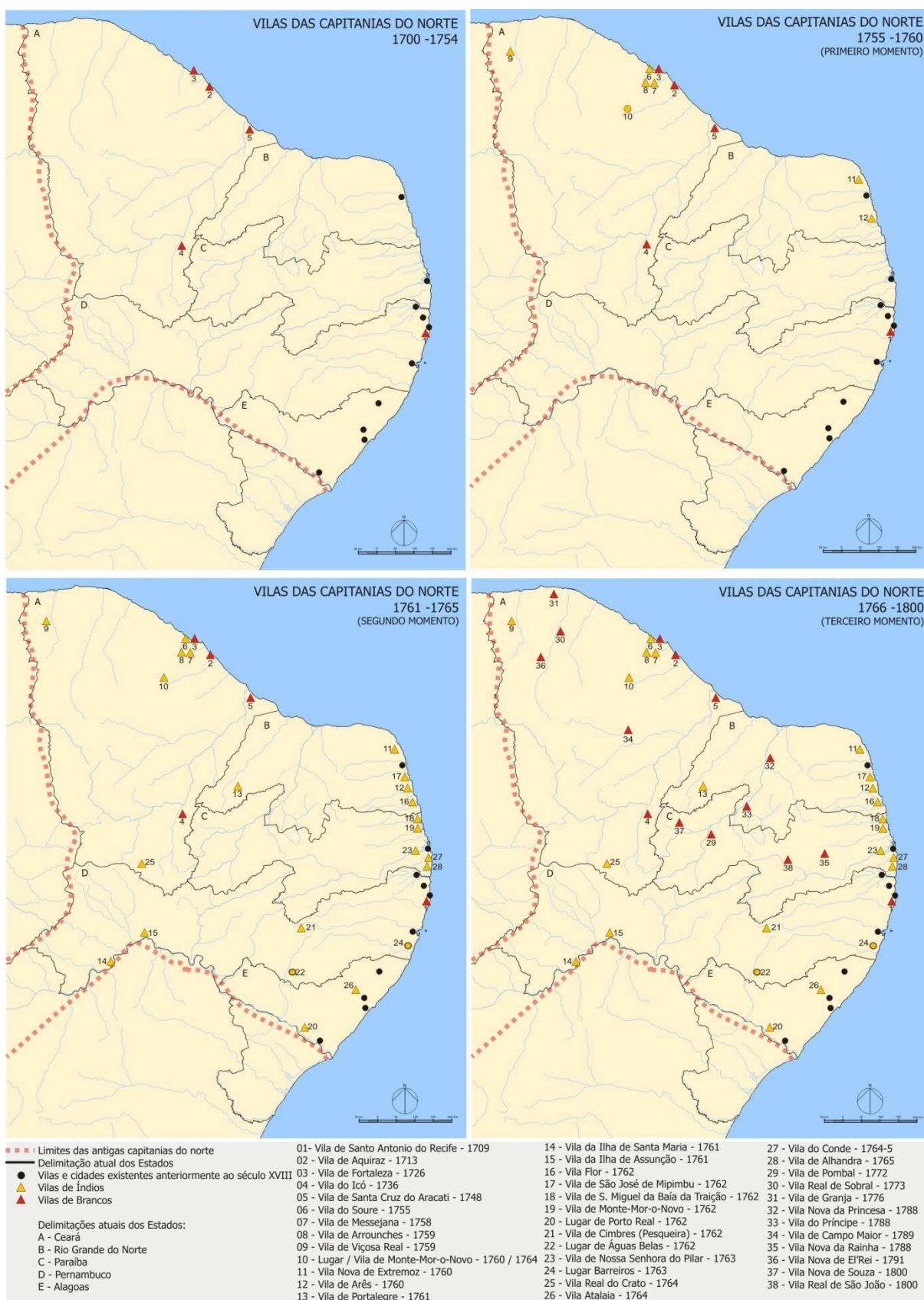
Via. – Dom Antonio Pio de Lucena e Castro.⁵⁷ (CÓPIA da Carta Régia de 22 de julho de 1766, apud OLIVEIRA, 1890, p. 281-283)

A Carta Régia direcionava o Governador de Pernambuco a elevar, à categoria de vila, povoações com mais de 50 fogos, para unirem e controlar a população dispersa e os “vagabundos”, vadios, ociosos e facinorosos, que eram as novas denominações dadas pelo colonizador, principalmente, aos povos indígenas. Desse modo, referido documento foi uma cartada definitiva para o extermínio indígena.

No Sertão da Capitania da Paraíba, as povoações com mais de 50 fogos eram a Povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso, a Povoação de Santa Ana do Seridó e a Povoação de Jardim do Rio do Peixe, que foram elevadas à condição de vilas em 1772, 1788 e 1800, respectivamente. Diferentemente das legislações anteriores, que se voltavam exclusivamente para fundação de vilas de índios, essa carta justificou a fundação de vilas de brancos, como será melhor discutido no item 3.3.

Para finalizar este tópico, apresenta-se, na **Figura 39**, um resumo da criação de vilas na Capitania de Pernambuco e Anexas ao longo do século XVIII, destacando-se os diferentes momentos guiados pelas estratégias apresentadas.

⁵⁷ A Carta Régia de 22 de julho de 1777 é a mesma para todas as vilas da Capitania de Pernambuco e Anexas e não foi encontrada na documentação referente às vilas na Capitania da Paraíba, portanto, apresenta-se a sua cópia da publicada por Oliveira (1890), para a fundação da Vila de Quixeramobim no Ceará.

Figura 39 - Vilas fundadas na Capitania de Pernambuco e Anexas ao longo do século XVIII

Fonte: Jucá Neto (2009, p. 52-53); Medeiros (2007); Seixas (1962), Pinto (1977); Carvalho (2008); Derntl e Carvalho (2010).

3.2 As Vilas de Índio na Paraíba e o Fim dos Aldeamentos no Sertão de Piranhas e Piancó

A já citada Portaria, de 26 de abril de 1761, criou as vilas de índios na Capitania de Pernambuco e Anexas a partir dos aldeamentos existentes. Nenhuma das vilas fundadas será no Sertão de Piranhas e Piancó, mas esse processo refletiu no descimento das populações aldeadas nesse espaço, para a constituição das referidas vilas.

Esse processo extinguiu todos os aldeamentos existentes no interior da Capitania da Paraíba na primeira metade do século XVIII, portanto, para compreendê-lo, parte-se da exposição de como se encontrava o quadro das missões, expressos na **Tabela 18 e Figura 40**.

Tabela 18 - Relação dos Aldeamentos existentes na Capitania da Paraíba em 1760

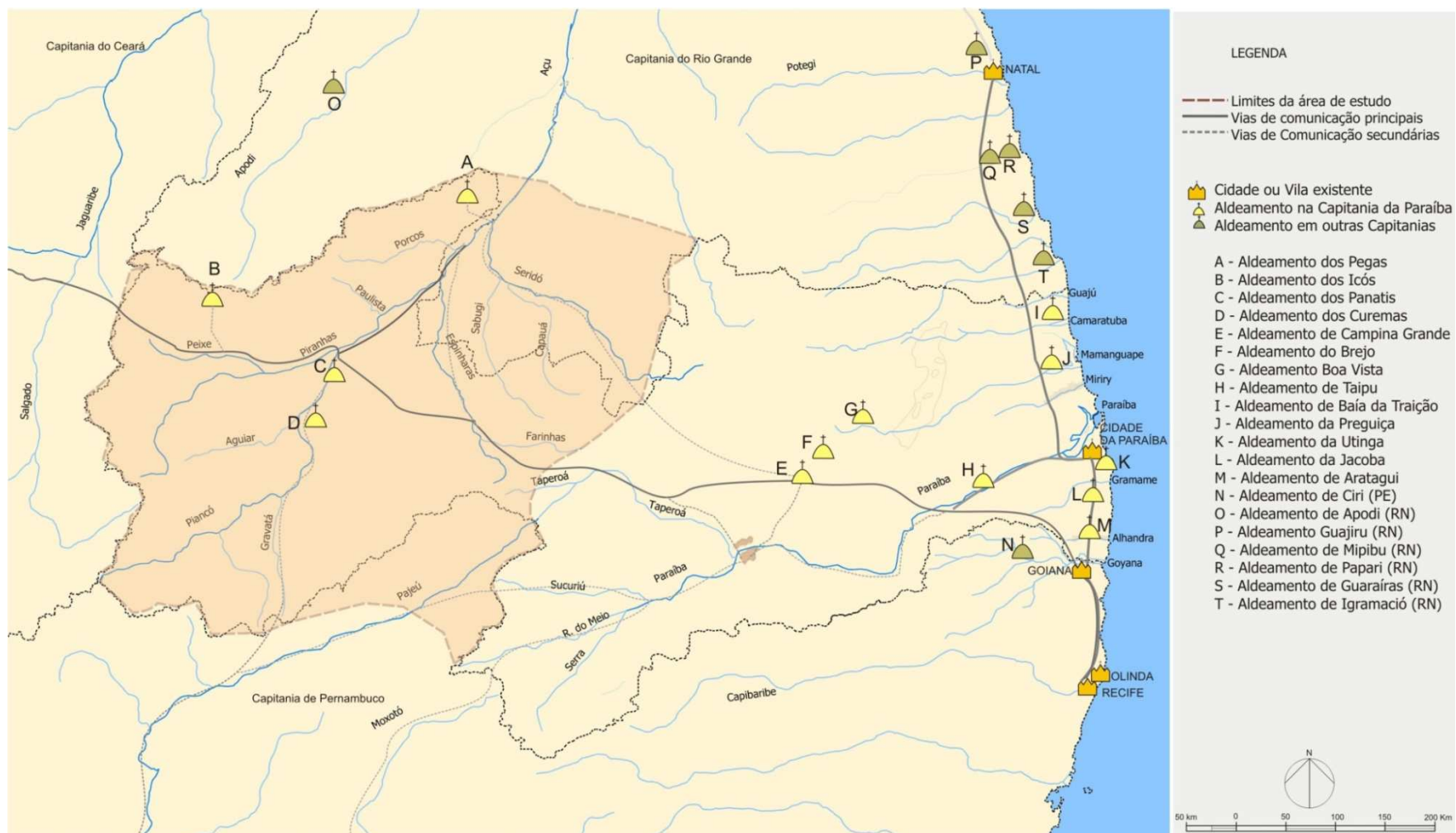
Região	Aldeia	Missionário	Invocação	Povos
Paraíba	Jacoca	Beneditino	N. S. da Conceição	Caboclos de língua geral
Paraíba	Utinga	Beneditino	N. S. de Nazaré	Caboclos de língua geral
Mamanguape	Baía da Traição	Carmelita da Reforma	S. Miguel	Caboclos de língua geral
Mamanguape	Preguiça	Carmelita da Reforma	N. S. dos Prazeres	Caboclos de língua geral
Mamanguape	Boa Vista	Religioso de S. Teresa	S. Tereza e S. Antônio	Canidé e Sucuru
Taipu	Cariris	Capuchinho	N. S. Pilar	Tapuia
Cariri	C. Grande	Hábito de S. Pedro	São João	Cavalcanti
Cariri	Brejo	Capuchinho	N. S. da Conceição	Fagundes
Piancó	Panati	Religio de S. Teresa	S. José	Tapuia
Piancó	Corema	Capuchinho	N. Senhora do Rosário	Tapuia
Piranhas	Pega	Sem missionário	Não Consta	Tapuia
Rio do Peixe	Icó Pequeno	Sem missionário	Não Consta	Tapuia

Destaca-se, em azul, os aldeamentos missionários no Sertão de Piranhas e Piancó.

Fonte: Relação das Aldeias que há no Distrito de Pernambuco, e Capitânicas Anexas, de Diversas Nações de Índios (1760) Medeiros (2005).

Carvalho (2008) estuda detalhadamente a fundação dessas vilas no litoral. Aqui é apresentada uma síntese de tal processo **Tabela 19**.

Figura 40 - Aldeamentos na Capitania da Paraíba em 1760



Fonte: sobreposições de bases em CAD da divisão administrativa dos Estados e da hidrografia do Brasil (IBGE, 2010); MAPA DO ESTADO DA PARAYBA (1923); SUDENE (1974); Tavares (1982).

Tabela 19 - Mapa geral de todas as vilas e lugares que se têm erigido de 20 de maio de 1759 até o último de agosto de 1763 das antigas aldeias do governo de Pernambuco e suas capitanias anexas

Vila Fundada	Data	Aldeia Principal	Aldeias que se uniram à principal
Baía de São Miguel	1762	Nação de língua geral	Nenhuma
Monte-mor	1762	Nação de língua geral	Fagundes, Cavalcantes, Sucurus e Canindés
Nova de N. S. do Pilar	1763	Cariri	Corema
Conde	Vazio	Nação de língua geral	Panati
Alhandra	Vazio	Aratauhy	Ciry

Fonte: Carvalho (2008)

As fundações das vilas de índios foram feitas em conjunto com descimentos de aldeamentos missionários localizados nos sertões da Capitania da Paraíba. Na **Tabela 19**, é possível identificar que, dos povos aldeados no Sertão de Piranhas e Piancó, os Coremas e os Panati foram deslocados, respectivamente, para a fundação da Vila de Nossa Senhora do Pilar e para a Vila do Conde. Os pegas e os Icós também passaram pelo mesmo processo, porém foram para o Rio Grande. O documento sobre a fundação das vilas de índios nesta capitania, datado de 1761, analisado por Lopes (2005) expõe o destino destes aldeamentos:

[...] havendo-se-lhe cometido a diligência dos estabelecimentos dos índios da parte desta capitania, e das do Ceará, Paraíba e Rio Grande, ereção de Vilas, na conformidade do Diretório do Grão-Pará e Maranhão, e mais ordens Régias, e adiantamento do Comércio e Agricultura dos mesmos índios, havia mudado por utilidades destes e pelas razões que tinha exposto em conta ao dito Excelentíssimo Governador as Nações **Pega** e **Icozinhos**, aqueles para a Aldeia de Mipibu, e estes para a do Apodi, aonde tinham ajuntado, e aldeado o resto que hoje existe da Nação dos Caborés, e vários casais, que residiam as Serras, e fazendas dos sertões do Piancó, e Assu, e porque querendo erigir em Vila a dita Povoação do Apodi, foi informado pelo seu Diretor José Gonçalves da Silva, não havia terra capaz de plantas, que se repartisse a todos os moradores, e lhe constou que dentro do espaço de doze léguas há a serra chamada Martins, extensa, fertilíssima, de grande negociação, e muitos habitantes, os quais congregados com os índios do Apodi, constituirão talvez a maior Vila para a dita serra [...]. (TERMO⁵⁸ apud LOPES, 2005, p. 552)

⁵⁸ TERMO sobre o que há de seguir o Doutor Juiz de Fora a respeito dos novos estabelecimentos e o mais que nele contém – 1761.

A vila de que fala o documento é a de Portalegre, no Rio Grande, constituída com os índios do Aldeamento Apodi, juntamente com os Icozinhos. A população indígena do Aldeamento dos Pegas foi deslocada para a constituição da Vila de São José, antiga Aldeia de Mipibu. A partir dessas considerações gerais e das expostas na **Tabela 19**, foi feita a representação espacial, na **Figura 41**, dos deslocamentos dos aldeamentos do Sertão de Piranhas e Piancó para a fundação de vilas de índios. Observa-se que os aldeamentos de índios, no Sertão de Piranhas e Piancó da Capitania da Paraíba, foram extintos. Entre os fatores que contribuíram para essa extinção estavam a ausência de missionários para sua administração, mas, principalmente, o intuito do colonizador de apagar da memória dos povos indígenas a Guerra dos Bárbaros, evitando, assim, possíveis sublevações.

3.2 As Vilas de Brancos

A fundação das vilas de brancos corresponde ao terceiro momento da política pombalina para a criação de vilas na Capitania de Pernambuco e Anexas, e está ligada ao estabelecimento da Carta Régia de 22 de julho de 1766, dirigida aos governadores indicando que deveriam:

[...] fazer irigir em Villa aquellas Povoações que constarem já de cincoenta fogos afim de que por este modo se unam em sociedade homens dispersos e vagabundos e se evitem assim não so os delictos,mas a delonga que resultaria necessariamente em os punir enquanto recorria aos juizes Competentes, muito distante das Povoações [...] (CÓPIA da Carta de 20 de abril de 1802 enviada para a fundação da Vila de Tauá apud MOTA, 2001,p.114)

Essas determinações foram encontradas no termo de fundação da Vila de Tauá, no Ceará, mas é representativa do que ocorreu ao longo da segunda metade do século XVIII para Capitania de Pernambuco e Anexas, a partir das determinações da Carta Régia de 22 de julho de 1766. Dentro dessas exigências citadas, somente as povoações com o maior número de pessoas residentes poderiam ser elevadas à categoria de vilas. Atendiam a essas circunstâncias, na Capitania da Paraíba, as povoações de Nossa Senhora do Bom Sucesso, de Campina Grande, Carirys Velhos e de Jardim do Rio do Peixe, sendo elevadas à condição de vilas com os nomes de Vila de Pombal, Vila Nova da Rainha, Vila Real de São João e Vila Nova de Sousa, em datas diferentes no decorrer da segunda metade do século XVIII.

A primeira povoação a ser elevada à condição de vila foi a de Nossa Senhora do Bom Sucesso, com o nome de Vila de Pombal. Segundo Pinto (1977), o encarregado deste intento foi o Ouvidor Geral da Comarca, José Januário de Carvalho “[...] em virtude da Ordem do Governador de Pernambuco, Conde de Vila Flor, autorizada pela Carta Régia de 22 de julho de 1766 [...]” (PINTO, 1977, p. 164). A sua instalação, segundo Seixas (1962), ocorreu em 04 de maio de 1772, conforme termo de instalação do pelouro:

Ao quatro dias do mez de Maio de mil setecentos e setenta e dois annos, nesta Povoçam de Pombal, na Comarca da Parahiba do Norte, no terreno de meio della onde veio o Desembargador José Januário de Carvalho, Ouvidor e Carregador da Comarca , commigo escrivam a seo cargo ao diante declarado e a maior parte das pessoas mais capazes deste termo e sendo no lugar do Pellourinho, que o dito Ministro mando fazer ahi por mandado do mesmo Ministro foi por mim escrivam lido à todas as pessoas presentes o transuto da carta do Ilustrissimo e Excelentissimo Senhor General de Pernambuco, Dom Manoel da Cunha Menezes, edital e ordem de Sua Majestade Fidelíssima, registrado nesse livro; depois do que por mandado do dito Ministro o Meirinho Geral da Correição Leandro de Souza

Vinani em voz alta e inteligível foi dito três vezes – Real – Real – Real. Viva a Nossa Rainha Fidelíssima e Senhora Dona Maria Primeira de Portugal [...] (TERMO de fundação do Pelouro da Vila de Pombal apud SEIXAS, 1962, p.93)⁵⁹

O texto corresponde ao termo de levantamento do pelouro, que era um dos documentos componentes da constituição de uma vila. Um Auto de fundação, que descreve todo o processo, era composto por um edital avisando à população sobre a data e local da ereção, a carta do Governador que autorizou a criação, a cópia da Ordem Régia de 22 de julho de 1766, a transcrição da fala do ouvidor geral encarregado do ato da ereção e o termo de levantamento do pelouro. Após a constituição das vilas, eram feitas as eleições dos vereadores e senadores. Na casa de Câmara e Cadeia ⁶⁰, que geralmente era construída depois da constituição da vila, ocorriam as reuniões e toda a instalação da administração. Na Vila de Pombal foi construída no século XIX, até então, possivelmente, deve ter funcionado em casa alugada. A **Figura 42** mostra a localização da mesma e o traçado da vila na primeira metade do século XIX.

Anos após a fundação da Vila de Pombal, mais especificamente em 1788, serão elevadas para vilas, na Capitania da Paraíba, a Povoação de Campina Grande, com o nome de Vila Nova Rainha, e, no Rio Grande, as Povações de Santa Ana do Seridó e do Açu, com os nomes, respectivamente, de Vila Nova do Príncipe e de Vila Nova da Princesa. Todas elas foram justificadas conforme o documento de 22 de julho de 1766, como mostra a ordem para a fundação:

Vi a representação que vossa mercê me dirigio em 28 de março do próximo pretérito a respeito do quanto seria útil ao bem e socego do publico e ao real serviço que se erigissem em villas as povoações dos Carirys, Seridó e Assu; [...] as justiças não podem cohibir por lhes não chegar a noticia a tempo tal que as averiguações são infructíferas quando pelo contrario com as creações das ditas villas se obrigarião a recolher a ellas os vadios para trabalharem, se promoveria o castigo dos delinquentes, adiantar-se-hia a agricultura e se augmentaria o comercio: nesta certeza e pela faculdade que S. M. me permite na ordem real de 22 de julho de 1766 de que remetto copia, concedo a vossa mercê faculdade para erigir em vilas as povoações dos Cariris [Campina Grande] que se denominará Vila Nova Rainha, a povoação do Seridó, Vila Nova do Príncipe, e a povoação do Açu, Vila Nova da Princesa . Das cópias inclusas, constará a Vossa Mercê os termos a que se procedeu na que por ordem do meu predecessor erigiu na povoação do

⁵⁹ Há uma dúvida sobre este documento, visto que sua data é 1772, porém, a saudação feita é para Dona Maria I, que só foi Rainha de Portugal a partir de 1777. É possível que na data do documento ela estivesse como regente de D. José I, como ocorreu no momento do atentado dos Távoras em 1758, mas, não foi encontrado registro sobre o fato.

⁶⁰ Ou instalada em casa alugada.

Piancó José Januário de Carvalho, corregedor dessa Comarca para que nas povoações acima indicadas mande vossa mercê praticar o mesmo conforme. Concluídas as ditas criações me remeterá os autos que, para vir no conhecimento dos termos e distritos que a cada delas pertencer. Recife, 28 de abril de 1788. Dom Thomaz José de Mello. Senhor Doutor Desembargador Antônio Felipe Soares de Andrade Brederode, Ouvidor Geral da Comarca da Paraíba. (PINTO, 1977, p.173)

O documento evidencia as estratégias para as fundações destas vilas, pautadas na Carta de 22 de julho de 1766, além do fato da Vila de Pombal possivelmente ter servido de exemplo para a instituição delas, como atesta a indicação de que constará na documentação enviada os mesmos termos utilizados para elevação da Povoação de Piancó.

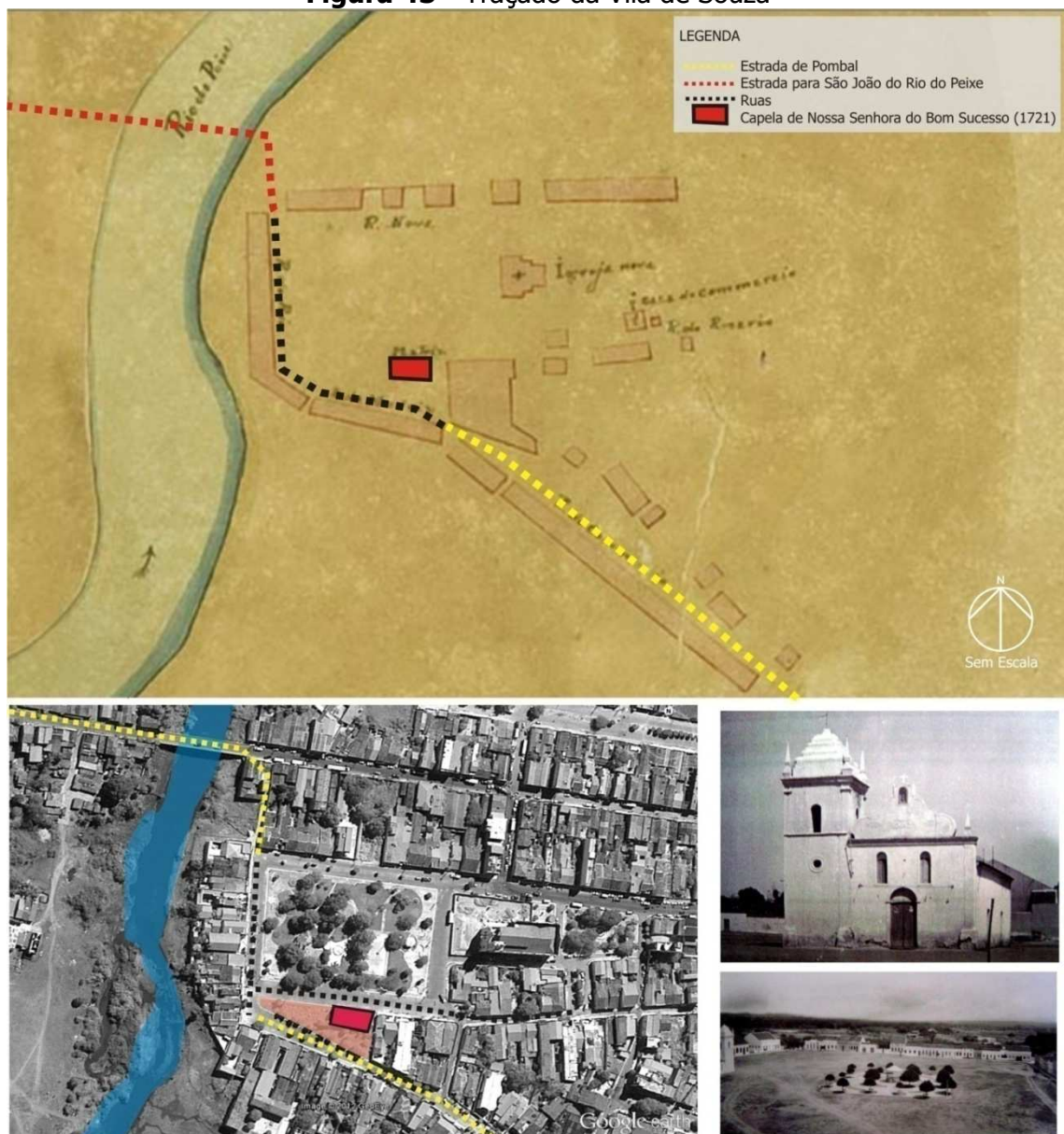
Figura 42 - Traçado da Vila de Pombal



Fonte: PLANTA DA VILA DE POMBAL – Autor 2º tenente Francisco Pereira da Silva, colorida, aquarela, nanquim, com escala em palmos, papel canson, telado, bom estado, medindo 51 cm x 40 cm, 1848, Acervo do Arquivo Histórico do Exército; Imagens extraídas do Google Earth (julho /2012); e, fotografias (sem data definida) de Sarmiento (2007).

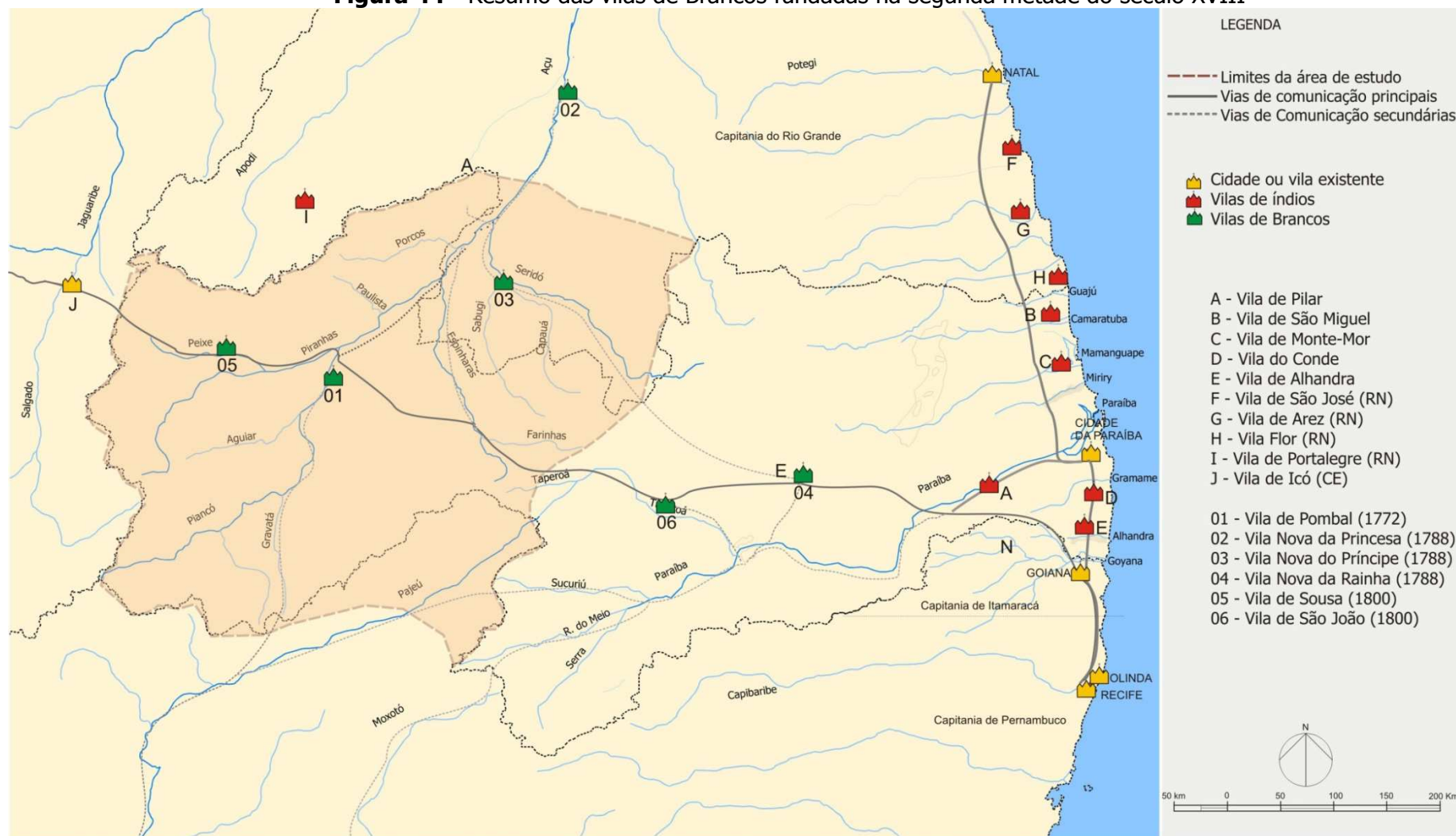
As últimas povoações elevadas a vilas foram a dos Carirys Velhos e a de Jardim do Rio do Peixe, em 1800. Sobre a última, não foram encontrados documentos desse processo, mas Sarmiento (2007), que se dedicou a estudá-la, afirmou que sua instalação foi recomendada pelo Capitão-mor de Pernambuco ao Ouvidor Geral da Paraíba, com o nome de Vila de Souza, sendo instalada em 26 de março de 1800, com a elevação do pelouro. A Casa de Câmara e Cadeia possivelmente só foi construída na segunda metade do século XIX, pois, na cartografia apresentada, não se tem a sua localização. A configuração espacial da vila pode ser vista a **Figura 43**.

Essas foram as vilas de brancos fundadas na segunda metade do século XVIII, processo que irá se intensificar no século XIX. A **Figura 44** representa a síntese desse processo.

Figura 43 - Traçado da Vila de Souza

Fonte: PLANTA DA VILA DE SOUZA NA PARAHYBA – Pelo 2º tenente do Imperial Corpo de Engenheiros Francisco Pereira da Silva, em 1847, com escala, colorido, nanquim, aquarela, tinta colorida, com seta Norte, papel canson, telado, bom estado, medindo 41cm x 48 cm, Acervo do Arquivo Histórico do Exército; Imagem extraída do Google Earth (julho /2012); e, fotografias (sem data definida) de Sarmiento (2007).

Figura 44 - Resumo das vilas de Brancos fundadas na segunda metade do século XVIII



Fonte: Joffily (1977 [1892]), Carvalho (2008), Jucá Neto (2012), Pinto (1977).

3.3 As Capelas e os Patrimônios Religiosos

Antes de demonstrar como se constituíram as capelas que se estabeleceram como povoações na segunda metade do século XVIII, há de se acrescentar dois comentários: primeiro, houve uma dificuldade em pesquisá-las, visto que as informações mais importantes sobre sua formação, ou seja, as Escrituras de doação de patrimônios e de construção das capelas, estão diluídas no acervo do Arquivo Cel. João Queiroga, em Pombal, sobre o qual foi explicada a dificuldade de acesso para pesquisa; segundo, as fontes secundárias que abordam a história local dos municípios na Paraíba, especificamente aqueles localizados no Sertão de Piranhas e Piancó, não apresentam referências sobre o século XVIII, como se todas as povoações tivessem surgido no século XIX, com raras exceções, como os atuais municípios de Pombal e Sousa.

Diante de tais dificuldades, o possível quadro de capelas que se constituíram enquanto povoações na segunda metade do século XVIII é apresentado na **Tabela 20** e suas localizações estão expressas na **Figura 45**.

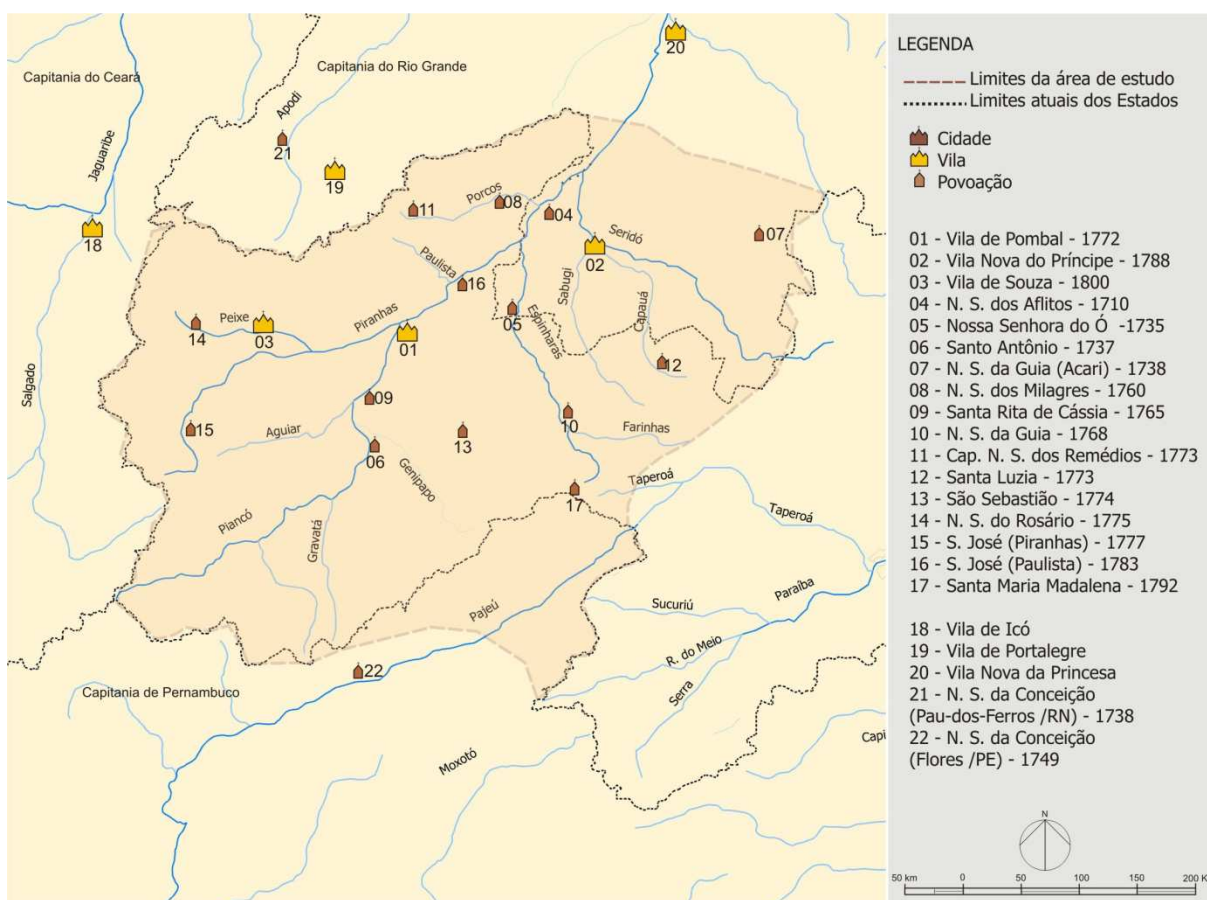
Tabela 20 - Capelas no Sertão de Piranhas e Piancó na segunda metade do século XVIII

Capela	Data*	Doação de Patrimônios	Povoação	Nome atual
Nossa Senhora dos Milagres	1760	1760 e 1773	Povoação do Brejo	Brejo do Cruz (PB)
Santa Rita de Cássia	1765	1765	Boqueirão	Coremas (PB)
Nossa Senhora da Guia	1768	1768	Patos	Patos (PB)
Nossa Senhora dos Remédios	1773	1773	Catolé	Catolé do Rocha (PB)
Santa Luzia	1773	1756**	Santa Luzia	Santa Luzia (PB)
São Sebastião	1774	1774	Caatingueira	Caatingueira (PB)
Nossa Senhora do Rosário	1775	-	São João	São João do Rio do Peixe
São José	1777	1777	São José	São José de Piranhas
São José	1783	1783	Paulista	Paulista
Santa Maria Madalena	1792	1792	Canudos	Teixeira

* A data corresponde à referência mais antiga encontrada da capela.

Fonte: Acervo do Cartório I Ofício de Notas "Cel João Queiroga" (Pombal-PB); Seixas (1962); Abreu (2011); Pires (2003).

Figura 45 - Localização das Capelas do Sertão de Piranhas e Piancó na segunda metade do século XVIII



Fonte: Acervo do Cartório I Ofício de Notas "Cel João Queiroga" (Pombal-PB); Seixas (1962); Abreu (2011); Pires (2003).

A **Tabela 20** e a **Figura 45** representam um esforço em reunir, diante das dificuldades mencionadas, as informações dispersas sobre as capelas que foram os embriões das povoações assinaladas. Portanto, é possível a existência de lacunas, porquanto podem ter existido outras no Sertão de Piranhas e Piancó, na segunda metade do século XVIII. Apresentam-se, a partir de então, algumas breves considerações sobre aquelas identificadas.

Uma das primeiras capelas a se formar, na segunda metade do século XVIII, foi a de Nossa Senhora dos Milagres, que originou a atual cidade de Brejo do Cruz. Sobre ela, foram encontradas duas doações de patrimônios pelo capitão Manoel da Cruz Oliveira e sua esposa, Maria Manoela da Silva. Os registros são de 1760, publicado no livro de Elpídio de Almeida (1978) e de 1773, em pesquisa feita no acervo do Arquivo Cel. João Queiroga, em Pombal. No documento de 1760, aparecem os seguintes termos:

Saibam quantos[...] que no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1760, aos onze dias do mês de junho, nessa povoação de Nossa Senhora

do Bom Sucesso do Piancó, Capitania da Paraíba do Norte, no meu escritório, apareceram perante mim o capitão Manoel da Cruz Oliveira e sua mulher Maria Manoela da Silva, moradores no sítio Brejo, Ribeira do Patu, termo deste povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso, Capitania da Paraíba do Norte, que vivem de seus gados [...] e por eles me foi dito em presença das testemunhas abaixo assinadas que entre os mais bens de raiz que possuíam [...] era o sítio chamado Brejo, de criar gados, em que estão morando, no qual sítio **pretendem erigir uma capela com a Invocação de Nossa Senhora dos Milagres**, para cujo patrimônio doavam[...] à dita capela duzentas braças de terra em quadra [...] (1760, Documento do Cartório Cel. João Queiroga, Pombal, apud ALMEIDA, 1978, p. 28)

O documento deixa clara a pretensão de erigir uma Capela com invocação a Nossa Senhora dos Milagres, em um patrimônio de terras de 200 x 200 braças, no então Sítio Brejo. Tal sítio pertencia a Manoel da Cruz de Oliveira e a sua esposa, Maria Manoela da Silva, os quais ao doarem esse patrimônio estavam cientes dos privilégios que teriam com tal ato, bem como lançavam a pedra fundamental para a formação de uma povoação.

Não há como identificar quando foi construída a primeira capela de Brejo do Cruz, mas existe um indício em documento de 11 de maio de 1773, no qual Maria Manoela da Silva, então viúva do Capitão Manoel da Cruz de Oliveira, recorre ao Cartório da Vila Nova de Pombal para reafirmar a doação das terras para “Capela de Nossa Senhora dos Remédios” no Sítio Brejo. O documento não fala em erigir a capela, como o anterior, e sim na doação à “Senhora e Capela”, o que pode indicar que a mesma já existisse. Curiosamente, a doação é feita para Nossa Senhora dos Remédios, e não para Nossa Senhora dos Milagres, como anteriormente, conforme documento:

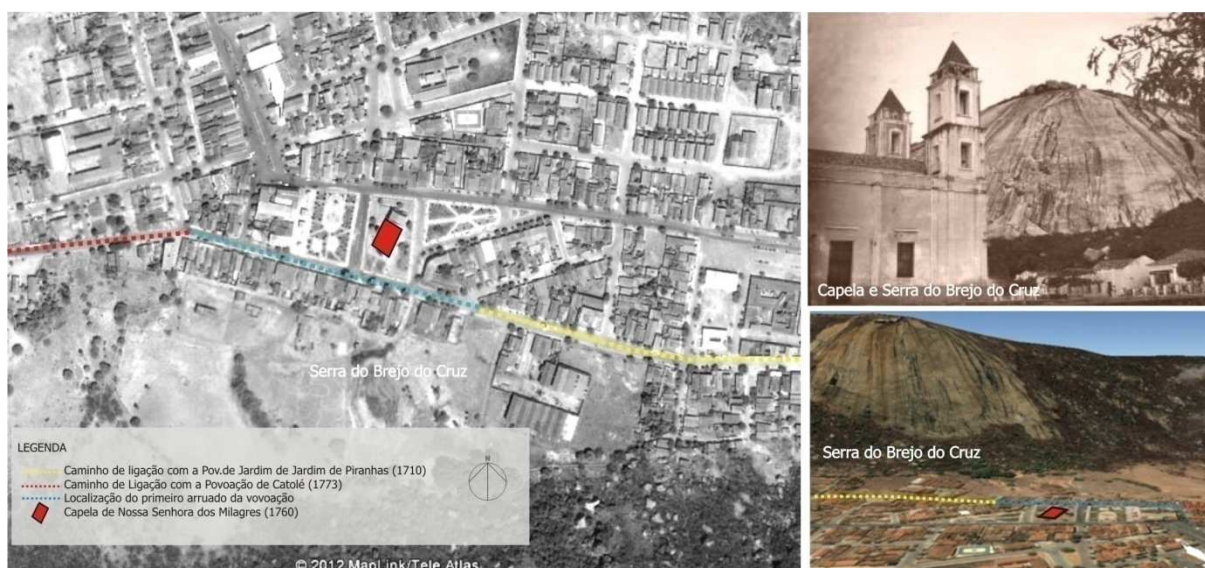
Saibão quantos este público instrumento de Escritura de Patrimônio ou como em direito para sua validade melhor nome haja virem que no ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1773 aos 11 dias do mês de Maio do dito ano nesta Vila Nova de Pombal de Nossa Senhora do Bom Sucesso Capitania da Paraíba do Norte no meu escritório apareceu Dona Maria Manoela da Silva Correia viúva que ficou do Capitão Manoel da Cruz Oliveira moradora no seu sítio do Brejo Ribeira do Patu que vive seus gados de mim reconhecidos pelas próprias do que trata e por ela me foi dito em presença das testemunhas adiante nomeadas e assinadas que era senhora e possuidora de um sítio de terras de criar gados planta chamao Brejo do Cruz na Ribeira do Patu por titulo de herança que lhe tocou dos bens do seu casal por falecimento de seu marido que houve por titulo de Data no Governo da Cidade da Paraíba no qual sítio de mato próprio e sem constrangimento de pessoa alguma fazia pura (ilegível) do Olho D’água do meio com 200 braças de terra em quadra com suas cassas curraes que na dita terra tinha para patrimônio da Capela de Nossa Senhora dos Remédios no mesmo sítio Brejo Ribeira do patu para o que disse q cedia e transpassava de sua livre vontade de toda posse e domínio este que tinha nas 200 braças de terra em quadro a dita Senhora e Capela para seus Santos louvores e tudo que as terras rendas se obriga por si e sua pessoa e bens perfazer o que faltar quantia

dada pela lei Canônica e constituição do Bispado para o qual demitia de si todo o juiz domínio de ação e posse que nas ditas 200 braças de terras em quadro tinha a dita Senhora e Capela para suas Santas Ações e sendo que esta não renda se obrigava por si e suas pessoas e bens (ilegível) o que faltar a quantia dada por Lei Canônica do Bispado para o que delemia de todo juiz domínio ação e posse que na dita 200 braças de terras em quadro tinha e possuía com a declaração de ser ela doadora para ser administradora dos bens doados a dita Capela (ilegível) disse com este instrumento não virião em tempo algum com dividas ou embargos e que vindo não queria ser ouvido em juízo fora dele antes era contente e lhes fosse negado todo recurso e ação que a favor alegar pudesse e a lei de vilianoque faz o favor das mulheres que de nada queria a não ser ter e manter esta escritura de Patrimônio por ela feita na forma que nela se declara para firmeza se obrigar por sua pessoa e seus bens presentes e futuro me pediu e disse e outorgou pediu fosse feito este instumento que eu Tabelião este punhei e assinei a favor da dita senhora sendo a tudo presente por testemunhas que assinarão... (ESCRITURA pública de Doação de Patrimônio para Senhora e Capela de Nossa Senhora dos Remédios no Sítio Brejo, Ribeira do Patu_ 1773).

Não foi identificado o porquê da modificação do destino da doação de Nossa Senhora dos Milagres para Nossa Senhora dos Remédios. Parece que prevaleceu a invocação à primeira santa, já que ela é a padroeira da cidade de Brejo do Cruz, atualmente. Para compreender a localização da capela foram procuradas informações posteriores ao século XVIII, sobre reforma, ampliação ou demolição. Nesse sentido, Leitão (1975) faz a seguinte afirmação:

A antiga igrejinha conservou-se assim, como modesta capela, arrastando-se por mais de um século, recebendo reformas de pequena monta que em nada alteraram o seu aspecto primitivo. A notícia mais certa que temos da sua ampliação data de 1870, ano em qua o Padre Manoel Vieira da costa, coadjuvado pelo benemérito Capitão Leandro Vidal de Negreiros, empreendeu os trabalhos que,praticamente, implicaram na construção da Matriz [...] (LEITÃO, 1975, p. 10)

Assim, a antiga capelinha não foi demolida, mas ampliada e reformada para a conformação do que atualmente é a matriz da cidade, levando a considerar que a povoação de Brejo do Cruz nasce aproximadamente onde a matriz está localizada. Tal capela comunicava-se por um caminho, que ia para a atual cidade de Jardim das Piranhas, antiga povoação de Nossa Senhora dos Aflitos (1710), até a capela de Nossa Senhora dos Remédios, atual cidade de Catolé do Rocha, construída possivelmente por volta de 1773, sobre a qual se abordará posteriormente. A **Figura 46** ilustra as observações feitas.

Figura 46 - Capela de Nossa Senhora dos Milagres

Fonte: Imagens extraídas do Google Earth (julho /2012) e fotografia da Igreja de Nossa Senhora dos Milagres (sem data), retirada de: <http://brejodocruz.net/canaais.php?Ler=3>. (Consultado em: 30 de julho de 2012).

Foi identificada ainda, na década de 1760, a capela de Santa Rita de Cássia, responsável pela origem do Povoado Boqueirão de Curema, atual cidade de Coremas, às margens do Rio Piancó, conforme aparece em um registro de Escritura de doação de Patrimônio, de 1765:

Escritura de Doação que fazem o Ajudante José Gonçalves Ferreira e sua mer. Josefa Maria de Jesus por seu procurador – João Mendes Batista de cento e vinte réis no valor do seu sitio de terras chamado Bouqueirão de Santa Rita. Ribeira do Piancó. Saibam quantos este publico instrumento de escriptura de Doação para Patrimônio ou com em direito meios haja que virem que no ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil settecentos e sessenta e cinco aos dezoito dias do mez de setembro do dito anno nesta povoação sendo na casa do Bom Sucesso do Piancó Capitania da Parahyba do Norte onde esta assistindo o Reverendo Doutor Vizitador–Manoel Garcia do Amaral onde eu Tabelião nomeado vim sendo comparecerão perante mim partes presentes e outorgantes a saber o Ajudante José Gonçalves Ferreira, morador no sitio Bouqueirão desta Ribeira do Piancó João Mendes Batista morador nesta povoação procurador que mostou ser a Josefa Maria de Jesus (rasgado) Ajudante José Gonçalves cuja apresentação (rasgado), lançado perante mim José Gonçalves Ferreira por vez e ditto (rasgado) João Mendes Gonçalves (rasgado) Bouqueirão da Ribeira do Piancó numa casa (rasgado), sendo fizeram em praça publica pela Fazenda Real em cujo sitio se acha eregida a Capella em tempos de missão tinha titulo de Nossa Senhora da Conceição e haja por devoção delles doadores impentram de sua excelência Reverendíssima intitulado de Santa Rita de Cassia que como a dita Capella se acha o Patrimônio para nela se poderem continuar os officio divinos eles doadores de sua livre e espontania vontade e sem constrangimento da pessoa sua fazem doação no dito sitio da quantia de cento e vinte mil réis para Patrimonio e manutenção

da ditta Capella obrigando a fazer bons vigores dos dittos cento e vinte mil réis para delles manter como mantida a Capella sem ilso por duvida alguma nem dar contas dos ditos rendimentos todas as vezes qual for pedida obrigando a sua satisfação e a sua pelsoa a bem por em que a como se [...] (ESCRITURA pública de Doação do Patrimônio do Bouqueirão de Santa Rita, Ribeira de Piancó, 1765)

Trata-se de uma doação de patrimônio em dinheiro para a permanência do culto em uma capela já existente, que, em tempos anteriores, “em tempos de missão tinha titulo de Nossa Senhora da Conceição”, mas que a doação mudaria a invocação para Santa Rita de Cássia. Não há como precisar a localização desta igreja, nem afirmar se ela foi construída onde hoje se encontra a matriz da cidade.

Ainda na década de 1760, há o registro sobre a Capela de Nossa Senhora da Guia, às margens do Rio Espinharas, que constituiu a atual Cidade de Patos, cuja informação mais antiga é apresentada por Ozildo (2005), sobre a doação de patrimônio para sua constituição:

Aos 26 de março de 1766, Paulo Mendes de Figueiredo e sua esposa Maria Teixeira de Melo, associados ao desbravador João Gomes de Melo e sua esposa Mariana Dias Antunes, moradores nas proximidades da Lagoa dos Patos doaram partes de suas terras para a constituição do patrimônio de uma futura capela, que pretendiam erigir, em louvor a Nossa Senhora da Guia. (OZILDO, 2005, p. 07)

Porém, nas pesquisas realizadas, só foi encontrada uma doação de patrimônio datada de 1768, doado como uma parte da fazenda de sitio da Pedra Branca, lugar denominado dos Patos, Ribeira dos Espinharas, pertencentes ao Capitão Paulo Mendes de Figueiredo e sua mulher, Maria Teixeira de Mello, que tinham interesse em erigir uma capela. O documento do cartório de Pombal, publicado na revista do IHGP, descreve essa doação:

Saibam quantos este publico intrumento de escriptura de ratificação de doação ou como em direito melhor nome haja virem no ano do nascimento de nosso senhor Jesus Christo de mil setecentos sessenta e oito aos vinte e oito dias do mez de dezembro do dito anno nesse sitio da Pedra Branca Lugar denominado dos Patos Ribeira dos Espinharas termo da povoação de nossa senhora do Bom Sucesso de Piancó Capitania da Parahyba do Norte onde eu Tabellião. [...] o Capitão Paulo Mendes de Figueiredo e sua mulher Maria Teixeira de Mello havia feito escriptura de patrimônio a Capela que pretende erigir neste sítio e Patos e Pedra Branca [...] (Revista do IHGP, 1912, p. 229-230)

O documento é elucidativo do interesse em construir uma capela no local, já em 1768. A data certa da construção não é muito precisa, mas as indicações são de que foram por volta de 1772. Em 1788, a Povoação de Patos já teria um número considerável de

habitantes, pois é elevada à condição de freguesia, desmembrando-se da Freguesia de Nossa Senhora de Santa Ana do Seridó. (OZILDO, 2005, p. 08)

Figura 47 - Capela de Nossa Senhora da Guia



Fonte: PLANTA DA VILLA DE PATOS NA PARAÍBA DO NORTE – Pelo 2º tenente Imperial Corpo de Engenheiros Francisco Pereira da Silva em 1847, colorido, tinta colorida, nanquim, aquarela, seta Norte, com escala, papel canson, telado, bom estado, medindo 24,5 cm x 46 cm, presente no Acervo do Arquivo Histórico do Exército; Imagens extraídas do Google Earth (julho /2012); e, fotografias da Igreja de Nossa Senhora da Guia (por volta de 1930), retirada de: <http://www.construindoahistoria.com/2010/08/patos-paraiba.html> (Consultado em: 30 de julho de 2012).

Outro registro de capela corresponde à de Nossa Senhora dos Remédios, que originou a atual Cidade de Catolé do Rocha, o documento mais antigo que foi encontrado é a carta de patrimônio de terras para sua construção, datada de 1773, como consta a seguir:

Saibam quantos [...] que no ano de nascimento de nosso Senhor Jesus Cristo de 1773, aos dois dias do mês de fevereiro, nesta Vila Nova de

Pombal de N. S. do Bom Sucesso, Capitania da Paraíba do Norte, em casa de morada do capitão-mor Francisco de Oliveira Ledo e sua mulher D. Brazia Maria da Silva, moradores na fazenda de Catolé de Cima, ribeira do Patu, que vivem de seus gados, de mim reconhecidos pelos próprios de que se trata, e por eles me foi dito em presença das testemunhas ao adiante nomeadas e assinadas que eles entre os seus bens de raiz [...] era um sítio de terra na dita ribeira, chamado Catolé de Cima, que houveram por arrematação na praça pública desta Vila, como do termo dela consta, de cujo sítio de terra disseram faziam Patrimônio a doação de seicentas braças de terra [...] à Virgem Nossa Senhora dos Remédios. (Documento do Cartório Cel. João Queiroga, Pombal, apud ALMEIDA, 1978, p. 28)

A referida capela foi construída, como consta, na ribeira do Patu, porém não foram encontradas informações sobre a data ou localização. A sua escritura de patrimônio evidencia a atuação da família Oliveira Ledo na constituição da rede urbana do Sertão de Piranhas e Piancó.

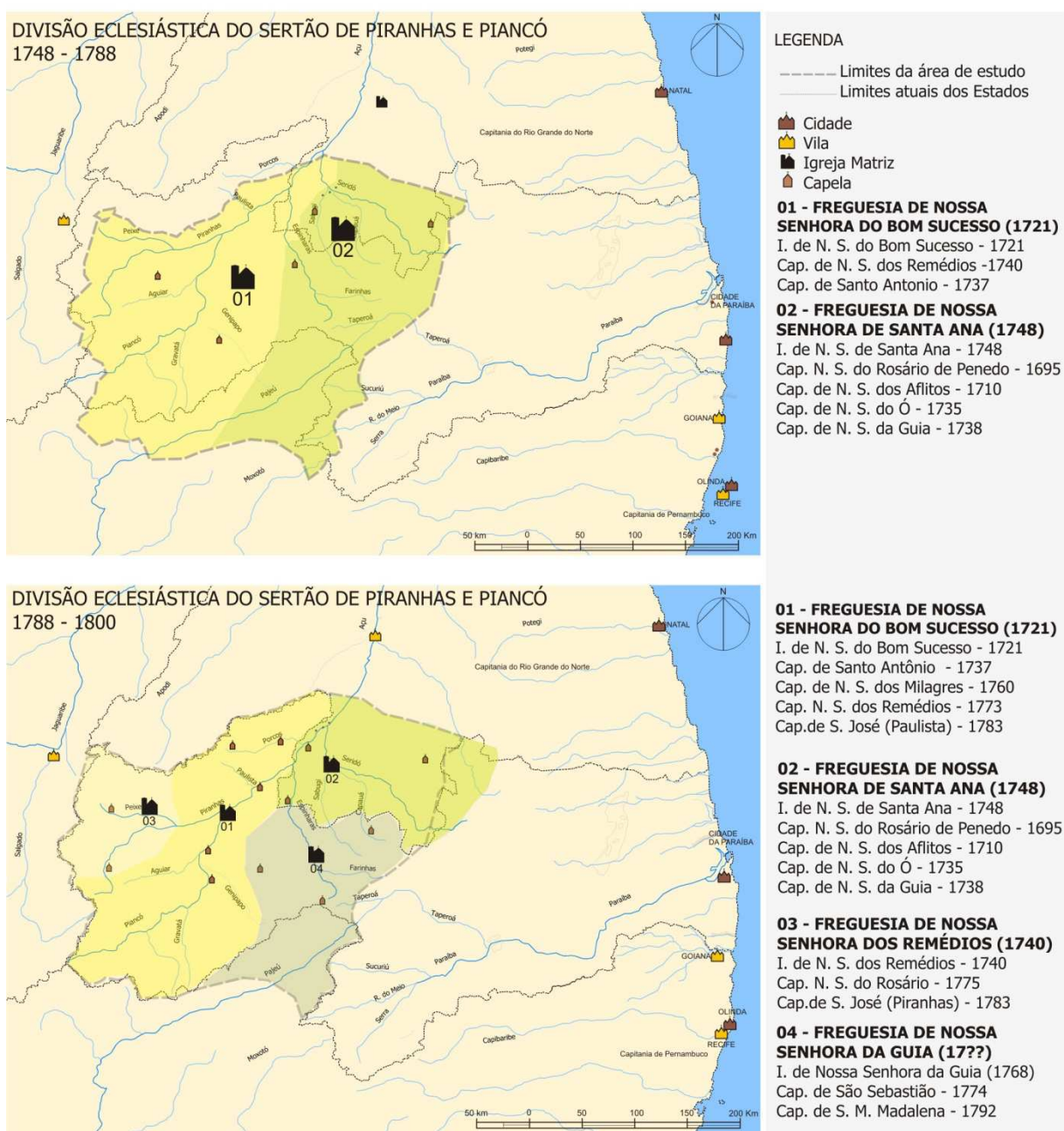
Há que se referir ainda à capela de Santa Luzia, localizada às margens do Rio Capuá, afluente do Rio Seridó, cujo patrimônio foi doado por Gabriel Ferreira das Neves, como identifica Leitão (1975). O autor não apresenta uma data precisa da doação, porém textos avulsos sobre a história do município fazem referência a um documento de doação estudado por Wilson Seixas, datado de 10 de fevereiro de 1756⁶¹. O IBGE⁶² apresenta o ano de 1773 como sendo da construção da capela.

Outras capelas identificadas foram: São Sebastião, 1774, atual cidade de Caatingueira, identificada por Pires (2003); Nossa Senhora do Rosário, datada de 1775, atual Cidade de São João do Rio do Peixe, localizada às margens deste rio (ABREU, 2011, p. 98); São José, em 1777, atual cidade de São José de Piranhas, situada às margens do referido rio e São José, em 1783, localizado à margens do Rio Paulista, atual cidade de Paulista, cuja fonte da informação foram referências avulsas encontradas no acervo do Arquivo Cel. João Queiroga, em Pombal; e, por fim, Santa Maria Madalena, em 1792, atual cidade de Teixeira (Wanderley, 1994, p. 25-26).

Em conjunto, tais capelas configuraram um quadro de divisão eclesiástica na segunda metade do século XVIII representada na **Figura 48**:

⁶¹ Tratam-se de textos avulsos publicados em sites de história sobre o Município de Santa Luzia, por "curiosos" nos fatos, que repetem as informações importantes, mas não identificam as fontes, por isso, não são confiáveis.

⁶² Informações do IBGE Cidade, disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>.

Figura 48 - Divisão das Freguesias na segunda metade do século XVIII

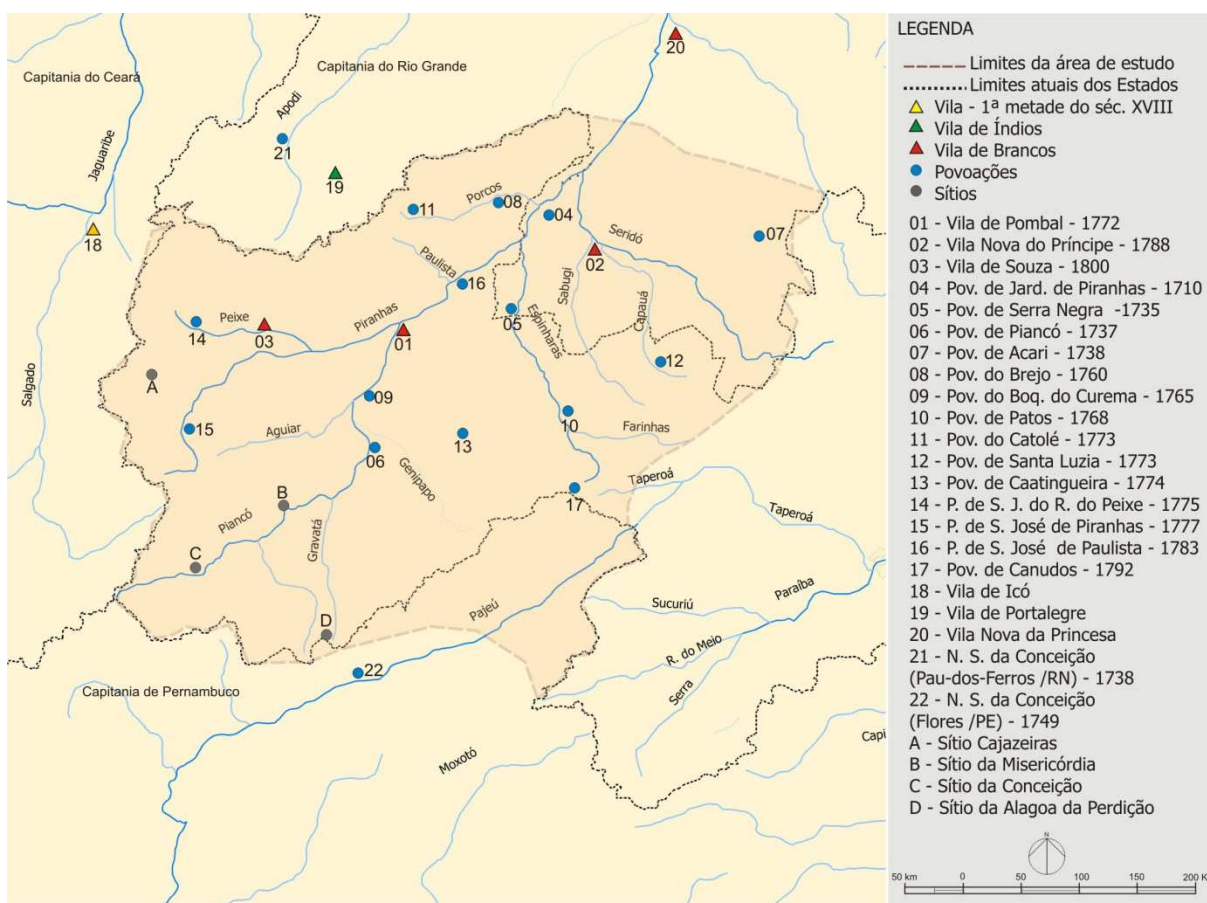
Fonte: Seixas (1962); Pinto (1977); e Joffily (1977 [1892]).

3.4 As estradas e a síntese da rede urbana na segunda metade do século XVIII

O movimento ascensional da pecuária no sertão do Nordeste se estende até princípios do século XVIII, quando Antonil a descreve com tanto ardor e colorido. A sua prosperidade ainda se mantém até fins do século, o que podemos acompanhar pelos progressos da população, formação de novas capitanias e ereção de freguesias e vilas. (PRADO JÚNIOR, 2004, p. 196)

Iniciou-se este último tópico com a afirmação de Prado Júnior (2006), pois ela é representativa do que foi demonstrado ao longo deste capítulo em relação ao Sertão de Piranhas e Piancó na segunda metade do século XVIII, ou seja, o aumento do número de povoações, a elevação de freguesias e vilas, associadas à política urbanizadora implementada pelo Marques de Pombal, tendo como fio condutor o proveito da pecuária. A **Figura 49** sintetiza esses espaços formados no Sertão de Piranhas e Piancó no fim do século XVIII.

Figura 49 - Síntese dos núcleos urbanos no fim do século XVIII no Sertão de Piranhas e Piancó



Fonte: Acervo do Cartório I Ofício de Notas "Cel João Queiroga" (Pombal-PB); Seixas (1962); Abreu (2011); Pires (2003).

As vilas fundadas polarizavam a região na administração civil, da justiça e religião. A vila de Pombal foi, por muito tempo, o centro desse poder. Em 1888, essa polarização é dividida com as vilas Nova do Príncipe, Nova da Rainha e Nova da Princesa. Em 1800, outras polarizações surgem, a Vila Nova de Sousa e a Vila de São João do Cariri.

Além das vilas, havia as povoações que se formaram a partir das capelas. Algumas, como a Povoação de Patos, polarizavam a região do Espinharas, e a Povoação de Catolé, a da Serra e rio do Patu. Havia também fazendas ou sítios que foram pontos estratégicos importantes no percurso da rede, tanto que se transformaram, no século XIX, em aglomerações urbanas, destacando-se o Sítio Cajazeiras (atual Cidade de Cajazeiras), Sítio da Alagoa da Perdição (atual Cidade de Princesa Isabel), Sítio de Conceição (atual Cidade de Conceição) e Sítio da Misericórdia (atual Cidade de Itaporanga), localizados na **Figura 49**.

Mas, como esses espaços estavam articulados? Já discutidas as primeiras vias de comunicação, o que se verificou ao longo da segunda metade do século XVIII foi a consolidação delas e o surgimento de outras, tornando a rede urbana mais articulada. Esse processo ocorreu em todo o sertão do Nordeste, como coloca Caio Prado Júnior:

[...] Tal processo, que vem desde o início da colonização, complementando-se por partes sucessivas, chega a seu termo na segunda metade do século XVIII, quando reconhecido afinal, e só então, todo o território, e explorados aqueles roteiros, procura-se entrar na fase de aproveitamento prático e comercial deles. Alguns, os mais antigos, já o estavam sendo havia muito: os mais recentes se acham apenas devassados. Conjugam-se então os esforços dos particulares, que tentam utilizá-los para seus fins, e da administração pública, que os incentiva e lhes empresta apoio. (PRADO JÚNIOR, 2006, p. 237)

O aproveitamento maior das vias de que fala Prado Júnior (2006) se deu em torno da atividade comercial da Pecuária, a qual foi discutida no capítulo anterior, através dos fluxos para as feiras e centros consumidores. Para adentrar sobre como ocorriam os fluxos para estes espaços, foram consultados alguns estudos sobre as vias de comunicação da Paraíba.

Constatou-se que o estudo sobre as vias de comunicação da Paraíba é complexo de se fazer, já que são poucos os trabalhos que tratam especificamente do tema. Há destaque para Joffily (1977 [1892]), que, em *Notas sobre a Paraíba*, publicado inicialmente em 1894, dedica um tópico às Vias de Comunicação da Paraíba; Maia (1978), no livro intitulado *Caminhos da Paraíba 1500-1978 - História do DER – PB*; e para o Atlas Geográfico da Paraíba (1987), em um tópico intitulado de *Esbôço Histórico dos Primeiros Caminhos e Rodovias da Paraíba*, onde se faz um apanhado das principais estradas do Estado, até o

século XIX. Porém, ao tratar das vias de comunicação da Paraíba no século XVIII, os dois últimos se baseiam exclusivamente no primeiro. Portanto, praticamente só existe a obra de Joffily. Para complementar o estudo de Joffily, há o de Studart Filho (1937), o qual, embora trate das vias de comunicação do Ceará colonial, mostra informações importantes para compreender as da Paraíba.

Joffily (1977 [1892]) destaca que as principais estradas que ligavam os sertões da Paraíba eram três: a Estrada Real, a Estrada do Seridó e a Estrada de Espinhas, todas partindo da atual cidade de Campina Grande, então Vila Nova da Rainha, onde existia uma das mais importantes feiras de gado para comercialização dos produtos oriundos do Ceará, Rio Grande e Paraíba. A primeira estrada partia da Vila da Rainha para a Cidade da Paraíba, bifurcando-se onde hoje é a Cidade de Itabaiana, indo em direção à Recife. Sobre a Estrada do Seridó, o autor expõe:

[...] tomava rumo de noroeste, passando pelos lugares onde hoje estão as povoações de Pocinhos e São Francisco e território adjacente à Pedra Lavrada, onde descia a Borborema (fralda ocidental), dava no rio Seridó, e acompanhando-lhe as margens penetrava na capitania do Rio Grande do Norte até os sertões do baixo Piranhas e Apody. Transpondo os limites desta capitania, de um lado, procurava de novo o Parahyba pela ribeira dos Porcos ou Patu, e de outro attingia as águas do baixo Jaguaribe, no Ceará. (JOFFILY, 1977 [1892], p. 143-144)

A respeito da Estrada de Espinharas, Joffily acrescenta:

[...] tomava a direção de oeste passando por grandes travessias; tocava na pequena ribeira de Santa Rosa, a dez léguas, e nove mais adiante na Povoação de Milagres, no Rio Taperoá; e, acompanhando mais ou menos as margens deste rio, tocava na lagoa do Batalhão, e descendo a Borborema seis léguas além dava nas águas do Rio Piranhas ou Espinharas, que acompanhava até o lugar onde é hoje a villa de Patos. Ahi dividia-se a estrada; á esquerda dirigia-se para o Piancó, tendo um desenvolvimento de cerca de 40 leguas até os confins da referida ribeira; á direita seguia em linha reta para a povoação das Piranhas, depois Villa e cidade de Pombal; contiinuando para Souza, no rio do Peixe, passaria depois mais ou menos próximo aos lugares hoje ocupados pela Villa de S. João do Rio do Peixe e cidade de Cajazeiras, em seguida penetrava na capitania do Ceará, onde subdividia-se servindo todo o Valle dos Carirys-Novos e sertões do Icó, Inhamúns e Cratéus, por onde entrava na Capitania do Piauihy. (JOFFILY, 1977 [1892], p. 143-144)

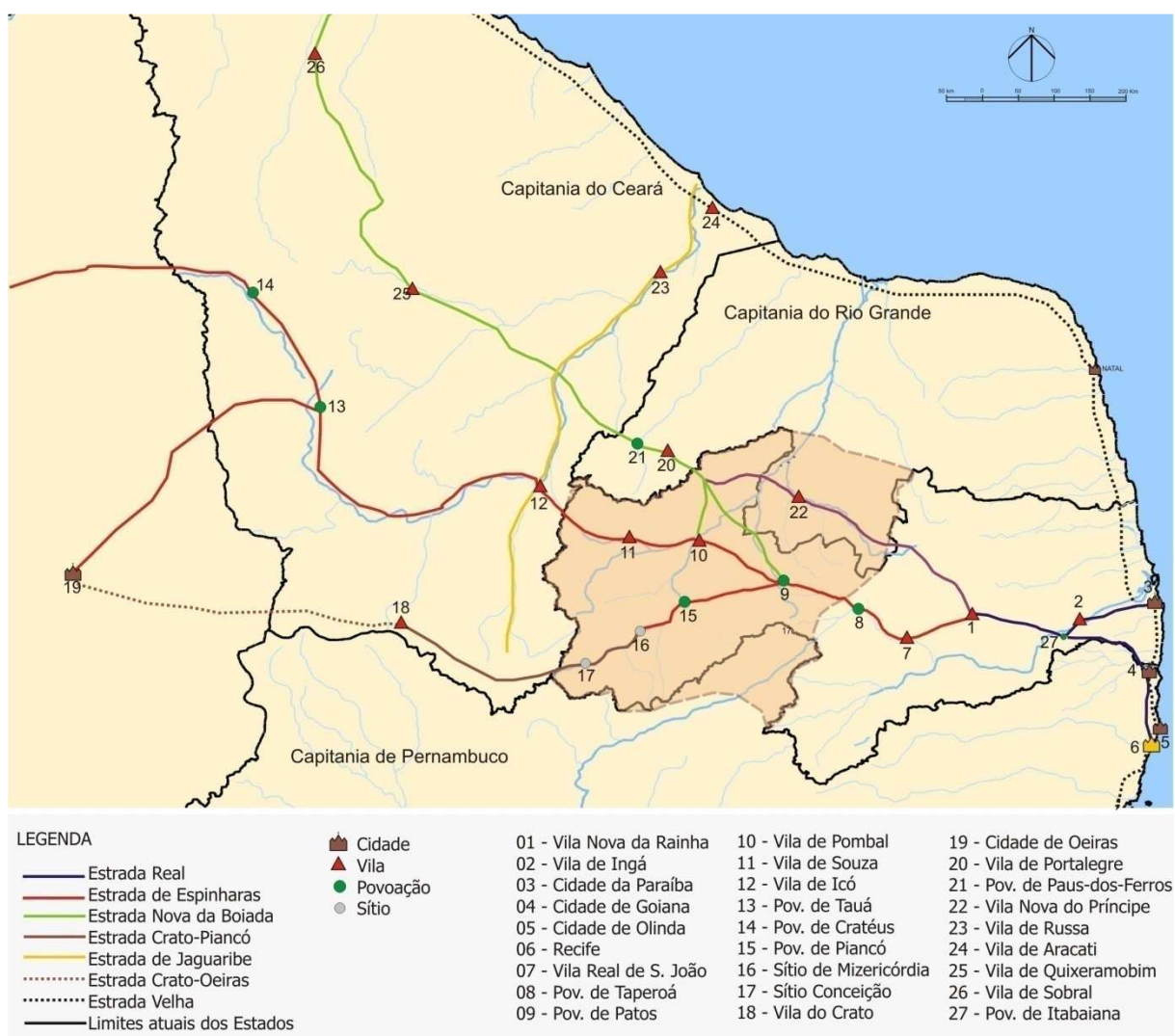
Em conjunto, os trechos da Estrada Real e Espinharas correspondiam à “Estrada da Boiada” ou “Estrada para Pernambuco”, conforme afirma Studart Filho (1937), pois era o principal eixo por onde circulava a produção da pecuária das capitanias do Piauí, Ceará, Rio Grande e Paraíba, seguindo para as feiras na Paraíba e os centros consumidores de

Pernambuco, Recife e Olinda. Studart Filho (1937) ainda identifica outras duas estradas que faziam conexão do Ceará com a Paraíba: a “Estrada Nova da Boiada” e a “Estrada Crato-Piancó”, que correspondia ao prolongamento do braço esquerdo da Estrada de Espinharas descrita por Joffily (1977). Seu traçado era o seguinte:

Vindo de Patos, onde se encontrava na tradicional estrada de Espinharas, o remoto caminho rural furava as campinas e os taboleiros da Paraíba, rumo do Piancó; cruzava Misericórdia e Conceição, transpunha os últimos corcovos meridionais da serra do cachorro-Morto, alcançando em procura de Mauriti, Missão-Velha e Crato. (STUDART FILHO, 1937, p. 38)

O resumo e o traçado das estradas descritas por Joffily (1977 [1892]) e por Studart Filho (1937) são apresentados na **Figura 50**.

Figura 50 - Estradas identificadas na historiografia



Fonte: JOFFILY (1977), Studart Filho (1937) e Juca Neto (2012).

A partir da análise da **Figura 50**, conclui-se que as estradas descritas na historiografia correspondem àquelas principais, não expondo os trechos secundários. Com o objetivo de identificar tais trechos secundários das vias de comunicação da rede urbana, procuraram-se seus indícios na documentação, bastante escassa, resumindo-se a algumas referências em Tavares (1982), expostas na **Tabela 21**.

Tabela 21 - Referências às Estradas na Capitania da Paraíba em Tavares (1982)

Data	Nome	Descrição	Fonte
1703	Estradas que seguia dos Cariris para as Piranhas	Solicita terras "[...]sobre a serra da Borborema, da estrada que seguia dos Cariris para as Piranhas para a parte do nascente".	(TAVARES, 1982, p. 50)
1749	Caminho novo	Próximo a Serra do Caturitée testadas do Bodocongó.	(TAVARES, 1982, p. 210)
1757	Estrada velha que vem das Espinharas	" O Alferes Antonio dos Santos de Vasconcellos, morador no Sertão das Espinharas desta capitania, que na ribeira do Sabugy tinha descoberto terras devolutas, que nunca tinham sido povoadas entre a dita ribeira de Espinharas e Sabugy em um riacho chamado do Meio, que nascia na serra das Preacas (?) e fazia barra no rio Sabugy na estrada velha que vem das Espinharas para o dito Sabugy e atravessa a estrada o dito riacho do meio [...]"	(TAVARES, 1982, p. 248)
1775	Caminho que vai de Piancó a Pajeú	"José Gregório Ferreira, morador na ribeira de Piancó, diz que na mesma ribeira, junto à serra da Borborema e caminho que passa do mesmo Piancó para o Pajeú, se acham terras devolutas de que tem carência, razão porque pretende por sesmaria três léguas de terra [...]"	(TAVARES, 1982, p. 358)
1779	Caminho Velho / Caminho de Santo Antônio	"Frutuoso José Dantas de Carvalho, morador da ribeira de Piranhas, diz que descobriu terras devolutas de sobras entre as fazendas Batalha, Joazeiro, Baijão e Cotias, com duas leguas ou duas e meia de largo pela parte de cima, pegando das testadas da fazenda Cotias, subindo pela passagem dos Brandões, caminho de Santo Antonio,e o alto das Imburanas e atravessando o riacho do Logradouro;[...]"	(TAVARES, 1982, p. 382)
1785	Caminho do sul	"Luzia Thereza e sua irmã Julianna Quaresma, dizem que no sertão do rio do Peixe têm a muitos annos povoado a serra das Gamellas, que querem tirar por data e juntamente as sobras da data de Domingos Jorge da parte do Nascente e as sobras da data do tenente Christovão da parte do sul compreendendo o riacho do poço e pelo nascente parte a referida serra com o Padre José Gomes de Faria e do poente com a serra de São Pedro Boqueirão e Calaboço até o caminho do sul, de cujas terras precisam e pedem por sesmaria [...]"	(TAVARES, 1982, p. 408)

1785	Travessa que vai de Piancó para Pajeú	"Francisco Gonçalves Lisboa, diz que descobriu na travessa que vae do Piancó para o Pajeú terras devolutas no riacho da Cachoeira que desagua no riacho da Serra Branca, pertencente a esta capitania, de um sítio para crear e plantar que intitulou com o nome de Conceição o qual confina pelo norte com terras do sitio de Sant'Anna no lugar Timbauba [...]"	(TAVARES, 1982, p. 408)
1786	Estrada velha do Pico	"João Barboza de Souza e Antonio Barboza de Souza, dizem que descobriram em cima da Serra da Borburema uma lagoa chamada de Santa Anna, com terras de cultivar devolutas, pegando da estrada velha do Pico, testadas com o Capitão Antonio Dias Antunes, para o poente três leguas de terras, confrontando pelo nascente com o sítio da serra do Pico, para o norte com terra dos Oliveiras, águas para as Piranhas e águas para o Cariri [...]"	(TAVARES, 1982, p. 413)
1788	Estrada Velha	"Manoel dos Santos Rodrigues, morador do Piancó, diz que descobriu uma serra para lavouras, em aguas vertentes para a mesma ribeira do Piancó, confrontando pelo nascente com o riacho do barreiro, do poente com o riacho do boi, do sul com a Estrada Velha do tenente coronel Igacio Saraiva, do norte com a fazenda de crear gados do supplicante, e nela se empossou como devoluta, e para legitimo titulo pede por sesmaria [...]"	(TAVARES, 1982, p. 432)
1805	Estrada do Brejo Fagundes	"Sargento-mór Antonio Gonçalves de Mello, diz que se acha de posse no termo da Villa Nova Rainha, de três leguas de terras de comprido e uma de largo pegando no lugar campestres na testada das terras de Nossa Senhora do desterro de També pelo riacho Surrão acima até a barra do riacho Quati e dahi por elle acima e estrada do Brejo Fagundes [...]"	(TAVARES, 1982, p. 496)
1816	Caminho da Lagoa de São João que vai para o Pajeú	"José de Paiva Mattos, morador no sertão do Piancó, termo de Pombal, diz que comprara a José de Araújo Cavalcante e a sua mulher, uma porção de terras na Alagôa da Perdição, pegando pelo nascente no buraco do Meio da dita lagoa e corrente ao sul até o serrote onde tem uma pedra Redonda sobre um lage pelo caminho da lagoa de S. João que vae para o Pagehú."	(TAVARES, 1982, p. 515)

Tais referências, embora de extrema importância, não são possíveis de serem localizadas em sua totalidade, com exceção de algumas: a "Estrada que sai dos Cariris para as Piranhas" e a "Estrada Velha que vem das Espinharas", que provavelmente correspondem à Estrada das Espinharas, descrita por Joffily (1977); o Caminho que vai de Piancó a Pajeú, já traçado anteriormente nos estudos do capítulo 02; e as travessas que vão de Piancó para

Pajeú, que fazem referência ao “Sítio Conceição”, além de outra, a “Alagoa da Perdição”, deixando evidente que ocorria na linha do Rio Piancó e do Rio Gravatá, territórios atualmente pertencentes às cidades de Conceição e de Princesa Isabel, as quais, embora não fossem aglomerações urbanas, eram pontos significativos, vindo a ser povoações no século XIX.

Outras evidências dos caminhos foram procuradas na cartografia histórica do período. Porém, infelizmente, o Sertão da Paraíba foi pouco cartografado no século XVIII, sendo que toda a cartografia do território, até então encontrada, é somente do século XIX. A análise de tal cartografia é bastante importante, pois o processo de formação de estradas é bastante lento, então não teria sido muito diferente do que foi apresentado. Cabe ainda dizer que a configuração espacial das estradas só vem a se modificar, de fato, em fins do século XIX, e principalmente no início do século XX, com a formação do DNOCS⁶³, que possibilitou a construção de estradas de rodagem. Assim, o que se apresenta do século XIX é uma evidência do que existia em fins do século XVIII.

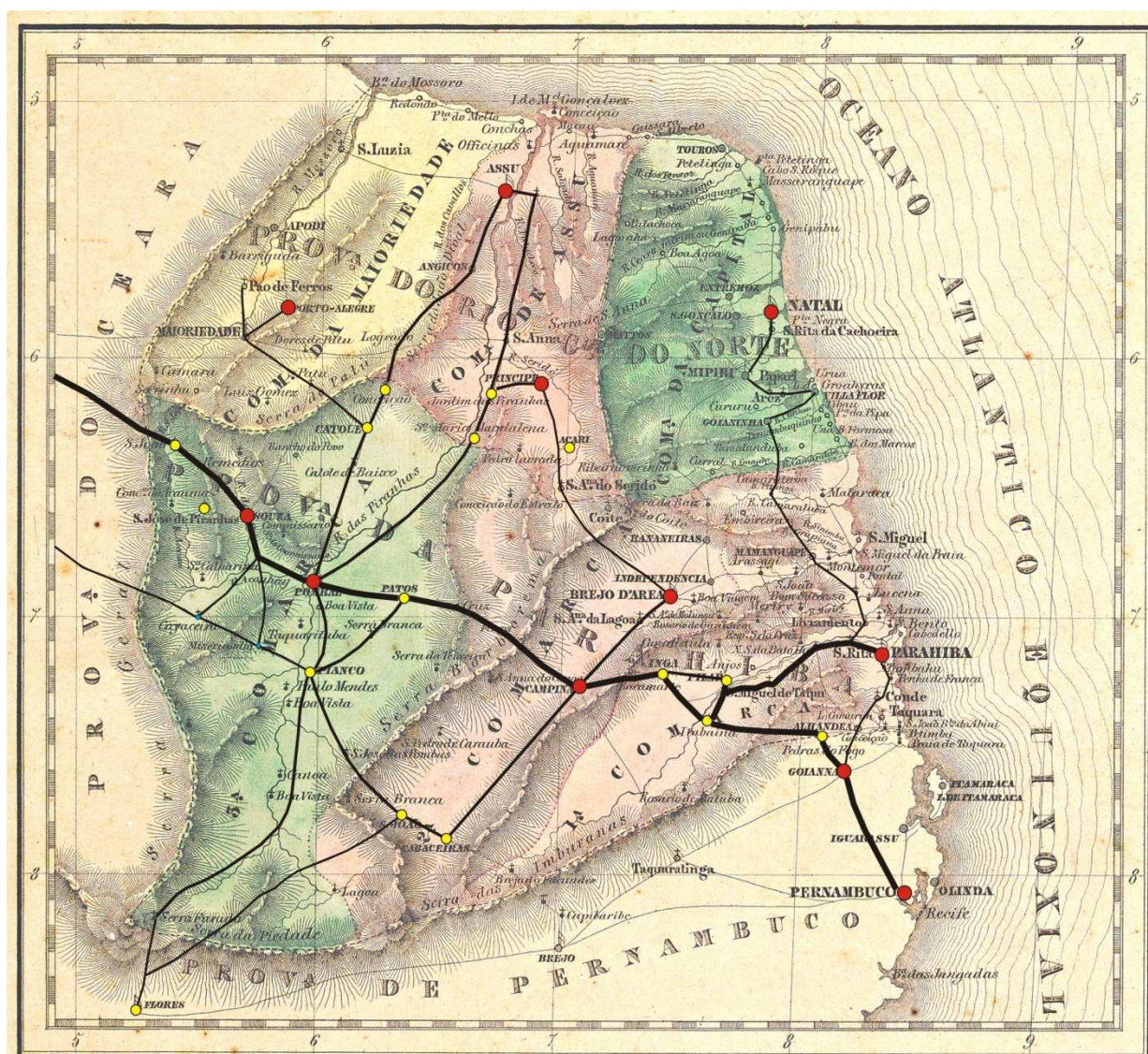
São três as principais cartografias existentes:

- A primeira é a *Carta Corographica da Parahyba do Norte*, extraída da *Carta Corographica do Império do Brazil*, elaborada pelo engenheiro Conrado Jacob de Niemeyer (1817) e reproduzida pelo Engenheiro Francisco Pereira da Silva (1850). Ou seja, é um retrato no início do século XIX. (**Figura 51**)
- A segunda carta é a que apresenta as ligações entre os pontos fixos no território da Paraíba, denominada *Carta Topographica e Administrativa das Províncias do Rio Grande do Norte e Paraíba, de 1848, encontrada no Acervo do Arquivo Nacional*⁶⁴. Nela estão traçadas as ligações dos pontos fixos na Paraíba e também com o Rio Grande. (**Figura 52**)
- A última carta é o *Mappa das Principaes vias de Comunicação da Província da Paraíba*, levantado por Carlos Bless e David Plemann, de 1858. Nela é interessante ressaltar, principalmente, o trecho da Estrada intitulada por Jofilly de Espinharas. (**Figura 53**)

⁶³ Departamento Nacional de Obras Contra a Seca.

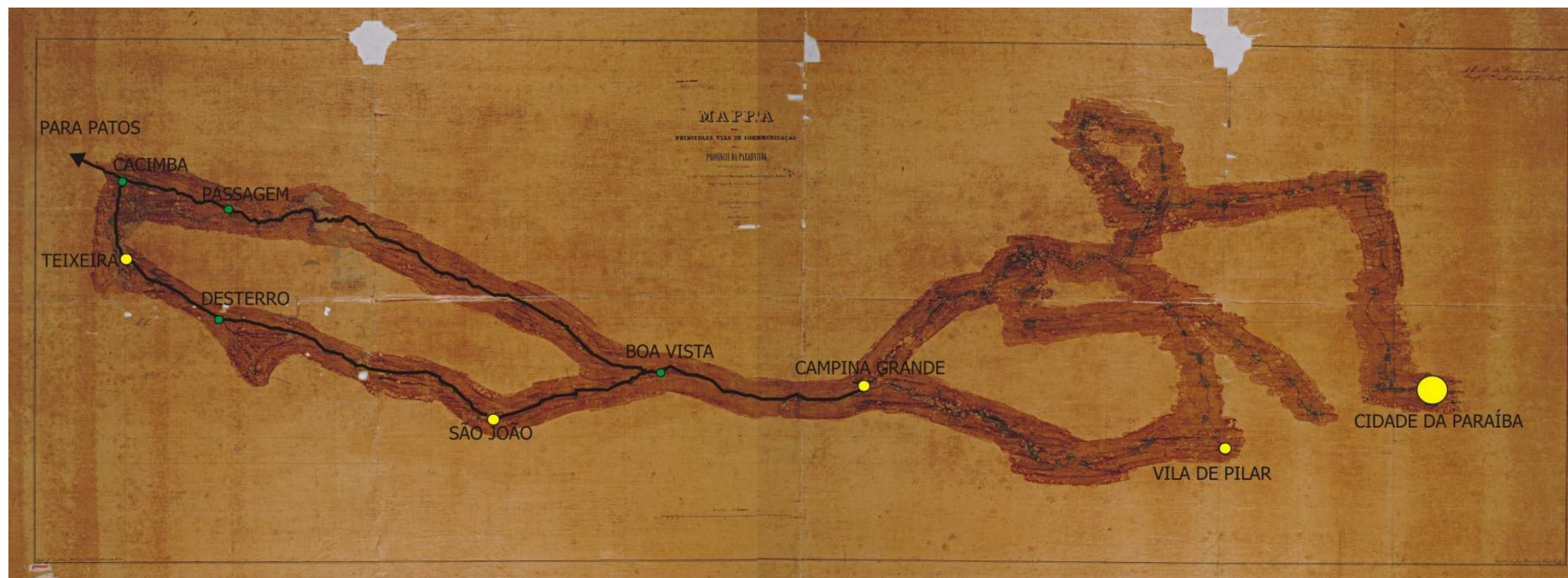
⁶⁴ Cedida, gentilmente, por Juliano Loureiro de Carvalho.

Figura 52 - Carta Topographica e Administrativa das Províncias do Rio Grande do Norte e Paraíba, de 1848



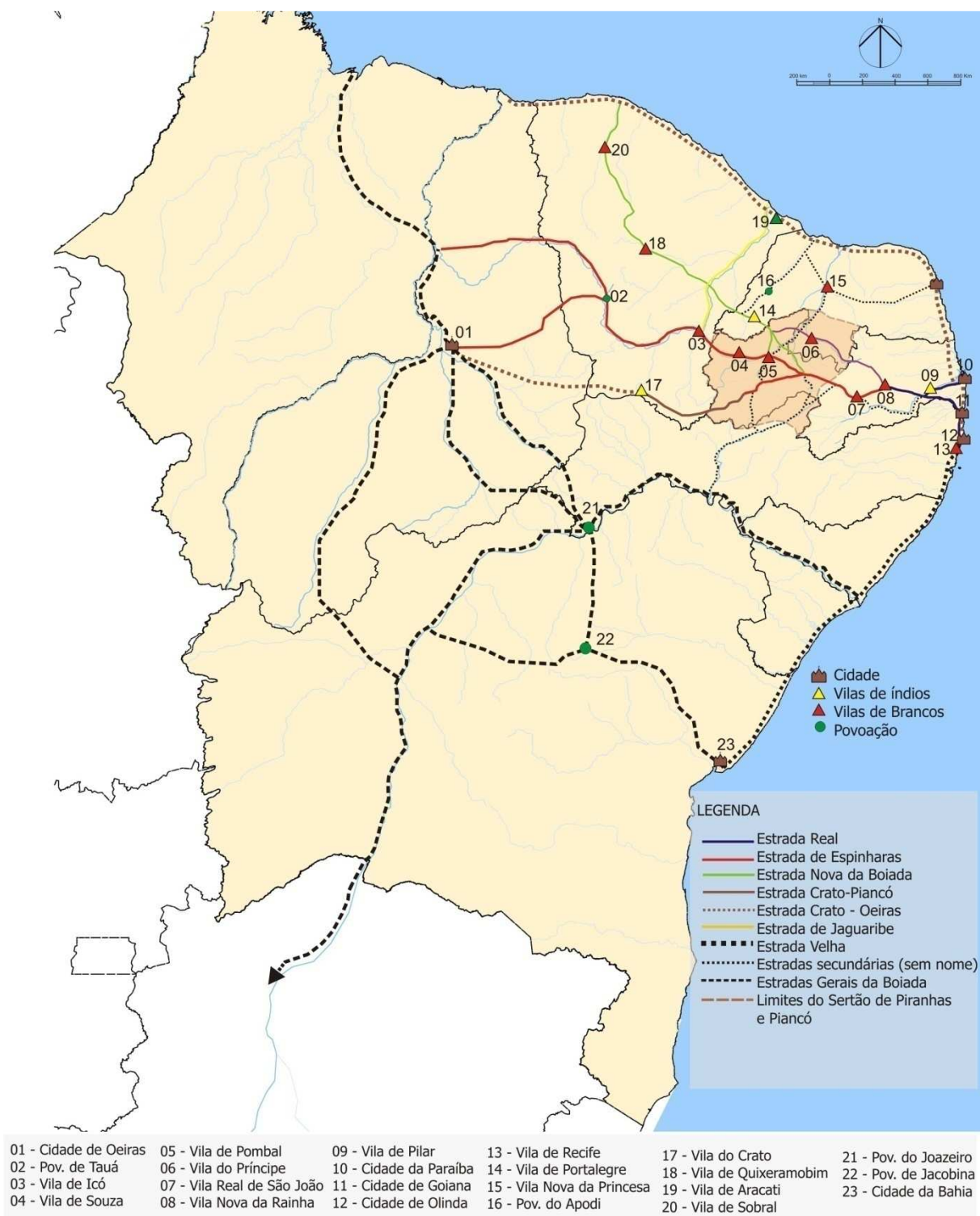
Fonte: Acervo do Arquivo Nacional (Nela foram destacadas somente as aglomerações existentes em fins do século XVIII).

Figura 53 - Mappa das Principaes vias de Communição da Província da Paraíba, levantado por Carlos Bless e David Polemann (1858)



Fonte: Acervo do Arquivo Nacional.

Figura 55 - Resumo da rede urbana no Sertão de Piranhas Piancó em fins do século XVIII



Fonte: JOFFILY (1977), Studart Filho (1937), Juca Neto (2012) e Arraes (2012).

Em linhas gerais, a rede urbana no Sertão de Piranhas e Piancó, formada ao longo do século XVIII, sintetizada nas **Figuras 54 e 55**, é resultante de um longo processo conduzido pelos agentes coloniais, através de controle da população, principalmente a indígena,

estruturado em pontos fixos, centros da administração local, e estradas, condutoras dos principais fluxos ligados à circulação de mercadorias oriundas principalmente da atividade criatória, bem como dos bens de subsistência.

Nesse contexto, o sertão da Paraíba, em especial o Sertão de Piranhas e Piancó, vai muito além dos conceitos apresentados para ele e demonstrados no Capítulo 01, enquanto espaço que se opunha do litoral, ou lugar habitado por índios bárbaros e população voltada à vadiagem e ao crime. Expondo uma dinâmica muito mais complexa do que as mostradas em definições clássicas da história, como se pode ver a partir da formação dos territórios urbanos.

A rede urbana analisada foi a gênese do processo que continuou no século XIX, com mais intensidade, no que compete à formação de pontos fixos e estruturação de estradas, motivado pelo crescimento da produção do algodão, que, desde fins do século XVIII, aparece como um dos produtos que geriu a economia dos Sertões da Paraíba, o que conduziu para o quadro atual de um espaço com certo número relativamente grande de núcleos classificados de urbanos.

Considerações Finais

Os estudos clássicos sobre a história do Brasil apresentam uma definição do Período Colonial (1500-1822), a partir de uma condição político-administrativa. Os avanços das pesquisas vem demonstrando os infinitos contextos e realidades nesse tempo de colônia, como o aqui apresentado: em um recorte de um século e em um espaço restrito, constatou-se a inviabilidade de analisá-lo sem a segmentação de dois tempos distintos, um de guerras e conquistas do território, outro de consolidação da ocupação do território conquistado; e, ainda, a necessidade de manter escalas diversas de estudo, indo ao mesmo tempo do pontual, como o surgimento dos arraiais, capelas, etc., sem perder as conexões com a realidade que cerca o recorte espacial em análise, pois essas conexões explicam muito sobre o processo em estudo.

Essa ideia, de análise pontual e das conexões, ou seja, da rede, permeou o trabalho e foi fundamental para o desenvolvimento da pesquisa, bem demonstrado no capítulo 02 e Capítulo 03.

No Capítulo 02, correspondente à primeira metade do século XVIII, foram formados os arraiais e os aldeamentos. Os primeiros com funções militares, ligadas às instalações dos terços (burocráticos, institucionais e privados) de baianos, pernambucanos e paraibanos, destinados aos conflitos da Guerra dos Bárbaros, sendo o Arraial de Piranhas (fins do século XVII), o principal. E, o segundo, como missões religiosas de catequização dos povos indígenas que não se rebelavam contra o Estado Português, os chamados os “índios mansos”, que visava, em linhas gerais, a inserção destes povos à sociedade colonial, principalmente para poder explorá-los como mão-de-obra. Os principais aldeamentos na área estudada foram dos Pegas, Icós, Panatis e Curemas.

No capítulo 03, no qual foi abordada a segunda metade do século XVIII, marcada pela política pombalina que incentivou a formulação de um programa de urbanização através da fundação de vilas, que nas Capitanias do Norte apresentou momentos distintos: o primeiro estava pautado na elevação dos antigos aldeamentos jesuíticos à vilas de índios; o segundo na elevação dos aldeamentos das demais ordens religiosas à mesma condição, o que gerou, no Sertão de Piranhas e Piancó o descimento dos quatro aldeamentos existentes, dos Pegas, Panatis, Icós e Curemas, para a constituição de vilas de índios no litoral da Capitania da Paraíba e do Rio Grande; o terceiro, e último, foi na extensão da política além dos aldeamentos indígenas, o que resultou na formação das Vilas de Pombal (1772) e Sousa

(1800), antigas povoações de Nossa Senhora do Bom Sucesso, e de Nossa Senhora do Remédio do Jardim do Rio do Peixe, respectivamente.

Ao longo dos dois capítulos foi salientada a produção das capelas para instalação de povoações, que ocorreu no decorrer de todo o século XVIII pelos interesses dos proprietários rurais de instituir seu poder local, através de doações de patrimônios de terras, que dava o aparato inicial para a sua existência. Foram instaladas ao longo deste século na área estudada as seguintes capelas: Nossa Senhora do Bom Sucesso - Pombal (1740), N. S. de Santa Ana do Seridó – Caicó / RN, N. S. dos Remédios – Sousa (1740), Santo Antonio - Piancó (1737), N. S. dos Aflitos – Jardim das Piranhas / RN (1710), N. S. do Ó – Serra Negra / RN (1735), N. S. da Guia – Acari / RN (1738), Santa Luzia – Santa Luzia (1756), N. S. dos Milagres – Brejo do Cruz (1760), Santa Rita - Coremas (1765), N. S. da Guia - Patos (1768), N. S. dos Remédios – Catolé do Rocha (1773), São Sebastião - Catingueira (1774) N. S. do Rosário – São João do Rio do Peixe (1775), S. José - São José de Piranhas (1777), S. José - Paulista (1783) e S. M. Madalena - Teixeira (1792).⁶⁵

Foram expostos como os aldeamentos, os arraiais, as povoações e as vilas eram pontos estratégicos articulados através de vias de ligações que foram sendo traçadas ao longo de todo século. A principal delas era a Estrada da Boiada, formada, segundo Jofilly (1977 [1892]), pela Estrada de Espinharas e Estrada Real, que convergiam para os centros consumidores do gado e seus subprodutos (Olinda e Recife, principalmente) e para as feiras, onde tais produtos eram comercializados (Igarassu - PE, Goiana - PE, Pedras de Fogo - PB, Itabaiana - PB, Campina Grande - PB e Areia - PB), gerando a movimentação, ou fluxos na rede urbana. As demais estradas convergiam para alguns pontos fixos desta principal, como Pombal, Sousa, Patos e Campina Grande.

A tendência de observar esse processo olhando como o branco colonizador, ou seja, como os agentes coloniais definidos por Vasconcelos (1997), não foi aqui abandonada, mas, o trabalho demonstra a clara tentativa e necessidade de pensar o papel dos povos indígenas, não como agente da produção do espaço colonizado, mas como aqueles que defendiam seu espaço diante da colonização.

A pesquisa evidencia, também, que muito já se produziu sobre o século XVIII, e sem essa produção não teria sido possível chegar aos resultados apresentados. Mas, ao mesmo tempo, demonstra o quanto há ainda por desvendar considerando os agentes, escalas

⁶⁵ O nome apresentado após da denominação da Capela corresponde ao nome atual do núcleo urbano.

geográficas de análise, tempos, articulações da rede entre o urbano e as fazendas e as articulações com as demais capitanias.

Todas essas considerações apresentadas levaram à resposta da problemática central do trabalho que era responder como se formou a rede urbana do Sertão de Piranhas e Piancó setecentista, cumprindo, assim, como objetivo proposto.

A pesquisa apresentada também revelou as facilidades que se pode ter na investigação a partir da internet, onde estão disponíveis não somente uma extensa bibliografia sobre o tema, mas, documentação primária de arquivos históricos, como o da BN, o Projeto Resgate com a Documentação do AHU e a cartografia importantíssima do AHEx. Em contrapartida revela as dificuldades que são enfrentadas por todos os pesquisadores que se dedicam ao tempo histórico aqui tratado, como a perda de documentos importantes e a dificuldade de acesso a alguns arquivos, como foi o Caso do Arquivo do Cartório I Ofício de Notas “Cel João Queiroga” (Pombal-PB), onde está localizada uma riquíssima documentação sobre a história do Sertão de Piranhas e Piancó desde o início do século XVIII e século XIX.

Finalmente, é esperado que o presente trabalho possa contribuir para ampliar os estudos da história urbana setecentista, através da abordagem pautada nos agentes coloniais envolvidos no processo e, mais especificamente, para o entendimento de como se processou a gênese e estruturação do urbano no Sertão de Piranhas e Piancó, para assim, compreender como se chegou ao quadro atual, onde se encontram uma grande quantidade de pontos fixos e uma complexa rede de caminhos, reflexos deste processo inicial.

Referências

ABREU, João Capistrano de. **Caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial** - 1500/1800. Edições do Senado Federal. Brasília: Senado Federal, 2006 [1892].

ABREU, Maurício de Almeida. A apropriação do território no Brasil colonial. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

ABREU, Wlisses Estrela de Albuquerque. **Senhores e escravos do sertão**: espacialidades de poder, violência e resistência, 1850-1888. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande / UFCG, Campina Grande, 2011.

ALMEIDA, Elpídio de. **História de Campina Grande**. 2a ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1978.

ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. Volume 1 e 2. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1978.

AMADO, Janaína. "Região, Sertão, Nação". In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 1995.

AMANTINO, Márcia. O Sertão Oeste em Minas Gerais: um espaço rebelde. In: **Varia História**, Minas Gerais, v. 29, p. 79-97, 2003.

ANDRADE, Adriano Bittencourt. **O Outro Lado da Baía**: A Rede Urbana do Recôncavo Baiano Setecentista. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. A conversão do sertão: capelas e a governamentalidade nas Minas Gerais. In: **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 23, nº 37: p.151-166, Jan/Jun 2007.

ANDRADE, Manoel Correia de. **Cidade e campo no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1974.

_____. A pecuária e a produção de alimentos no período colonial. In: SZMRECSANYI, Tamás (org.). **História econômica do período colonial**. São Paulo: Editora HUCITEC – 1996, p. 99-109.

ARRAES, Damião Esdras Araújo. **Curral de reses, Curral de almas**: urbanização do sertão nordestino entre os séculos XVII e XIX. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

AZEVEDO, Aroldo de. Vilas e Cidades do Brasil Colonial: Ensaio de Geografia Urbana Retrospectiva. In: **Boletim de Geografia da Faculdade de Filosofia**, São Paulo, n. 208, 1956.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário português e latino**. Lisboa; Oficina de Pascoal da Sylva, 1713. Disponível em: <http://www.brasiliiana.usp.br/dicionario/edicao/1>.

BORGES, José Elias. Índios paraibanos: classificação preliminar. In: MELO, José Octavio de Arruda & RODRIGUEZ, Gonzaga. (org.). **Paraíba: conquista, patrimônio e povo**. João Pessoa: Edições GRAFSET, 1993, 21-38.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogos das grandezas do Brasil**. Rio de Janeiro: Dois Mundos. Editora, 1943.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais. A longa duração. In: **Escritos sobre a História**. 2ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992. pp. 41-78.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Desenho e desígnio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. (Tese de Doutorado – FAU/USP).

CÂMARA, Epaminondas. **Municípios e freguesias da Paraíba**. Campina Grande: Núcleo Cultural Português/ Caravela, 1997.

CAMINHA, Pero Vaz . Carta de Pero Vaz de Caminha a D. Manuel datada de Porto Seguro em 1 de maio de 1500. In: CORTESÃO, Jaime (org.). **A carta de Pero Vaz de Caminha**. Rio de Janeiro, Livros dePortugal, 1943.

CANCELA, Francisco. A presença de não-índios nas vilas de índios de Porto Seguro: relações interétnicas, territórios multiculturais e reconfiguração de identidade – reflexões iniciais. In: **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 42-61, jul./dez. 2007.

CARTAXO, Rosilda. **Estradas das Boiadas: Roteiro para São João do Rio do Peixe**. João Pessoa: NOPRIGRAL, 1975.

CARVALHO, Juliano Loureiro de. **Formação Territorial da Mata Paraibana, 1750-1808**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

CORRÊA, Roberto Lobato. Novas dimensões do urbano no Brasil. In: **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro, V. 21, n. 42, p. 12 – 17, 1991.

_____. Interações Espaciais, In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CASAL, Manuel Aires de. **Corografia Basílica ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brasil**. Tomo II. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1817.

DEFFONTAINES, Pierre. Como se Constituiu no Brasil a Rede de Cidades. In: **Boletim Geográfico**, São Paulo, n. 9, ano 59, 1938. (p.-141-148).

DELSON, Roberta Marx. **Novas Vilas para o Brasil-Colônia: Planejamento Espacial e Social no Século XVIII**. Brasília: Edições Alva/CIORD, 1997.

DERNTL, Maria Fernanda. **Método e Arte: criação urbana e organização territorial na capitania de São Paulo, 1765-1811**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

DERNTL, Maria Fernanda; CARVALHO, Juliano Loureiro. Tão longe, tão perto: uma abordagem comparada de processos de reorganização territorial nas capitanias gerais de São Paulo e Pernambuco, 1750-1777. In: **XI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**, 2010, Vitória. Anais do XI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Vitória, ES : UFES, 2010.

DIAS, Érika Simone de Almeida Carlos. A capitania de Pernambuco e a instalação da Companhia Geral de Comércio. In: **Actas do Congresso Internacional O espaço atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades**. Lisboa: 2005.

DIREÇÃO com que interinamente se devem regular os índios das novas vilas e lugares eretos nas aldeias da capitania de Pernambuco e suas anexas. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, XLVI, 1883, pp. 121-171.

DOSSE, François. **A história em migalhas: dos "Annales" à Nova História**. São Paulo: Ed. UNICAMP, 1992.

EGLER, Walter A. Contribuição ao estudo da caatinga pernambucana. In: **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 13, p. 65-77, 1951.

FALCON, Francisco José Calazans. Pombal e a Companhia de Jesus. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**. Rio de Janeiro: a.170, n.. 443, abr./jun. 2009.

FERES JÚNIOR, João. A história conceitual do Brasil no mundo ibero-americano. In: João Feres Júnior. (Org.). **Léxico da história dos conceitos políticos no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, v. , p. 7-10.

FERNANDES, Irene Rodrigues e AMORIM, Laura Helena Baracuhy. **Atividades produtivas na Paraíba** João Pessoa: Universitária/ UFPB, 1999.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. A rede urbana brasileira setecentista. A afirmação da vila regular. In: TEIXEIRA, Manuel C. **A construção da cidade brasileira**. Lisboa: Horizonte, 2004.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. Nucleos urbanos criados por Pombal no Brasil do século XVIII. In: **Anais do IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. Rio de Janeiro: 1996. v. 2. p. 602-620.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 22ª edição. São Paulo: Editora Nacional, 1987.

GADELHA, Julieta Pordeus. **Antes que ninguém conte**. João Pessoa: A União Editora, 1986.

GAIO, Géssica Goes Guimarães. Sattelzeit: modernidade e história. In: **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. V. 1,n. 2, 2009.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. **Tratado da Terra do Brasil**: História da Província de Santa Cruz. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp. vol 2, 1980.

GONÇALVES, Regina Célia (Org.). **A Questão Urbana na Paraíba**. João Pessoa: Universitária, 1999.

GOULART, José Alípio. A formação da zona da pecuária nordestina. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro. 259: 16-26. 1963.

GUEDES, Paulo Henrique de Q. **A colonização do sertão da Paraíba**: agentes produtores do espaço e contatos interétnicos: 1650-1730. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós Graduação em Geografia, Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

HERCKMANS, Elias. **Descrição geral da capitania da Paraíba**. João Pessoa: A União, 1982.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 3ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

IBGE, 2010. **Glossário Cartográfico**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/glossario/glossario_cartografico.shtm acessado em 02/11/2011.

JOFFILY, Irineu. **Notas sobre a Paraíba**. Brasília: Thesaurus, 1977. Edição fac-similar de 1892.

JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro. Vilas, Povoados e Estradas do Ceará Colonial: os caminhos da ocupação territorial. In: **Anais do X Simpósio de Geografia Urbana**. Florianópolis, 2007.

_____. Primórdios da rede urbana cearense. In: **Mercator** (UFC), v. 8, 2009, p.77 - 102.

_____. **Primórdios da rede urbana cearense**. Fortaleza: Edições UFC – Editora Banco do Nordeste do Brasil, 2012.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos; tradução, Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.

LEITÃO, Deusdedit de Vasconcelos. Brejo do Cruz. In: **Revista IHGP**, V.21, João Pessoa, 1975, p. 9-16.

LOPES, Fátima Martins. **Em nome da liberdade:** as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o diretório pombalino no século XVIII. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Os Documentos do Cartório de Pombal-PB e sua importância para o entendimento da História Colonial do Sertão do RioGrande do Norte. In: **Mneme, Revista de Humanidades**. V. 05. N. 12, out./nov. de 2004.

MACHADO, Maximiano Lopes. **Historia da Província da Parahyba**. João Pessoa: Universitária, 1977.

MAIA, Doralice Sátyro. **As feiras de cidades brasileiras e portuguesas:** Lugar do mercado e do encontro. João Pessoa: Anais do Seminário Luso-Brasileiro-Caboverdiano – III Encontro Paraibano de Geografia, 2006.

MARIZ, Celso. **Apanhados históricos da Paraíba**. 3. ed.facsimilar. João Pessoa: CEC/ SEC/ A União, 1994 (Col. "Biblioteca Paraibana", vol. VIII)

MARIZ, Celso. **Através do Sertão**. Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, 1910

MARIZ, Celso. **Evolução Econômica da Paraíba**. Paraíba: A União, 1939.

MARX, Murillo. **Cidade no Brasil, terra de quem?** São Paulo: Edusp/Nobel, 1991.

_____. **Nosso Chão do sagrado ao profano**. 2ª. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/EDUSP, 2003.

MATA, Sérgio da. **Chão de Deus:** catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais,Brasil, Séculos XVIII e XIX. Berlin: Wiss. Verl. Berlin, 2002.

MEDEIROS, Coriolano de. Entradas. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**. João Pessoa: 1910.

MEDEIROS, Ricardo Pinto de. **O descobrimento dos outros:** povos indígenas do sertão nordestino no período colonial. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História,Universidade Federal de Pernambuco,Pernambuco, 2000.

MEDEIROS, Ricardo Pinto de. Política indigenista do período pombalino e seus reflexos nas capitanias do norte da América portuguesa. In: **Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime:** poderes e sociedades. Lisboa: 2005.

MEDEIROS, R.P. Política indigenista do período pombalino e seus reflexos nas Capitanias do Norte da América portuguesa. In: OLIVEIRA, C.M. & MEDEIROS, R.P. (orgs.). **Novos olhares sobre as Capitanias do Norte do Estado do Brasil**. João Pessoa: Universitária, 2007.

MENEZES, Mozart Vergetti. **Colonialismo em ação: Fiscalismo, Economia e Sociedade na Capitania da Paraíba**. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

MENEZES, Catarina Agudo. Alagoas de Marcgraf. In: I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. **Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica**. Paraty, 2011.

MORAES, Ana Paula da Cruz Pereira de. Pensando o sertão através de micro-história: alguns traços da experiência social nas ribeiras do Rio Piranhas, PB (século XVIII). In: **Anais do II Encontro Internacional de História Colonial, Mneme – Revista de Humanidades**. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008.

MORAES, Antonio Carlos Robert. O sertão: um "outro" geográfico. In: **Cadernos de Literatura Brasileira "Euclides da Cunha"**. Edição especial comemorativa do centenário de "Os Sertões". N.ºs 13 e 14. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Salles, 2002.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Bases da Formação Territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no "longo" século XVI. In: **Estudos Históricos**, 41, São Paulo: Hucitec, 2000.

MOTA, Aroldo. Município de Tauá: Origem. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: v. 115, 2001.

MOTT, Luiz R. B. Subsídios à história do pequeno comércio no Brasil. In: **Separata de Revista História**. N. 105, São Paulo, 1976.

MOURA FILHA, Maria Berthilde de Barros Lima e. **De Filipéia à Paraíba**. Uma cidade na estratégia de colonização do Brasil. Séculos XVI-XVIII. João Pessoa: IPHAN / Superintendência na Paraíba, 2010.

NASCIMENTO, José Clewton do. De Vila Pastoril à Princesa dos Sertões – Uma História de Rupturas e Permanências. In: 6º Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. **Anais do 6º Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**, Natal, 2000.

NÓBREGA, Cláudia. **As correições dos ouvidores-gerais do Rio de Janeiro (1624 – 1696): princípios ordenadores do espaço urbano**. VIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Niterói, 004. (Cd – room).

OLIVEIRA, Elza Regis de. **A Paraíba na crise do século XVIII - subordinação e autonomia (1755-1799)**. 2ª Ed. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

OLIVEIRA, João Baptista Perdigão de. A vila de Quixeramobim. In: **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, n. 4, p. 273-296, 1890.

OTÁVIO, José. (Org.), **A Paraíba das Origens à Urbanização**. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 1983.

OZILDO, J. **Contribuição à história eclesiástica de Patos**. Patos: Ed. Soluções, 2005.

PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. **As Ruínas da Tradição:** A casa da Torre de Garcia D'Ávila – Família e Propriedade no Nordeste Colonial. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. Família, Propriedade, Tradição e Poder no Nordeste Colonial: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila. In: **Anais do XXIV Simpósio Nacional de História**. 2007.

PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e notas para a história da Paraíba**. v.1. João Pessoa: Universitária, 1977.

PINTO, Luiz Maria da Silva. **Diccionario da Lingua Brasileira** .Lisboa: Typographia de Silva, 1832. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/3>.

PIRES, Flávia Ferreira. **Os filhos-ausentes e as penosas de São Sebastiãozinho:** Etnografia da Festa da Catingueira / PB. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Museu Nacional na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

PIRES, Maria Idalina da Cruz. **Guerra dos bárbaros:** resistência indígena e conflitos no Nordeste colonial. Recife: FUNDARPE, 1990.

POMPA, Cristina. **Religião como tradução:** missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial. Bauru, S.P.: EDUSC, 2003.

PORTO, Maria Emília Monteiro. Jesuítas e missões: representações das fronteiras na Capitania do Rio Grande. In: OLIVEIRA, Carla Mary S.; MENEZES, Mozart Vergetti de & GONÇALVES, Regina Célia (orgs.). **Ensaio sobre a América Portuguesa**. João Pessoa: Editora Universitária - UFPB, 2009.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A Formação do Brasil Contemporâneo**. Colônia. 23ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros**. Povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil. 1650/1720. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2002.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Notas sobre o urbanismo barroco no Brasil. **Cadernos de Pesquisa do LAP**, São Paulo, n.3, p. 1- 45, nov./dez. 1994.

_____. **Contribuição ao estudo da evolução Urbana no Brasil (1500 /1720)**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1968.

REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, 1912, p. 229-230.

REZÃO do Estado do Brasil (c. 1616). Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1999. Ed. Fac-similada do Códice da Biblioteca Pública do Porto.

RIBEIRO JÚNIOR, José. Colonização e monopólio no Nordeste brasileiro: a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, 1759-1780. In: **Estudos Históricos**, n. 51. São Paulo: Hucitec, 2004.

RODRIGUES, André Figueiredo. Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador dom Rodrigo José de Meneses. In: **Revista Brasileira de História**, vol.23, n.46, pp. 253-270, 2003.

SÁ, Ariane Norma de Menezes e MARIANO, Serioja R. C. (Orgs.). **Histórias da Paraíba: autores e análises sobre o século XIX**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003.

SALGADO, Graça. **Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil Colonial**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, p. 23-46.

SARMENTO, Christiane Finizola. **Povoações, Freguesias e vilas na Paraíba Colonial: Pombal e Sousa, 1697-1800**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

SEIXAS, Wilson Nóbrega. **O Velho Arraial de Piranhas (Pombal)**. João Pessoa: Gráfica A Imprensa, 1962.

SEIXAS, Wilson Nóbrega. Pesquisas para a História do Sertão da Paraíba. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**. João Pessoa: 1975.

SILVA, Kalina Vanderlei, SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Contexto, 2005.

SILVA, Kalina Vanderlei. **Nas Solidões Vastas e Assustadoras – A Conquista do Sertão de Pernambuco pelas Vilas Açucareiras nos Séculos XVII e XVIII**. Recife: Cepe, 2010.

SILVA, Antonio Moraes. **Dicionário da língua portuguesa**. Lisboa: Typographia, 1789. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00299210>.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **Estrutura de Poder na Paraíba**. João Pessoa: Universitária, 1999.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato, (orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOARES, Antonio; GERMANO, Moacir. **Municípios e Freguesias da Paraíba**. Campina Grande: Núcleo Cultural Português, 1997.

STUDART FILHO, Carlos. **Vias de Comunicação do Ceará colonial**. Revista do Instituto do Ceará. Tomo LI. Fortaleza. 1937.

TAVARES, João de Lyra Tavares. **Apontamentos para a história territorial da Parahyba**. Edição Fac- similar. Coleção Mossoroense, 1982.

TAUNAY, Afonso E. **A Guerra dos Bárbaros**. Vingt-un Rosado, Coleção Mossoroense, 2a ed. 1995.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. **De laville de Dieu à La ville des Hommes. La sécularisation de l'espace urbain dans le Rio Grande do Norte, Brésil**. Tese (Doutorado) – École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 2002.

_____. Os Nomes da Cidade no Brasil Colonial. Considerações a Partir da Capitania do Rio Grande do Norte, in: **Mercator** - Revista de Geografia da UFC, ano 02, número 03, 2003. Disponível em: www.mercatr.ufc.br/index.php/mercator/article/view/163/131. Acessado em: 15/04/2009.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. **Pecuária e formação do mercado interno no Brasil** – colônia. Disponível em: www.redecapa.org. 1996

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. "Os agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial." In CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Questões metodológicas na Geografia Urbana Histórica, in **GeoTextos**, vol. 5, n. 2, P. 147-157, dez 2009.

VELLOSO, A.; MATOS, R.A rede de cidades do Vale do Jequitinhonha nos séculos XVIII e XIX. In: **Geonomos**, 6 (2): 73-87. Disponível em: www.igc.ufmg.br/geonomos/PDFs/6_2_73_87_Velloso.pdf

WANDERLEY, José Permínio. **Retalhos do Sertão**. 2ª edição. Patos/PB: Fundação Ernani Sátiro, 1994.

Documentais

Arquivo Histórico Ultramarino – Documentos Avulsos da Paraíba

AHU_ACL_CU_014, Cx. 4, D. 310, 1710 - CARTA do capitão-mor da Paraíba, João maia da Gama, ao rei [D. João V], sobre povoados, gados e mais fazendas, e a falta de administração nos Sertões.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 5, D. 349, 1715 - CARTA do capitão-mor da Paraíba, João da Maia da Gama, ao rei [D. João V], propondo os religiosos observantes de Nossa Senhora do Carmo e os da Reforma para as aldeias que se encontram sem missionários.

AHU_ACL_CU_014, Cx. 5, D. 426, 1724 - CARTA do ouvidor geral da Paraíba, Manuel da Fonseca e Silva, ao rei [D. João V], sobre as correições que fez nas Ribeiras do Branco e

Piranhas e a solicitação de várias pessoas para se erigir uma vila no sítio da matriz de Nossa Senhora do Bom Sucesso.

AHU_ACL_CU_014, Cx. 08, D. 707, 1733 - CARTA do capitão-mor da Paraíba, Pedro Monteiro de Macedo, ao rei [D. João V], sobre o requerimento dos moradores do Piancó, solicitando a mudança dos tapuias Coremas do sítio do Boqueirão para o riacho do Aguiar.

AHU_ACL_CU_014, Cx. 10, D. 798, 1736 - CARTA do capitão-mor da Paraíba, Pedro Monteiro de Macedo, ao rei [D. João V], sobre o requerimento dos moradores do Piancó, solicitando a mudança dos tapuias Coremas do sítio do Boqueirão para o riacho do Aguiar.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 11, D. 920, 1740 - CARTA do capitão-mor da Paraíba, João da Maia da Gama, ao rei [D. João V], propondo os religiosos observantes de Nossa Senhora do Carmo e os da Reforma para as aldeias que se encontram sem missionários.

AHU_ACL_CU_014, Cx. 18, D. 1435, 1755 - CARTA de Vicente Ferreira Coelho, ao rei [D. José I], sobre o que se praticou com os índios da nação Panatis, que, estando aldeados, foram despejados pelos moradores do sertão do Piancó, sob o pretexto de que lhes furtavam os gados; e conseguindo os índios a restituição de sua aldeia, houve tamanha violência que culminou com a morte de um índio da mesma nação e de seu capitão-mor; e solicitando, em nome dos Panatis, justiça e proteção real.

AHU_ACL_CU_014, Cx. 31, D. 2274, 1792 - REQUERIMENTO do tenente coronel Pedro Barbosa Cordeiro de Albuquerque, à rainha [D. Maria I], solicitando licença para poder usar pistola nos coldres, nas suas jornadas no sertão.

AHU_ACL_CU_014, Cx. 31, D. 2285, 1793 - REQUERIMENTO de escrivão da Fazenda Real, Bento Bandeira de Melo, à rainha [D. Maria I], solicitando licença, como senhor de engenho, para usar pistolas nos coldres, nas jornadas que faz ao sertão.

Arquivo Histórico Ultramarino – Documentos Avulsos de Pernambuco

AHU_ACL_CU_015, Cx. 18, D. 1794, 1699/ Pernambuco - CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre as cartas do Bispo de Pernambuco, [D. frei Francisco de Lima] ao [secretário] Roque Monteiro Paim, acerca das visitas nas missões do sertão; demarcações das terras de Piagui; das queixas contra o capitão da aldeia de Santo Amaro dos caboclos; dos delitos cometidos na vila de Porto Calvo; da falta de ministros de letras e ouvidor para as Alagoas e de São Francisco; do aldeamento dos índios da nação Corema e eleição de capitão mor para governá-los; do excesso cometido por soldados, ferindo um padre missionário que não permitiu o rapto das índias; e pedindo um coadjutor para o ajudar em suas obrigações.

Documentos Históricos da Biblioteca Nacional

D.H.B.N., V.10, p. 336-337 – CARTA do Fr. M. Arcebispo Governador do Brasil para o Bispo Governador de Pernambuco (04 de dezembro de 1688)

D.H.B.N., V.10, p.337 – CARTA do Fr. M. Arcebispo Governador do Brasil para o Provedor da Fazenda de Pernambuco João do Rego Barros (04 de dezembro de 1688)

D.H.B.N., V.10, p. 343-346 – CARTA do Fr. M. Arcebispo Governador do Brasil para o Capitão Manuel de Abreu Soares do Rio Assu (06 de dezembro de 1688)

D.H.B.N., V.19, p. 156-157 – REGISTRO de Carta de Sesmaria de André Vidal de Negreiros (18 de maio de 1657).

D.H.B.N., V.22, p. 62-67 – REGISTRO de uma Carta de Sesmaria do Alferes Sebastião Barbosa e Antonio d'Oliveira Ledo e outras pessoas dada na Parahiba (18 de abril de 1665).

D.H.B.N., V.38, p. 325 – 328 – CARTA do Governador do Brasil, Dom João de Lancastro, para Agostinho Cesar de Andrade, Capitão-mor do Rio Grande (02 de novembro de 1694).

D.H.B.N., V.38, p. 331 – 334 – CARTA do Governador do Brasil, Dom João de Lancastro, para o Governador e Capitão Geral de Pernambuco, Caetano de Mello de Castro, sobre a Guerra do Bárbaros no Rio Grande (20 de maio de 1695).

D.H.B.N., V.38, p. 337 – 338 – CARTA do Governador do Brasil, Dom João de Lancastro, para o Capitão-Mor da Capitania da Parahiba, Manuel Nunes leitão sobre mandar prover com Aldeias os postos dos Rio Jaguaribe, Assu e Piranhas (21 de maio de 1695).

D.H.B.N., V.38, p. 409-410 – CARTA do Governador do Brasil, Dom João de Lancastro, para Governador de Pernambuco Caetano de Mello sobre o socorro que há de mandar de pólvora para a guerra do Pinhancó (02 de novembro de 1696).

Documentos publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano

R.I.H.G.P. _1953: p.06 – Manuscritos da Torre do Tombo de Lisboa . RELAÇÃO da Povoação do Piancó e seus distritos, extremas e compreensão, 1757.

R.I.H.G.P._1953: p.25 – Manuscritos da Torre do Tombo de Lisboa – 1757.

Acervo do Cartório I Ofício de Notas "Cel João Queiroga" (Pombal-PB)

Acervo do Cartório I Ofício de Notas "Cel João Queiroga" (Pombal-PB). Livro de Notas 1765. ESCRITURA pública de Doação do Patrimônio do Bouqueirão de Santa Rita, Ribeira de Piancó. Folhas não identificadas.

Acervo do Cartório I Ofício de Notas "Cel João Queiroga" (Pombal-PB). Livro de Notas 1773. ESCRITURA pública de Patrimônio e Doação de Nossa Senhora dos Remédios do Sítio Catolé de Cima. Livro 12. Folhas não identificadas.

Acervo do Cartório I Ofício de Notas "Cel João Queiroga" (Pombal-PB). Livro de Notas 1773. ESCRITURA pública de Patrimônio e Doação de Nossa Senhora dos Remédios do Sítio Brejo, Ribeira do Patu. Folhas não identificadas.

Cartográfica

BLESS, Carlos & POLEMANN, David. **Mapa das principais vias de comunicação da província da Paraíba, levantado por ordem do excelentíssimo senhor tenentecoronel Henrique de Beaurepaire Rohan, digníssimo presidente da mesma província.** Arquivo Nacional, Rio de Janeiro: 1858. Cota 4Y/MAP.077.

CAPASSI, Domingos. **Rede Hidrográfica do Brasil (17--),** disponível em: <http://consorcio.bn.br/cartografiahistorica/mapas/cart525808.sid>. Consultado em: 18/11/2011.

CARTA Topographica e Administrativa das Províncias do Rio Grande do Norte e Paraíba. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro: 1848.

MARCGRAF, Georg. **Praefecturae de Paraiba et Rio Grande.** Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em: <http://purl.pt/4067>. (Consultado em 22/11/2011)

NIEMEYER, Jacobo de. **Carta Corographica da Parahyba do Norte, extraída da Carta Corographica do Império do Brazil.** Arquivo Nacional, Rio de Janeiro: 1850.

PROVÍNCIA DA PARAÍBA Esboço Corográfico, 1888. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro: 1888.